

ORGANIZADORES

Kátia Lerner

Cristina Teixeira

Paulo Vaz

ENTRE MEDO E SOLIDARIEDADE

mídia, política e alteridade na covid-19



ORGANIZADORES

Kátia Lerner

Cristina Teixeira

Paulo Vaz

ENTRE MEDO E SOLIDARIEDADE

mídia, política e alteridade na covid-19



I São Paulo I 2023 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E61

Entre medo e solidariedade: mídia, política e alteridade na covid-19 / Organização Kátia Lerner, Cristina Teixeira, Paulo Vaz. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-891-1

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.98911

1. Covid-19. 2. Medo. 3. Mídia. 4. Ciência. 5. Política.
6. Pandemia. I. Lerner, Kátia (Org.). II. Teixeira, Cristina (Org).
III. Vaz, Paulo (Org.). IV. Título.

CDD: 14.302

Índice para catálogo sistemático

I. Pandemia - Covid-19

II. Covid-19 - Mídia - Interação social

Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Biegging
Estagiária	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Edição eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Imagens da capa	user4387299, rawpixel.com, bunnyhop - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Aurelio Titling, Rockwell
Revisão	Landressa Rita Schiefelbein
Revisão preliminar	Nicole Sanhotene
Organizadores	Kátia Lerner Cristina Teixeira Paulo Vaz

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

APRESENTAÇÃO

Quando eclodiu a pandemia da Covid-19, todos nós que formamos o grupo de pesquisa *Covid-19 e subjetividade neoliberal* fomos atravessados pelo espanto do acontecimento. Isolados em casa e, em maior ou menor grau, amedrontados pela possibilidade de contágio e morte, iniciamos uma série de encontros semanais para discutir o que se passava.

Inegavelmente, essas conversas nos serviram como momento de socialização e apoio emocional. Mas, para além do apoio mútuo, os encontros nos possibilitaram refletir conceitualmente sobre questões que nos mobilizavam desde antes a respeito do neoliberalismo.

Regularmente, nas quintas-feiras à tarde discutíamos o evento pandêmico a partir de perguntas como as seguintes: de que forma a pandemia confronta a morte neoliberal regida pela ideia de risco e responsabilidade individual? Quais as respostas políticas e psíquicas à pandemia? Quais as condições de retorno?

Essas questões gerais se desdobravam em várias outras. Todas elas permeadas pelo cenário político de polarização entre o governo Jair Bolsonaro, que negligenciava as medidas sanitárias de contenção da pandemia e advogava a favor da volta da grande massa da população às atividades, e os agentes institucionais que defendiam as ações coletivas do Estado nas áreas da saúde, proteção social e economia.

Quando em setembro de 2021, a Capes lançou o *Edital de Seleção Emergencial IV CAPES – Impactos da Pandemia*, vimos a oportunidade de institucionalizar o grupo de discussão e sistematizar as reflexões que vinham sendo feitas.

O projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia da Covid-19: infodemia, desinformação, algoritmos e desconfiança em contextos de polarização política e crise dos sistemas peritos* foi selecionado e contemplado pelo Edital *Impactos da Pandemia*.

O apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior tornou possível essa publicação, um desejo de todos nós participantes dessa rede de pesquisa interinstitucional formada por professores, doutorandos, mestrandos e alunos de iniciação científica de vários estados do país.

O projeto aprovado pela Capes congrega 15 pesquisadores de cinco instituições de ensino superior (IES): Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS) e, também, a Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz). Vários deles assinam textos presentes nessa obra, que, por sua vez, conta com a participação de outros estudantes e pesquisadores vinculados ao grupo *Covid-19 e subjetividade neoliberal*.

Do ponto de vista metodológico, os dez artigos aqui reunidos partilham um solo comum. Todos lançam um olhar discursivo para os objetos sob os quais se debruçam. Ou seja, o gesto analítico tem como foco a materialidade linguística, imagética ou verbo-visual dos objetos. É essa materialidade, em consonância com as formações discursivas que as colocam em circulação, que dão as condições de possibilidade para interpretação dos sentidos. E como os textos em tela permitirão ver, durante muito tempo o próprio sentido da pandemia esteve em disputa. Por sua vez, essa atribuição de sentido corria *pari passu* às emoções que o evento provocava. Assim sendo, as emoções nos servem como uma importante chave de leitura.

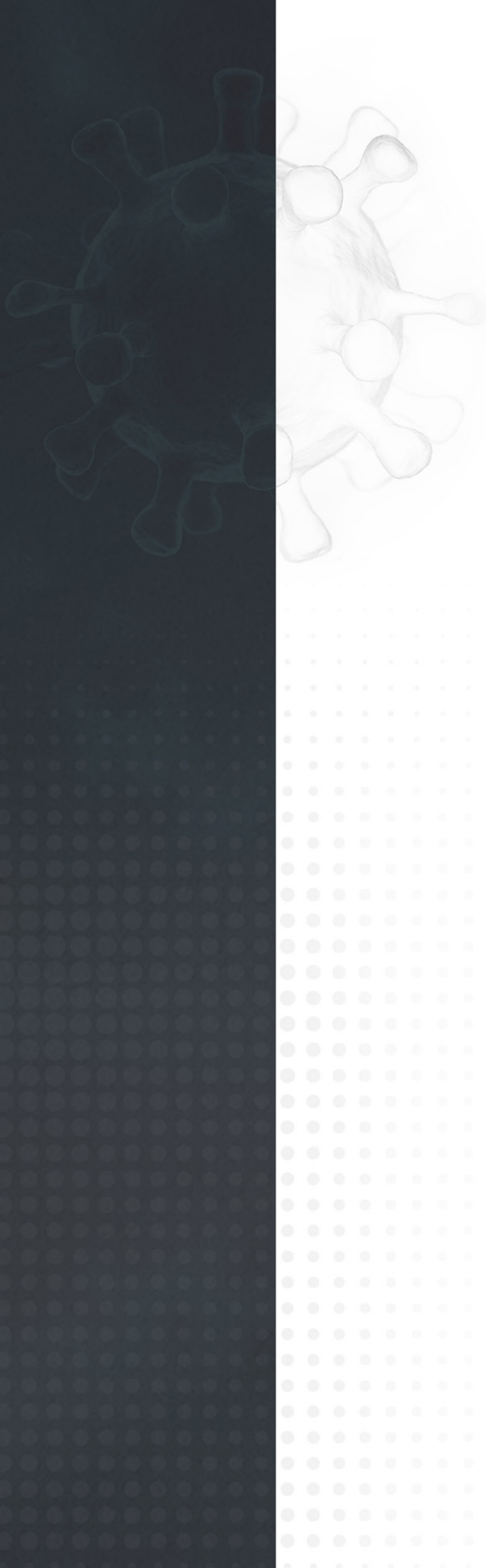
Em *Medo e solidariedade: a pandemia como acontecimento político*, Cristina Teixeira, Kátia Lerner e Paulo Vaz discorrem justamente sobre as emoções que a Covid-19 mobilizou ao longo dos

anos de 2020, 2021 e 2022. Falamos do medo e da emergência forçada da solidariedade que atravessou o período inicial da Covid-19, bem como da esperança que veio com as vacinas e o controle da doença, o que, por sua vez, provocou o arrefecimento da solidariedade. O estudo está alicerçado na análise das capas publicadas pelos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* nos três primeiros meses dos anos indicados.

No artigo *Pandemia da Covid-19, saúde e política: a construção discursiva da morte evitável via grupos de risco e cloroquina*, Camila Calado analisa um jornal digital de teor político com reconhecido apoio à gestão do então presidente Jair Bolsonaro, o *Conexão Política*. Ela mostra que a referida publicação enquadrava a morte pela Covid-19 como evitável a partir da promoção da cloroquina e da construção de grupos de risco para a infecção. Nesse contexto, a proposição de solução era individual via tratamento medicamentoso e responsabilização do indivíduo. Assim, desmobilizou-se o medo da morte e mobilizou-se o medo dos impactos econômicos.

Em *As linhas tortas da Brasil Paralelo: Indivíduo e coletivo na gestão neoliberal da pandemia*, Marianna Ferreira Jorge e Julia Salgado tomam o longa-metragem *7 Denúncias: as consequências do caso Covid-19*, da empresa Brasil Paralelo, como representante do discurso negacionista daqueles que se recusavam a aderir às estratégias de combate à Covid-19. As autoras investigam de que forma afetos, racionalizações e pleitos suscitados pela pandemia nessas pessoas se alinham aos preceitos neoliberais e conservadores. A tentativa é de compreender o vínculo entre a ascensão da nova direita no Brasil, a consolidação dos valores neoliberais e o declínio dos planos social e político, com foco no embate entre os interesses coletivos e as liberdades individuais.

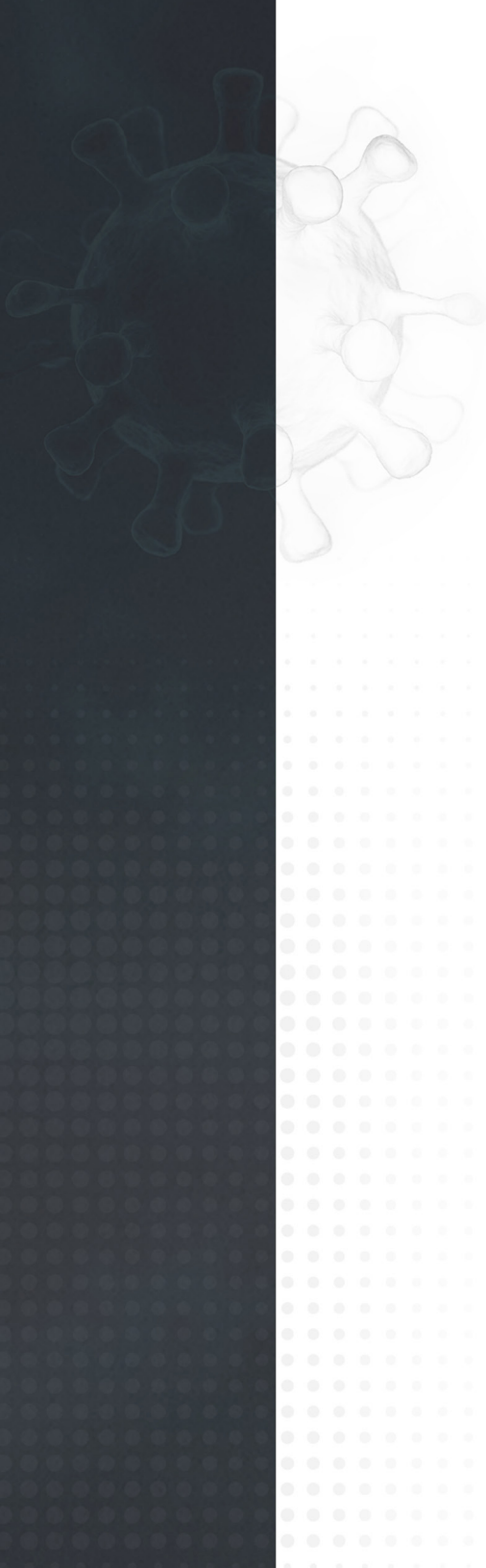
“Se tem medo da covid, deveria ter muito mais medo da vacina”: sentidos, afetos e disputas sobre a imunização nas redes sociais on-line, de autoria de Kátia Lerner, Janine Cardoso e Tatiana



Clébicar também aborda a questão do negacionismo científico. Nesse artigo, as autoras analisam os enunciados que circularam nas redes digitais em oposição ao imunizante. Tomando por base os desmentidos publicados pelo site *Boatos.org* no período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, elas elegem como objeto de estudo os vídeos que circularam e suas mensagens anexas. Ao final, concluem que a imunoprevenção como estratégia de contenção de doenças infectocontagiosas não era em si questionada. O que estava sob ataque era a vacina contra a Covid-19. Nesse caso, os argumentos contra à vacinação levantavam os riscos envolvidos nessa tecnologia, a defesa pela liberdade de escolha e o questionamento da confiabilidade das autoridades que a produziram ou defenderam (cientistas, políticos e jornalistas).

Em *Ethos bolsonarista e a noção de crime: adaptando as instituições às práticas em um novo momento da República*, Pedro Barreto Pereira reflete sobre como ações que poderiam ser consideradas criminosas do então presidente Jair Bolsonaro foram normalizadas, toleradas ou negligenciadas durante a pandemia por parte de algumas instituições da República, órgãos de imprensa e da própria população. O autor mostra que isso foi feito através da construção de uma narrativa legitimadora da disputa entre dois grupos, “nós x eles”. Nesse contexto, todos aqueles que questionavam os valores defendidos pelo então presidente (família, Deus, pátria etc.), com os quais parte da população se identificava, eram percebidos como inimigos a serem excluídos de seus direitos e cidadania, aliados do convívio social, ou mesmo eliminados fisicamente.

A lógica “nós X eles” também está presente na polêmica sobre o fechamento das igrejas durante a pandemia. É o que mostra Cristina Teixeira no texto *Evangélicos e Bolsonaro, uma cruzada neoliberal e neopentecostal contra as instituições governamentais e científicas durante a Covid-19*. A autora demonstra que a polêmica sobre o fechamento das igrejas à época da pandemia se configurou em torno de duas formações discursivas (FD) distintas. Uma delas, ela nomeia



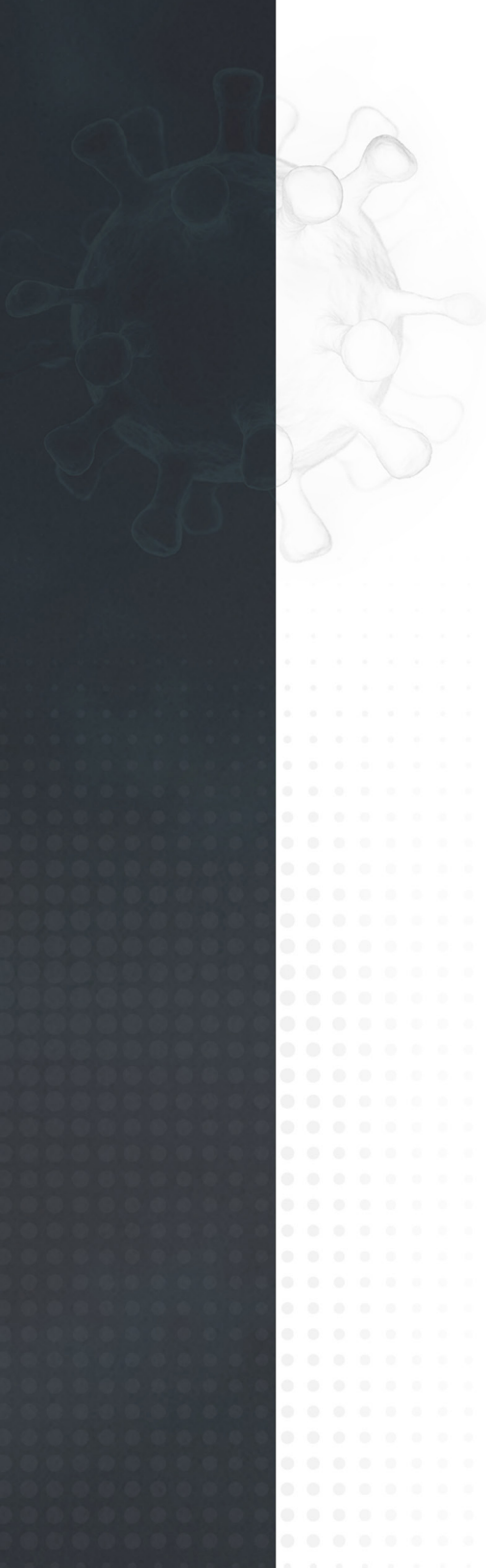
de FD “negacionista”, segundo a qual Deus é quem salva (e não a ciência), e justo por isso os locais de culto deveriam permanecer abertos para que os fiéis pudessem praticar sua fé em busca de proteção. Paralelamente, para essa FD, o Estado não poderia passar por cima da liberdade religiosa garantida na Constituição. Ainda na visão dessa FD, os defensores do isolamento social eram “elitistas”, pois, permaneciam em casa enquanto os trabalhadores se arriscavam nas ruas. Por fim, denunciavam que as medidas protecionistas contra a Covid-19 escondiam outros interesses, entre eles o enriquecimento ilícito advindo do superfaturamento de itens como máscaras e respiradores. A outra FD é nomeada de “não negacionista”. Tendo em vista o fato de no início da pandemia não haver vacina para prevenção e remédios para a cura, essa FD defendia o fechamento de templos e igrejas a fim de evitar o contágio. Como alternativa, apoiava a realização de cultos e missas on-line e/ou lembrava aos religiosos que a fé é algo que se poderia professar sozinho. Por fim, acusava aqueles que queriam as igrejas abertas de estarem interessados na arrecadação do dízimo.

Em *Imagens e metáforas da Covid-19 nas capas das revistas Veja e Visão*, José Manuel Azevedo, Isaltina Mello Gomes e Ivone Neiva Santos analisam como se deu o enquadramento da pandemia da Covid-19 nas capas das revistas *Veja* e *Visão*, respectivamente, uma publicação brasileira e outra portuguesa. A partir desse material, os autores mostram a evolução das representações da pandemia nos dois países, relacionando-as aos contextos sociopolíticos de cada um. Eles revelam que ambas as revistas frequentemente utilizaram as mesmas metáforas para representar a pandemia, inclusive com similaridade visual. Já as diferenças de abordagem das duas publicações são fruto das distintas realidades sociopolíticas e não estritamente com os contextos pandêmicos específicos. Por exemplo, se a revista *Veja* assumiu um ponto de vista distanciado e crítico do poder político, a *Visão* apareceu sobretudo como um veículo informativo das autoridades, sendo geralmente difícil discernir nela um discurso autônomo face ao poder. Como efeito desses distintos

posicionamentos, os autores indicam a preferência de *Veja* pelo que eles nomeiam de *framing* "polarização" e, no caso da *Visão*, a preferência é pelo *framing* "adaptação".

Em *Feminicídios na pandemia da Covid-19: narrativas trágicas de mortes evitáveis*, Leandro Lage se debruça sobre 27 matérias sobre feminicídio publicadas no portal *G1 Pará* entre março de 2020 e julho de 2021. Ele aponta que a significativa quantidade de reportagens com estatísticas de feminicídio e outras formas de violência no período da pandemia de Covid-19 demonstra o reconhecimento, no âmbito da cobertura jornalística, da relação entre a crise de saúde pública, as medidas de isolamento e o aumento dos riscos e casos de violência contra as mulheres. No entanto, o autor chama atenção que na construção das narrativas de casos específicos, esse nexos entre a pandemia e o aumento dos registros de feminicídio não aparece. As matérias quase sempre se voltam para a descrição da cena do crime e dos meios utilizados. Leandro conclui que, ao final, as notícias revelam uma ambivalência entre a inevitabilidade e a inevitabilidade das mortes.

Tatiane Leal e Júlia dos Anjos assinam "*Volte-se para dentro*": *a construção da subjetividade feminina pandêmica na revista Claudia*, texto no qual elas analisam 19 matérias publicadas no referido periódico e mostram que o lar em tempos de pandemia é reconfigurado a partir de dois eixos narrativos principais. No primeiro deles, a casa é construída como um espaço de risco para as mulheres. Esse risco aparece atrelado a vulnerabilidades socialmente produzidas pelo gênero, em intersecção com a classe e a raça. Entretanto, a mulher de *Claudia* olha essa realidade de fora: se ela sente compaixão por aquelas que sofrem esses problemas, seus medos se voltam a outras questões. É nesse ponto que surge o segundo eixo narrativo no qual os riscos do isolamento social associam o confinamento no lar ao perigo do adoecimento mental. Amparada por especialistas do campo psi, a revista prescreve a sua leitora conselhos que demandam o gerenciamento das emoções, especialmente as negativas, como o medo, a raiva e a tristeza.



Em *O convaléscente da Gripe Espanhola e o sobrevivente da Covid-19: classificações, subjetividade e temporalidade nas pandemias*, Nicole Sanchotene, Amanda Santos e Paulo Vaz, ao comparar relatos da Gripe Espanhola com os da Covid-19, buscam demonstrar que na passagem da Modernidade à contemporaneidade, a própria ideia de doença sofreu transformações e, por consequência, o modo de dar sentido ao sofrimento. Eles sustentam que os termos “convaléscente” e “sobrevivente” designam diferentes durações para a relação do indivíduo com seu sofrimento: no sobrevivente, a inscrição do sofrimento é duradoura, constitui uma identidade, por sua vez, convaléscente pressupõe que o sofrimento é efêmero e, por isso, não implica a subjetividade. O material empírico de análise engloba 20 edições do jornal *Correio da Manhã* (RJ) que circularam no período de 16 de setembro a 16 de novembro de 1918 e 21 edições do jornal *O Globo* do período de março de 2020 a fevereiro de 2021. As edições do *Correio da Manhã* foram selecionadas a partir da busca pelos termos “convaléscente” e “convalescença”, enquanto a pesquisa no *Globo* foi feita pelas palavras-chave: sobrevivente, sequelas e trauma.

Esperamos que os distintos olhares sobre a pandemia reunidos aqui sejam capazes de despertar interesse e novas descobertas sobre esse tema tão crucial em nosso tempo.

Os organizadores

Cristina Teixeira

Kátia Lerner

Paulo Vaz

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Cristina Teixeira

Kátia Lerner

Paulo Vaz

Medo e solidariedade:

a pandemia como acontecimento político19

CAPÍTULO 2

Camila Calado

Pandemia da Covid-19, saúde e política:

a construção discursiva da morte evitável
via grupos de risco e cloroquina63

CAPÍTULO 3

Marianna Ferreira Jorge

Julia Salgado

As linhas tortas da Brasil Paralelo:

indivíduo e coletivo na gestão
neoliberal da pandemia90

CAPÍTULO 4

Kátia Lerner

Janine Cardoso

Tatiana Clébicar

“Se tem medo da Covid, deveria ter muito mais medo da vacina”:

sentidos, afetos e disputas sobre
a imunização nas redes sociais on-line118

CAPÍTULO 5

Pedro Barreto Pereira

Ethos bolsonarista

e a noção de crime:

adaptando as instituições às práticas

em um novo momento da República 165

CAPÍTULO 6

Cristina Teixeira

Evangélicos e Bolsonaro, uma cruzada

neoliberal e neopentecostal contra as

instituições governamentais

e científicas durante a Covid-19 197

CAPÍTULO 7

José Manuel Azevedo

Isaltina Mello Gomes

Ivone Neiva Santos

Imagens e metáforas da Covid-19

nas capas das revistas *Veja* e *Visão* 228

CAPÍTULO 8

Leandro Lage

Feminicídios na pandemia

da Covid-19:

narrativas trágicas de mortes evitáveis 269

CAPÍTULO 9

Tatiane Leal

Júlia dos Anjos

“Volte-se para dentro”:

a construção da subjetividade feminina

pandêmica na revista *Claudia* 292

CAPÍTULO 10

Nicole Sanhotene

Amanda Santos

Paulo Vaz

**O convescente da gripe
espanhola e o sobrevivente da Covid-19:**

classificações, subjetividade

e temporalidade nas pandemias 322

Sobre os organizadores 351

Sobre as autoras e os autores 351

Índice remissivo 354

1

*Cristina Teixeira
Kátia Lerner
Paulo Vaz*

MEDO E SOLIDARIEDADE:

**A PANDEMIA COMO
ACONTECIMENTO POLÍTICO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98911.1

A EXPERIÊNCIA DO MEDO

Uma pandemia é também uma experiência de medo. Os primeiros contornos dessa experiência podem ser traçados com Heidegger. Em *Ser e tempo*, ele propõe que aquilo de que temos medo, o amedrontador, é sempre um ente mundano que nossa consciência percebe emergir de um lugar inquietante e se aproximar ameaçadoramente de onde estamos (Heidegger, 2008). Ente mundano pode significar entidade material, ser vivo, outro ser humano ou mesmo um fantasma; neste último caso, quem teme crê que seu mundo contém entidades imateriais.

O movimento de aproximação do amedrontador na distância entre aqui e lá desdobra afetivamente a diferença entre presente e futuro. Por enquanto, o ente amedrontador está longe; como ele se aproxima, daqui a pouco pode nos encontrar. A conceituação esclarece experiências corriqueiras: perceber um vulto saindo da esquina de uma rua deserta e mal iluminada; ouvir ruídos semelhantes a passos em assoalho de madeira velha numa casa antiga; enxergar de soslaio uma sombra que se avoluma; avistar ao longe, num descampado, um animal ameaçador etc. Todas se definem pelo movimento de aproximação no interior de uma distância.

Como, porém, passar do corriqueiro para uma pandemia que, graças à vacinação, à higiene e aos antibióticos, é hoje uma experiência rara? Cabe notar que há uma continuidade imediata entre experiência ordinária e extraordinária no estatuto ontológico do futuro desdobrado pelo movimento de aproximação do amedrontador. Esse futuro é contingente ou necessário? Para Heidegger (2008), o afeto do medo requer a contingência; o amedrontador que se aproxima pode passar ao largo. Se o movimento de aproximação implicasse um desenlace necessário, o afeto seria outro, talvez algo entre desespero, resignação e angústia. O futuro contingente não requer um observador passivo; que o ente amedrontador não

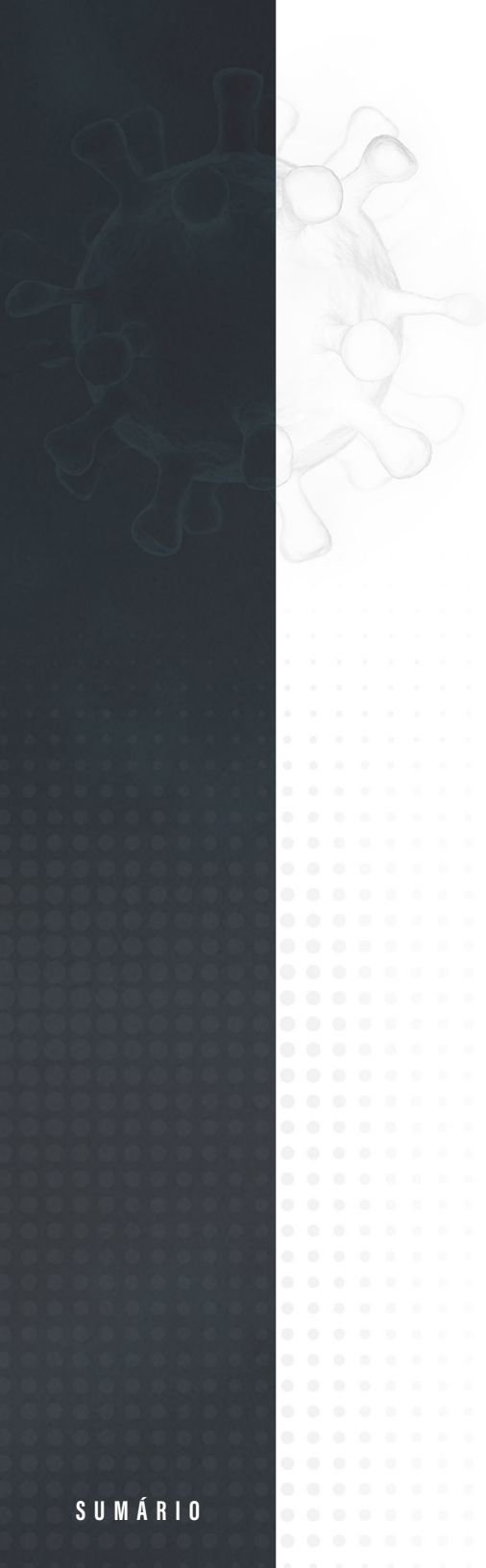
chegue ou cause danos, isso pode se dever à ação de quem percebeu sua aproximação, ação que costuma ter a forma de desvio ou luta.

O medo, portanto, está necessariamente associado à esperança e ao desejo: temor de que o amedrontador chegue; esperança e desejo de que passe ao largo. Para haver medo, o futuro deve se dar como contingente; mas, se o futuro é contingente, há esperança. De fato, por haver esperança e desejo, mesmo um evento necessário, como morrer, pode ser experimentado como contingente, ao menos por enquanto.

A experiência do medo na pandemia foi, em parte, constituída por esse movimento de aproximação. Uma epidemia de doença infecciosa começa em algum lugar e se espalha. Quem não está entre suas primeiras vítimas observa a difusão. A observação, por sua vez, desejará um futuro contingente: começou lá, atingiu aqueles, mas pode não chegar aqui.

Charles Rosenberg, historiador da medicina, mostrou que a primeira epidemia do cólera nos Estados Unidos, em 1832, foi apreendida de modo religioso: a doença seria flagelo de Deus, um castigo por nossos pecados. As primeiras notícias, ao mesmo tempo em que narravam com temor o que estava acontecendo na Europa, costumavam conter a ressalva de que era improvável a sua chegada aos Estados Unidos. A barreira do Atlântico seria suplementada pela barreira religiosa (Rosenberg, 1962). Pela então autoimagem de povo singularmente religioso, os americanos acreditavam que Deus não teria razão para lhes punir, embora tivesse bastante motivo para castigar os europeus imorais e decadentes.

Na Covid-19, as interpretações religiosas, ainda que presentes, tiveram, via de regra, um forte contraponto de concepções seculares, em especial pela perspectiva da medicina. Como o que impulsiona a contingência do futuro é o desejo de haver alternativa ao que se teme, e não uma forma específica de crença, a constituição do possível pode se apoiar em causas seculares.



Além da distinção entre ordinário e extraordinário, a experiência do medo na pandemia traz outro desafio para a conceituação de Heidegger. Sua descrição do amedrontador nos faz pensar num ente cuja ação danosa afeta, no máximo, alguns indivíduos. Uma epidemia, porém, implica a ideia de contágio, com milhões ou mesmo bilhões podendo ser atingidos. Nesse tipo de movimento de aproximação, um indivíduo qualquer antecipa que pode, como muitos, ser infectado. Para recorrer uma vez mais a Rosenberg (1992), o medo na epidemia é despertado pelo reconhecimento súbito de que vários indivíduos estão com sintomas similares igualmente e alarmantes: uma mesma doença potencialmente mortal se propaga.

Para o contorno da experiência do medo na pandemia, portanto, o movimento de aproximação no interior de uma distância deve incluir a ideia de um ente que se espalha e que arrasta ou destrói a muitos na sua difusão, atemorizando o indivíduo que observa sua aproximação. As imagens de peste e epidemia legadas pela tradição são as de flechas que se abatem, nuvem que se aproxima ou incêndio que se alastra (Delumeau, 2009). Já na Covid-19, a imagem mais usada foi a de onda que arrebatava, até pela recorrência de picos de infecção e mortes; graças à nossa compreensão atual sobre a extinção dos dinossauros, também foi bastante usada a metáfora do meteoro que se avizinha.

Retomemos o já percorrido. A elaboração da experiência de medo na pandemia partiu da ideia de que o movimento de aproximação de um ente ameaçador abria a separação entre presente e futuro. A seguir, observou-se que, para haver medo, é preciso que o futuro seja contingente: o que se aproxima pode não chegar ou ser evitado. A elaboração adicional requereu chamar atenção para o tipo de movimento de aproximação (espalhar e alastrar), que indica a percepção de um ente perigoso diferente de animal, fantasma ou bandido, metaforizado hoje, principalmente, pelas imagens da onda ou de seu ser excessivo, o tsunami.

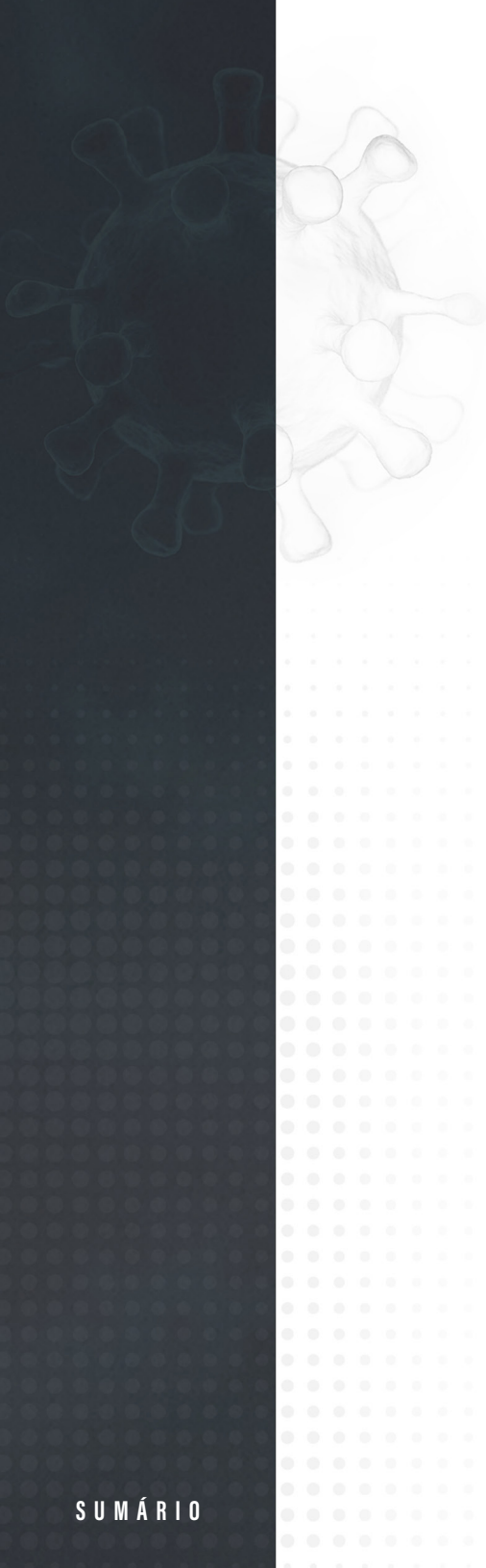
Há, porém, uma insuficiência maior entre a elaboração conceitual do medo sob uma perspectiva fenomenológica e a experiência da pandemia: no primeiro caso, por si mesmo, o indivíduo aprende a aproximação do amedrontador e é capaz de agir em relação a ele. Esse modelo não compreende a Covid-19, pois entre o vírus e o indivíduo três instituições estão interpostas: a ciência, os meios de comunicação e o Estado. A experiência do medo na Covid-19 foi socialmente construída – no sentido imediato do termo. Em lugar de um indivíduo isolado da sociedade que percebe um ente amedrontador, temos um indivíduo que calibra seu temor a partir da confiança em instituições e no poder da ação coletiva.

MEDO, INSTITUIÇÕES E CONFIANÇA

Há quatro fontes externas de sofrimento e morte para os seres humanos: eventos naturais, como terremotos e catástrofes climáticas; outros seres vivos, desde a violência de mamíferos predadores até a ação invisível e silenciosa de vírus e bactérias; a ação de outros seres humanos, como em crimes, terrorismo, guerras ou fomes; e, por fim, acidentes vinculados a tecnologias, como carros, aviões, indústrias químicas ou usinas nucleares¹.

Para essas quatro fontes, cada vez mais a ciência é encarregada de constituir os entes perigosos, no sentido de propor as suas causas e estimar seus potenciais de dano para indivíduos e coletividades. O ente amedrontador, portanto, mesmo quando perceptível pelos sentidos humanos, é cada vez mais definido em sua periculosidade pelo conhecimento científico. No caso da pandemia, essa dependência se radicaliza, pois o vírus é imperceptível e a doença requer a conceituação da medicina.

1 Há também aquelas mortes em que o próprio indivíduo é considerado parcial ou totalmente responsável. Então suas fontes podem ser ditas internas, como doenças crônicas, uso de drogas e suicídio.



Desde meados de dezembro de 2019, o surgimento de vários casos graves de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, levantou a suspeita de que um vírus seria o responsável. No início de janeiro de 2020, seu DNA foi analisado e relacionado a outros coronavírus, assim como foi confirmada a suspeita de que havia transmissão entre humanos. Desde então, realizaram-se pesquisas sobre formas de transmissão e severidade. Soubemos logo que o vírus era singularmente contagioso, pois transmitido pelo ar. De início, a tese predominante era a transmissão por gotículas; mais tarde se confirmou a suspeita, ainda mais temível, de que era por aerossóis.

Ainda em relação à transmissão, em menos de dois meses a pesquisa científica determinou que havia a possibilidade de infectados transmitirem antes de apresentar sintomas da doença. A capacidade de contágio do SARS-CoV-2 é realmente surpreendente, por ser transmissível pelo ar e passado adiante por indivíduos assintomáticos, impedindo a vigilância ou autovigilância. Adicionalmente, como era doença em território virgem, ninguém estava imune; para enfatizar a comum vulnerabilidade, os jornais noticiavam como ricos, famosos e atletas contraíam a doença.

Quanto à severidade, ao longo da primeira metade de 2020 se pensou que a relação entre caso e fatalidade (isto é, do total de infectados, quantos morrem) estava entre 2 a 3%. Após o relativo controle do contágio, melhoras no tratamento, o surgimento das vacinas e de variantes menos letais, como a ômicron, a relação caiu fortemente, para bem abaixo de 1%. Por fim, o que também se descobriu desde cedo é que os idosos eram particularmente vulneráveis (as crianças não, o que rompe com o padrão da gripe), mas que ninguém estava a salvo. Casos de mortes de pessoas jovens e saudáveis ganhavam destaque nos meios de comunicação para asseverar a ameaça comum.

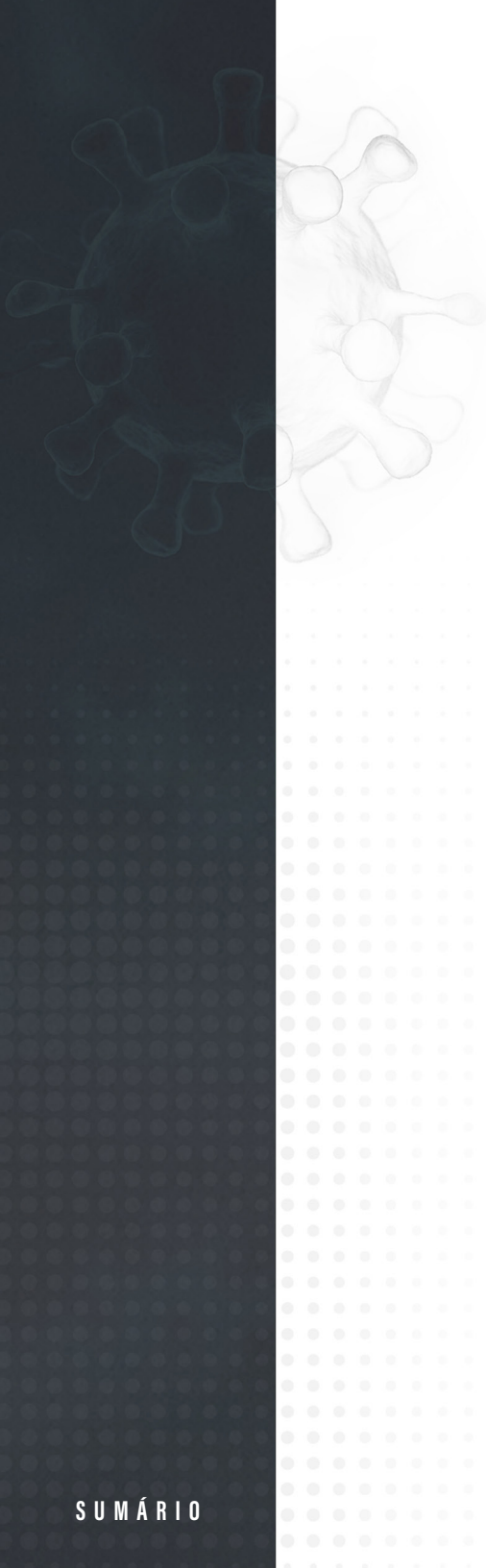
Na experiência do medo na Covid-19, portanto, entre o vírus e os indivíduos está a ciência, com as funções de perceber o que

é imperceptível para o indivíduo comum, avaliar a periculosidade da doença e fornecer um mínimo de espaço para a ação individual visando reduzir ou evitar o perigo. Contudo, entre os indivíduos e a ciência costuma haver uma camada adicional, ocupada pelos meios de comunicação. Como divulgação científica, cabe à mídia difundir o que a ciência definiu sobre o ente amedrontador.

Além de traduzir para o senso comum as pesquisas científicas e, portanto, indiretamente determinar o perigo, os meios de comunicação também atuam diretamente na constituição da ameaça trazida pelo ente amedrontador. Quando se trata de uma epidemia, o movimento de aproximação no interior de uma distância se dá como informação sobre o que acontece em outro lugar e com outras pessoas. Se está em outros países, a mídia nos alerta que ele está vindo de lá para cá, causando sofrimento e morte em seu trajeto. Se o vírus já chegou a seu país ou sua cidade, o aumento no número de casos e mortes produz o movimento de aproximação: aconteceu com eles, pode acontecer com vocês. A severidade da pandemia, por sua vez, ganha concretização na divulgação do número de casos e mortes, nas narrativas de médicos e doentes e em imagens e vídeos de cidades desertas, hospitais cheios e covas coletivas em cemitérios.

Vimos que a contingência do futuro podia ser estabelecida pela atividade de um indivíduo ou, como no caso da pandemia, de vários. A ciência aqui também tem um papel relevante. Lamentamos que não houvesse, imediatamente, medicamento efetivo ou vacina. Se não há solução farmacológica, a ciência ainda assim tem uma função a cumprir, que é a de orientar o Estado e os indivíduos sobre o que pode ser feito para evitar a contaminação.

Quando o ente amedrontador é uma doença crônica, o conceito de fator de risco determina que cabe ao indivíduo agir cotidianamente para evitá-la através de um estilo de vida saudável. Mas, para acontecimentos que nos afetam aleatória e/ou coletivamente, como catástrofes, acidentes, crimes e atentados, a intervenção



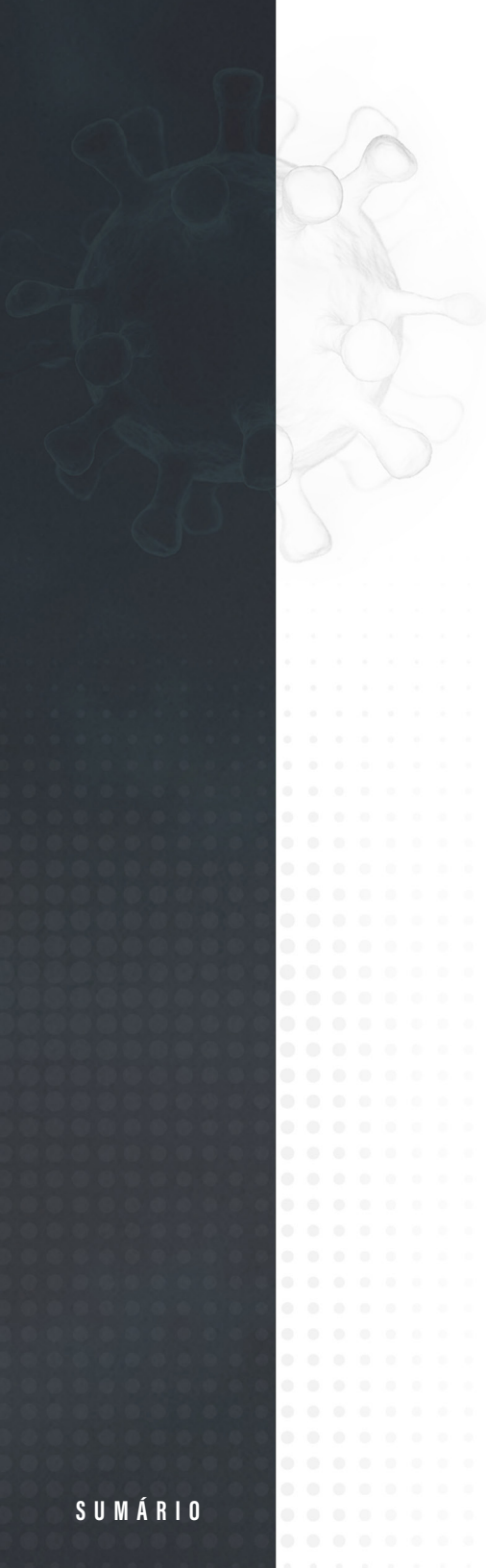
do Estado é condição presumida da contingência. No caso de uma epidemia transmitida pelo ar, o nível de contágio está diretamente ligado à quantidade de interações entre indivíduos. Além disso, pelo fato de assintomáticos transmitirem, não há como identificar, vigiar e isolar quem transmite.

Enquanto espera uma solução tecnológica, resta ao Estado agir para reduzir as interações e tornar possível um mínimo de ação médica. Quando houver solução tecnológica, como vacinas, cabe ao Estado obrigar ou persuadir os indivíduos a se vacinarem, aceitando o risco presente na vacinação – no caso das vacinas contra a Covid-19, um risco bastante reduzido².

Ainda no esforço de delinear os contornos abstratos da experiência do medo na Covid-19, a mídia pode participar da construção da contingência do futuro, tanto antes de a doença chegar ao indivíduo quanto após ter chegado. São dois os modos principais de propor ações possíveis. Ela pode informar diretamente o indivíduo sobre modos de se proteger do perigo. No caso da pandemia, ao longo de sua duração, a cada nova variante ou descoberta científica os meios de comunicação explicavam o que podia ser feito para reduzir as chances de contrair o vírus. Não importa que alguma recomendação tenha depois sido questionada em sua eficácia, como lavar as mãos, higienizar alimentos ou passar álcool gel, quando mais tarde se descobriu que as gotículas não eram a forma primária de infecção; o importante é a cada momento propor ao indivíduo que existem ações que reduzam a chance de contrair a doença, ações avidamente adotadas.

O segundo modo de construir ação possível é a denúncia do Estado, que se dá como defesa do indivíduo. A mídia cobra do Estado ações que a ciência indica que deveriam ter sido ou ainda

2 O governo federal brasileiro, como sabemos, não quis essa responsabilidade. Por crer na imunidade de rebanho como estratégia plausível, desconsiderando a grande quantidade de mortes evitáveis que isso acarreta e acarretou, o governo federal relutou em comprar vacinas e difundiu notícias falsas sobre seus efeitos colaterais danosos. Mas era seu dever, tanto que sua atuação na pandemia foi um argumento forte na disputa pela presidência em 2022.

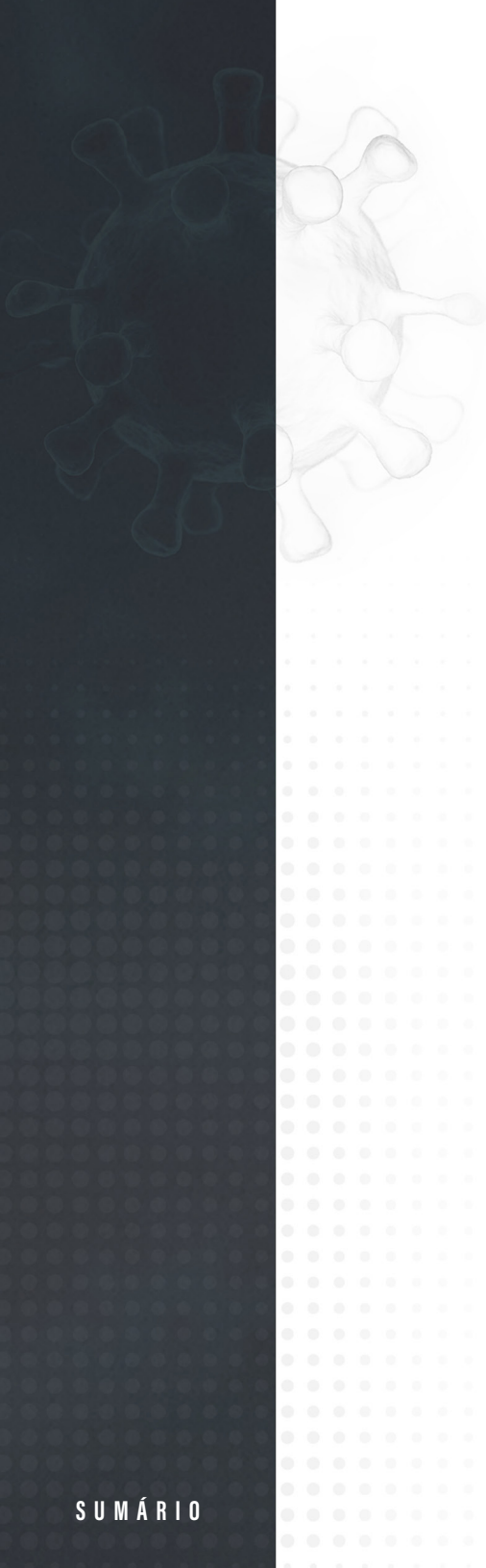


podem ser feitas e que são efetivas. No caso da pandemia, os jornais de diferentes países criticaram medidas ameaçadoras que um governo queria tomar, bem como denunciaram se porventura a gravidade da situação atual podia ser atribuída a ações recomendadas que o Estado não tomou ou demorou a tomar, como a hesitação em decretar *lockdown*, a lentidão em produzir e distribuir testes e a demora em fornecer máscaras ou comprar vacinas. Por simulação e comparação com o que aconteceu em outros países, cientistas e meios de comunicação construíram a categoria de “mortes evitáveis”, tão importante para a política na pandemia.

A interposição de camadas entre o indivíduo e o ente ame-drontador faz com que a experiência do medo passe a depender da confiança na ciência, na mídia e no governo. Se o indivíduo desconfiar ou for suscitado a desconfiar de que a ciência ou a mídia têm algum interesse em minimizar ou ampliar o medo, não pautará suas ações pelo nível recomendado por essas instituições. O problema da comunicação de risco na pandemia não se limitou à distância entre peritos e leigos no modo como avaliam eventos de alta magnitude e baixa probabilidade; incluiu também a confiança nos peritos, que tende hoje a ser politicamente construída ou desconstruída.

No caso da pandemia no contexto brasileiro, governos e grupos desejaram minimizar o risco. A estratégia básica era propor que havia interesse por detrás da difusão do medo do vírus: médicos subservientes aos laboratórios farmacêuticos ou que lucravam com o diagnóstico de morte por Covid-19; um Estado que difundia o medo porque pretendia aumentar seu controle sobre os cidadãos; a mídia que aumentava sua audiência ao atemorizar etc. De fato, quem menos acreditou nos riscos da Covid-19 foram aqueles que mais duvidaram da integridade dos cientistas ou da mídia. A mesma estratégia de suscitar a desconfiança nos peritos foi aplicada para defender o uso da cloroquina e superestimar os efeitos colaterais da vacina.

No contorno abstrato da experiência do medo na pandemia, com a análise de um indivíduo qualquer isolado, foram extraídos



o movimento de aproximação do amedrontador e a contingência do futuro. Destacou-se, em seguida, a confiança em instituições, pois a experiência da pandemia não é a de um indivíduo diante de um ente imediatamente perceptível em sua dimensão de perigo. Há, ainda, uma simplificação adicional que precisa ser questionada: as instituições sociais foram e são marcadas pela multiplicidade, que pode ser explorada na produção da desconfiança.

De fato, não existe a ciência. Existem diferentes ciências e disciplinas. No caso da pandemia, houve diferenças e conflitos entre epidemiologistas, virologistas e clínicos sobre as recomendações adequadas. Adicionalmente, cada um desses campos é marcado por divergências internas, podendo haver concorrência entre múltiplas teorias e interpretações de pesquisas. Há, também, pesquisadores e profissionais relativamente marginais, que costumam se contrapor ao consenso científico. Houve médicos e cientistas que defenderam a imunidade de rebanho, a cloroquina e a ivermectina ou que sustentaram um discurso de questionamento das vacinas por sua eficácia imunizante comparada ao adoecimento e/ou por seus riscos colaterais. Tipicamente, o que se visa é minimizar o temor do vírus e, inversamente, ampliar o temor em relação às ações propostas para combater o vírus.

Do mesmo modo, não existe a mídia, no singular. Além de haver diferentes empresas para um mesmo meio, há diferentes tecnologias de comunicação. Um cientista defendendo a cloroquina pode não encontrar espaço na Rede Globo, mas talvez encontre na CNN ou na Record; se sua visão for tão extrema que nem a diferença de empresas é capaz de acolher, sempre haverá canais do *YouTube* ou *podcasts* para disseminar suas crenças. De fato, rumores de todo tipo sobre a pandemia circularam pela internet, muitas vezes apoiados no discurso de médicos e cientistas.

Tampouco existe o Estado. Existem, sim, diferentes esferas de governo, ocupado por diferentes grupos políticos, que procuraram influenciar e mobilizar cidadãos. No caso do medo, o vínculo

entre governantes e parte dos governados pode ser tão forte que estes acreditarão em tudo o que o governante diz, mesmo quando é contrário ao consenso científico e ao que a maior parte dos meios de comunicação divulga.

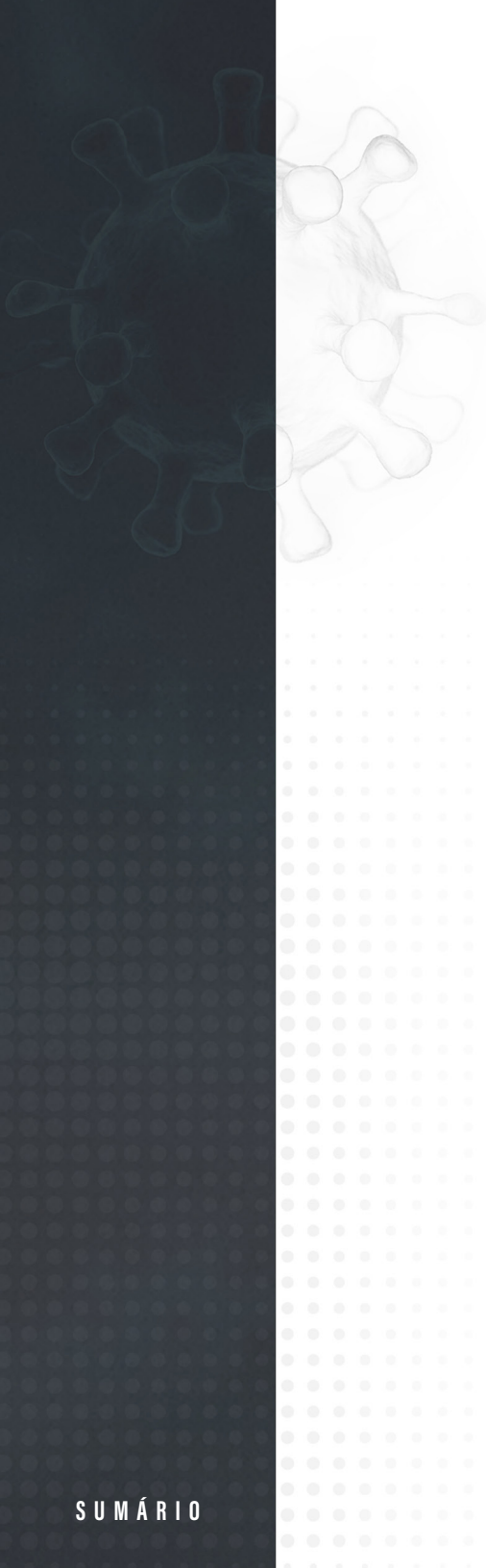
Uma última dimensão de multiplicidade em relação ao Estado é dada pela globalização – da pandemia e das medidas tomadas para combatê-la. Os cidadãos de um país estavam cientes das ações de governos de outros países. Ao menos no início da pandemia, a possibilidade de comparação limitou o que outros governantes puderam fazer.

MEDO, EMERGÊNCIA E SOLIDARIEDADE

Até aqui, a experiência da Covid-19 foi conceituada a partir da antecipação da chegada de um ente amedrontador, com as mediações institucionais determinando a natureza do perigo e o que pode ser feito. A pandemia, porém, é também uma situação na qual o indivíduo, junto com outros, já está e na qual a possibilidade de escapar do perigo depende de sua ação e das ações dos outros. A diferença entre presente e futuro não é apenas aquela entre segurança atual e desastre potencial; é a distância entre a catástrofe já instalada e a possibilidade de sobreviver a partir de ações individuais e coletivas.

Há outras metáforas a serem mobilizadas quando se apreende a pandemia como situação de emergência: nem tanto um vulto que se destaca em espaços vazios e mal iluminados ou uma onda imensa que se ergue no horizonte, mas a situação de pessoas no interior de um prédio em chamas ou de um navio que naufraga.

As narrativas históricas da peste no Ocidente escrevem o que aconteceria com os seres humanos diante da morte iminente e inescapável. Talvez porque os autores relatam mais o que leram do que o que viram (Delumeau, 2009) ou porque, com a peste, metaforizam



a relação dos humanos com a morte necessária e sempre próxima em sua possibilidade, essas narrativas afirmavam que os humanos se desobrigavam das convenções sociais, ora se entregando, sem pudor ou culpa, aos prazeres do corpo, ora Tucídides, por terem esperança de não morrer³ e procurarem soluções individuais, corpos não eram enterrados; pais abandonavam filhos doentes, e os filhos, os pais; esposas esqueciam maridos, e maridos, esposas; amigos não ajudavam amigos, e irmãos não ajudavam irmãos (Tucídides, 1962 *apud* Draeger, 2004). Todos só concorreriam em fugir da morte, custe o que custar, atropelando-se uns aos outros no desespero da fuga.

A Covid-19 teve seus episódios de pânico, especialmente no início. Em diversos países, houve a costumeira fuga para o campo de moradores das grandes cidades; houve também a recusa, às vezes violenta, de moradores de cidades pequenas em acolher os que fugiam; mais generalizada foi a corrida às compras em supermercados, pois muitos anteciparam, pelo que acontecia em outros lugares, que haveria isolamento social em seu país ou cidade. Mas foram episódios de curta duração e localizados. Rapidamente predominou uma postura de solidariedade.

Estudiosos de situações de emergência já observaram que o comportamento individualista tende a ampliar a catástrofe ao provocar a aglomeração em “saídas estreitas”, isto é, nas ações que minimizam o dano ou permitem a salvação individual, mas que não podem ser feitas por todos ao mesmo tempo. Esse comportamento, porém, não é necessariamente a regra. Costuma haver também a solidariedade entre estranhos gerada por um “nós”; ele próprio engendrado pelo reconhecimento de um destino partilhado (Drury, 2018).

O destino partilhado de todos os seres humanos é a morte. Contudo, se não estamos em uma situação de emergência, a morte

3 Foucault também supõe a esperança de não morrer como o que leva os indivíduos a aceitarem a vigilância em bloco e total na cidade pestífera (Foucault, 1975). O poder difunde o medo e se coloca como o que permite se salvar; por temor e esperança, os indivíduos aceitam vigiar e serem vigiados.

de um usualmente não está vinculada à morte de outros. O destino partilhado da morte, por si só, não gera solidariedade, pois a vulnerabilidade não está igualmente distribuída no tempo e no espaço. Na pandemia, porém, a morte está subitamente próxima e pode atingir a muitos ao mesmo tempo. O destino comum partilhado é aquele em que a possibilidade de morrer se aproximou, se generalizou e a chance de sobreviver depende de ações coletivas⁴.

Imaginemos um incêndio num prédio, com saídas estreitas. Se nada fizermos, morreremos; se não coordenarmos as ações, se o que vigorar for o salve-se quem puder, aumenta o risco de cada um morrer, pois haverá aglomeração nas saídas; se houver ação coletiva, se os comportamentos de pânico são limitados e as pessoas se ajudam, permitindo, por exemplo, que os mais frágeis saiam primeiro, aumentam as chances de sobrevivência de todos.

No caso da Covid-19, por sua forma de transmissão (vias aéreas e transmitida por assintomáticos), a redução do risco não dependia apenas de adotar ações individuais recomendadas pela ciência. Um indivíduo socialmente privilegiado precisa também garantir que os outros de quem ele depende, e com os quais vai obrigatoriamente interagir, também possam se proteger. Se as chances de os outros se protegerem são reduzidas, aumentam as chances de os privilegiados se contaminarem, pois inevitavelmente haverá interação: quando se acreditava na transmissão por gotículas, temiam-se as condições sanitárias das moradias de entregadores de supermercado ou de porteiros.

Pela forma de transmissão, não se trata de exigir do Estado que coíba o comportamento antissocial e infectante dos outros; trata-se, sim, de exigir que o Estado proveja condições mínimas a todos para que sejam solidários. Essa segunda condição é o que diferencia

4 Se não houvesse transmissão assintomática, se fosse possível identificar quem transmite, provavelmente a solidariedade durante a Covid-19 teria sido menor, predominando, ao contrário, o preconceito e a vigilância sobre quem está doente.

e constitui a solidariedade por interdependência. Trata-se do reconhecimento de que suas chances de sobrevivência dependem não só de suas ações individuais de proteção, mas também de ações solidárias dos outros e das condições para que elas possam existir – o que depende da solidariedade de cada um.

As metáforas do incêndio e do naufrágio têm limites. Em primeiro lugar, a temporalidade da pandemia é comparativamente dilatada; a proximidade da morte não se declina em minutos, mas em semanas, meses ou até anos. A dilatação facilita a coordenação, facilita ordenar a passagem pela “saída estreita” ou a distribuição relativamente igualitária de um “recurso escasso”. Em segundo lugar, e igualmente importante, no caso das emergências de incêndio, naufrágio ou enchente existe uma distinção entre a causa da situação de emergência e os comportamentos que reduzem as chances de sobreviver; por exemplo, o fogo e a aglomeração. No caso da pandemia de Covid-19, não há essa distinção. O poder de contágio do vírus depende das interações humanas; tanto o comportamento outrora normal, com seu alto nível de interações em espaços fechados, quanto a fuga individual pânica, que deixa a maior parte da população incapaz de se proteger, aumentam as chances de adoecer para a maior parte dos indivíduos.

Concretamente, no caso da decretação do *lockdown* em março de 2020 em vários países, a sobrevivência dependia da redução dos contágios, que dependia, por sua vez, da redução das interações. Aterrorizados, cidadãos de diversos países pressionaram seus governos para que a maioria dos trabalhadores em atividades não essenciais pudesse ficar em casa, com rendimento e com alguma garantia de não perder seu emprego. Se a instância de governo superior demorava a agir, as instâncias inferiores decidiam por elas mesmas. O governo federal hesitava em reduzir as atividades econômicas; ou a esfera estadual agia ou o fazia a municipal, ou mesmo instituições com autonomia para paralisar suas atividades, como

universidades ou associações esportivas (Tooze, 2021). Um destino partilhado e, ao mesmo tempo, um destino construído por essa partilha e pelas ações que ela obrigava.

A solidariedade na pandemia depende do medo. É preciso que todos se sintam vulneráveis, é preciso estar na proximidade, coletivamente partilhada, da morte para que a solidariedade por interdependência emerja. Pode parecer paradoxal sugerir que a solidariedade emerge por medo, ainda mais em doenças contagiosas, pois a instituição do outro como ameaça é uma forma eficaz de romper vínculos de comum humanidade. Costumeiramente, o outro que nos traz a morte é aquele que não pertence ao "nós", é aquele que temos o direito de evitar ou matar. Mas o medo de adoecer na Covid-19 pelo contato com o outro é imediatamente vinculado à responsabilidade que cada um tem de garantir que o outro possa se proteger, de dar chance ao outro de não contrair a doença. O medo incide não sobre o momento em que o outro já contraiu a doença, mas sobre o momento anterior, o da possibilidade de contrair; estão em jogo as condições que cada um tem de se proteger e, assim, pelo destino comum, a contribuição de cada um para que cada um se proteja.

Completa-se aqui a descrição abstrata da experiência de medo na pandemia. Delineando seus contornos, temos o movimento de aproximação, a contingência do futuro, a mescla indissociável de medo e esperança, a mediação da ciência, dos meios de comunicação e do Estado, a calibragem do medo pela confiança nessas instituições, a situação de emergência e, por fim, a possibilidade de solidariedade pelo reconhecimento de um destino comum e da interdependência na construção da possibilidade de sobreviver.

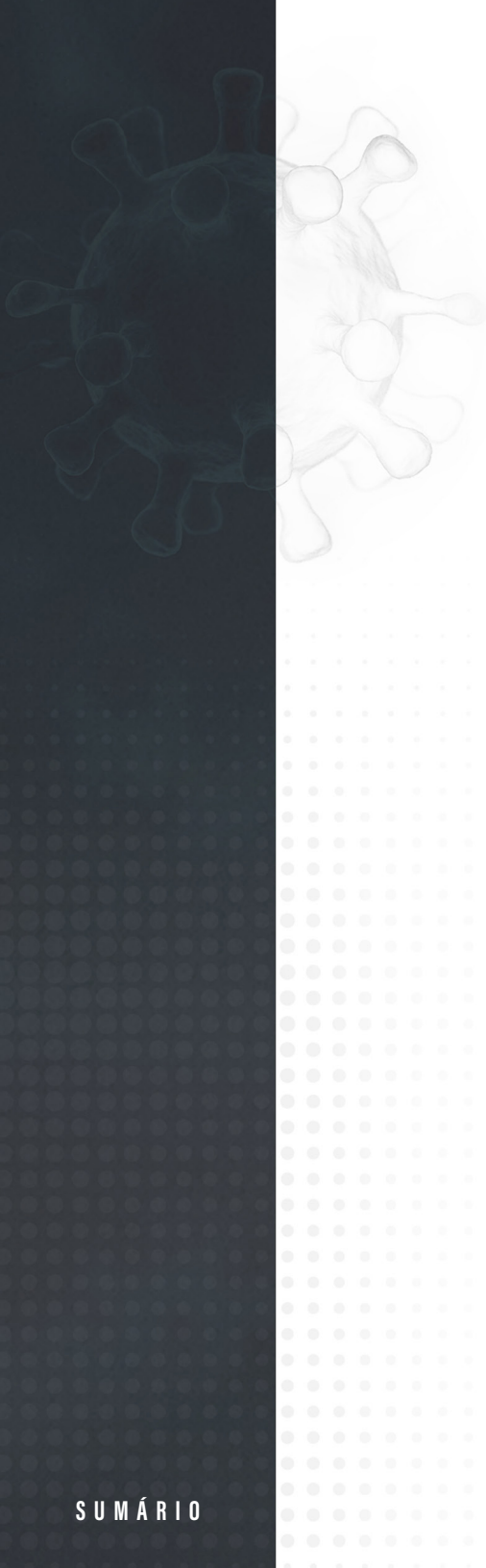
A COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO: TRÊS MOMENTOS DISTINTOS

Cabe agora ver como esses elementos se concretizaram no contexto nacional pela análise das capas de dois jornais brasileiros, *O Globo* e *a Folha de S.Paulo*. Por exigência da profissão, jornalistas devem estar bem-informados sobre o que acontece em outros lugares e se informar com especialistas sobre um tema que desconhecem. Além disso, o que sai na capa foi selecionado por sua relevância. Como educam os menos informados, as notícias de capa sobre a pandemia expressam e constituem o medo. O que se deseja fazer aqui, portanto, não é uma cronologia da pandemia, mas, sim, a cronologia do medo gerado pela pandemia e suas consequências políticas.

Escolhemos três períodos: os quatro primeiros meses dos anos 2020, 2021 e 2022. O primeiro refere-se ao momento em que se anuncia a emergência de um novo vírus, sua chegada ao Brasil e a nova estruturação do conflito político. O segundo foi escolhido porque nele se expressa a esperança de fim da pandemia pelo começo da vacinação no início de 2021. O último período, em 2022, justificase, pois é quando se esboça claramente o fim social da pandemia, isto é, a redução da preocupação com a possibilidade de adoecer.

A ECLOSÃO DO MEDO: DE JANEIRO A ABRIL DE 2020

De janeiro a abril de 2020, as capas d'*O Globo* e da *Folha de S.Paulo* constituíram o movimento de aproximação do amedrontador. Não se detectava apenas sua aparição no horizonte; o essencial era saber se ele chegaria aqui. A China fica em outro continente, bem distante; a esperança era a de que o vírus demorasse a chegar ou nem chegasse, como aconteceu em outros casos.

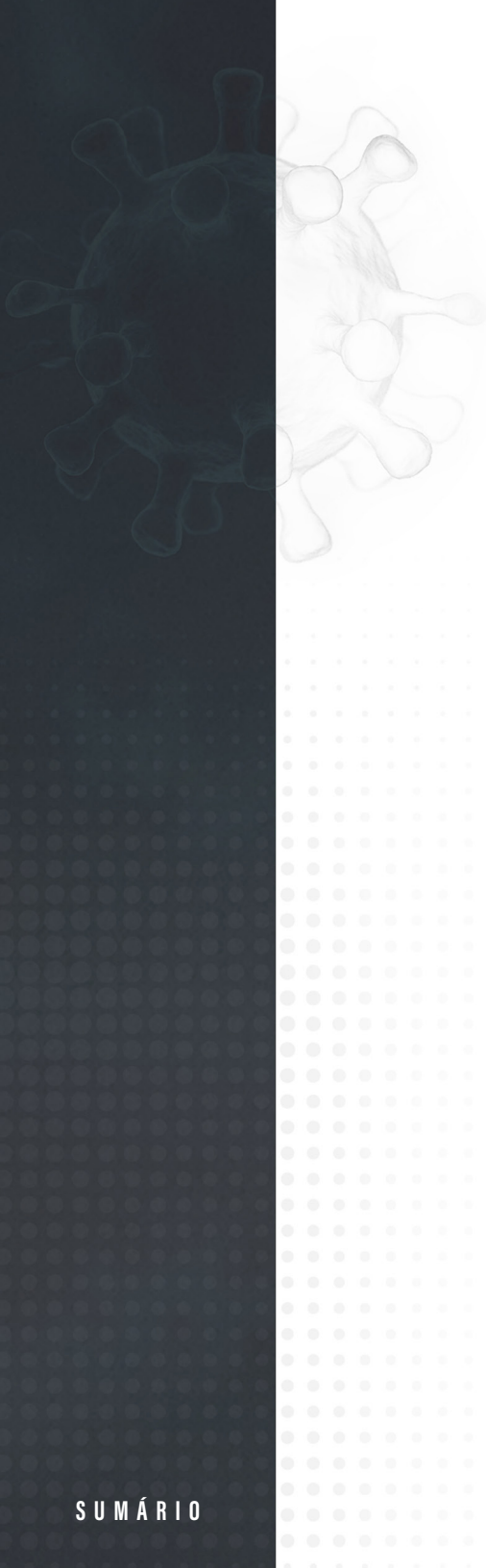


No dia 22 de janeiro, pela primeira vez, a epidemia apareceu na capa de um jornal. *O Globo* destacou, com imagem ocupando a metade final da página, que o vírus já matara ao menos sete pessoas e chegara aos Estados Unidos. A chegada às Américas expressava e constituía o temor de que o amedrontador pudesse se aproximar mais e chegar ao Brasil.

Por não ter pensado o vírus SARS-CoV-2 pelo paradigma da gripe e não ter, portanto, entretido a alternativa da “imunidade de rebanho”, o governo chinês sabia que era preciso conter o contágio e, para tanto, reduzir ao mínimo possível as interações (Tooze, 2021). No dia 23 de janeiro foi decretado o *lockdown* na cidade de Wuhan, com onze milhões de habitantes, isolando-a do resto da China, paralisando as atividades e obrigando a maior parte da população a ficar em casa. Nos dias 24 e 25 de janeiro, *O Globo* destacou as medidas na primeira página. A intensidade da reação sugeria a gravidade do vírus; ao mesmo tempo, o texto que acompanhava a foto de montagem de hospital do dia 25 mencionava o número crescente de doentes e mortos e noticiava que o vírus também chegara à França.

Mesmo com o temor aumentado, de fim de janeiro até o dia 24 de fevereiro, o aparecimento da pandemia na primeira página dos jornais era esparso. Dois tipos de notícias predominavam. Um era o repatriamento de brasileiros isolados em Wuhan, pois Bolsonaro imediatamente se contrapôs. O outro tipo discutia os efeitos da pandemia sobre a economia, com a esperança implícita de que a saúde não seria afetada.

No dia 23 de fevereiro, o governo Chinês decidiu retomar paulatinamente as atividades econômicas; no dia 24, a OMS reconheceu o sucesso das medidas chinesas de controle da transmissão (Tooze, 2021). Assim, apesar da intensidade dessas medidas, difíceis de serem replicadas em sua inteireza em outros países pelo grau de intervenção na vida cotidiana de indivíduos, seu sucesso evidenciou que o isolamento e a redução das atividades econômicas eram forma concreta de ação coletiva capaz de conter a doença.



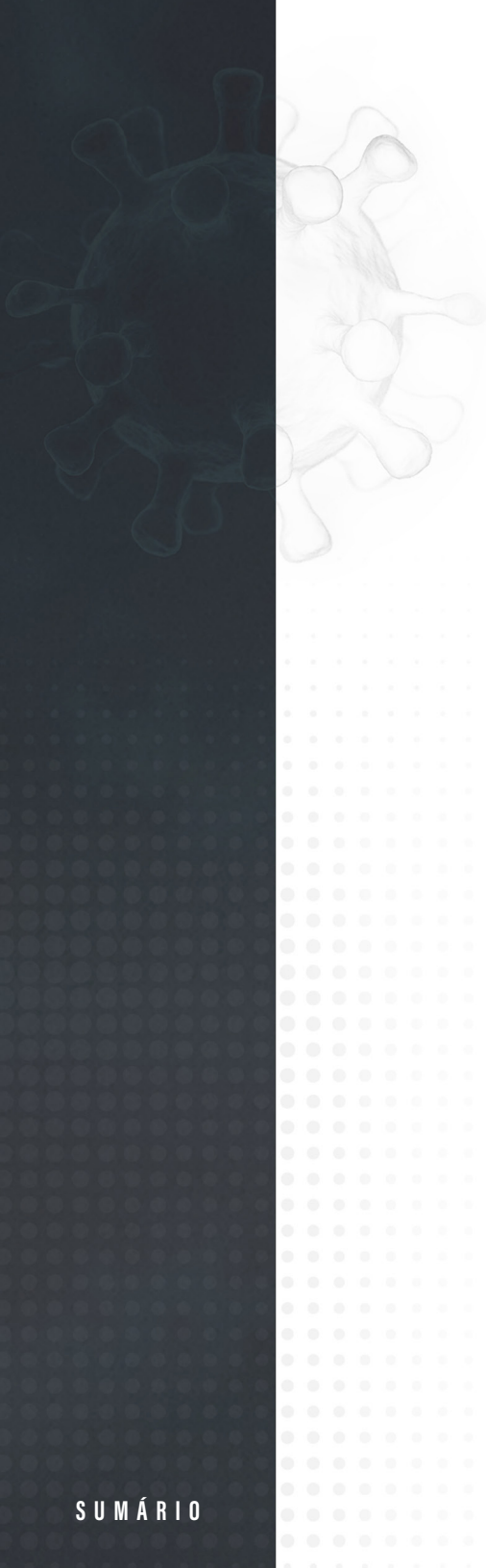
No dia 24, uma segunda-feira de carnaval, a *Folha* destacou que a Itália começara a isolar cidades: o número de casos já era o terceiro no mundo e houve três mortes. O vírus saíra da Ásia e chegara definitivamente à Europa. Os foliões, contudo, continuavam despreocupados. No dia seguinte, os dois jornais destacaram a queda imensa nas bolsas de diversos países; aumentou em muito o risco de a economia mundial contrair, pois a única alternativa no horizonte era a redução da atividade econômica. Os investidores passaram a apostar que o vírus iria atingir muitos países e forçaria a paralisação da economia.

Quarta-feira, dia 26, os dois jornais destacaram na primeira página que houve a confirmação de um caso no Brasil. No mesmo espaço, elencaram medidas para o indivíduo evitar a infecção, calçadas no paradigma da gripe. No dia seguinte, 27 de março, foi destaque nos dois jornais a queda recorde da bolsa brasileira. O ministro da Saúde, na *Folha*, procurou tranquilizar; afirmou que não se sabia como o vírus iria se comportar num país tropical no verão e que seria mais uma gripe com que teríamos que lidar. A esperança era clara: por ser inverno lá e verão aqui, talvez não tivéssemos tanto contágio. O amedrontador se aproximava; mas poderia passar ao largo para a maior parte das pessoas.

No dia seguinte, na *Folha*, o ministro repetiu a esperança do clima tropical, mas já mirava no exemplo da China. Por outro lado, a Itália, outros países europeus e, um pouco depois, Nova York funcionariam como exemplo negativo: o crescimento rápido de casos e mortes e a lotação de hospitais indicariam para cidadãos de diversos países o risco de nada fazer⁵.

Entre 1º e 10 de março, o maior destaque foi a confirmação de transmissão local no dia 6, destacada pela *Folha*. O movimento de aproximação do amedrontador não se dava mais como deslocamento

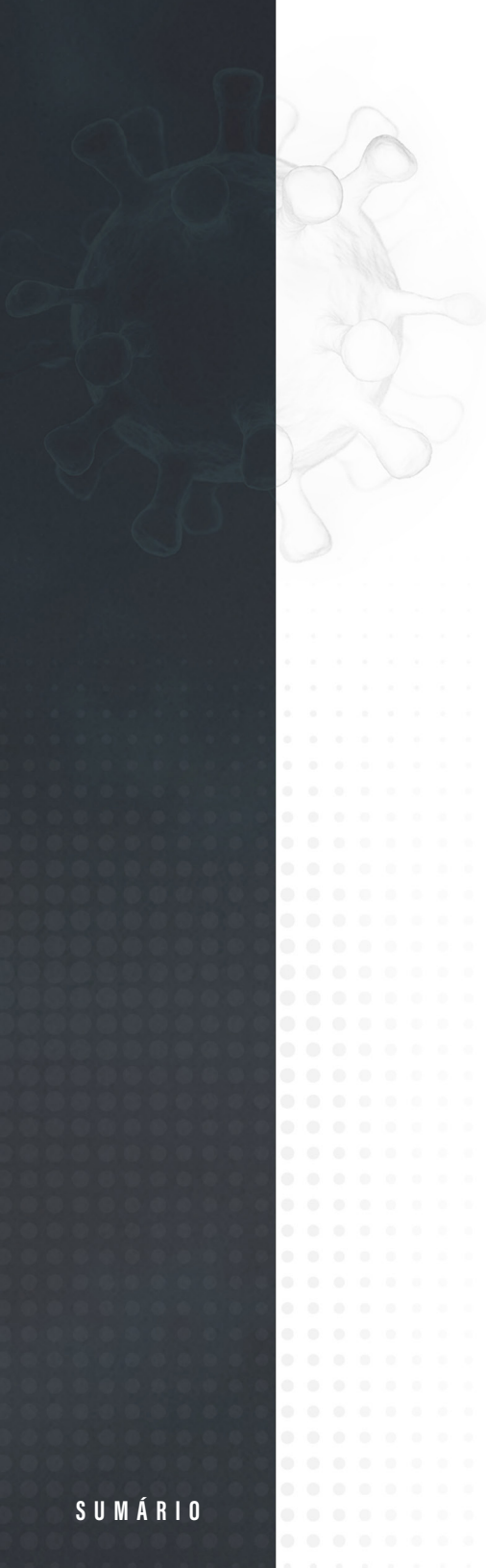
5 O jornal *O Globo*, na edição de 16 de março, compara a progressão de casos e mortes no Brasil ao que denomina de “fracasso europeu”. A ação humana estava entre a China e a Europa.



entre países, mas como a chegada do vírus a um indivíduo qualquer. A forma maior de concretizar a aproximação passou a ser o painel diário com o aumento de número de casos e mortes. Desde o dia 12 de março, *O Globo* publicava os indicadores de contágio e mortes em separado. Nos primeiros meses, o aumento dos indicadores era exponencial e significava tanto o crescimento do risco de cada um quanto o horror das mortes que se acumulavam.

No dia 11, a OMS reconheceu oficialmente que estávamos diante de uma pandemia. A partir daí, os jornais mudaram a cobertura. A emergência estava instalada e o medo passou a depender das ações de enfrentamento da pandemia. Nada fazer provocava mortes evitáveis, como o mostraram os hospitais lotados da Itália, e, portanto, aumentava o medo. Por outro lado, Bolsonaro, juntamente com Trump e Boris Johnson, não queria reduzir a atividade da economia e considerava humana e politicamente viável deixar o vírus se espalhar e causar mortes até atingir a imunidade de rebanho, até não haver hospedeiro viável (na suposição de que não haveria mutação e, assim, reinfeção).

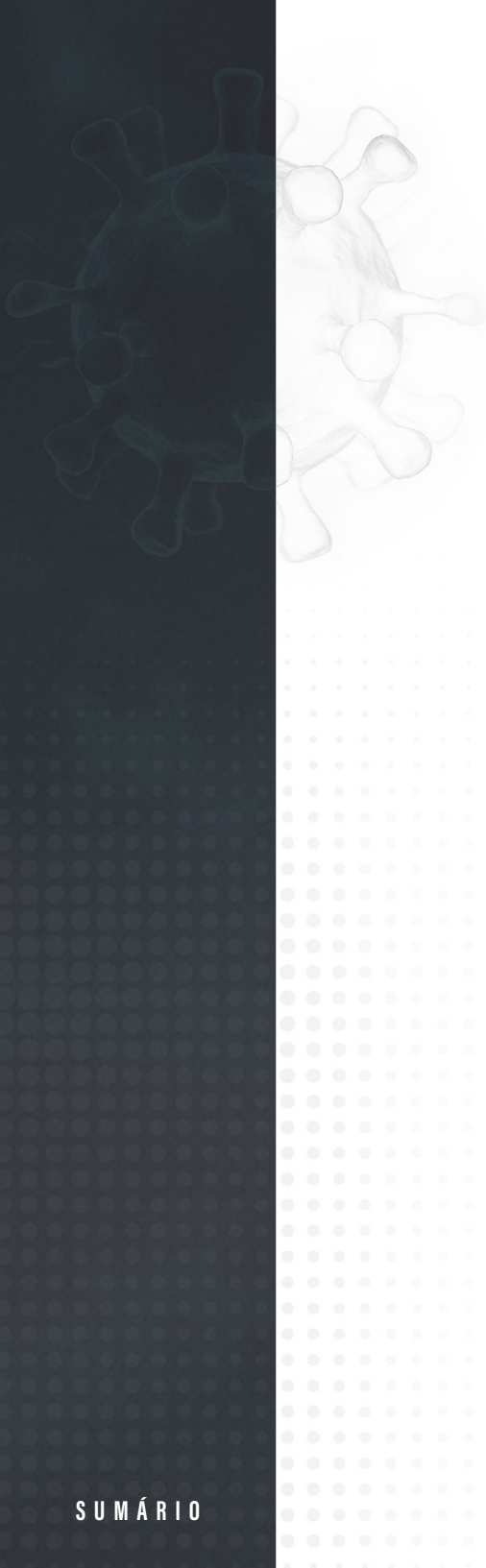
Ao longo da segunda quinzena de março até o final de abril, Bolsonaro perseguia seu sonho mórbido com uma série de medidas, intenções e pronunciamentos. Hesitou em decretar o confinamento. Quis limitar a ajuda econômica a trabalhadores a 200 reais por dois meses. Tentou atribuir à esfera federal o direito de decidir o que era atividade essencial, de modo a reduzir ao mínimo possível a paralisação econômica. Claro, havia também as diversas frases que contrariavam o consenso científico, mas que, se acreditadas, estimulariam a continuidade econômica: estudantes e trabalhadores podem voltar à escola e ao trabalho, pois cada indivíduo sabe controlar se transmite ou não para seus idosos próximos (isto é, cada um saberia fazer o que a medicina afirmou ser impossível, identificar o portador assintomático); a cloroquina cura; a doença não é grave; é só uma gripezinha; brasileiro não pega doença etc.



A intenção de promover a imunidade de rebanho provocou medo e forte reação de jornais tradicionais, cidadãos, cientistas e políticos. Seleccionados pelos efeitos políticos, eis alguns casos. A *Folha* no dia 14 de março, afirmou que o Brasil deveria parar. Os pronunciamentos de Bolsonaro passaram a ser acompanhados de panelaço em diversas cidades desde o dia 18. Os jornais noticiaram desde o dia 13 que diversas instituições, como colégios, universidades e associações esportivas, haviam decidido por si mesmas paralisar suas atividades. O *Imperial College*, assim como tinha feito para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, publicou no dia 27 uma simulação prevendo mais de um milhão de mortes se o governo não adotasse o isolamento, número que se reduziria a 44 mil com confinamento e paralisação. Os deputados concederam no dia 29 uma ajuda três vezes maior, de 600 reais, para os trabalhadores de serviço, assim como mais recursos aos empresários para manter o emprego durante a paralisação. Governadores e prefeitos de capitais e grandes cidades, entre os dias 12 e 24 de março, decretaram paralisação de escolas, fechamento de comércio e restringiram voos e deslocamentos entre cidades. O STF, por fim, no dia 15 de abril, decidiu que cabia a governadores e prefeitos decretar medidas restritivas.

Os meses de março e abril constituíram a forma do conflito político no Brasil ao longo da pandemia. O governo federal continuou com seu sonho de deixar o vírus se difundir livremente; contudo, estava restrito a demitir ministros, manipular números da pandemia, decidir quais e quando comprar remédios e vacinas e, por fim, o que é mais notório, espalhar notícias falsas pelas redes sociais sobre a gravidade da doença e o poder dos medicamentos. Em outras palavras, não podia diretamente induzir a população a retornar à vida ordinária, contrair a doença e gerar a imunidade de rebanho.

Jornais, políticos, cientistas e a população, por sua vez, limitaram as medidas que Bolsonaro podia tomar e que aumentariam o risco de todos. E estruturaram duas formas de denúncia às ações do governo federal. Em primeiro lugar, combateram inúmeras notícias



falsas difundidas pelo governo federal para induzir os brasileiros a voltarem ao trabalho e ao estudo. Em segundo lugar, atribuíram parte substancial das mortes causadas pela pandemia à demora em agir e à perversidade da difusão de notícias falsas. A discrepância entre mortes com ou sem isolamento proposta pelo *Imperial College* expressava a forma geral das denúncias, embora fosse uma simulação, aplicável ao que iria acontecer. A comparação com outros países permitiu o julgamento das ações passadas e, assim, denunciar o que acontecia no presente. Por isso mesmo, as denúncias tendiam a ocorrer, no Brasil e em outros países, quando o número de mortes atingia um limiar significativo, usualmente um número redondo: mil, dez mil, cem mil etc.

No final de abril, as mortes no Brasil ultrapassaram as da China, país muito mais populoso e que convivia com o vírus há muito mais tempo, mas tido como exemplo de efetividade no combate à transmissão. Os jornalistas pediram que Bolsonaro comentasse a situação; evidentemente, a pergunta era uma denúncia da ineficácia e perversidade de seu governo. Irritado, Bolsonaro deu mais uma de suas declarações famosas pela desumanidade: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagres. [...] Mas é a vida. Amanhã vou eu” (Chaib; Carvalho, 2020).

Quanto à solidariedade por interdependência, para jornais como *O Globo* e a *Folha de S.Paulo*, com audiência majoritariamente de classe média alta, ela se manifestava como apoio àqueles que tinham menos condições de se proteger pela necessidade de trabalhar e/ou pelo lugar onde moravam. No dia 22 de março, a *Folha* publicou um editorial na primeira página intitulado *Solidários venceremos*. A *Folha* incluiu entre os vulneráveis, além de idosos e portadores de doenças, os que ganhavam pouco, que não tinham reservas e que seriam obrigados a trabalhar. No fim, dizia esperar que o choque da pandemia pudesse transformar de forma duradoura a sociedade brasileira, tão “iníqua”: “a pandemia acaba, mas a solidariedade não vai embora e poderá transformar o Brasil”. *O Globo* não ficou atrás; no dia 26, por exemplo, afirmou que mesmo os economistas

pró-austeridade (aqueles a quem o jornal usualmente concedia espaço quando se discutiam políticas públicas) defendiam mais gastos para garantir um mínimo de proteção social à população.

Outra forma de manifestar positivamente a solidariedade era a preocupação, desde meados de março, com as condições de proteção dos moradores de comunidade. A *Folha* destacou iniciativas em Paraisópolis para combate do vírus no dia 27 de março; dois dias antes, *O Globo* se preocupava com o contágio na Cidade de Deus. No dia 30, também destacou com textos e imagens o trabalho de voluntários que pretendiam fornecer alimentos a mais de 650 mil pessoas que “vivem em situação de pobreza”. A última forma maior de defesa positiva da solidariedade nesses primeiros meses foi o elogio aos profissionais de saúde, que arriscavam suas vidas pelo bem comum.

A exigência de solidariedade, porém, se manifestou mais cotidianamente na forma negativa como crítica a todo aquele que, por prazer, rompia com o isolamento. A luta pelo bem comum não se expressava por manifestações de rua, mas por ficar em casa.

ENTRE O MEDO E A ESPERANÇA: O PODER DA TÉCNICA E OS LIMITES DA SOLIDARIEDADE

O ano de 2021 se iniciou ainda marcado pela forte apreensão frente aos desdobramentos da pandemia, com cerca de nove milhões de infectados em todo o território brasileiro, o crescente aumento da média móvel de óbitos e a chegada à marca de mais de duzentos mil mortos. Tal preocupação foi acirrada pela descoberta de novas mutações do coronavírus, várias delas já no Brasil. Esse quadro tinha como contrapartida as notícias sobre a fragilidade da rede de assistência, com filas de pacientes aguardando leitos de UTI e enfermarias nas redes públicas de saúde se avolumando pelo país. Mesmo após um ano do surgimento da doença e com os avanços da ciência na compreensão de suas causas e formas de enfrentamento, matérias

d'O *Globo* de 05 de janeiro apontam como a Covid-19 era ainda cercada de temor sobre seu desfecho e sobre as possíveis consequências entre aqueles que dela se recuperavam, como as suspeitas de distúrbios neurológicos, de memória e depressão, prolongando no tempo o estado de tensão que constituía a doença.

A experiência do medo, ainda que intensa, passou, no entanto, a conviver com outro horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), marcado pela esperança, uma vez que as terapêuticas de imunização, em desenvolvimento desde o início da pandemia, começaram a ser implementadas em maior escala a partir de dezembro, quando à China, pioneira nesse processo desde julho de 2020, juntaram-se Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Israel, Catar e Arábia Saudita, entre outros países. A vacinação seria, assim, o grande tema em debate, o que se expressava pelo anúncio de sua efetivação pelo mundo e a perspectiva de implementação em território nacional.

Foi em janeiro que se deu no Brasil o início concreto desse processo, com as negociações no começo do mês para a compra do imunizante de Oxford/AstraZeneca na Índia, recém-autorizada pela Anvisa, e o pedido do instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz para uso emergencial de vacinas produzidas em parceria com os laboratórios Sinovac e AstraZeneca, respectivamente. Também estava em curso a negociação de produtos dos laboratórios Moderna, Sputnik e Pfizer. Pela primeira vez se vislumbrava, de forma palpável, a possibilidade de contenção do vírus.

A implementação do programa de imunização não se deu, no entanto, sem percalços. Em diversas matérias, o atraso na aquisição da vacina vinda da Índia, pautado nos dois jornais em 4 e 15 de janeiro, a falta de cronograma e planejamento para o início desse processo no país e os desafios para a obtenção dos insumos necessários, em especial seringas e agulhas, ocasionaram fortes críticas à gestão do governo federal, sobretudo n'O *Globo* de 5 de janeiro. Houve, nesse momento, embates entre os diferentes entes federativos, colocando

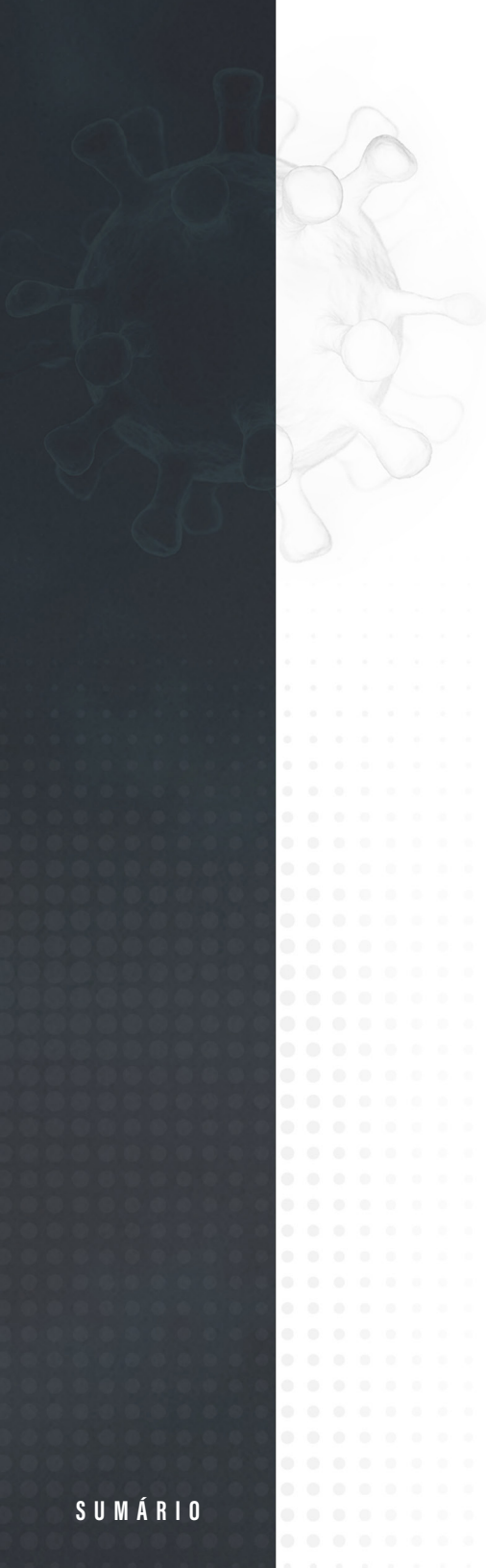
em oposição os âmbitos federal, de um lado, e estadual e municipal, de outro; o Supremo Tribunal Federal foi convocado por diversas vezes a atuar na gestão desses impasses. Enquanto isso, a própria implementação da vacina vinha cercada de indagações, fosse sobre sua taxa de eficácia e duração, fosse na definição do regime de dosagem, a definição sobre o intervalo adequado entre elas e a opção de postergar a segunda dose como forma de otimização dos recursos existentes para a máxima ampliação da cobertura.

As questões acima levantadas, por mais que trouxessem eventuais dúvidas e apreensões sobre o novo imunizante, eram ainda assim movidas pela aposta na vacina como chave para o enfrentamento da pandemia. No entanto, concomitantemente a esse discurso norteado pelas diretrizes das autoridades sanitárias, circulavam narrativas dissonantes, como se atesta pelas declarações do então presidente Jair Bolsonaro vocalizando suas suspeitas sobre a vacina e seu posicionamento individual contra a imunização. Elas evidenciaram as ambiguidades do governo federal, que tanto mobilizou vultuosos recursos para a aquisição do imunizante como teve entre importantes líderes governamentais vozes que desqualificaram o programa de imunização, como se observa pelas declarações do ex-presidente, abaixo transcritas:

Para o meu governo, **qualquer vacina**, antes de ser disponibilizada à população, **deverá ser comprovada cientificamente** pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. O povo brasileiro **não será cobaia** de ninguém (21 out. 2020).

Como sempre, eu nunca fugi da verdade, eu te digo: **eu não vou tomar vacina**. E ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu. E ponto final (15 dez. 2020).

Se você virar um jacaré, problema de você. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso (17 dez. 2020) (Lopes, 2022, on-line, grifos nossos).



Esses posicionamentos não estiveram restritos a Bolsonaro, mas circularam de forma intensa em diferentes espaços, tanto presenciais quanto digitais. As redes sociais on-line constituíram-se importante fórum de repercussão dessas polêmicas, mobilizando argumentos que iam desde a preocupação com o que apontavam ser um reduzido tempo de pesquisa para o desenvolvimento eficaz e seguro da vacina, passando pelos efeitos colaterais supostamente graves ou letais do imunizante, acusações sobre supostos interesses obscuros da ciência e governantes na implementação dessa tecnologia, até teorias conspiratórias que “denunciavam” planos internacionais de controle e aniquilação da humanidade por meio da implantação de *chips* nas populações (ver capítulo 4 desta coletânea).

Tais discursos – tanto aqueles a favor como os contra a vacina – reverberaram de modo contundente entre diversos segmentos da sociedade, colocando-a ora como vetor de esperança, ora como vetor de medo, a depender dos posicionamentos políticos e das identificações mobilizadas. No dia 17 de janeiro, a Anvisa afinal aprovou a autorização de uso emergencial da Coronovac e da vacina da AstraZeneca/Oxford. Transmitida ao vivo, a reunião extraordinária para essa deliberação obteve votação unânime e grande repercussão, sendo seguida do início imediato da imunização, capitaneada pelo então governador de São Paulo João Doria Jr., e simbolicamente aplicada a uma profissional de saúde.

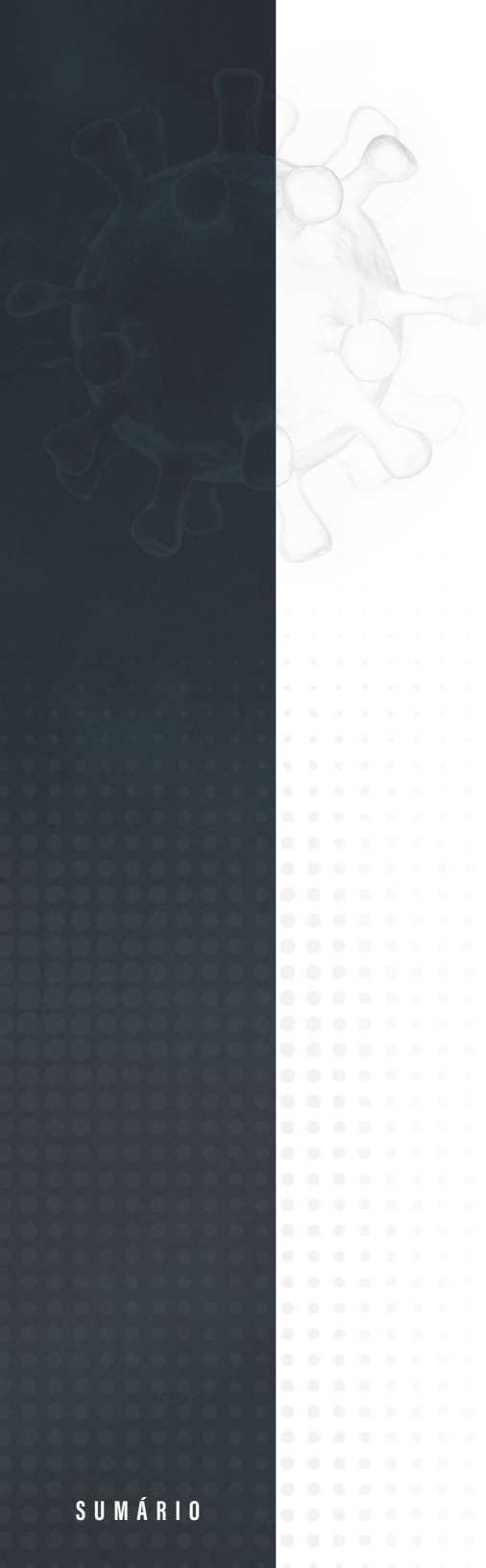
O início desse processo trouxe à tona outro conjunto de questões, ligadas aos modos de gestão da vacina. A oferta do imunizante era restrita diante da escala da população e, ao mesmo tempo, da concorrência dos demais países pelo produto no contexto pandêmico; a isso se somava a demora no início da produção pela Fiocruz. Foram, assim, definidos grupos prioritários em dezembro de 2020⁶.

6 A chamada fase um, privilegiou os trabalhadores de saúde, pessoas a partir de 75 anos, pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas e a população indígena com 18 anos ou mais ou atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde. A segunda fase privilegiou pessoas de 64 a 74 anos; a terceira fase, pessoas com comorbidades; a quarta fase teve como alvo professores, nível básico ao superior; forças de segurança e salvamento e funcionários do sistema prisional (Amaral; Teixeira, 2020).

Essas definições não impediram que setores da sociedade buscassem proteção por outros caminhos que não aqueles preconizados pelo Programa Nacional de Imunização do Sistema Único de Saúde.

No final de novembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal encaminhou à Fiocruz um ofício – negado – solicitando a reserva de sete mil doses a serem destinadas de forma prioritária a ministros e servidores da Corte e do Conselho Nacional de Justiça. A Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas, por sua vez, tentou sem sucesso adquirir em janeiro cinco milhões de doses da Covaxin, produzida pelo laboratório Bharat Biotech, para aplicação em clínicas particulares. Do mesmo modo, empresários defenderam a compra da vacina visando em parte doar ao SUS e a sua aplicação em funcionários e familiares. Outro caso emblemático foram os chamados “fura-filas”, já com a imunização em curso, quando indivíduos não pertencentes aos grupos prioritários conseguiram se imunizar, como, por exemplo, as duas jovens irmãs médicas filhas de um rico empresário em Manaus e prefeitos de cidades brasileiras como Itabi, no Sergipe, e Candiba, na Bahia, alguns desses casos objeto de denúncia no Ministério Público. Estava instaurada a tensão entre, de um lado, a possibilidade de aquisição privada da vacina, antecipando, assim, a proteção aos que tinham os meios ou poder para adquiri-la, e, de outro, a prioridade aos mais vulnerabilizados.

O embate pela vacina colocava em relevo os sentidos da noção de solidariedade em jogo nesse momento. Como foi mencionado, com a inexistência de medidas farmacológicas eficazes para o enfrentamento ao vírus, a principal estratégia preventiva era o distanciamento social. A ela se somava a concessão do auxílio emergencial, iniciativas que traduziam o reconhecimento da necessidade de proteção do conjunto da sociedade e a ideia de interdependência; a condição de vulnerabilidade era entendida como *referente a todos*. Muito se falou nesse momento sobre a esperança por uma nova moralidade em que a ideia de coletivo voltasse a ter protagonismo.



Nesse novo cenário de 2021, no entanto, outro quadro se desenhava. Após o tensionamento ao longo de 2020 entre a defesa do distanciamento social pelas autoridades científicas e sanitárias e grande parte dos governadores e prefeitos, de um lado, e os partidários de Jair Bolsonaro, de outro, vemos a paulatina desconstrução dessa oposição. Prefeitos e governadores começaram a buscar formas de flexibilização, instaurando modelos de classificação de fases para a reabertura nos estados, o que não encontrou plena convergência entre especialistas, no que alguns definiram como sendo essa postura uma “má cidadania”.

Embora ainda se argumentasse a favor das medidas restritivas e do uso de máscaras, já se discutia, entre outras coisas, a abertura de espaços de lazer e a data de volta presencial ao culto religioso e às aulas; o pacto de solidariedade estava sendo paulatinamente deslocado do *isolamento* para a *imunização*. O esgotamento emocional e econômico de uma quarentena sem data marcada de término e o alento dado pela possibilidade farmacológica de contenção do vírus instauravam uma nova questão moral: a prioridade aos mais necessitados na imunização e a condenação dos que se recusavam a se vacinar, impactando a obtenção da desejada imunidade de rebanho. Além disso, colocava em choque diferentes lógicas de funcionamento, marcadas, de um lado, pelo forte sentido de hierarquia, constitutivo de um país desigual, de herança escravocrata, no qual as elites políticas e econômicas sempre ocuparam um lugar naturalizado de privilégios, e, de outro, um discurso mais igualitário que emergia de forma mundial face a uma situação-limite inédita, auxiliada por determinados setores sociais mais progressistas que, historicamente, vinham lutando pela redução das assimetrias, como movimentos sociais e o campo da saúde pública.

A politização do debate sobre a vacina contra Covid-19: instituições e (des)confiança

A produção social de sentidos e afetos sobre a Covid-19 se deu em um cenário turbulento, de acirrada disputa político-partidária e de proximidade do calendário eleitoral. A vacina, que nesse momento estava no centro do debate público, mobilizou, a exemplo do que ocorreu com outras medidas efetivas ou possíveis, um campo de luta no qual os posicionamentos revelavam as proximidades e distâncias ideológicas dos atores sociais envolvidos. O medo, a esperança e a solidariedade foram assumindo maior ou menor densidade na medida em que se entrelaçavam a outra questão central ao enfrentamento da pandemia: a (des)confiança das instituições, em especial mobilizando o tripé governo, ciência e mídia.

A tensão entre essas três instâncias, cabe lembrar, não emergiu no contexto pandêmico. A ascensão de Bolsonaro ao poder foi marcada pela afirmação de um lugar antissistêmico, que envolvia uma estratégia de diferenciação, no plano discursivo, da política *mainstream*, uma vez que ele havia integrado o congresso nacional como deputado federal por quase trinta anos, em sete legislaturas⁷. Encarnando de forma crescente a agenda da extrema direita, que envolvia tanto a desqualificação da política representativa como o conservadorismo no plano dos costumes (Brown, 2021), seu discurso foi potencializado pelo debate anticorrupção no bojo da Operação Lava Jato, ocorrida no recente contexto brasileiro. Da mesma forma, a construção de sua imagem pública enquanto *outsider* se desenhou passo a passo a ataques a veículos tradicionais de imprensa, em especial às organizações Globo e grupo Folha, chamadas pejorativamente por ele e seus seguidores de

7 Bolsonaro tem uma longa trajetória na política, tendo ocupado o cargo de deputado federal nos seguintes anos, estados e partidos: (1) 1991-1995, RJ, PDC; (2) 1995-1999, RJ, PPR; (3) 1999-2003, RJ, PPB; (4) 2003-2007, RJ, PPB; (5) 2007-2011, RJ, PP; (6) 2011-2015, RJ, PP; (7) 2015-2019, RJ, PP (Câmara dos deputados, [2023]).

"Globalixo" e "Foice de S. Paulo" (em alusão à *Folha de S. Paulo*). Tal postura se expressava tanto nas críticas aos conteúdos veiculados pelo seu alinhamento a pautas progressistas (como a luta antirracista e a agenda LGBTQIAP+, por exemplo, localizando esses veículos no campo do que chamavam de "marxismo cultural"), passando pela bem-sucedida recusa ao poder dos grandes meios na outorga de visibilidade aos políticos em geral, ao instituir novos canais de comunicação com a sociedade (*lives* de campanha e, após a eleição, semanais), ao hostilizar jornalistas abertamente, ou ainda pelas ameaças explícitas de não conferir renovação da concessão pública da Rede Globo, cujo prazo de vencimento era em 2022.

Com a eclosão da pandemia, o então presidente posicionou-se, tal qual outros líderes mundiais desse espectro político, reiteradamente contra as principais medidas preconizadas pelas autoridades científicas. Por ocasião do lançamento da campanha de imunização contra a Covid-19, proliferaram as declarações desqualificando a CoronaVac, com questionamentos à sua segurança e eficácia. Cabe pontuar que houve, também, elogios ao imunizante da AstraZeneca e a defesa do SUS para a distribuição do fármaco. Tais contradições refletem a complexidade do cenário político e o provável diálogo tanto com os anseios da sociedade por formas eficazes de enfrentamento da pandemia como com a disputa por protagonismo travada com o então governador paulista João Doria Jr., à frente do imunizante da Sinovac e, nesse momento, ainda virtual candidato às eleições de 2022. Esses embates são retratados nas edições d'*O Globo* de 13 e 23 de janeiro, e na da *Folha*, em 7 de janeiro.

O posicionamento de Bolsonaro e seus seguidores contra a vacina repercutiu vigorosamente nas redes digitais, mas teve como contraponto a cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação do país, em especial aqueles com quem já polemizava, as organizações Globo e o grupo Folha. Cabe destacar que, a despeito da fragmentação do cenário jornalístico nas últimas décadas, com as mudanças nas dinâmicas de produção de conteúdo, o surgimento

e consolidação de outros veículos e espaços noticiosos e o crescente tensionamento do modelo de negócios e da autoridade simbólica desses espaços diante do fortalecimento da internet, esses veículos ainda seguiam com força.

O contexto pandêmico foi um momento de especial reposicionamento dos meios, ao se apresentarem à sociedade como um espaço de produção de informação confiável diante de um cenário de incertezas e mais dependente, novamente, das fontes institucionais. O combate às chamadas “*fake news*” representou uma frente de luta contra os discursos que se contrapunham aos consensos científicos e, ao mesmo tempo, uma estratégia de se afirmar como o lugar de produção da verdade em contraposição às notícias falsas. Esse processo de retomada das credenciais do jornalismo como mediador dos eventos do mundo e os indivíduos pode ser aferido, por exemplo, pelo aumento da média de assinantes digitais d’O *Globo*, que foi de 202 mil em 2019 para 236 mil no início da pandemia (Nascimento, 2020).

Os jornais, reivindicando para si esse lugar de autoridade, o faziam se contrapondo às medidas governamentais, ressaltando sua distância ao que os consensos científicos defendiam. Isso se dava tanto de forma menos aparente, na construção de uma narrativa marcada pela impessoalidade na “descrição do mundo”, mas também de forma mais explícita por críticas abertas a Jair Bolsonaro. A cobertura d’O *Globo* trazia questionamentos às posições de Bolsonaro e seus seguidores por meio de acusações de má gestão (“dúvida” e “atraso” em relação à vacina, “troca-troca de ministros”, “insistência” na clo-quina, falta de testagem e distanciamento social) e termos desqualificadores (descrevendo o Brasil como “pária internacional”), por exemplo. Mas o fazia, também, ao promover de forma aberta a confiança na ciência. Isso se materializou, por exemplo, com o aumento da convocação de cientistas e médicos como fontes e a criação de seções específicas nos jornais para vocalizarem – e fortalecerem – sua posição de voz autorizada, como a coluna *A hora da ciência*.

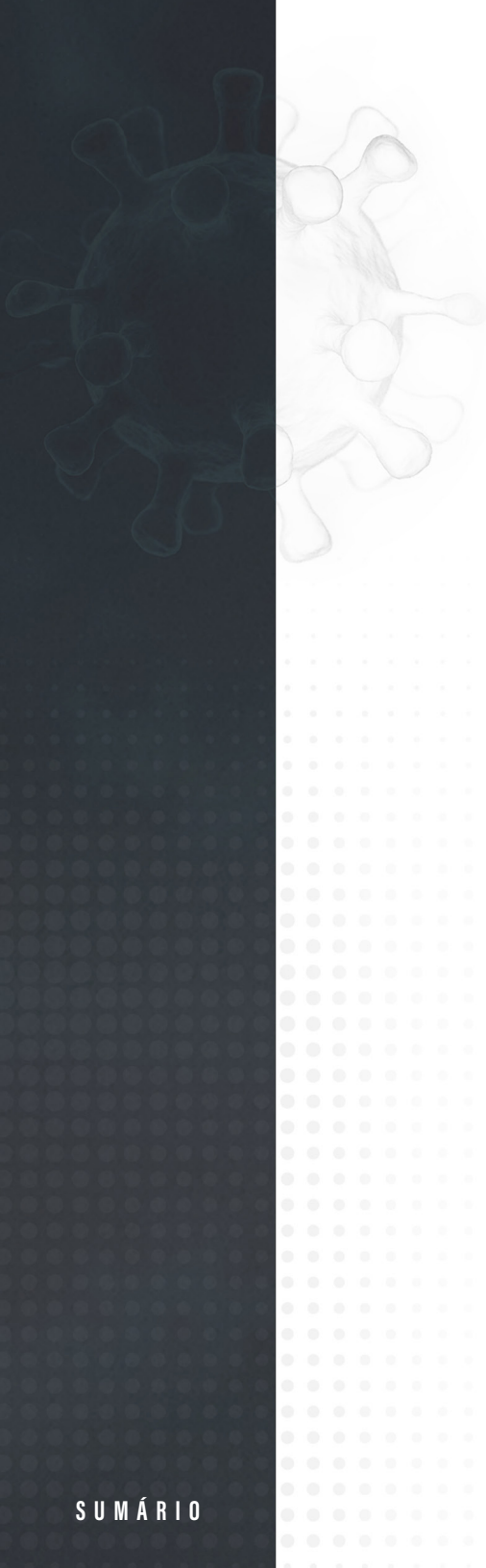
Ao darem amplo destaque às críticas dos cientistas, os jornais utilizavam essas vozes para fortalecer a sua própria posição.

Os alinhamentos entre a mídia e a ciência, de um lado, e governo federal, de outro, estiveram em uma escalada de tensão e assumiram configurações variadas. A função da ciência de orientar o Estado e os indivíduos sobre o que poderia ser feito para evitar a contaminação em um contexto limite foi, no caso brasileiro, minada pela postura do governo federal e de outros políticos negacionistas, ainda que tenha obtido êxito em alguns âmbitos estaduais e municipais. Os meios de comunicação desempenharam um importante papel na construção de uma agenda política, ainda que permanentemente tensionados pelas redes digitais, vigorando, nesse momento, um tumultuado jogo de confiança-desconfiança entre governos, ciência e mídia.

*Entre o ordinário e o extraordinário:
enquanto os jovens fazem Enem, a morte se avizinha*

O avançar do tempo, marcado pela permanência do severo quadro de Covid-19, trouxe à tona outras questões importantes, como as decisões acerca da manutenção (ou não) das atividades rotineiras. Se a questão da volta às aulas, ainda postergadas, já estava em pauta, um tema de destaque em janeiro foi o pedido da Defensoria Pública da União (DPU) para o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), previsto de forma presencial nos dias 17 e 24 de janeiro. A despeito da pressão das principais organizações estudantis do país, como União Nacional dos Estudantes e União Brasileira de Estudantes Secundaristas, e de alguns prefeitos, o pleito foi rejeitado pela justiça, como mostrou *O Globo*, em 12 de janeiro de 2021.

Os movimentos de volta à “normalidade” promovidos, de um lado, pelo governo federal, dando prosseguimento à postura de minimizar a gravidade da pandemia, e de outro, de alguns setores da



sociedade diante do esgotamento social, psíquico e econômico da prolongada quarentena, foram confrontados por um fato novo que impactou o país. A segunda onda da Covid-19 em Manaus levou ao agravamento do cenário sanitário, ocasionando o colapso na rede de assistência. Medidas foram tomadas, como a distribuição dos enfermos pela Força Aérea Brasileira a outros estados e a decretação do toque de recolher. Essa situação atingiu seu ápice com o término do estoque de oxigênio da cidade, o que foi noticiado nas capas dos jornais, em 15 de janeiro, com imagens e manchetes eloquentes da escalada do medo em curso: “Sem oxigênio, Manaus vê morte por asfixia em hospitais” (*O Globo*) e “Sem oxigênio e disparada de casos, Manaus mergulha no caos” (*Folha de S.Paulo*).

Essa situação-limite trouxe à cena a perspectiva aguda e generalizada da morte (“Pandemia em expansão: nova variante do vírus domina Manaus e é risco para o país todo”, capa d’*O Globo* de 29 de janeiro de 2021), explicitando os dilemas morais enfrentados pelos profissionais de saúde, marcados pela impotência e exaustão, que indagavam: “Como posso julgar quem salvar, quem merece viver?”, como destaca *O Globo* em 14 de janeiro. Reeditou, ainda, o debate acerca de causas e responsabilidades, em especial dos governantes sobre as mortes evitáveis. Em um contexto de tensão entre governos federal e estaduais/municipais, Bolsonaro culpou o governador do Amazonas e o prefeito de Manaus pela falta de oxigênio, atribuiu a situação à nova cepa circulante na cidade e, mais uma vez, defendeu o uso da cloroquina, declarando, em tom de visível autodefesa: “Terrível o problema lá. Agora nós fizemos a nossa parte, com recursos, meios... Hoje as Forças Armadas alocaram para lá um hospital de campanha. O ministro da Saúde (Eduardo Pazuello) esteve lá na segunda-feira e providenciou oxigênio” (Coletta, 2021, grifo nosso). Por sua vez, o governador do Amazonas negou arrependimento por ter suspenso as medidas de restrição, como apontado na *Folha de S.Paulo* em 15 de janeiro.

A pressão sobre o governo levou ao envio do ministro Pazuello ao Amazonas em 23 de janeiro, “sem voo de volta”. Esse evento foi

decisivo para os desdobramentos que se seguiram nos meses subsequentes, com a instauração em 27 de abril de 2021 da Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que teve como objetivo investigar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas (Senado Federal, 2021).

DA PANDEMIA À ENDEMIA: A VOLTA À ROTINA

O terceiro e último período analisado se inicia em janeiro de 2022, após meses de paulatino arrefecimento das tensões frente à doença. Na contramão desse movimento, o ano começou sob o impacto da notícia da expansão de uma nova variante do coronavírus no país, anunciada pela Anvisa em 26 de novembro de 2021. A nova cepa, batizada de ômicron, agudizou o cenário pandêmico dada a sua inédita e intensa transmissibilidade. Em apenas uma semana as taxas mundiais de contágio dobraram, quebrando recordes de infecções, e a OMS alertou para a possibilidade de um “tsunami” iminente de infecções, como aponta a capa da *Folha de S.Paulo* do dia 01 de janeiro. A presença do vírus se fazia concreta não apenas pela quantidade crescente de pessoas infectadas, mas também pela profusão de políticos, artistas e atletas adoecidos. Foram suspensas as temporadas de cruzeiros diante dos surtos ocorridos a bordo, e o debate sobre a segurança sanitária do Carnaval tomou conta do noticiário, tendo como desfecho o seu cancelamento nas principais cidades turísticas do país.

Não apenas a nova variante preocupava o mundo, mas também as infecções que combinavam genes de delta e ômicron (“deltacron”, cepa híbrida descoberta no Chipre), os casos de dupla infecção por Covid-19 e gripe (“flurona”, detectada pela primeira vez em Israel), os estudos que indicavam ser a ômicron menos protegida

pela cobertura vacinal e a possibilidade de reinfecção dos vacinados, como aponta *O Globo* em 03 de janeiro.

O jornal carioca noticiou em 31 de janeiro a primeira morte por ômicron em Goiânia, e os números foram progressivamente subindo, até apresentar, ao final do mês, 205% de aumento dos óbitos, chegando ao patamar de mais de quinhentas ocorrências diárias. A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, reverberou o sentimento crescente de tensão ao trazer com destaque a seguinte manchete em sua capa: "Ômicron causa a primeira morte, cancela eventos e sobrecarrega a saúde". Tal sentimento foi construído demarcando a fragilidade de nossa esperança na contenção da doença e trazendo de volta à cena um grande temor desde o início da pandemia, a dificuldade de atendimento. Diz o texto de 07 de janeiro:

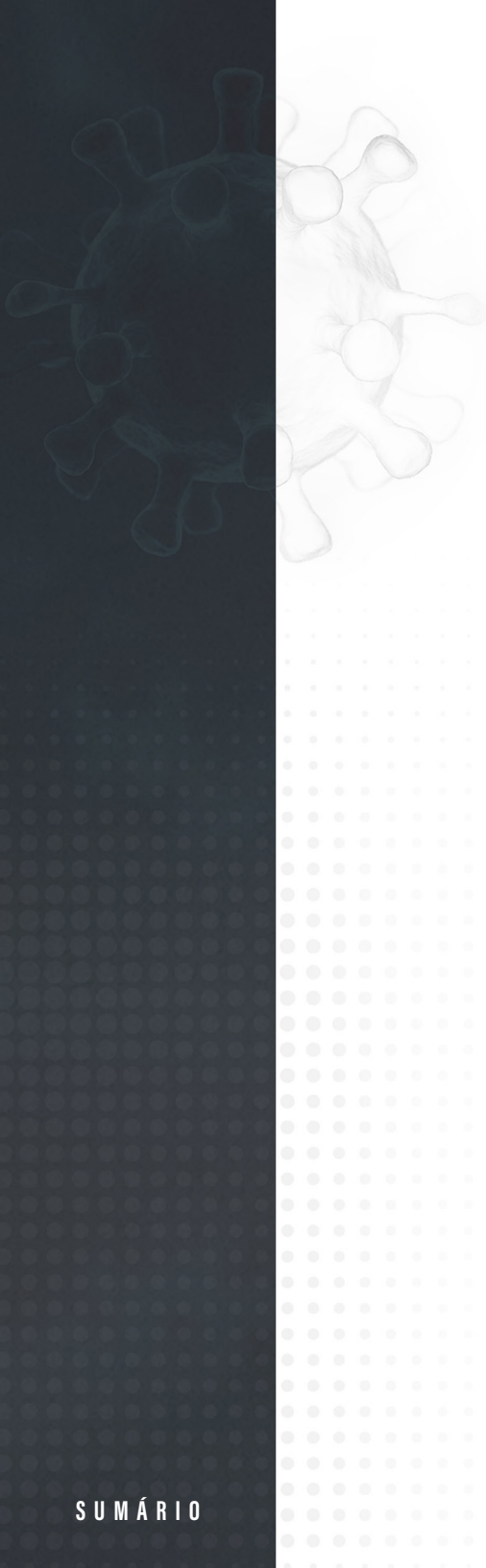
Após meses de melhora com a vacinação, a pandemia volta a assustar Brasil. Impulsionados pela ômicron, os casos dispararam e a primeira morte causada pela variante foi confirmada ontem, um homem de 68 anos, com comorbidade, em Goiás. O aumento de infecções tem sobrecarregado a rede de saúde. Há espera de até 5 horas em prontos socorros, e a alta da demanda fez os testes diagnósticos sumirem. Cidades turísticas vivem cenários de caos com visitantes contaminados. O vírus também se alastra entre as crianças, lotando o atendimento de hospitais infantis (Ômicron [...], 07 jan. 2022).

Importante destacar novamente o papel do jornalismo na construção da ideia de perigo que se delineava. Em 10 de janeiro, por meio do Consórcio de Imprensa, *O Globo* afirmou que os números daquele mês se aproximavam do pior momento da pandemia no Brasil. Da mesma forma, a voz autorizada das instituições científicas e sanitárias tiveram grande importância, em especial na antecipação de futuro, por meio de modelos matemáticos (como o já mencionado caso do *Imperial College* de Londres) ou outras formas de mensuração. *O Globo* noticiou em 7 de janeiro que cientistas da Universidade de Washington (nos Estados Unidos) projetaram

a ocorrência, em duas semanas, de um milhão de casos diários no Brasil. Noticiou, ainda, no dia seguinte, declaração da OMS de que a situação sanitária “estava longe de acabar”.

As ambivalências sobre esse lugar do Estado no caso brasileiro, dividido entre “estar preparado” para enfrentar as calamidades por meio de projeções, exercícios e políticas públicas e, assim, não ser responsabilizado no futuro (Lakoff, 2017), as reais possibilidades do aparato estatal de enfrentar um evento dessa magnitude e a perspectiva mais individualizante de desresponsabilização coletiva pelo cuidado, foram guiando as ações que se desenvolveram no decorrer desse período. O “passaporte vacinal”, que já vinha sendo paulatinamente adotado em países como França e Alemanha e atingia até aquele momento dezesseis capitais brasileiras, tornou-se objeto de disputa. O decreto de João Doria Jr. pela obrigatoriedade do esquema vacinal para servidores e a tentativa de sua implementação em algumas universidades dividiram os diferentes âmbitos do Estado, reeditando as polarizações ocorridas com a cloroquina, o uso de máscara, o distanciamento social e, agora, a vacina, que contrapunham alguns governadores e prefeitos, com alinhamento do STF, de um lado, e setores do governo federal, de outro. O Ministério da Educação já havia se posicionado contrariamente ao passaporte em dezembro de 2021, afirmando ser “inconstitucional a exigência de cartão de vacinação como pré-requisito ao retorno às atividades presenciais”, o que foi contraposto logo em seguida pelo Supremo Tribunal Federal, como noticiou *O Globo* em 11 de janeiro. Novamente, os jornais se alinharam a essa última posição, como revela o edital da *Folha de S.Paulo* de 29 de janeiro, intitulado “Cobrar o passaporte”, em que afirmava ser “essencial que se generalize no país a cobrança” dessa medida.

Os limites da capacidade estatal e da rede de assistência, também, ficavam evidentes, e a necessidade de diagnóstico intensificava os posicionamentos frente ao autoteste, proibido no Brasil por regra da Anvisa. A expectativa de que tal medida pudesse servir para triagem da doença e suprir o método PCR feito em

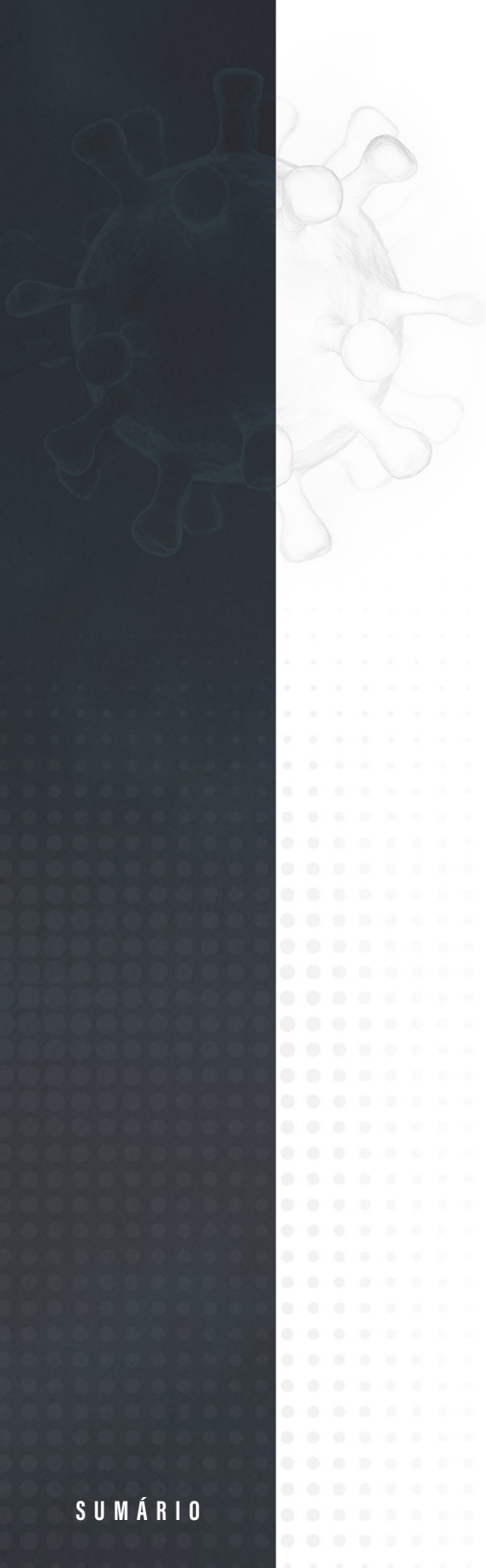


laboratórios e hospitais se tornou ainda mais contundente diante da explosão da ômicron no país. Permitido no Reino Unido e na França, que vendia os exames em supermercados, o autoteste foi liberado pela Anvisa no final do mês, sendo autorizada a sua venda em farmácias e estabelecimentos de saúde licenciados, conforme noticiou *O Globo* em 12 de janeiro.

O mesmo ocorreu em um tema sensível que mobilizou o debate público do período: o início da vacinação infantil. Aprovada pela Anvisa desde 16 de dezembro de 2021, a imunização de crianças de 5 a 11 anos demorou a ser implementada. Bolsonaro e setores do governo federal se contrapuseram à ideia; o Ministério da Saúde solicitou prazo para dar início ao processo requerendo a realização de consulta e audiência públicas. Recomendou a autorização dos responsáveis e prescrição médica como condições para sua efetiva implementação, o que gerou protestos do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria. A consulta pública obteve cem mil manifestações, sendo a maioria delas contrária à exigência de prescrição, o que levou o governo a desistir de tal medida. A imunização foi, assim, incluída no calendário da política nacional de imunização, iniciando em 14 de janeiro.

Se a nova variante mantinha, a princípio, o nível de tensão que acompanhava a experiência da Covid-19, ela ao mesmo tempo expressava os novos deslocamentos em curso na história natural da doença. O impacto da vacinação nas curvas de mortalidade e no abrandamento dos sintomas, aliado à progressiva constatação da menor letalidade da nova cepa, mais limitada às vias respiratórias superiores e de menor comprometimento do pulmão, produziu infecções menos graves, levando ao questionamento sobre a possibilidade do término da pandemia.

A despeito do recorde de diagnósticos, *O Globo* noticiou em 28 de janeiro a significativa tendência de queda de mortes, que atingiu seu menor patamar desde outubro de 2020; algumas cidades,



como o Rio de Janeiro, pareciam estar atingindo um platô de infecção; também São Paulo anunciava a desaceleração do contágio, como indicou a *Folha de S.Paulo* no mesmo dia. Isso endossava a ideia de que as infecções causadas pela nova cepa eram mais leves, permitindo o avanço da flexibilização das medidas sanitárias, como, por exemplo, a suspensão da obrigatoriedade do uso de máscaras em espaços abertos, da exigência do teste de Covid-19 para entrada no país e do passaporte vacinal, implementadas no decorrer de março e abril de 2022. Simultaneamente, avançava-se no enfrentamento farmacológico, com a descoberta de novos medicamentos, ampliação dos grupos imunizados (crianças de 3 a 5 anos e bebês) e implementação da quarta dose. Ao final do mês, a Fiocruz anunciava que, pela primeira vez desde julho de 2020, o país estava fora da zona de alerta.

Esse cenário levou ao pronunciamento do então ministro da Saúde Marcelo Quiroga, em 17 de abril, sobre o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), instituída no Brasil em março de 2020. O debate sobre a mudança de classificação de pandemia para endemia já estava ocorrendo, e, embora a autoridade do governo federal fosse questionada em seu poder de mudança desse estatuto, havia já condições propícias por parte da sociedade para tal. Especialistas convergiam em favor do abrandamento das medidas, embora tal adesão não representasse necessariamente a contestação da gravidade da doença ou algum tipo de negacionismo científico. Ao contrário, a posição cada vez mais consolidada era de que os casos graves ocorriam justamente devido à resistência à vacinação.

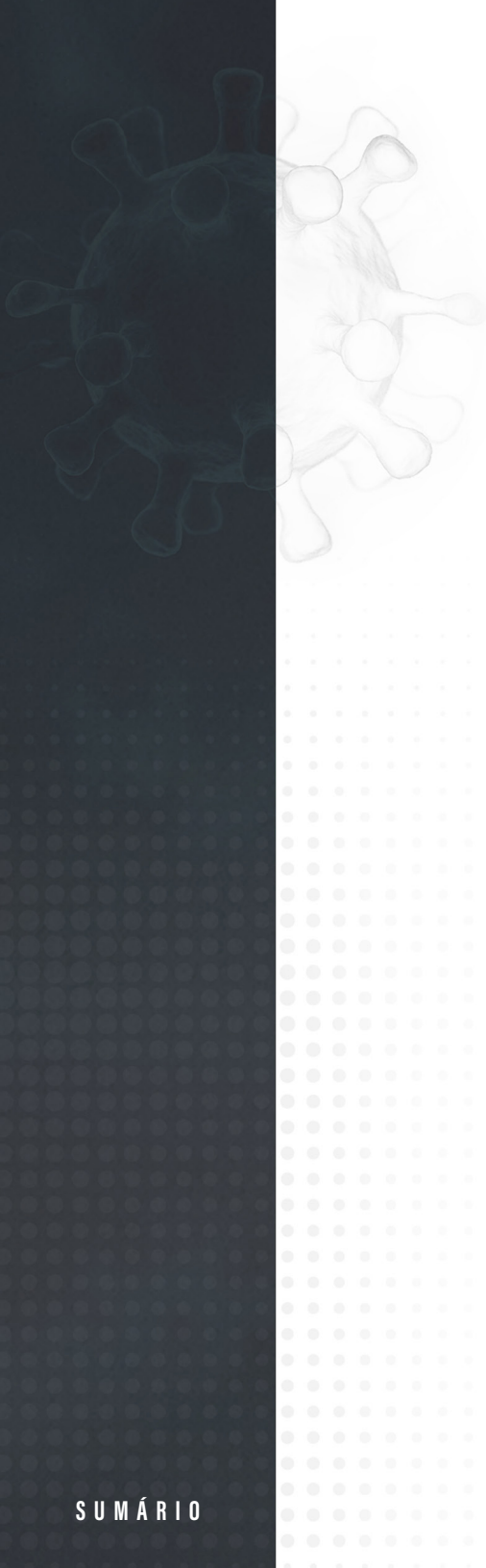
Mesmo com o aumento de casos e mortes entre os meses de maio e julho, no que foi considerado a “quarta onda”, o processo de rotinização da doença não se alterou. Citando a pesquisa da Data-Folha, o jornal paulista afirmava, em 1º de junho, que, “em meio à alta dos casos, brasileiros perdem medo da covid”. De fato, a pandemia passou a ser progressivamente retratada como um evento do passado. Nos jornais, as notícias outrora impactantes foram dando lugar

a textos sobre seus efeitos de médio e longo prazo, abordando a covid longa e problemas de saúde mental, ou ainda relembrando o já distante passado da pandemia (“Há dois anos, morria a primeira vítima da Covid-19 no Brasil”, noticiou a *Folha* em 12 de março). Novos medos emergiam, como a varíola dos macacos, embora sem a densidade emocional vivida nos últimos tempos. Se o medo aos poucos se dissipou, o mesmo ocorreu com a esperança de construção de novos vínculos de solidariedade e de potência coletiva; o velho normal se reinventara. Em 5 de maio de 2023, a OMS anunciou em Genebra, Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19.

O FIM DA PANDEMIA

Até meados de fevereiro de 2022, pensávamos que haveria coincidência entre controle do vírus, no sentido de limitação de seu poder de contágio, e o fim das medidas de contenção da pandemia. A coincidência implica tanto o predomínio de um critério biológico quanto a esperança no poder da ação coletiva de construir um futuro desejado, no caso o retorno à vida pré-covid.

O critério biológico para o fim de uma pandemia é conhecido (Greene; Vargha, 2020). Divide-se uma população entre resistentes, suscetíveis e infectados. Os resistentes compreendem tanto aqueles que adoeceram e se recuperaram quanto quem foi vacinado. Ao mesmo tempo, um vírus ou bactéria se caracteriza por um número médio de novos infectados gerado pelo contato com um doente ou o R . O percentual da população resistente ao vírus deve ser $1/R$; assim, se o valor de R é 2 (um doente transmite a dois outros indivíduos), a população resistente deve ser de 50% do total; se for 4, de 75% e assim por diante.



O aumento da vacinação elevaria o percentual de vacinados e reduziria o de suscetíveis até o momento em que o vírus não encontra mais modos de se difundir. Por razões biológicas, a pandemia terminaria. Essa esperança ditava, por exemplo, que a flutuação do número de casos fosse acompanhada por gráficos mostrando a elevação de percentual de vacinados.

Ao longo do segundo semestre de 2021, contudo, a esperança se esvaneceu. Em primeiro lugar, passados poucos meses da vacinação, percebeu-se que não bastava uma única dose de vacina. Em segundo lugar, o SARS-CoV-2 foi capaz de gerar velozmente mutações, com algumas novas variantes escapando da vacinação e causando a infecção em vacinados ou reinfecção de pacientes recuperados.

A revisão de expectativas exemplifica o que muitos historiadores da medicina sabem: uma pandemia não acaba com o controle ou extinção do vírus, mas com o fim da resposta social à ameaça trazida pelo vírus (Greene; Vargha, 2020). O que termina são as medidas anteriormente adotadas para acabar com o vírus, e o término se dá por razões éticas e políticas. O que, então, levou governos e pessoas a abandonar as medidas de combate ao vírus, especialmente o confinamento? Para o caso da Covid-19, propomos que a razão é a transformação da relação inicial entre medo e solidariedade.

O mais importante é a forte redução donexo entre morbidade e mortalidade, ou relação entre caso e fatalidade: da quantidade de pessoas que adoecem, qual é o percentual das que morrem? Uma parte da redução é explicada pelo alto percentual de vacinados no final de 2021 em diversos outros países. Outra parte é explicada pelo surgimento da variante ômicron. Altamente transmissível, mas menos letal, a nova variante garantiu que a maior parte da população se tornasse mais resistente por ter adoecido.

A redução do nexos entre morbidade e mortalidade diminuiu o medo, o que, por sua vez, transforma a solidariedade. De um lado, sabe-se, desde meados de 2021, que a maior parte das mortes

acontece entre não vacinados. A solidariedade é reduzida em relação a esse grupo, pois, em um certo sentido, são responsáveis por seu sofrimento. Poderiam ter se vacinado, mas preferiram não se vacinar, por não aceitarem o risco, baixo, da vacinação. As pessoas não precisam pensar que os não vacinados estão sendo merecidamente punidos ao sofrer e morrer; basta não experimentar a necessidade de sacrificar suas vidas para evitar que essas pessoas sofram, especialmente as que não fizeram sacrifício algum pelo bem comum.

Há um outro elemento que reduz a solidariedade com os suscetíveis de morrer. Desde o início, a Covid-19 se mostrou ser uma doença que afetava particularmente os idosos. Usando os dados de mortes mensais por faixa etária do *Center for Disease Control* (CDC) por sua confiabilidade, temos que o percentual de pessoas com mais de 75 anos no total de mortos ao longo de 2020 nunca foi inferior a 50%; ao longo de 2021, com o início da vacinação, e, pelo fato de os idosos terem sido os primeiros a se vacinar, esse percentual chega a cair a 34% e nunca ultrapassa 50%. Em abril de 2022, contudo, após a onda de casos e mortes causadas pela ômicron, o percentual sobe novamente para 60% e, a partir de agosto, passa a ser superior a 70%.

Em outras palavras, morre-se cada vez menos e quem morre ou não se cuidou como devia ou já está na idade em que costumamos morrer. Além disso, no caso das pessoas com mais de 75 anos, usualmente a Covid-19 é apenas uma causa entre várias. Pessoas com menos de 65 anos puderam então dizer para si mesmos, libertando-se do medo que dominou suas vidas por tanto tempo: “os outros morrem de covid, mas eu não”.

O destino comum partilhado gerado pela pandemia, que vinculou o adoecimento de um indivíduo qualquer à possibilidade de muitos outros adoecerem e morrerem numa duração relativamente curta, cessou de existir. Continuamos a ser mortais; porém a possibilidade de cada um morrer não está mais no mesmo espaço e tempo da morte de muitos outros. Sob outro ponto de vista, o risco de

adoecimento e morte volta a ser individualizado. Volta-se a crer que o momento de nossa morte depende apenas do modo como cada um cuida de sua saúde – mas não do modo como cuidamos do outro e, muito menos, do modo como cuidamos de nós mesmos visando à proteção de outros, como no confinamento e na vacinação.

Nessa situação de finitude, idêntica à que existia antes do início da pandemia, as pessoas tendem não apenas a se desobrigar do sacrifício de limitar suas atividades para evitar o sofrimento alheio como também estarão atentas a outras demandas de solidariedade, aquelas que se originam não da possibilidade de morrer pelo vírus, mas dos sofrimentos e danos causados pela resposta social à pandemia. A sociedade se torna mais sensível ao sofrimento de quem é prejudicado pelas medidas de contenção.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, e cada vez mais forte, diversas demandas de solidariedade que implicavam o fim das medidas de contenção do vírus foram explicitadas e ganharam espaço nos jornais. As mais importantes tinham como grupo privilegiado de vítimas crianças e adolescentes; as perdas mais mencionadas eram de aprendizado e sociabilidade.

De fato, a nova relação entre medo e solidariedade com as vítimas da covid que marca o fim social da pandemia modifica as questões sobre os efeitos éticos e políticos da pandemia. Em primeiro lugar, as vítimas diretas do vírus transformam a base de sua demanda de solidariedade: não mais o efeito imediato da doença, mas o que dela perdura. No caso, dois conceitos de doença provêm essenexo entre passado e futuro capaz de sustentar a realidade do sofrimento e, assim, a demanda de solidariedade mesmo após o fim da pandemia: covid longa e trauma.

Uma segunda questão não trata dos efeitos de longo prazo do vírus, mas da resposta social ao vírus. Uma especificação trata dos efeitos da transição forçada para o ensino e o trabalho remoto.

Quanto ao ensino, temem-se muito os efeitos na sociabilidade e no aprendizado de crianças e adolescentes. Quanto ao trabalho, os estudos se centram na viabilidade de continuação do trabalho remoto e seus efeitos sobre os centros urbanos.

Ainda em relação à resposta social ao vírus, a pandemia legou um problema de desconfiança na ciência e nos meios de comunicação que tende a afetar a vacinação. Já se pesquisa a redução das taxas de vacinação infantil em vários países. E o temor é de que a produção politicamente orquestrada da desconfiança continuará. Diversas medidas de saúde pública passaram a ser elemento fundamental das guerras culturais contemporâneas, pois podem ser traduzidas, por grupos conservadores, como invasão da liberdade de escolha do indivíduo, de seu direito a se despreocupar com o outro quando se trata de sua busca de prazeres.

A última questão é saber se é possível reatualizar a solidariedade em outras situações onde emerge o destino comum partilhado, aquele em que a morte de muitos está vinculada às ações realizadas pelo indivíduo e que se desdobra num tempo relativamente reduzido. A pergunta tem sua razão de ser na ecologia.

O princípio de responsabilidade nos incitava a agir considerando a necessidade de garantir um planeta habitável para as futuras gerações. Contudo, o peso desse risco remoto e que afeta outros que sequer estão vivos é muito reduzido para a nossa cultura, que valoriza o prazer aqui e agora. A possibilidade da solidariedade por interdependência diante da crise ecológica é a esperança maior legada pela pandemia.

A Covid-19 mostrou que, a despeito de um governo federal que não queria fazer nada a não ser deixar morrer, foi possível a ação coletiva de enfrentamento da pandemia. Contudo, seu fim revelou também a capacidade da dinâmica do capitalismo neoliberal de capturar o evento. Em alguns aspectos de nossas práticas éticas e políticas, parece que a pandemia nem existiu; voltamos ao “velho normal”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L.; TEIXEIRA, L. B. Governo entrega plano nacional de imunização contra a Covid-19 ao STF. **Uol**, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/12/12/agu-entrega-plano-nacional-de-vacinacao-contr-a-Covid-19-ao-stf.htm>. Acesso em: 13 out. 2023.

BROWN, W. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, C.; OLIVEIRA, J.; MELO, M. (org.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguela, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Jair Bolsonaro. Biografia. Brasília, [2023]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acesso em: 13 out. 2023.

CHAIB, J.; CARVALHO, D. ‘E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por Coronavírus. **Folha de S. Paulo**, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em: 13 out. 2023.

COLETTA, R.D. ‘Nós fizemos a nossa parte’, diz Bolsonaro em meio à crise da falta de oxigênio em Manaus. **Folha de S. Paulo**, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/nos-fizemos-a-nossa-parte-diz-bolsonaro-em-meio-a-cri-se-de-falta-de-oxigenio-em-manaus.shtml>. Acesso em: 13 out. 2021.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DRAEGER, A. C. F. **Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides**. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

DRURY, J. The role of social identity processes in mass emergency behaviour. **European Review of Social Psychology**, v. 29, n. 1, p. 38-81, 2018.

Ômicron causa 1º morte, cancela eventos e sobrecarrega saúde (Capa). **Folha de S. Paulo**, 07 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2022/01/07/index.shtml>. Acesso em: 13 out. 2023.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

GREENE, J. A.; VARGHA, D. Ends of epidemics. In: Brands, H.; GAVIN, F. J. **COVID-19 and World Order: The Future of Conflict, Competition, and Cooperation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2020, p. 23-39.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LAKOFF, A. **Unprepared**: Global Health in a Time of Emergency. Oakland: University of California Press, 2017.

LOPES, A. J. Relembra declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. Poder 360, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 13 out. 2023.

NASCIMENTO, D. Jornalismo cresce em audiência na pandemia do coronavírus. **Portal da Comunicação**. Jornalismo. 18 maio 2020. Disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2020/05/jornalismo-cresce-em-audiencia-na-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ROSENBERG, C. **The Cholera Years**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

ROSENBERG, C. **Explaining Epidemics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SENADO FEDERAL (Brasil). **Atividade Legislativa**. Comissões. Brasília, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TOOZE, A. **Shutdown**. Nova York: Viking, 2021.

AGRADECIMENTOS

Paulo Vaz agradece ao CNPq o apoio ao projeto *Vítima, trauma e testemunho: Narrativas midiáticas sobre corrupção, violência e preconceito* e à Faperj o apoio ao projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre a comunicação científica*.

The background features several stylized, semi-transparent virus particles with prominent surface spikes, rendered in a light blue-grey color. These particles are scattered across the dark grey background, with some appearing larger and more detailed than others. The overall aesthetic is clean and modern, typical of academic or scientific publications.

2

Camila Calado

PANDEMIA DA COVID-19, SAÚDE E POLÍTICA:

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA
DA MORTE EVITÁVEL VIA GRUPOS
DE RISCO E CLOROQUINA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98911.2

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais elevado nível de alerta da Organização; em 11 de março, caracterizou como uma pandemia. Entendida por Esposito (2020a) como o primeiro evento realmente global, a pandemia da Covid-19 desestabiliza a noção de o Estado estar preparado e ressalta a complexidade de gestão de uma crise sanitária em nível mundial, provocando um amplo debate sobre os efeitos para a democracia, economia e vidas humanas (Agamben, 2020; Gabriel, 2020). Dada a complexidade e duração do evento, observam-se diferentes experiências pandêmicas. A análise neste artigo foi concentrada no início da pandemia, ano de 2020, momento em que eclode uma nova experiência, em que o problema é identificado e em que se busca uma solução para o mesmo.

A pandemia da Covid-19 impactou radicalmente todas as esferas sociais, trazendo inúmeras incertezas epidemiológicas, de saúde pública e de modos de gestão da pandemia em níveis individual, coletivo e estatal, gerando um grande debate público e encetando disputas pela verdade, em meio a uma crise generalizada de variadas proporções e diferentes matizes, que culminou no agravamento de problemas preexistentes, em discursos conflitantes entre economia e ciência, na adoção de diferentes condutas – entre os países e entre os diferentes níveis de um mesmo país – no tocante à resposta coletiva/estatal/individual/técnica à pandemia e em ampla circulação de notícias falsas e desinformação.

A pandemia emerge numa cultura marcada pela preempção (Massumi, 2007), pelo risco, pela técnica, pelo controle e pelo asseguramento (Calado, 2018), marcando de modo imediato uma singularidade diante de outras epidemias. Nesta cultura que lidava com

a experiência da morte à distância e com a presunção de controlar os perigos futuros com o poder da ação humana, como lidar com uma ameaça iminente vinda da natureza, de difícil determinação, que ultrapassa as possibilidades – de compreensão e ação – técnicas no presente e traz novamente a experiência da iminência e do acaso?

Tem-se que ter em mente que a pandemia é histórica e culturalmente construída. Ela vem sendo construída discursivamente como problema de ordem coletiva e/ou política e/ou estatal e/ou científica e/ou midiática. Sem dúvidas, os tradicionais veículos de comunicação e informação participam da produção social de sentidos sobre a saúde, mas o protagonismo alcançado ao longo do século XX vem se desestabilizando crescentemente com os novos ambientes de comunicação desenvolvidos a partir das tecnologias virtuais, que imprimem novas formas de produção, circulação e consumo.

Ademais, novos atores emergem na cena pública e na produção discursiva sobre a saúde reivindicando lugar de fala, buscando formas de legitimação de sua verdade e, por vezes, disputando espaços com o discurso científico. Verifica-se, assim, um embate discursivo na pandemia da Covid-19 sobre estratégias de prevenção e de controle, condutas terapêuticas, impactos individuais e coletivos, intervenção estatal, liberdade individual e responsabilidade coletiva. Encontra-se ampla disseminação de notícias falsas, contribuindo para a desinformação na saúde, aumentando o risco à saúde da população e, de outro lado, impulsionando o jornalismo a reivindicar seu lugar de autoridade e de produtor de notícias verdadeiras sobre o novo coronavírus. De modo evidente, a OMS declarou que a pandemia da Covid-19 tem sido acompanhada por uma infodemia, quer dizer, pela produção, distribuição e consumo de um volume excessivo de informações, “algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (Opas, 2020, p. 2).

Posto isso e dado que a experiência da pandemia é mediada pelas narrativas que eclodem no espaço público, em suas mais

variadas manifestações, torna-se fundamental estudar a produção de efeitos de verdade no interior de discursos, identificando ainda quais são os lugares de disputa pela verdade e quais são as estratégias retóricas adotadas pelos diferentes grupos para a produção de efeitos de verdade.

Na pandemia, diagnostica-se o “ápice da relação direta entre a vida biológica e as intervenções políticas” (Esposito, 2020b). Vida e morte entraram no centro das agendas, dos conflitos políticos e da disputa pela verdade, ao mesmo tempo em que a política se delineou como lugar de disputa pela verdade, numa relação intrínseca com a prática médica – vide, por exemplo, a amplitude de opiniões entre os maiores cientistas, epidemiologistas e virologistas do mundo. Esposito (2020b) aborda um duplo processo de medicalização da política e de politização da medicina. De um lado, verifica-se em alguns países, a política acentuando um caráter protetor contra riscos reais e imaginários; de outro, a prática médica levando em conta o contexto, por exemplo: as consequências políticas e econômicas das medidas.

Logo nos primeiros meses da pandemia no Brasil, explicitou-se um embate discursivo em torno das estratégias eleitas para lidar com a pandemia no tocante à prevenção e ao tratamento, perpassando preocupações de grupos diferentes com os impactos sobre a economia e/ou sobre as vidas humanas. Considerando o imbricamento entre saúde e política que se desvelou no contexto pandêmico, a proposta do artigo é analisar a produção discursiva do jornal on-line *Conexão Política* sobre as estratégias de prevenção e tratamento do novo coronavírus, mais especificamente sobre a proposição de isolamento vertical e do medicamento cloroquina no ano de 2020, provenientes de busca pelas palavras-chave “lockdown vertical”, “isolamento vertical”, “*great barrington*” e “cloroquina”⁸.

8 Este artigo integra o projeto de pesquisa de pós-doutorado “Pandemia, finitude, verdade e subjetividades: os embates discursivos em torno da verdade sobre a Covid-19”, iniciado em março de 2021 no PPGCOM da UFRJ. A coleta e o armazenamento dos dados do jornal on-line *Conexão Política* foram realizados em abril de 2021. Durante a revisão do artigo para publicação no livro, em outubro de 2023, verificou-se que algumas matérias não estavam mais disponíveis on-line.

Conexão Política é um jornal digital de teor político com reconhecido apoio à gestão do então presidente Jair Bolsonaro, retuitado pelos filhos do presidente, beneficiado com verba do governo, alvo do movimento *Sleeping Giants Brasil* e com perfis do *Twitter* e *Instagram* seguidos pelo presidente (Abade, 2019; Forum, 2019; Martins, 2020; Gomes, 2020). Argumenta-se que, no referido jornal, a morte foi construída discursivamente como evitável a partir do enquadramento da Covid-19 na lógica do risco e da promoção da cloroquina para tratamento da enfermidade.

A MORTE PRÉ-PANDEMIA DA COVID-19

A experiência da morte contemporânea, que lidava com as doenças crônico-degenerativas como principal causa de morte, era a experiência da morte evitável e à distância. O risco aparecia em nossa cultura associado a eventos passíveis de acontecer, consoante saber técnico-científico, e intimamente vinculado à noção de controle, à possibilidade de previsão e de ação para evitar o evento amedrontador.

A causalidade associada é o fator de risco, aquilo que designa o que aumenta a probabilidade de o indivíduo contrair uma doença. Não é causa suficiente nem necessária de enfermidade futura e pode haver um intervalo longo entre a exposição ao fator de risco e o aparecimento da doença. O conceito de fator de risco propõe um nexos probabilístico entre advento de doenças e estilo de vida. Nessa equação, a responsabilidade recai sobre o indivíduo na capacidade que tem de mudar seu estilo de vida e suas práticas cotidianas, consoante orientações do saber médico-científico. Assim, com a difusão do conceito e sua inflexão como decisão a ser tomada, o futuro passou a ser interpretado como mérito e como dependente de ações individuais. A suposição que deriva da noção de risco é a de que

muitos sofrimentos podem não existir e dependem da ação individual. Nisto reside uma dependência mínima do outro, a não ser nos casos em que a busca individual por prazer expõe o outro a situações de risco (Vaz, 2006, 2010). O que se antecipava aí não era a radicalidade da morte e sua apreensão como possibilidade mais própria e insubstituível, na linha de Heidegger (2015); antecipava-se a morte como possibilidade calculável, passível de ser evitada e adiada.

Numa cultura em que o modo de lidar com a finitude passa a ciência e a técnica, argumenta-se a passagem da angústia ao medo, seguindo os pressupostos teóricos de Heidegger (2015). A angústia, que tem caráter existencial e não tem objeto determinado, seria determinada em medo. Essa disposição afetiva é determinada – pode ser medo de uma doença, de assalto, de morte prematura etc. – e a determinação é apreendida como possibilidade de ação. Não é possível lidar com a morte enquanto possibilidade certa, insubstituível e irremissível, mas é possível lidar com a predisposição de desenvolvimento de diabetes ou câncer e, assim, orientar ações no tempo presente, ao menos essa é a crença de uma sociedade de controle, de doentes potenciais e sujeitos ao risco (Deleuze, 1992).

A cultura de doentes potenciais e sujeitos a risco é marcada pela crença de que os inúmeros testes diagnósticos, tecnologias de rastreamento, práticas preditivas e preventivas, modos de gestão da doença com base em riscos futuros e práticas de constante autovigilância e vigilância médica irão tornar as pessoas mais saudáveis. Mas, na pandemia da Covid-19, a técnica foi desestabilizada. Não há certeza da eficácia das medidas adotadas tanto relativas ao tratamento quanto à prevenção. O gerenciamento da doença é baseado na aposta e no conhecimento limitado – sempre foi, mas isso não era apreendido radicalmente como hoje. Mesmo quando a ciência oferecia soluções com base na aposta, aceitava-se impessoalmente, na acepção de Heidegger (2015), a aposta, mas a experiência era da morte à distância. E agora, diante da iminência e do acaso?

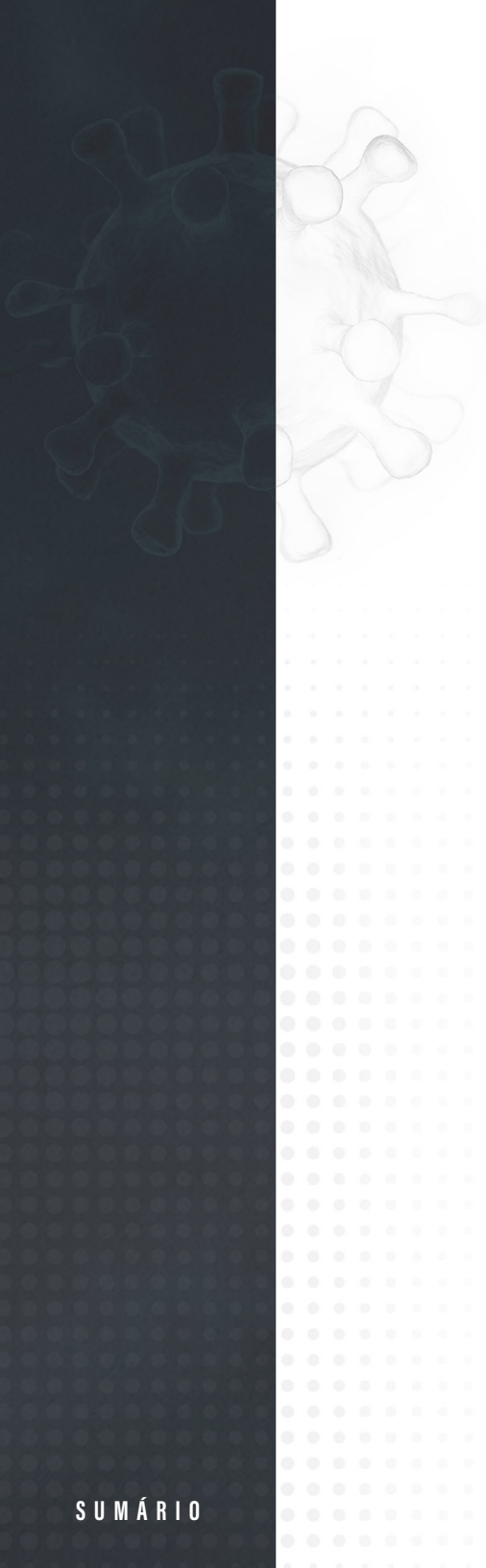
Com a pandemia e a experiência da morte próxima, identificam-se mudanças nos regimes de subjetivação, nos modos de habitar tempo e espaço. Numa cultura que não se relaciona bem com a morte, ela aparecia à distância, como um acontecimento possível, mas não propriamente real. Não havia a experiência dessa situação limite. Por vezes, o conhecimento da finitude era atualizado (por exemplo, com a morte de um parente próximo), mas não havia a experiência da morte veloz e próxima.

A pandemia traz a experiência de uma nova morte e um novo medo: a morte pode acontecer amanhã. “Trazer o limite permanentemente presente é condição hoje para estar vivo”, destaca d’Amaral⁹. O esquecimento, que antes aparecia como condição para viver, hoje é condição para não morrer. É preciso manter a consciência constante e permanente sobre todos os atos do agora e sobre a projeção dos atos seguintes. Isso porque o vírus, mesmo para aqueles que ainda não foram infectados, já é presente. O medo surge antes mesmo de constatar e, ao ter medo, é possível ter clareza sobre o que se teme. É constitutivo da ideia do medo o aproximar-se; assim, informação de parentes ou colegas de trabalho enfermos aumentam o temor. Afinal, recuperando Heidegger (2015), o pelo que se teme é, no fundo, o próprio ente.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MORTE EVITÁVEL

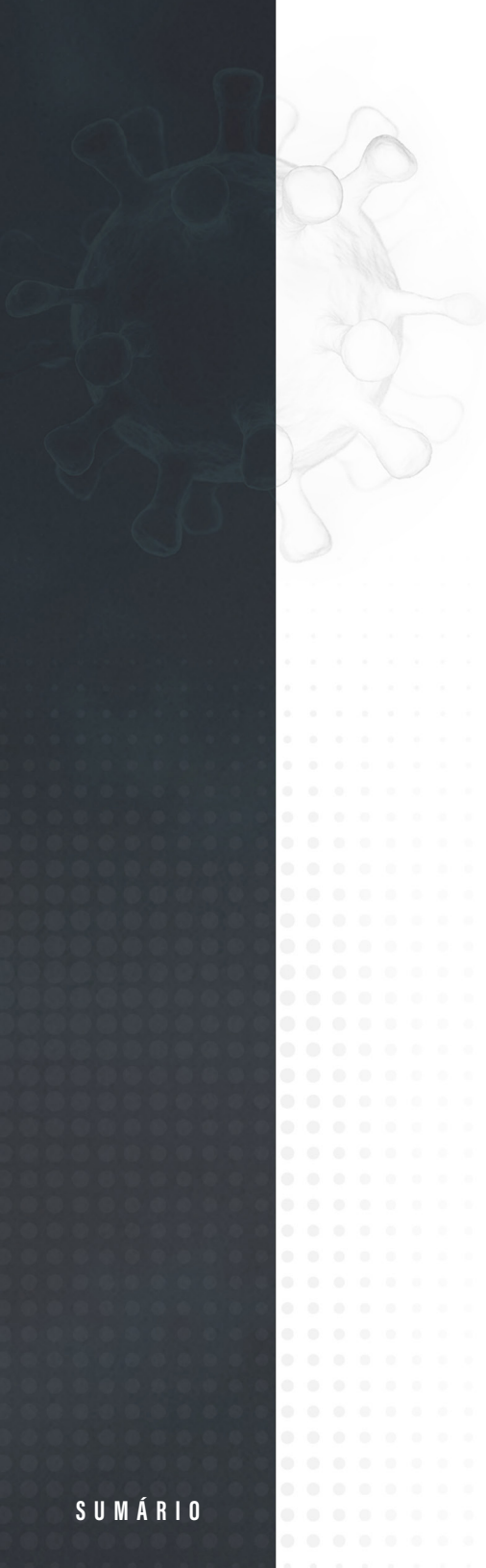
O ENQUADRAMENTO DA COVID-19 NA LÓGICA DO RISCO

A princípio, a pandemia problematizaria a experiência temporal do risco, identificada nas doenças crônicas. Na lógica neoliberal do



risco, tem-se a compreensão do futuro como mérito, o foco na responsabilidade individual e a concepção do evento negativo como passível de ser adiado/evitado. Agora, o futuro não pode ser interpretado como mérito, como dependente de ação individual e pode não haver longo prazo entre a ação individual e o advento da doença. A epidemia traz novamente a iminência e o acaso na experiência da morte, radicalizando a experiência de “todos em perigo”, ainda que haja diferentes níveis de exposição ao risco e de acesso ao tratamento. Essa disposição afetiva atinge até mesmo aqueles que anteriormente acreditavam estar em situações de segurança na saúde e na vida cotidiana.

A Covid-19 é uma doença infecciosa de elevada transmissibilidade; não há definição de um grupo específico com maior predisposição ao contágio e nem uma prática específica que o determine. No caso da AIDS, a objetivação do perigo foi realizada a partir das práticas sexuais e de transfusão de sangue, o que culminou em forte preconceito contra homossexuais e usuários de drogas. A objetivação do invisível estava explícita nas campanhas preventivas: não existe grupo de risco; existe comportamento de risco – o que carregava forte carga de moralidade. Identificava-se uma relação causal entre quem mais se expunha ao risco e quem mais contraía o vírus ou, dito de outro modo, quem se expunha a práticas de prazer ignorando o risco identificava comumente sua vulnerabilidade e a possibilidade de infecção. A pergunta de Cooper (2017, p. 167, tradução minha) é evidente: “Qual é o papel da intervenção pública numa crise de saúde causada em larga parte por ações privadas entre adultos capazes de consentir?” Numa lógica neoliberal do direito ao prazer individual e da recusa da ação paternalista do Estado, acresce-se: capazes de consentir e de realizarem o cálculo racional entre custo e benefício do prazer e da exposição ao risco. Claramente, ao estipular causalidades e definir comportamentos de risco, eram desconsiderados fatores externos ao indivíduo, como desigualdade sociais, condições de vida, grau de informação e acesso ao sistema de saúde.



No caso da Covid-19, é mais difícil objetivar os comportamentos que podem culminar em infecção. Ademais, pode haver uma disjunção entre quem mais contrai e quem mais morre. Aquele que se expõe a práticas de prazer não necessariamente será o mais acometido pela doença, pode ter uma infecção assintomática ou minimamente sintomática, mas pode transmitir o vírus para outro e esse atingir o óbito. Tal equação, a princípio, dificultaria a aplicação do futuro como mérito, ao mesmo tempo em que marcaria a interdependência coletiva para existência de futuro.

Na cultura contemporânea, usualmente marcada pelas doenças crônico-degenerativas, quem percebia o medo era também quem agia diante do medo. Isso porque, com a difusão do conceito de risco e sua inflexão como decisão a ser tomada, o futuro aparece como dependente de uma ação individual. Cabe ao indivíduo bem cuidar de sua saúde, orientar suas práticas cotidianas com vistas a mais viver e morrer quando a média morre. Há uma evidente relação com os possíveis – possibilidades futuras de adoecimento e morte prematura –, mas essa relação aparece associada à individualização dos cuidados, à responsabilidade individual e à ação sobre estilo de vida e/ou intervenção técnica antecipatória. Na pandemia da Covid-19, identifica-se uma separação entre quem constitui o medo e quem age sobre ele, uma ação ainda mais radical sobre o possível e a demanda de o Estado intervir em possibilidades.

Mas será que não estaria havendo um movimento de enquadrar a Covid-19 na lógica do risco?

Num cenário de profunda incerteza e de inexistência de tratamento específico para o novo coronavírus, diversos governos determinaram o confinamento da população, a limitação dos deslocamentos individuais e o controle do movimento dos corpos por meio de dispositivos de vigilância e controle. Décadas após as últimas pandemias, adotou-se um modelo próximo ao da peste, estudada por Foucault (2013), no sentido do confinamento, da ordenação,

do controle dos corpos, dos contágios, da circulação e das fronteiras. Experimentou-se um controle a céu aberto dos corpos em movimento, com definição *a priori* de quais corpos poderiam circular livremente, e um controle dos corpos confinados a partir de aplicativos. As iniciativas de isolamento, entretanto, impulsionaram um amplo embate discursivo em torno dos custos econômicos e psíquicos *versus* benefício da medida, bem como da limitação da liberdade individual *versus* o direito ao risco, isto é, o direito individual de decidir o quanto quer se expor ao risco. No lugar do isolamento horizontal, havia correntes que defendiam o isolamento vertical e a criação de grupos de risco.

Na busca realizada no site *Conexão Política* em abril de 2021, pelos termos “*lockdown* vertical”, “isolamento vertical” e “*great barrington*”, foram encontrados nove resultados (01, 07 e 01, respectivamente). Em matéria do dia 02 de abril de 2020, é citada fala do então presidente do Brasil:

‘Tudo o que eu já falei aqui, como isolamento vertical, a questão dos empregos, ele [Mandetta] poderia já estar tratando desse assunto. Alguns profissionais lá do Ministério dele, aquela histeria, aquele clima de pânico que começou por volta de 40 dias, contagiou alguns lá. Eu reconheço isso e entendo. Agora, já está no momento de todos colocarem os pés no chão e lembrar que, se destruir o vírus, e destruir também os empregos, nós vamos destruir o Brasil’ (Bolsonaro *apud* Rocha, 2020).

Na declaração, a defesa do isolamento vertical aparece intimamente associada à preocupação com a economia, o que é reforçado na reportagem do dia 05 de abril de 2020, intitulada *Estudiosos estrangeiros também são contra o “lockdown horizontal” no combate ao Corona Vírus*. Na referida reportagem, Lustosa (2020) destaca que “estudiosos e especialistas tem [sic] a mesma opinião que Bolsonaro” e “demonstram que Bolsonaro não é inconsequente”. No lugar do *lockdown* horizontal que poderia “causar uma crise sem precedentes na economia mundial e no caso do Brasil os efeitos podem ser catastróficos”, defende-se o *lockdown* vertical:

a medida de confinamento deve ser apenas para o grupo de risco (pessoas acima de 60 anos, gestantes, com baixa imunidade, com problemas cardíacos, diabéticos, com câncer e etc.) e o restante das pessoas iriam retornar às suas atividades de trabalho normais tomando os devidos cuidados e precauções (Lustosa, 2020).

A legitimação do *lockdown* vertical é construída a partir da opinião do presidente (“como ninguém conhece como nosso país funciona”), dos determinantes sociais (“O país por exemplo tem muitos problemas como: 48% de saneamento básico, condições de moradia difíceis, renda média de R\$ 1.438,67 (segundo IBGE) e portanto não tem estrutura para ter um *lockdown* horizontal por menor que seja”) e do posicionamento de estudiosos e especialistas da saúde norte-americana (Dr. John P. A. Ioannidis, epidemiologista e codiretor do Meta-Research Innovation Center de Stanford, Dr. Steven Woolf, diretor emérito do Centro de Sociedade e Saúde da Virgínia Commonwealth University, e Dr. David L. Katz, diretor fundador do Centro de Pesquisa em Prevenção de Yale-Griffin). Com as três estratégias, ressalta-se o argumento de que as consequências da medida não podem ser piores que a enfermidade, especialmente se trata-se de uma baixa taxa de mortalidade.

‘Uma taxa de mortalidade de casos em toda a população de 0,05% é menor que a influenza sazonal. Se essa é a verdadeira taxa, trancar o mundo com consequências [sic] sociais e financeiras potencialmente tremendas pode ser totalmente irracional. É como um elefante sendo atacado por um gato doméstico. Frustrado e tentando evitar o gato, o elefante acidentalmente pula de um penhasco e morre’ (Ioannidis *apud* Lustosa, 2020).

‘Estou profundamente preocupado que as consequências [sic] sociais, econômicas e de saúde pública desse colapso quase total da vida normal – escolas e empresas fechadas, reuniões proibidas – sejam duradouras e calamitosas, possivelmente mais graves do que o número direto do próprio vírus’ (Katz *apud* Lustosa, 2020).

No Brasil, a defesa do isolamento vertical é feita pela médica brasileira Nise Yamaguchi, em reportagem do dia 15 de maio, momento em que a oncologista e imunologista incentiva também o uso de cloroquina (Dra. Nise [...], 2020).

No dia 02 de novembro de 2020, o *Conexão Política* publicou matéria “Nigel Farage relança ‘Partido do Brexit’ como ‘Partido da Reforma’ e fará campanha contra novo *lockdown* britânico”. No texto, são ressaltados os impactos negativos do *lockdown*: desastre econômico, depressão em massa, elevada perda de empregos, perda de segurança no emprego e da sensação geral de bem-estar, impactos no tratamento de outras doenças. Farage ressalta: “a cura agora é pior do que a doença”, ao mesmo tempo em que manifesta apoio à Declaração de Great Barrington (Garcia, 2020a).

De 01 a 04 de outubro de 2020, o *American Institute for Economic Research* organizou uma reunião com epidemiologistas, economistas e jornalistas para discutir “a emergência global criada pelo uso sem precedentes da compulsão estatal no gerenciamento da pandemia da Covid-19”. O resultado da reunião foi a Declaração de Great Barrington, divulgada no site oficial e repercutida em inúmeros veículos de comunicação. Logo na primeira linha da Declaração, os autores legitimam a proposta apresentando-se como epidemiologistas de doenças infecciosas e cientistas da saúde pública, portanto, detentores de um saber técnico-científico e de experiência no assunto. Expõem preocupação com os impactos prejudiciais para a saúde física e mental das atuais políticas de confinamento, a curto e a longo prazo, e recomendam a Proteção Focalizada, estratégia que consiste em “permitir que aqueles que estão em risco mínimo de morte vivam normalmente a sua vida para construir imunidade ao vírus através da infecção natural, ao mesmo tempo que protege melhor aqueles que estão em maior risco”. Chamam de uma “abordagem mais compassiva que equilibra os riscos” e reforçam que o objetivo central das respostas de saúde pública à pandemia deve ser a proteção dos vulneráveis. Para os que retomarão a vida

normal, recomendam medidas simples de higiene, como a lavagem das mãos, e a permanência em casa, quando doentes.

No material, fica evidente a definição de um grupo de risco e o reforço da responsabilidade individual no gerenciamento da pandemia, através do direito ao risco (o indivíduo escolhe os níveis da sua exposição ao risco), da individualização dos cuidados com a saúde, tanto em termos preventivos (medidas simples de higiene), quanto diante da infecção (cuidado em casa). De modo evidente, o indivíduo é responsabilizado, identifica o perigo e é convocado a agir, sem qualquer menção ao Estado.

A estratégia de criação de grupos de risco contribui para a manutenção da morte à distância, recuperando a lógica do risco das doenças crônicas. Na gestão da AIDS, identifica-se uma passagem do grupo de risco para o comportamento de risco. Na defesa do isolamento vertical no primeiro ano da pandemia, não há menção aos comportamentos de risco de presumidos jovens imorais, por exemplo, mas à construção de grupos de riscos. O poder atua aqui identificando, classificando e isolando os corpos com potencialidade de morrer. Há um presumido afastamento da morte, a partir do isolamento daqueles que fariam o indivíduo lembrar da finitude.

MORTE EVITÁVEL VIA SOLUÇÃO MEDICAMENTOSA

Na coleta de dados, em abril de 2021, realizou-se pesquisa no site *Conexão Política* pela palavra-chave “cloroquina”. Como resultado, identificaram-se 215 reportagens; a primeira datando de 19 de março de 2020. Dado o extenso volume de material, para este artigo, analisou-se o período de um mês (19 de março a 19 de abril de 2020), totalizando 64 matérias. Optou-se pela análise do início da pandemia do Brasil, por ser o momento de identificação do problema e de proposição de solução.

Na primeira reportagem, em 19 de março, Albuquerque (2020a) apresenta a hidroxiclороquina como possibilidade de tratamento e os estudos promissores em todo o mundo.

[...] um teste com 1.500 pessoas liderado pela Universidade de Minnesota foi iniciado nesta semana para verificar se a hidroxiclороquina, usada para tratar a malária, pode evitar ou reduzir a severidade do Covid-19. [...] O medicamento para malária, também sendo testado na China, Austrália e França, foi elogiado no começo desta semana pelo executivo-chefe da Tesla, Elon Musk, que se recuperou da malária em 2000 depois de usá-lo. Além de ter um efeito antiviral direto, a hidroxiclороquina suprime a produção e liberação de proteínas envolvidas nas complicações inflamatórias de várias doenças virais. [...] Na terça-feira (17), uma equipe francesa disse que os resultados iniciais de um teste de hidroxiclороquina com 24 pacientes mostrou que 25% dos que receberam o remédio ainda portavam o coronavírus depois de seis dias — a taxa foi de 90% entre os que receberam um placebo (Albuquerque, 2020a).

Daí em diante, as reportagens apresentam o tratamento medicamentoso como solução de caráter imediato, já disponível no mercado, enquanto a vacina demoraria mais tempo para produção. Em 07 de abril, na reportagem “Em 24 horas, Brasil registra mais de 1500 novos casos de Covid-19”, Tiago Netto (2020a), após citar aumentos nos casos de covid, menciona a cloroquina como solução ampliada, indicada para todos os pacientes internados – e não apenas para estado grave – e cujo uso profilático encontra-se em análise. “Nós já liberamos cloroquina e hidroxiclороquina tanto para os pacientes críticos, como para todos os internos em hospitais, os moderados, já tem protocolo. E estamos analisando agora na forma anterior, o uso quase profilático. Nisso ainda existe um pouco de dúvida, declarou Mandetta” (NETTO, 2020a).

Nas reportagens, observa-se a ampliação do uso da hidroxiclороquina: primeiro, é construída como solução para pacientes graves; segundo, para pacientes internados; terceiro, o uso é defendido

a partir do aparecimento dos primeiros sintomas. Em reportagem de abril de Garcia (2020b), a fala dos franceses Fabien Calvo, Jean-Luc Harousseau e Dominique Maraninchi é enfática: “O acesso à hidroxiclороquina, limitado apenas a pacientes hospitalizados, também marca uma desigualdade no acesso aos cuidados”

A morte foi construída discursivamente como evitável através de quatro estratégias retóricas de defesa da hidroxiclороquina. A primeira é a referência aos Estados Unidos, presente desde a primeira reportagem (Albuquerque, 2020a), com destaque para o fato de o então presidente Donald Trump ter aprovado e indicado o uso da cloroquina para tratamento da Covid (ex.: Albuquerque, 2020b; Garcia, 2020c; Campos, 2020; Garcia, 2020d).

Trump disse que o [sic] cloroquina, ou hidroxiclороquina, ‘mostrou resultados preliminares muito encorajadores’ e, ainda, que a disponibilização do medicamento poderia ser realizada ‘quase imediatamente’. O presidente norte-americano ressaltou também a possibilidade disso representar ‘um divisor de águas’ diante da pandemia. [...] Durante a coletiva, o governo norte-americano cobrou que a FDA (Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) agilize os processo [sic] para acelerar o desenvolvimento de tratamentos contra o novo vírus (Albuquerque, 2020b).

Em *Farmacêutica israelense doa aos EUA 10 milhões de comprimidos de sulfato de hidroxiclороquina para tratamento do vírus chinês* (Garcia, 2020d), são citadas diversas manifestações de Trump sobre o medicamento:

‘[A hidroxiclороquin] [sic] deve ser colocada em uso IMEDIATAMENTE. AS PESSOAS ESTÃO MORRENDO, MOVEM-SE RAPIDAMENTE E DEUS ABENÇOE TODOS!’ publicou o presidente americano Donald J. Trump no Twitter, em 21 de março de 2020.

‘O que temos a perder? Nós vamos descobrir muito em breve se isso vai funcionar ou não. Eu estou muito confiante,’

disse Trump em uma entrevista coletiva no sábado (21), ao falar sobre o possível uso da droga na atual pandemia.

‘Sob minha direção, o governo federal está trabalhando para ajudar a obter grandes quantidades de cloroquina. [...]’

Na reportagem de Garcia (2020e), o paciente Santilli confere “o crédito de sua sobrevivência a Trump. ‘Donald Trump recomendou a combinação de medicamentos que salvou minha vida e de muitas outras pessoas’, disse ele a Gruber”. De modo semelhante, Garcia (2020f), ao relatar a cura do paciente dos EUA, evidencia que o medicamento foi apontado por Trump.

A segunda estratégia é a defesa da hidroxicloroquina apoiada em estudos científicos e na experiência de países que já lidam com a pandemia há mais tempo. São citados, por exemplo, pesquisa dos Estados Unidos, da França, da Coreia do Sul, Israel e também Brasil.

‘A Coreia do Sul mostrou que esse tratamento é efetivo, e junto aos outros cuidados, conseguiram mitigar o impacto do coronavírus na população. A Coreia tem um dos menores índices de mortalidade e o maior em recuperação da infecção. A Itália, por sua vez, concentrou o tratamento com antivirais e esses não parecem estar sendo muito efetivos. Nesse momento, toda alternativa é válida, esse fármaco [HCQ] já é utilizado há muitos anos e seus efeitos são conhecidos. Portanto, temos nele uma excelente esperança nesse momento de desespero’, concluiu o cientista Itamar Braga (Garcia, 2020g).

Pesquisadores franceses concluíram um ensaio clínico bem-sucedido usando o medicamento – aprovado para uso nos EUA em 1955 – para tratar pacientes confirmados com COVID-19 (Campos, 2020).

Um importante nome internacional na defesa do medicamento que aparece em diversas reportagens é o médico francês Didier Raoult, referenciado como “renomado epidemiologista”:

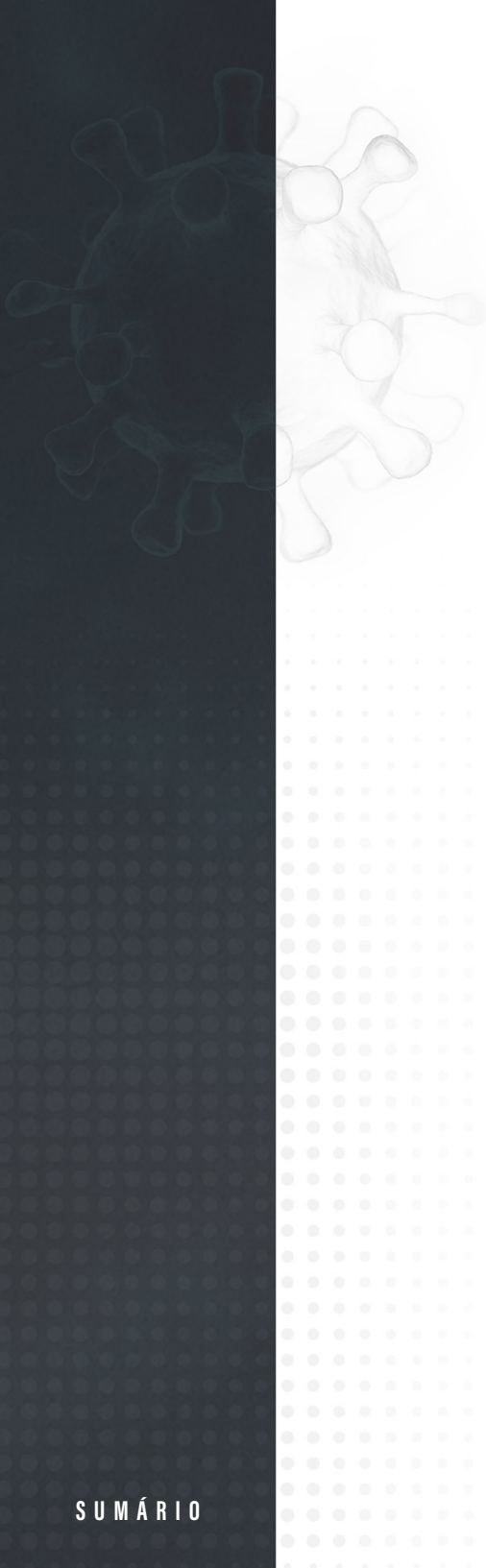
Dos 80 pacientes, apenas uma paciente de 86 anos, com uma forma avançada de infecção pelo vírus chinês, não apresentou melhoras. [...] A notícia promissora vem mais uma vez do Dr. Didier Raoult. Em 27 de março, Dr. Raoult publicou no [Twitter](#) seus [resultados](#). 'Nossos dois artigos publicados hoje à noite ajudam a demonstrar: 1. A eficácia do nosso protocolo, em 80 pacientes. 2. A relevância da combinação de hidroxicloroquina e azitromicina, graças a pesquisas realizadas em nosso laboratório de contenção P3', escreveu Didier Raoult (Garcia, 2020h).

No Brasil, um importante nome é a médica oncologista e imunologista Nise Yamaguchi (*apud* Netto, 2020b), que defende o uso de cloroquina "ainda no início da infecção por Covid-19, ao contrário do que diz o atual protocolo do Ministério da Saúde, que determina a utilização apenas em casos graves". Explica que, se usado até o quarto dia de aparecimento dos sintomas, o tratamento reduz exponencialmente o risco de internação e a necessidade de uso do respirador, por isso pretende "liderar um processo de flexibilização da lei, de modo a facilitar sua prescrição a pacientes". Em seus termos:

'É importante construir UTIs, aumentar os leitos hospitalares, promover o isolamento vertical e adotar medidas de prevenção, mas não podemos nos limitar a isso. O tratamento precoce com hidroxicloroquina pode ser feito em larga escala, como fizemos com o [medicamento] Tamiflu durante a epidemia de H1N1' (Yamaguchi *apud* Netto, 2020b).

No trecho, fica clara a legitimação de sua fala a partir da experiência alcançada na epidemia anterior da H1N1.

Em 06 de abril, é publicada reportagem *Enquete com mais de 6 mil médicos em 30 países aponta popularidade da hidroxicloroquina contra Covid-19*. No texto, Garcia (2020i) relata uma enquete internacional realizada com 6.227 médicos que revelou a hidroxicloroquina como o medicamento mais escolhido para o tratamento da Covid-19. Na pesquisa, foram incluídos médicos de 30 países diferentes, como Europa, Ásia, América do Norte, Austrália e América do Sul.



No dia seguinte, além de Didier Raoult, dois outros “grandes nomes da saúde francesa” também foram mencionados em reportagem recomendando o tratamento com hidroxicloroquina diante do aparecimento dos primeiros sintomas (Garcia, 2020b). Observa-se no material o reforço da autoridade do saber: “todos nós fomos clínicos ou farmacologistas e investigadores de ensaios clínicos randomizados, e dois de nós dirigimos ou presidimos a Agência Nacional para a Segurança de Medicamentos e Produtos de Saúde (ANSM) e a Alta Autoridade de Saúde (HAS)”. Outro ponto a ser destacado é a relação médico-paciente:

[...] ‘a reflexão médica deve ser compartilhada para informar uma decisão que acabará por resultar do diálogo médico-paciente.’ [...] ‘Discordo quando os médicos são proibidos de usar medicamentos que existem há décadas. Não concordo com a interferência do Estado na relação médico-paciente. É de responsabilidade individual dos médicos. É o juramento de Hipócrates. Não é charlatanismo. Portanto, o executivo deve ter cuidado para não fazer medicina por nós’ (Le Figaro *apud* Garcia, 2020b).

As manifestações dos médicos sobre a importância do diálogo médico-paciente devem ser compreendidas no contexto da saúde contemporânea – em que se verificam mudanças na relação, com o paciente assumindo uma voz mais ativa na condução de suas práticas terapêuticas – e da pandemia da Covid-19 – em que se identifica um amplo movimento midiático de defesa da cloroquina junto aos pacientes. De um lado, tem-se um paciente com uma postura mais ativa na relação com o médico e, de outro, verifica-se um movimento junto aos pacientes de construção midiática da cloroquina como o melhor tratamento para a Covid-19, num momento em que não havia outra solução técnica.

A terceira estratégia é a narrativa de que a hidroxicloroquina é um medicamento de uso habitual e com poucos efeitos colaterais.

O cientista Itamar Braga diz que o medicamento Hidroxicloroquina (HCQ) é usado para combater a malária e reumatismo desde os anos 50, está disponível nacionalmente no Brasil, é seguro (com pouquíssimos efeitos colaterais), e é muito barato. Na verdade, há 400 anos, os índios já usavam o quinino contra a malária, segundo Itamar. '[...] No meu entender falta apenas autorização da ANVISA e do governo federal para o uso de HCQ contra o corona vírus,' diz Itamar Braga ao Conexão Política (Garcia, 2020g).

Ele [Rob Elens] pediu aos seus colegas da Holanda para também iniciarem o tratamento com seus pacientes. 'Não tenho medo de fazer o tratamento. O medicamento está disponível em todas as farmácias da Holanda e é utilizado em pacientes com reumatismo e outras doenças autoimunes. Eu gostaria de dizer aos meus colegas: comecem com isso [esse tratamento], o país precisa,' disse Elens (Garcia, 2020j).

A quarta estratégia foi o percentual de cura elevado, apresentado nas reportagens tanto a partir de dados científicos quanto através de testemunhos de pacientes curados, ressaltando mudança nos regimes de verdade na cultura contemporânea.

Na sexta-feira (27), a apresentadora americana da Fox News, Laura Ingraham, relatou que o recente estudo da equipe francesa de pesquisa, liderada pelo renomado epidemiologista Dr. Didier Raoult, foi capaz de repetir suas descobertas de um estudo anterior. Desta vez, o Dr. Raoult administrou hidroxicloroquina e azitromicina a 80 pacientes e observou melhora em todos os casos, exceto em uma paciente de 86 anos com uma forma avançada de infecção por coronavírus chinês (Garcia, 2020h).

O epidemiologista francês, Dr. Didier Raoult, afirmou que 1.291 pacientes foram tratados no Instituto HU Méditerranée Infection, em Marselha, com a administração de hidroxicloroquina e azitromicina até 30 de março de 2020. [...] 'Nossa prioridade é curar pacientes diagnosticados com COVID-19. Obrigado às equipes de diagnóstico

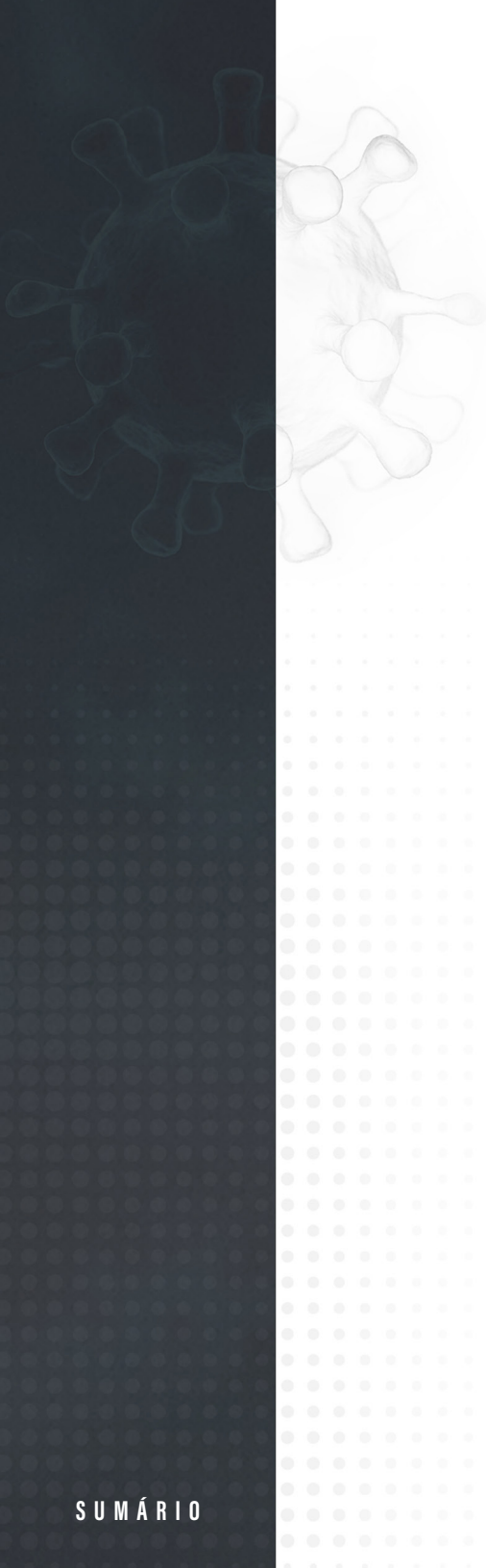
e assistência que são mobilizadas dia e noite’, escreveu Didier Raoult no Twitter (Garcia, 2020).

Oito pacientes com coronavírus chinês foram curados com hidroxicloroquina, zinco e azitromicina na Holanda, após médico de família descobrir sobre a eficácia do tratamento através das redes sociais. [...] ‘Através das mídias sociais, vi vários médicos de outros países que aplicaram a terapia para pacientes com o coronavírus. Trata-se de uma combinação de hidroxicloroquina, zinco e azitromicina. Esse é um remédio para malária muito antigo, e parece ser eficaz’, disse Elens o canal de TV local Peel en Maas (Garcia, 2020)).

O médico holandês destaca que a fonte de informação sobre a hidroxicloroquina não foi um artigo científico ou apresentação em congresso, mas dados compartilhados em redes sociais que mostravam o amplo uso do medicamento por médicos de variados países. Observa-se também que os pacientes curados, referidos na reportagem, eram idosos, dado que reforça o argumento do grupo de risco.

O argumento do percentual de cura elevado é reforçado pelos testemunhos dos pacientes. A emergência de testemunhos e da autoridade da experiência na mídia está inserida num cenário mais amplo de mudança das relações entre crença e convicção, seguindo Sacramento e Paiva (2020) e van Zoonen (2012), e de transformação dos tradicionais regimes de conhecimento a “Eu-pistemologia”, consoante van Zoonen (2012). Nesse cenário, a experiência passa a legitimar o conhecimento sobre a verdade e passa a ser valorizada socialmente a autoridade da experiência, quer dizer, a autoridade daquele capaz de narrar um acontecimento ou manifestar opinião acerca de um fato, pela experiência de ter vivido, visto ou sentido. Antes da pandemia, já tínhamos inúmeros exemplos dessa mudança no campo da saúde; agora, isso se potencializa.

Um homem nos EUA, diagnosticado com coronavírus chinês, afirma ter sido salvo da morte pelo medicamento antimalárico – a hidroxicloroquina – apontado como



possível tratamento para a Covid-19 pelo presidente americano Donald Trump. Depois de mais de uma semana, os médicos disseram que não havia mais nada a fazer e, na noite de sexta-feira (20), Giardinieri se despediu de sua esposa e três filhos. 'Eu estava no ponto em que mal conseguia falar e a respiração era muito desafiadora', disse Giardinieri. 'Eu realmente pensei que meu fim havia chegado.' Então, um amigo enviou a ele um artigo recente sobre a hidroxicloroquina, um medicamento prescrito usado no tratamento da malária por décadas e doenças autoimunes como o lúpus (Garcia, 2020f).

Na reportagem, são ressaltados elementos importantes de mudanças nos regimes de verdade da cultura contemporânea: o medicamento é sugerido por um amigo do paciente, Trump aponta o medicamento como possível tratamento, o paciente solicita a prescrição do medicamento e o médico concorda. Verifica-se uma postura ativa do paciente e a desestabilização do lugar de autoridade médica.

A referência ao então presidente Trump também aparece em reportagem de Garcia (2020e) com o testemunho do paciente Santilli, logo no título: *Sobrevivente do vírus chinês elogia Trump e o uso da hidroxicloroquina: "Eu sou a prova viva, funciona!"*.

A pandemia do vírus chinês talvez tenha um *ponto de virada* em sua história. Um americano do estado de Michigan, Jim Santilli, de 38 anos, disse que é uma '*prova viva*' de que a combinação de medicamentos contra malária e antibióticos salvará a vida das pessoas que estão infectadas pelo coronavírus chinês. [...] Santilli disse que estava se 'afogando lentamente' e estava convencido de que 'não viveria até a meia-noite'. Foi quando os médicos tomaram uma decisão. Ele disse que *esta decisão mudou tudo*. O sobrevivente contou que a combinação de medicamentos começou a funcionar 'dentro de algumas horas'. *Santilli deu o crédito de sua sobrevivência a Trump*. '*Donald Trump recomendou a combinação de medicamentos que salvou minha vida e de muitas outras pessoas*', disse ele a Gruber (Garcia, 2020e, grifos meus).

O imbricamento entre saúde e política se faz evidente na fala de Santilli. O paciente não apenas atribui sua cura e de outras pessoas ao então presidente Trump, quanto critica a governadora Gretchen Whitmer por uma postura distinta em relação à hidroxiquina, falando de modo enfático que a interrupção da prescrição do medicamento seria uma ação pendente do lado da morte (“ela está condenando pessoas à morte”), enquanto a hidroxiquina seria uma ação do lado da vida (“muitas vidas também estão sendo salvas”).

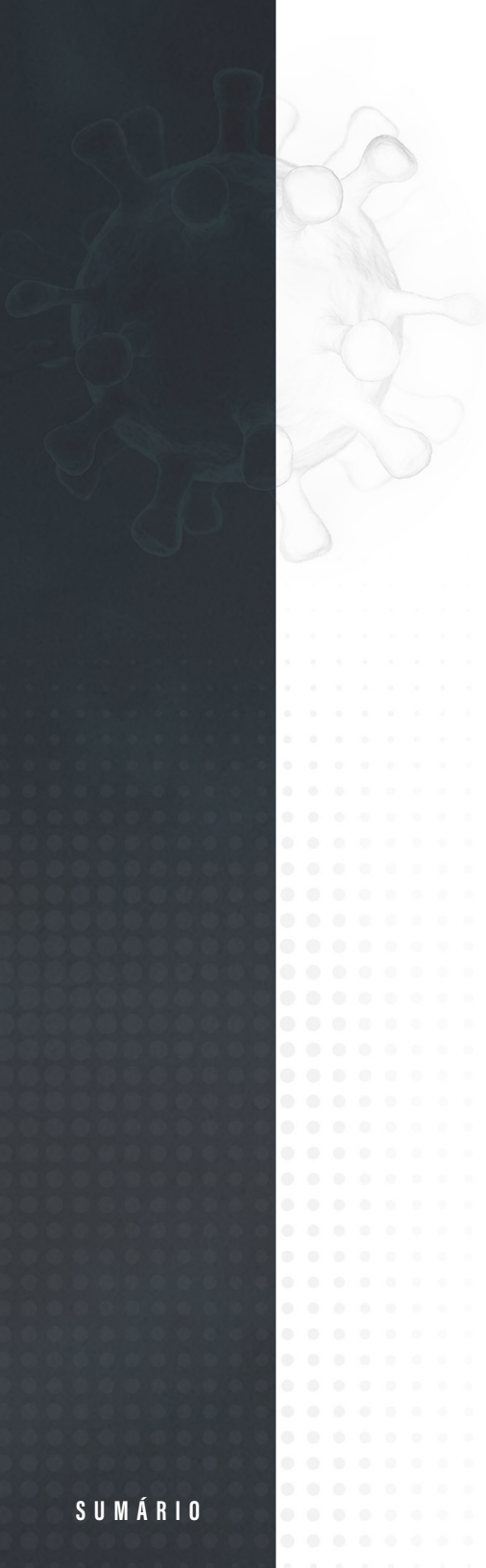
De modo amplo, a eclosão de testemunhos nos mais distintos ambientes de comunicação pode ser ainda entendida no interior de uma nova economia moral em que o sofrimento é valorizado (Lerner; Vaz, 2017), a concepção de evento trágico é ampliada (Fassin; Rechtman, 2009) e a vítima aparece como figura subjetiva importante e acolhida socialmente (Novick, 2000; Vaz, 2014).

Duas figuras nacionais associadas ao uso da hidroxiquina nas reportagens são os médicos David Uip e Roberto Kalil. As falas ganham importância dupla por serem médicos e por trazerem também a autoridade da experiência de terem usado o medicamento no próprio tratamento da Covid-19.

O que se torna a morte quando se tem solução técnica? Clo-roquina/hidroxiquina aparecem no material analisado como uma forma de lidar com a morte, ou melhor, como um novo modo de colocar a morte à distância; agora, a partir da apresentação da cura – vocábulo comumente utilizado nas reportagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa cultura marcadamente preventiva e preditiva, a solução oferecida para problemas de saúde baseava-se especialmente na técnica e na individualização dos cuidados com a saúde.



A pandemia da Covid-19, a princípio, desestabiliza esses modos de conduta, na medida em que não haveria uma solução técnica específica para lidar com a infecção e a principal solução adotada em todo o mundo – distanciamento social – envolveria ação coletiva e ação política, o que ultrapassaria, portanto, o foco na responsabilização individual. Contudo, num cenário de elevado grau de infecção e mortalidade, a morte pela Covid-19 foi construída como evitável a partir da promoção da cloroquina/hidroxicloroquina e da construção de grupos de risco para a infecção. Houve um enquadramento da Covid-19 na lógica do risco, com a proposição de solução individual e tratamento medicamentoso, responsabilização do indivíduo sobre os cuidados e colocação da morte à distância, desmobilizando o medo da morte e mobilizando o medo dos impactos econômicos. A morte foi apresentada como evitável pela ação do indivíduo; há cura e individualização dos cuidados, logo, a ação do Estado não é necessária.

Na pandemia da Covid-19, verifica-se o imbricamento entre saúde e política. O corpo vivo – e mortal –, evidencia Preciado (2020), torna-se o objeto central de toda política. As verdades do fator de risco não traziam problemas, talvez pelo não imbricamento com a política. Agora, observa-se uma disputa pela verdade, que impacta os modos individuais de lidar com a pandemia. Isso porque a pandemia existe de modo mediada, como experiência mediada pela mídia, pela ciência e pela política. Mais do que denunciar a desinformação e a explosão de *fake news* no cenário pandêmico, interessa entender as disputas e as estratégias de legitimação, considerando o imbricamento entre verdade, discurso e poder, em linha com Foucault. Afinal, como diz, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2009, p. 10). O discurso é objeto do desejo.

REFERÊNCIAS

ABADE, D. Opinião: como nasce um embuste. **Época**, 24 jan. 2019. Disponível: <https://epoca.globo.com/opiniao-como-nasce-um-embuste-23397102>. Acesso em: 10 out. 2020.

ALBUQUERQUE, D. EUA testam dois genéricos em corrida por tratamentos para coronavírus. **Conexão Política**, 19 mar. 2020a. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/mundo/eua/eua-testam-dois-genericos-em-corrída-por-tratamentos-para-coronavirus/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, D. EUA aprovam remédio antimalária em tratamento contra coronavírus. **Conexão Política**, 19 mar. 2020b.

AGAMBEN, G.; ŽIŽEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F. B.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D. HAN, B.C.; ZIBECCHI, R.; GALINDO, M. GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. **Sopa de Wuhan**: pensamento contemporâneo em tiempos de pandemias. Madri: ASPO, 2020.

CALADO, C. **Da angústia ao medo**: Finitude e cuidado de si na cultura contemporânea. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2018.

CAMPOS, G. L. Tratamento com hidroxicloroquina associada com antibiótico cura pacientes em estudo, afirma jornal. **Conexão Política**, 25 mar. 2020.

COOPER, M. **Family Values**: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism. New York: Zone Books, 2017.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DRA. NISE Yamaguchi se reuniu com Bolsonaro no mês passado e apresentou a cloroquina como tratamento imediato nos casos de Covid-19. **Conexão Política**, 15 maio 2020.

ESPOSITO, R. A primeira imunização é o direito – Entrevista com Roberto Esposito. **Instituto Humanitas Unisinos**, 6 maio 2020a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598664-a-primeira-imunizacao-e-o-direito-entrevista-com-roberto-esposito>. Acesso em: 10 maio 2020.

ESPOSITO, R. Os partidos e o vírus: a biopolítica no poder. Tradução Luisa Rabolini. **Instituto Humanitas Unisinos**, 02 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596698-os-partidos-e-o-virus-a-biopolitica-no-poder>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The empire of trauma**: an inquiry into the condition of victimhood. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GABRIEL, M. El virus, el sistema letal y algunas pistas... *In*: AGAMBEN, G.; ŽIŽEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F. B.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D. HAN, B.C.; ZIBECHI, R.; GALINDO, M. GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Madri: ASPO, 2020.

GARCIA, T. Nigel Farage relança 'Partido do Brexit' como 'Partido da Reforma' e fará campanha contra novo lockdown britânico. **Conexão Política**, 02 nov. 2020a. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/mundo/nigel-farage-relanca-partido-do-brexit-como-partido-da-reforma-e-fara-campanha-contra-novo-lockdown-britanico/>. Acesso em: 20 maio 2021.

GARCIA, T. Três grandes nomes da saúde francesa recomendam o tratamento com hidroxicloroquina e azitromicina assim que os primeiros sintomas do coronavírus aparecerem. **Conexão Política**, 07 abr. 2020b.

GARCIA, T. Americano com vírus chinês diz que hidroxicloroquina, medicamento apontado por Trump, salvou sua vida. **Conexão Política**, 24 mar. 2020c.

GARCIA, T. Farmacêutica israelense doa aos EUA 10 milhões de comprimidos de sulfato de hidroxicloroquina para tratamento do vírus chinês. **Conexão Política**, 27 mar. 2020d.

GARCIA, T. Sobrevivente do vírus chinês elogia Trump e o uso da hidroxicloroquina: "Eu sou a prova viva, funciona!" **Conexão Política**, 29 mar. 2020e.

GARCIA, T. Americano com vírus chinês diz que hidroxicloroquina, medicamento apontado por Trump, salvou sua vida. **Conexão Política**, 24 mar. 2020f.

GARCIA, T. Entrevista exclusiva com cientista brasileiro na Holanda sobre o uso de "quinino" (HCQ) no tratamento da Covid-19. **Conexão Política**, 19 mar. 2020g.

GARCIA, T. Melhora em todos os 80 casos (menos 1) de administração da hidroxicloroquina e azitromicina do grupo de estudos do epidemiologista francês Didier Raoult. **Conexão Política**, 29 mar. 2020h.

GARCIA, T. Enquete com mais de 6 mil médicos em 30 países aponta popularidade da hidroxicloroquina contra Covid-19. **Conexão Política**, 06 abr. 2020i. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/errata/enquete-com-mais-de-6-mil-medicos-em-30-paises-aponta-popularidade-da-hidroxicloroquina/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

GARCIA, T. 8 pacientes são curados com hidroxicloroquina, zinco e azitromicina na Holanda após médico descobrir eficácia do tratamento. **Conexão Política**, 07 abr. 2020j.

GARCIA, T. Epidemiologista francês afirma que 1.291 pacientes foram tratados em Marselha com hidroxicloroquina e azitromicina. **Conexão Política**, 30 mar. 2020l.

GOMES, H. S. Sleeping Giants muda alvo, e 2º site de fake news também perde anúncios. **UOL**, 05 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/06/05/sleeping-giants-brasil-obtem-vitoria-parcial-e-muda-foco-de-denuncias.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LERNER, K.; VAZ, P. "Minha história de superação": sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer. **Interface**, Botucatu, v. 2, n. 60, jan./mar. 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832017000100153&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2020.

LUSTOSA, B. Estudiosos estrangeiros também são contra o 'lockdown horizontal' no combate ao Corona Vírus. **Conexão Política**, 05 abr. 2020.

MASSUMI, B. Potential Politics and the Primacy of Preemption. **Theory & Event**, v. 10, n. 2, 2007.

MARTINS, R. M. Bolsonaro entrega R\$ 75 milhões para google distribuir – inclusive a sites de fake News. **The Intercept Brasil**, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/08/13/bolsonaro-usa-google-distribui-milhoes-reais-sites-fake-news-adsense/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NETTO, T. Em 24 horas, Brasil registra mais de 1500 novos casos de Covid-19. **Conexão Política**, 07 abr. 2020a.

NETTO, T. Dra. Nise Yamaguchi integra gabinete de crise e propõe a cloroquina como tratamento imediato nos casos de coronavírus. **Conexão Política**, 07 abr. 2020b.

NOVICK, P. **The Holocaust in American life**. Boston, New York: First Mariner Books, 2000.

OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19.** Opas, 2022.

PRECIADO, P. B. Aprendiendo del virus *In*: AGAMBEN, G.; ŽIŽEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F. B.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D. HAN, B.C.; ZIBECCHI, R.; GALINDO, M. GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. **Sopa de Wuhan:** pensamento contemporâneo em tempos de pandemias. Madri: ASPO, 2020.

ROCHA, M. Bolsonaro sobre Mandetta: "A gente está se bicando já faz algum tempo". **Conexão Política**, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://conexaopolitica.com.br/ultimas/bolsonaro-sobre-mandetta-a-gente-esta-se-bicando-ja-faz-algum-tempo/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **Matrizes**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2020.

SITE bolsonarista Conexão Política cai no descrédito, perde seguidores e diz que é censurado. **FORUM**. 6 ago. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/site-bolsonarista-conexao-politica-cai-no-descredito-perde-seguidores-e-diz-que-e-censurado/>. Acesso em: 10 out. 2020.

VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. **Galaxia**, São Paulo, n. 28, p. 32-44, dez. 2014.

VAZ, P. A vida feliz das vítimas. *In*: FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje:** reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VAZ, P. As narrativas midiáticas sobre cuidados com a saúde e a construção da subjetividade contemporânea. **Logos 25: corpo e contemporaneidade**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 13, 2006. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/25/08_Paulo_Vaz.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

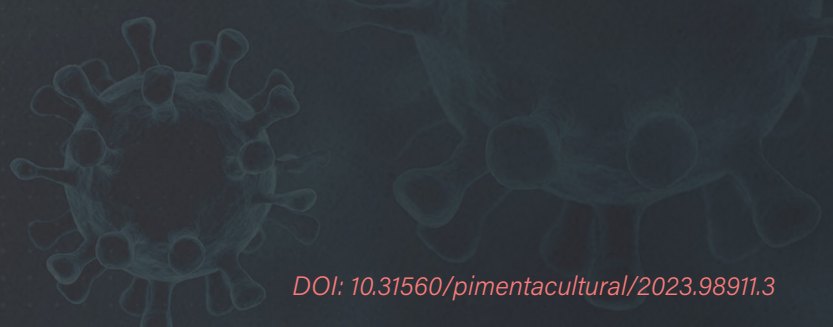
VAN ZOONEN, L. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.



3

*Marianna Ferreira Jorge
Julia Salgado*

**AS LINHAS TORTAS
DA BRASIL PARALELO:
INDIVÍDUO E COLETIVO NA GESTÃO
NEOLIBERAL DA PANDEMIA**



DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98911.3](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98911.3)

INTRODUÇÃO

Se utilizar a máscara for pior para a sua saúde, todos estão condenados a errar junto com eles. Se o isolamento não for suficiente para conter a epidemia, todos são obrigados a falir em nome de pouco ou nenhum resultado. Se as evidências científicas selecionadas estiverem erradas, todos pagam o preço da má seleção [...] E se até moralmente não concordarmos com as decisões do governo, somos obrigados a agir de acordo com os valores que eles manifestam como prioritários (7 Denúncias, 2020, minuto 80).

Em 2020, o mundo se deparou com uma crise de extensão planetária: a pandemia do Covid-19, que colocou em xeque não apenas a continuidade da vida social vigente como também os modos pelos quais os indivíduos se relacionavam consigo, com os outros e com o mundo. Subvertendo o imaginário que predominava até então, no qual a manutenção da vida era compreendida enquanto responsabilização individual, a pandemia parece ter anunciado algo tão óbvio quanto surpreendente: o futuro individual também depende da ação coletiva. A desestabilização provocada pelo vírus, somada à necessidade de intervenção estatal para promover a saúde da população, descortinou a crença neoliberal da noção de futuro como mérito individual (Vaz, 2010). Com efeito, reaproximando-se da visão moderna, o futuro voltou a anunciar a esperança de uma construção coletiva, ainda que sob novas configurações éticas e políticas.

Nessa esteira, muitos autores se pronunciaram na tentativa de fazer um diagnóstico do presente, atentando não somente para o risco de ascensão de tiranias como também para a possibilidade de abertura de mundo que voltava a despontar ante o caos. “O futuro começa agora”, anunciava Boaventura de Souza Santos, em frase que deu título ao seu livro lançado em meados do fatídico 2020, apostando no resgate da utopia e na emergência de um novo modelo civilizatório. “É hora de mudarmos de via”, propunha, por sua vez, Edgar Morin,

também no título de seu mais recente livro, publicado no mesmo ano, no qual lançava mão da possibilidade de regeneração da política, de proteção do planeta e da humanização da sociedade.

Afinal, uma constatação parecia clara: “o neoliberalismo chegou num ponto de crise que deriva dessa coisa estranha que é um vírus mortal”, como avaliou Antonio Negri (2020, p. 2), antes de ressaltar o limite das políticas neoliberais “tanto em relação à natureza, à poluição, a tudo aquilo que está por trás dessa pandemia, quanto em relação ao ataque à reprodução, ao comum”, como a saúde e a educação. Paul Preciado (2020, p. 184) também foi enfático acerca das possibilidades de resistência que se abriam, embora sem desconhecer as ameaças biopolíticas estatais de biovigilância, o estímulo aos prazeres ilimitados e a onipresença dos dispositivos digitais ultraconectados em (quase) todos os âmbitos: “a cura e o cuidado só podem surgir de um processo de transformação política!”. Eis a importância da cooperação planetária na tentativa de “curarmos a nós mesmos como sociedade”, reforçava o filósofo. Em meio a diferentes análises, tão argutas como críticas, o que convém explicitar é o que parece comum a todas elas: a aposta na ação coletiva como meio para a ampliação do mundo. E, ainda, a necessidade de justiça social para reduzir as desigualdades econômicas e políticas, e da descolonização dos desejos para libertar as subjetividades das malhas do “espírito empresarial” e seus insaciáveis apetites consumistas.

Esse modo de encarar a crise, no entanto, está longe de ser consensual. Como se sabe, nos últimos anos tem emergido um fenômeno inédito em parte da população global: a desconfiança nas instituições científicas e a desvalorização dos valores morais que alicerçaram o projeto civilizador moderno, como a democracia, a responsabilidade civil, a justiça, a verdade, a igualdade e a solidariedade. A atual pandemia tem ocorrido em pleno desenvolvimento desse processo histórico, fazendo emergir forças que suscitaram uma diversidade de afetos reativos: da negação do vírus à banalização

da morte, do hedonismo individualista ao ressentimento narcísico. Diante dessa complexa trama, convém questionar o seguinte: num cenário em que estão em jogo a vida e a morte, bem como o destino da nação e do planeta, como justificar o negacionismo de parte da população, que reluta sobre as evidências científicas e se recusa a aderir às suas estratégias de combate à crise? Que moralidade sustenta tais discursos e quais são seus desdobramentos éticos e políticos? O que esses indivíduos temem, afinal, que poderia ser mais grave que o risco provocado pelo vírus? E, ainda, a que noção de Estado eles aderem e como ela se traduz em suas denúncias? Por fim, o que esses enunciados revelam acerca de nosso tempo e de que modo eles supõem ou propõem certo tipo de subjetividade desarraigado dos mecanismos de cidadania que vigoraram, sem grandes esforços, até poucas décadas?

Neste capítulo, buscaremos abordar essas complexas questões no intuito de entender os tipos de afetos, racionalizações e pleitos que a pandemia suscita neste tipo de manifestação alinhada aos preceitos neoliberais e conservadores. A tentativa é de compreender o vínculo entre a ascensão da nova direita no Brasil, a consolidação dos valores neoliberais e o declínio dos planos social e político, com foco no embate entre os interesses coletivos e as liberdades individuais. Antes, no entanto, convém esclarecer que o viés de análise crítica através da chave do neoliberalismo não pretende esgotar o intrincado cenário contemporâneo, no qual outros fenômenos de extrema atualidade (como as teorias conspiratórias, *fake news*, crise da democracia e nacionalismos exacerbados) também compõem a cena e demandam análises mais aprofundadas acerca desse conjunto – tão heterogêneo como complementar – de transformações em curso.

Para isso, escolhemos analisar o longa metragem documental *7 Denúncias: as consequências do caso Covid-19*, produzido pela empresa de mídia *Brasil Paralelo*, fundada em 2016 com pretensões grandiosas: transformar-se na “Netflix da direita brasileira”. Em seu canal no *YouTube*, que em novembro de 2022 contava com mais

de 3,6 milhões de inscritos, todos os filmes e séries estão disponíveis gratuitamente, somando mais de 240 milhões de visualizações. Considerando esses números relativos ao consumo e a repercussão de suas produções, tanto nos comentários das publicações como nos sites de extrema-direita, trata-se de uma fonte de conteúdo de grande relevância que justifica a análise proposta.

Em 7 *Denúncias* encontramos uma forte ressonância com os discursos cada vez mais disseminados entre o público conservador brasileiro. A pandemia de Covid-19 é o pano de fundo sobre o qual a narrativa profere sete acusações, elegendo como alvos principais o “sistema” (representado pelo Estado democrático) e suas “ideologias” (supostamente ligadas ao comunismo, às ideias de justiça social, ao totalitarismo, ao antiliberalismo). Outras instâncias são acionadas, como a mídia, a corrupção e a ciência, construindo um embasamento para as teorias conspiratórias e a oposição nós/eles que fomenta a “guerra cultural” em curso. Como veremos, os ensinamentos proferidos pelo filme explicitam, quase que em um mantra malsonante, as prioridades que deveriam ser seguidas em tempos de crise sanitária: mais importante que a vida é a liberdade individual, mais prezada que a ciência é a economia e mais urgente que combater o vírus é salvar o capitalismo de escusas forças totalitárias.

PARALELISMOS EM DISPUTA

O grande provérbio que vai surgir pro futuro vai ser ‘mais perdido que OMS em tempos de pandemia’ [...] Ninguém sabe nada. Essa é a grande realidade. Clamam ‘ciência, ciência, ciência’ e não sabem nada (Fernando Conrado em 7 *Denúncias*, 2020, minuto 103).

Em sua missão de “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”, a *Brasil Paralelo*

produz documentários sobre história nacional (*Brasil: a Última Cruzada; Era Vargas: o crepúsculo de um ídolo; 1964: o Brasil entre armas e livros*), políticas identitárias (*As Grandes Minorias: antifascismo, Black Lives Matter e Ideologia de gênero*), sistema judiciário (*Os 11 supremos; Os donos da verdade*), sistema político (*Teatro das tesouras*), educação (*Pátria educadora*), meio ambiente (*Cortina de fumaça*), entre outros assuntos que motivaram intenso debate ao longo das últimas décadas. Há claramente uma agenda de interesse por trás das escolhas não apenas dos temas, fatos e dados apresentados em suas produções, mas também daqueles que elegem como especialistas para entrevistar. Entre eles, predominam representantes da extrema-direita dos mais diversos nichos, como Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Luciano Hang, Janaína Paschoal, Ernesto Araújo e Fernando Conrado.

O que começou em Porto Alegre, em 2016, com três estudantes universitários usando câmeras emprestadas e poucas economias, em 2020, já sediada em São Paulo, o empreendimento faturava R\$ 30 milhões ao ano. E queria mais: “Queremos ser a empresa de mídia mais influente no ecossistema cultural brasileiro”, afirmou Henrique Viana, um dos sócios, à *Folha de S. Paulo* (Zanini, 2021). As produções audiovisuais disponibilizadas no *YouTube* não constituem o único recurso da empresa, que também oferece pacotes de assinatura pagos para que os espectadores possam acessar outros serviços, como cursos on-line, clubes da música e do livro. “Núcleo de Formação é a principal iniciativa educacional da *Brasil Paralelo*”, segundo o site da empresa, oferecendo mais de 40 cursos ao valor de R\$ 49,00 mensais nas áreas de História, Filosofia, Política e Economia, e prometendo “conhecimentos que você não encontra nas melhores universidades do país. [...] Uma experiência única de educação e alta cultura” (Brasil Paralelo, 2022). O objetivo é ambicioso: “transformar o país no longo prazo”, algo que deveria passar invariavelmente pela educação. Embora não se possa estimar o alcance de tal projeto, que visa reescrever a história e demarcar novas bases

para a educação brasileira, alguns indícios saltam aos olhos. A série *Brasil: a Última Cruzada* – que reconta a história nacional reivindicando valores conservadores como a religião cristã e a superioridade da monarquia em relação à república – foi cedida em 2019 para exibição na *TV Escola*, uma parceria entre *Brasil Paralelo* e MEC que vai até 2022. Já o longa *1964*, lançado em 2019, tornou-se o vídeo mais assistido do canal, com mais de 10 milhões de visualizações em 2022 – fato que o colocaria em sexto lugar na lista de filmes brasileiros com mais de um milhão de espectadores.

O documentário aqui focado, *7 Denúncias*, foi lançado em junho de 2020 e tem números mais modestos: dois anos depois de sua estreia, a produção acumulava 1,4 milhões de visualizações e 8,7 mil comentários¹⁰. As sete denúncias nele proferidas levam os seguintes títulos: (1) Bem comum vs Bem individual; (2) A autoridade científica do governo; (3) As consequências das decisões; (4) Oportunismo político; (5) Controle da vida privada; (6) Controle de opinião; (7) O poder das instituições supranacionais.

Ao fim dessas denúncias didaticamente apresentadas – acompanhadas por recursos sonoros e imagéticos que visam a comunicar tudo aquilo que (não) é enunciado explicitamente pelo narrador –, parece que não deveriam restar dúvidas acerca do grande mal a ser combatido em tempos pandêmicos. Não se trataria do vírus do Covid-19, que em março de 2022 ultrapassou a marca de seis milhões de mortes em todo o mundo, mas sim de um suposto projeto tirânico de dominação planetária. Mobilizado por entidades supranacionais em articulação com governos (sobretudo estaduais e municipais), empresas de tecnologia, meios de comunicação e parte da elite intelectual e artística, o plano consiste em confiscar as

10 Na data de fechamento deste artigo, em novembro de 2022, por motivos desconhecidos, constatamos que o documentário não fazia mais parte do acervo audiovisual da *Brasil Paralelo* em seu canal do *YouTube*. É possível, no entanto, encontrá-lo na íntegra em outros canais da plataforma, através da busca pelo seu título.

liberdades individuais para, posteriormente, implantar o totalitarismo em escala global. Ao que depender dos anseios do presidente da China, Xi Jinping, e das diversas personalidades da esquerda, estrategicamente inseridas ao final do documentário – entre elas, o ex-presidente Lula e os filósofos Antonio Negri e Slavoj Žižek –, o capitalismo está com os dias contados e, em breve, teremos um socialismo com sotaque chinês alastrado por todo o planeta.

Diante dessa ameaça, “faz sentido olhar pros riscos das tiranias com a mesma seriedade que olhamos para os riscos das doenças” (7 Denúncias, 2020, minuto 11), alega o narrador já nos primeiros minutos do filme, evidenciando o objetivo central da produção: nos atentar que a catástrofe sanitária em curso não é a questão prioritária a ser tratada, tampouco a mais emergencial delas. Pouco abertos ao dissenso e à argumentação, os recursos audiovisuais utilizados para condicionar a sensibilidade do espectador e nublar outras possibilidades de pensamento, configuram um dos principais expedientes da produtora. Assim como outras, uma cena específica exemplifica isso: sob a voz em *off* a qual argumenta que, no último século, uma diversidade de doenças acometeu a população, tais como a gripe espanhola, a pneumonia, a tuberculose, a sífilis e a AIDS; e nenhuma delas, até hoje, “conseguiu vencer o número de mortes causadas pelo próprio ser humano, muito menos pela pobreza” (7 Denúncias, 2020, minuto 10), enquanto cenas sangrentas de guerras e ditaduras passam na tela, intercaladas por um gráfico que compara as mortes por guerras com aquelas causadas por doenças. Assim, é lançado o gancho que sustenta a ode à economia e ao capitalismo e que se estende por todo filme, junto ao deliberado ataque ao Estado e às instituições científicas. A defesa das liberdades individuais em particular, e dos valores neoliberais em geral, é o mote do roteiro, enquanto as medidas de prevenção adotadas juntamente com a adesão social são criticadas sob alegações diversas, que vão do oportunismo político ao marxismo cultural.

O argumento apresentado como irrefutável é que a economia seria tão importante quanto a vida, não podendo ser relegada para segundo plano em nenhuma circunstância. A esse respeito, Fernando Conrado é fervoroso em seu depoimento: “o que as pessoas não enxergam é que economia e vida são a mesma coisa. A economia nada mais é do que conseguir pensar uma vida mais confortável para o ser humano” (7 Denúncias, 2020, minuto 42). Após tal definição, a constatação é uma só: “todos os serviços são essenciais do ponto de vista daqueles que precisam do seu emprego para sobreviver”. Portanto, as restrições temporárias à livre circulação do capital, assim como à liberdade em empreender, trabalhar, ir e vir, circular em praça pública e prescindir do uso de máscara, seriam um atentado direto à “dignidade humana”. Além de implicarem o risco futuro de recessões econômicas, crises, doenças e mortes, geradas não pelo Covid-19, mas pela violência e pela pobreza – fatores que seriam mais graves, de urgente preocupação e independentes da propagação do vírus.

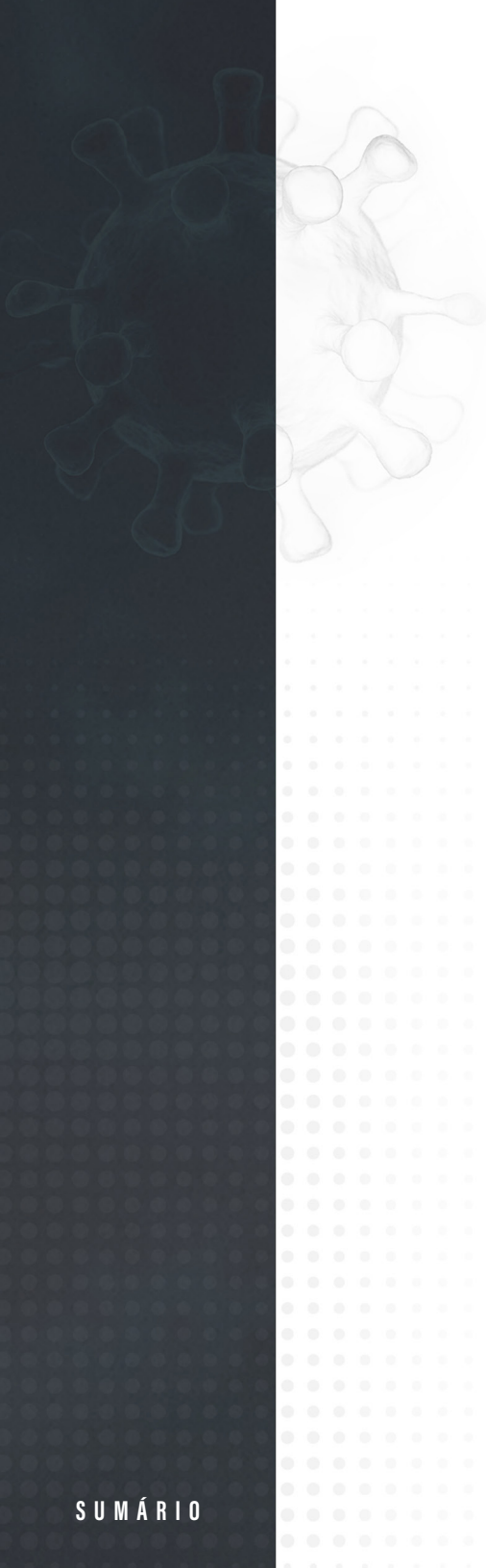
Se a economia é exaltada, a ciência não tem o mesmo tratamento. As instituições de pesquisa e de ensino são desmoralizadas e desacreditadas pela mesma fonte, sendo tratadas como instâncias de menor importância e pouca confiabilidade. Não se trata, contudo, de um mero ataque epistemológico. Antes, tal construção retórica se insere numa disputa pela narrativa hegemônica, valendo-se do maniqueísmo da atual guerra cultural para defender o “lado certo da história”. Para sustentar essas ideias foram convocadas autoridades pouco credenciadas academicamente – e, talvez por isso, mais confiáveis –, encarregadas de emitir análises com pretensões científicas, que endossam os argumentos apresentados no decorrer do documentário. À diferença da OMS e das demais instâncias embasadas na ciência, seriam essas figuras¹¹ – claramente alinhadas com os valores disseminados pela direita neoliberal – as autênticas detentoras da

11 Os entrevistados que contestam a autoridade científica para nortear decisões políticas são assim apresentados: Ricardo Gomes, advogado e professor; Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, mestre em ciências políticas pela Stanford University; Fernando Conrado, cientista político.

verdade, sendo tão justas em seus posicionamentos como imparciais no compromisso com a informação. Responsáveis, portanto, por alertar à sociedade sobre as arbitrariedades cometidas pelas instituições durante a pandemia, na tentativa de gerir a consciência da população.

O esforço realizado no longa também não apresenta modéstia em sua pretensão: a finalidade é associar as autoridades científicas ao poder dos governantes e, sobretudo, aos abusos totalitários. Para garantir o êxito dessa empreitada, toda a trama conspiratória conta ainda com um personagem central: o povo, que serviria de bode expiatório para a implementação desse acordo tácito de controle global. Segundo a produção, o medo disseminado tanto pela mídia quanto pelas autoridades científicas e políticas – que alardearam previsões acerca do alto número de mortes e de contágios, bem como risco de colapso do sistema de saúde –, teria levado parte da população a abrir mão da própria liberdade em troca da promessa de segurança. Incapazes de enxergar as consequências dessa submissão voluntária, os sujeitos estariam convictos da validade moral de suas ações, compreendendo-as como legítimas e inegociáveis. Apesar da “boa intenção” anunciada, tal gesto abriria precedentes para a intervenção do Estado em diversas instâncias da vida, ainda que em situações não almejadas ou, mesmo, por governos não dignos de respeito. O problema se torna ainda maior, segundo o documentário, quando esses sujeitos, em defesa dos próprios preceitos morais, coagem aqueles que não partilham da mesma crença ou não estão dispostos a tais sacrifícios, seja através do uso da própria força (mediante denúncias, retaliações ou manifestações públicas) ou de reivindicações legais (através do governo e das leis), que visem a frear condutas que lhe implicariam algum risco.

Como podemos ver, numa situação de vida e morte reconhecida de modo consensual em nível internacional, o documentário trata a adesão às medidas sanitárias como desejos, crenças e ideais passíveis de escolhas individuais – e, portanto, refutáveis e dispensáveis aos demais. Além disso, compreende tais ações como



moralmente condenáveis, sobretudo quando anseiam pela cooperação comunitária. Nesse sentido, o roteiro se incumbem de associar as estratégias utilizadas para denunciar aqueles que furam a quarentena ou burlam as recomendações institucionais às antigas práticas eugenistas da Alemanha do Terceiro Reich, trazendo imagens do período nazista sob a narração: “onde os filhos denunciavam os pais que não concordam com partido ou o sistema nazista” (7 Denúncias, 2020, minuto 79). A partir desse e de outros exemplos perversamente apresentados, o individualismo se sobrepõe a qualquer ação coletiva, sob a seguinte alegação: “podemos estar errados no que pedimos que os outros façam e, neste caso, obrigamos todos os outros a errar conosco”. Por isso, “em muitos casos, preservar a liberdade dos indivíduos é mais valioso do que fazer eles acertarem” (7 Denúncias, 2020, minuto 13), afirma o narrador, deixando claro que a atual crise sanitária é uma dessas ocasiões.

Qualquer abordagem acerca dos riscos do contágio, do agravamento do problema, da carência de gestão governamental centralizada e proativa ou, em última instância, de estarem eles mesmos enganados em seus posicionamentos, fica fora de questão. A ausência de garantias inquestionáveis acerca dos métodos científicos mais eficazes, somada ao oportunismo político dos governantes, tornam-se suficientes para a negação de qualquer ordem que vá de encontro com as suas crenças. Ao invés do senso de responsabilidade social, o que vemos é a constituição de uma vítima supostamente mais legítima do que aquela fatalmente acometida (ou ameaçada) pelo vírus: o “cidadão de bem”, trabalhador ou empreendedor, impedido de acumulação do capital humano e de prover o sustento da família, bem como de todo o prazer que merece desfrutar juntamente com a liberdade de se manifestar contra medidas das quais discorda.

Cabe sublinhar que esse comportamento tão narcísico como hedonista é próprio da cultura terapêutica contemporânea, que marca a singularidade do nosso tempo na forma de lidar com o sofrimento. Os sujeitos que viveram nas sociedades ocidentais no século

XIX e parte do XX, eram balizados por uma “consciência moral”, denominada por Sigmund Freud como “Super-eu” (2010). Tal instância habitava nas entranhas dos indivíduos “civilizados” e norteava suas condutas, em sintonia com uma série de miras e objetivos azeitados na modernidade, levando-os a renunciar aos próprios desejos e a suportar os mal-estares provenientes de tais privações, sobretudo, em respeito à pátria e à família – duas entidades que alicerçavam a existência e davam sentido aos modos de sofrer tipicamente modernos. Ancoradas nos valores do caráter e em firme compromisso com o dever e a disciplina, essas subjetividades suportavam as privações dos instintos – oriundos do “princípio de prazer” – como sinais de honra, dignidade, civilidade e responsabilidade social, em favor de algo então isento de qualquer refutação, culpa ou reprovação moral: o bem comum. Assim, a comunidade moderna não apenas apaziguava os temores de desamparo e os anseios de gregarismo, como também propiciava o sentimento de pertencer a algo maior e mais valioso que a própria vida: a nação, instância de progresso e de futuro, abrigo da alma e dos feitos intramundanos na história.

“Numa cultura terapêutica, porém, o único ‘bem comum’ é a felicidade do indivíduo”, atenta Paulo Vaz (2010, p. 136), acrescentando que, no lugar da renúncia aos prazeres do corpo antes reivindicada, o imperativo atual é o do gozo imediato, visto que as chances de ter prazer podem ser únicas e irrepetíveis, enquanto a morte é o único destino certo de todos. Resta ao sofredor, portanto, culpabilizar os demais pelo seu sofrimento, uma vez que ele seria proveniente do preconceito e da intolerância alheia em relação à busca singular pelo bem-estar, ao qual todos teriam direito; ou, ainda, das falhas do Estado em prover a segurança da nação. Não importaria o quão evitável, ou não, fosse o evento que lhes afeta, nem mesmo a necessidade de responsabilidade individual e coletiva para lidar com a catástrofe. Assim, ante a recusa do paternalismo e da repressão sexual, próprios do poder pastoral moderno, e da exigência de tolerância com o bem viver determinado por si e para si, um dos principais

inimigos a ser enfrentado em tempos de crise sanitária seria a democracia representativa. Sobretudo quando, em “nome do povo, da ciência ou da saúde”, o Estado implementa iniciativas que visam a cercear o gozo irrestrito e a circulação de seja lá o que for – ainda que seja o próprio vírus.

JUSTIÇA SOCIAL VS LIBERDADE INDIVIDUAL

O enfrentamento natural do vírus seria algumas pessoas tomarem cuidado e outras não, algumas empresas fechariam, e outras não, pessoas saudáveis, com uma menor predisposição ao vírus, provavelmente se sairiam melhor do que as outras e o número de contágios e mortes seria o resultado final da infinidade de decisões descentralizadas (7 Denúncias, 2020, minuto 14).

Logo em sua primeira denúncia, “Bem comum vs Bem individual”, o filme se contrapõe a uma noção que teria orientado muitas das decisões tomadas ao longo da pandemia: em nome da coletividade, comércios foram fechados e o isolamento social instaurado, obrigou-se o uso de máscaras, entre outras precauções. Segundo a produção, esse tipo de ação cria “o comportamento artificial que damos nome de coletivismo, trocando a forma espontânea que as pessoas lidam com o problema, por uma experimentação social determinada pelo governante. O argumento que permite que isso seja feito é estar agindo pelo ‘bem comum’” (7 Denúncias, 2020, minuto 15). Em contraposição a um poder estatal coercitivo, que age baseado em diretrizes científicas, propondo políticas públicas em prol do coletivo o *correto* teria sido permitir uma tomada de decisão descentralizada e orgânica, deixando que as pessoas decidissem, individual e livremente, o que fazer, com base em suas convicções e regras pessoais. Independentemente do número de baixas que tal

modo de operar diante de uma pandemia poderia gerar, algo que remete aos velhos princípios do “darwinismo social”.

Esta argumentação, apresentada no início do documentário, revela clara convergência com o pensamento de Friedrich Hayek, um dos pais fundadores do neoliberalismo. O economista e filósofo austríaco foi um dos mais ferrenhos opositores do modelo de Estado que se constituiu na Europa e nos EUA no entreguerras, e ganhou predominância após a II Guerra Mundial: o Estado alargado, que cuida do bem-estar social, torna-se permeável a reivindicações e vulnerável a expectativas sociais. Esse Estado demasiadamente democrático, espaço social onde as desigualdades históricas podem ser parcialmente corrigidas pelas ações políticas, foi o grande alvo de economistas reunidos em Mont Pèlerin para pensar o futuro da economia e da política ocidental após a queda do nazismo. Abatê-lo, contudo, implicaria abater antes as ideias de sociedade e de justiça social que o fundamentavam.

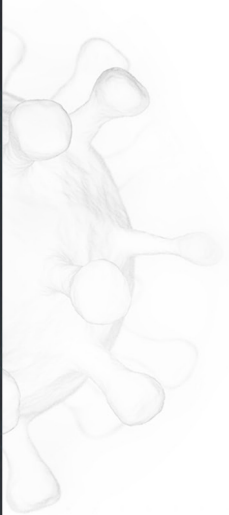
Em *Nas ruínas do neoliberalismo*, Wendy Brown mostra que a famosa frase proferida por Margaret Thatcher, “não existe essa coisa de sociedade”, tem inspiração direta em um dos gurus diletos da primeira ministra britânica: Hayek. “De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais”, e isso ocorreria “juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção” (Brown, 2019, p. 51). Em termos epistemológicos, nega-se a ideia de sociedade como natural ou mesmo boa: para Hayek (*apud* Brown, 2019), a noção de que as pessoas estariam ligadas por laços íntimos ou por uma busca comum de fins partilhados seria não só falsa, mas também perigosa. A livre busca por um destino comum só pode existir dentro do âmbito da família e, no limite, cada indivíduo deve ser livre para buscar o que deseja para si, sem qualquer coerção coletiva. Culturalmente, a emergência e a valorização de conceitos como empreendedorismo, mérito,

performance e autoestima dariam o tom individualista de narrativas que vão do mundo empresarial à cultura pop, deslocando o imaginário do cidadão e colocando em seu lugar outro mais atraente: o do consumidor. Já o dismantelamento da política social e da economia a serviço da sociedade passa pelo questionamento do modelo de governo que as sociedades ocidentais abraçaram em maior ou menor medida nos últimos dois séculos: a democracia representativa.

Do ponto de vista neoliberal, a democracia teria um problema endêmico, que é sua alta permeabilidade a pleitos sociais, o que acarretaria em pressão para que as ações governamentais sejam alargadas. Brown (2019) destaca até que ponto a busca por justiça social dentro do âmbito governamental passou a ser rechaçada pelos neoliberais como um erro, pois se basearia na busca por um resultado final (mais igualdade) através do planejamento de ações de correção das distorções geradas pelo próprio capitalismo e pelo “processo civilizatório”. O correto, segundo eles, seria reduzir a ação governamental ao mínimo, limitando sua atuação como garantidor das condições para que o livre mercado possa continuar funcionando (leia-se, proteção à propriedade privada, liberdades de contratos, livre circulação etc.). Quanto aos indivíduos, a busca coletiva por justiça social seria substituída por uma orientação individual que tem na moral tradicional e no livre mercado as bases das regras de conduta em sociedade, sem a necessidade de uma coerção estatal. O próprio indivíduo, ou pelo menos o “cidadão de bem”, se *conformaria voluntariamente* às regras *espontâneas* desses dois pilares da sociedade neoliberal.

O oposto disso – o planejamento estatal e o estabelecimento de regulações em demasia – ainda que bem intencionado, levaria inevitavelmente ao fracasso. No documentário, o Sistema Único de Saúde (SUS) é usado como exemplificação deste argumento, na fala do advogado e professor Ricardo Gomes:

Nunca esteve tão claro o argumento do Hayek, do “Caminho da servidão”, em que medidas boas e bem intencionadas produzem resultados indesejados. Quando o Brasil



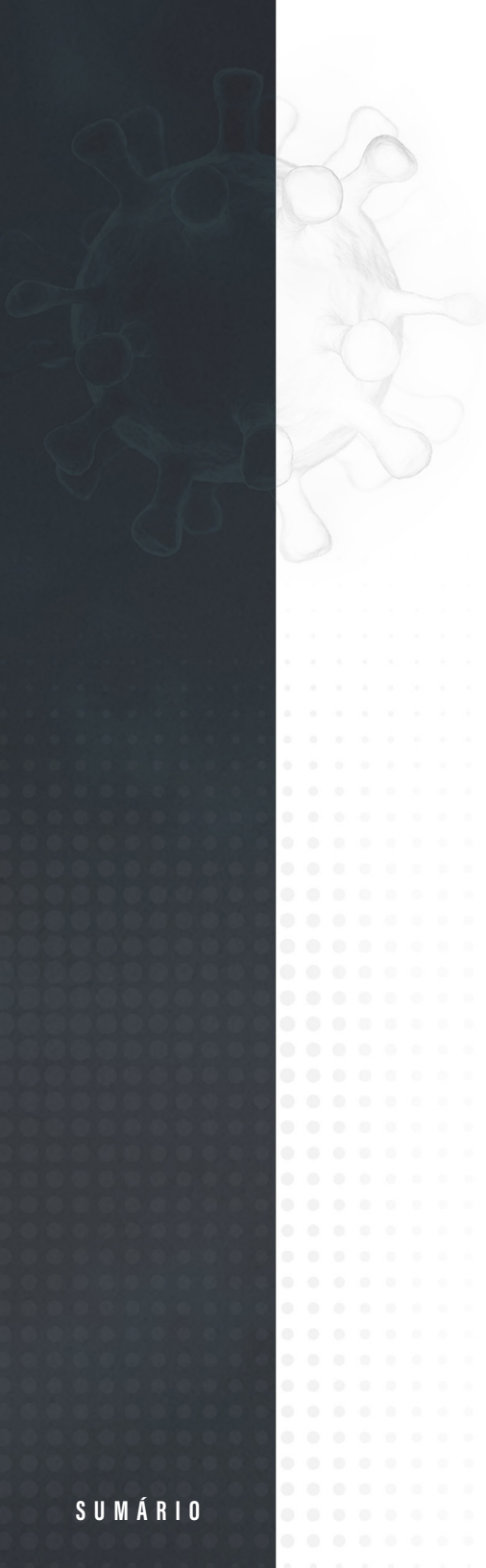
estabeleceu o Sistema Único de Saúde para atender a todas as pessoas, um efeito indesejado – e indesejável – disso é que o Estado passou a ser o responsável pela saúde pública. E, com isso, ele se arrogou o direito de determinar as condutas que possam ter efeito na saúde pública. Um exemplo quase caricato hoje em dia é o cinto de segurança. Se o Sr. Bater de carro, vai ter que ir ao hospital. O hospital é público e o poder público tem o poder de te obrigar a usar cinto de segurança [...] Estamos assistindo isso elevado ao cubo, que é “o Sr. Está proibido de sair na rua, porque se o Sr. Sair na rua vai encher o hospital”. Nós estabelecemos um país em que, para preservar vidas, nós elegemos alguém que comanda o sistema de saúde. O que está acontecendo no Brasil é que para preservar o sistema de saúde, esse alguém quer comandar as nossas vidas (7 Denúncias, 2020, minuto 36).

A alternativa, portanto, é não somente não ter um Estado “comandando nossas vidas” – mesmo em momentos de exceção como uma pandemia –, mas também não ter o SUS, visto que ele pressupõe a ideia de uma distribuição forçosamente igualitária de saúde a todos os cidadãos. Esse argumento remonta a outro, próprio da lógica neoliberal, que também se faz notar: a saúde não é pensada como direito coletivo, mas insiste em ser compreendida como mérito individual. Cada um, portanto, é responsável pelo próprio destino. A liberdade aqui defendida implicaria tanto o livre-arbítrio para fazer o que se quer como a responsabilidade pelas consequências de suas escolhas. Um comportamento virtuoso, por exemplo, diminuiria as chances de adoecer, enquanto um mau comportamento implicaria uma maior suscetibilidade a doenças. A partir desta perspectiva, o que se torna injusto não é colocar a si e ao outro em risco através de uma conduta proibida ou considerada incorreta, mas sim fazer com que a sociedade arque com os prejuízos econômicos gerados pela imprudência alheia. Tão ou mais grave parece ser a atuação do Estado que, em vez de recompensar quem proporciona para si um bom viver, beneficia aqueles que não merecem. Eis, mais uma vez, as verdadeiras vítimas da atuação estatal: os “cidadãos de bem”,

os afortunados e os que ascenderam socialmente por seus próprios méritos. Esses teriam sido duplamente prejudicados, sendo impelidos a pagar impostos – ou impedidos de obter ganhos financeiros – às custas dos imorais e dos incapacitados, ao mesmo tempo em que são cerceados de fazer tudo o que os convém, ainda que tenham condições de custear suas ações.

Afinada com os preceitos de prosperidade dos evangélicos, tal concepção sobre a vida leva a crer que sofrimento é castigo, enquanto a bem-aventurança seria proveniente dos esforços de cada um. As vítimas de infortúnio seriam assim responsáveis pela desgraça a que foram acometidas, sendo pouco dignas de atenção e solidariedade, ao menos que se provem dignas de compaixão. Nessa racionalidade meritocrática, a desigualdade social é tão naturalizada como valorizada – à medida que separa vencedores e fracassados, merecedores e indignos, afortunados e desafortunados –, tornando o futuro desprovido de qualquer possibilidade de ação coletiva ou projeto cooperativo. Se, por um lado, esse modo de pensar as condutas permite que os sujeitos tenham uma relação ativa com o seu destino, por outro lado, leva a uma onipotência narcísica que não apenas ignora os fatores externos que fogem ao próprio controle, como desmobiliza qualquer preocupação com a vida do outro e com o futuro coletivo após a morte individual. Em consequência, o bem comum é enfraquecido enquanto instância do exercício da cidadania e dos deveres cívicos caros à democracia, e passa a ser compreendido em termos meramente econômicos, baseados na expectativa do consumidor em maximizar a prosperidade de consumo para garantir o bem-estar individual – ou, no máximo, o da própria família (Sandel, 2020).

Esse empobrecimento da esfera pública somado à responsabilidade privada em prover o próprio destino ficam claros no documentário ao tratarem o Estado e a sociedade como “noções abstratas”, que se servem do “achatamento das liberdades individuais e do encaixe de toda a população numa massa política.” Por isso, não surpreende o seguinte questionamento: “Quando, por alegarmos



defender as pessoas de um vírus, submetemos a sua liberdade, tiramos dela o direito ao trabalho e a tentativa de sustentar a própria família, será que é correto dizer que estamos agindo em nome do bem comum?“. A esfera social é então reduzida à compaixão – quando merecida – pelos pobres e pelos demais sujeitos que se dispõem a trabalhar sob risco de vida, à liberdade econômica e à preocupação com os levantes populares. “Quando, em troca de proteger as pessoas, as obrigamos a concordarem conosco, diminuindo a margem para agirem ou manifestarem contra, será que a dignidade humana continua em cena ou se trata de uma nova maneira de governar a sociedade?“, questiona o filme.

Em vez de uma noção cívica acerca do bem comum, o que se defende é a sua concepção consumista: isto é, o mercado como mediador do coletivo, possibilitando que cada um atue na potencialização do crescimento econômico, a partir da oferta e da demanda de bens e serviços, beneficiando-se, ao mesmo tempo, desses esforços. Uma mediação pelo Estado não seria desejável, pois, segundo o documentário, “quando na mão de políticos“, o bem comum “tende a diluir os indivíduos em classes, ignorando as suas diferenças e principalmente ignorando o fato de que o governante não representa todas as pessoas” (7 Denúncias, 2020, minuto 15).

Como elucida o filósofo Michael Sandel, “maximizar o bem-estar do consumidor parece objetivo de valor neutro para a política econômica” (2020, p. 300). Com efeito, esse apelo se torna ainda mais recorrente na sociedade contemporânea, com tendências pluralistas – em que há uma falta de consenso sobre o que é a boa vida alicerçada por uma retórica em favor da tolerância –, à medida que evita debates mais complexos acerca dos propósitos de viver coletivamente, das desigualdades e injustiças sociais vigentes, bem como das contribuições do outro para o bem-estar da nação. “Em sociedades favoráveis ao mercado, interpretar o sucesso material como sinal de mérito moral é uma tentação persistente, que de modo contínuo temos que resistir“, atenta Sandel (2020, p. 302). “Uma forma de fazer

isso é debater e decretar medidas que nos façam refletir, deliberada e democraticamente, sobre o que são as contribuições verdadeiramente valiosas para o bem comum e onde o veredito do mercado está sendo impreciso”, conclui o autor.

Acontece que, se o capitalismo é essencialmente estável e autorregulador, como creem os neoliberais, só se pode pressupor que todas as convulsões e desregulamentações que o afetam são provenientes de fatores externos a ele, bloqueando qualquer esforço crítico e qualquer engajamento que vise a proporcionar uma vida mais digna e próspera a todos. Em vez disso, ignoram-se as contradições do sistema, bem como a mercantilização de todos os valores morais provenientes de sua racionalidade instrumental, e passa-se a compreender a política como um agente exógeno, tão supérfluo como parasitário (Chamayou, 2020). Em consequência, a solução encontrada ante uma crise parece uma só: “limitar a democracia”, tal como propõe Hayek (*apud* Brown, 2019).

Mas como convencer e mobilizar as pessoas a aceitarem esse desmonte do social e das instituições que dão suporte à sociedade? Ou, ainda, como fazer com que aqueles que se beneficiam das ideias ligadas à justiça social adotem discursos e ações que vão contra elas? Uma pista está no que o filósofo Grégoire Chamayou chamou “micropolítica da privatização”. Em *A sociedade ingovernável*, ele assume o desafio de compreender as “novas artes de governar” em tempos neoliberais através de um olhar pertinente: as estratégias adotadas pelo mundo corporativo para enfrentar crises institucionais e econômicas provocadas pela emergência de discursos ativistas e minoritários. Isto é, aqueles que, desde os fins dos anos 1960, protestam contra as desigualdades e os malefícios do capitalismo no que diz respeito ao meio ambiente e às minorias raciais, sexuais e de gênero.

A “micropolítica da privatização” como estratégia de mobilização não toma a via da persuasão (batalha de ideias) nem a da coerção (política e leis), mas se faz através de uma gradativa

redução da demanda social pelos serviços do Estado, inclinando tal demanda progressivamente para as ofertas do setor privado. Inúmeras táticas são utilizadas para viabilizar as privatizações, tais como: programas de demissão voluntária, imposição de mudanças e cortes apenas para as gerações seguintes, mobilização de setores da sociedade que têm uma experiência negativa de Estado¹² e veem vantagem nas privatizações, já que “pagam duplamente” por serviços como educação, saúde etc. Lento, porém progressivo, o avanço das privatizações nos serviços sociais do Estado faz mais do que apenas reduzir o tamanho dos governos: remove os serviços sociais do mundo político para situá-los no âmbito puramente econômico, não regido pela ideia de justiça social, e sim pelas noções de competitividade e custo-benefício.

Enquanto o empoderamento militante visava intensificar um poder de ação coletiva e política, o empoderamento neoliberal visa, ao contrário, substituir essa ação pelo agenciamento de consumidores individuais, ‘responsabilizados’ por um fundo de privatização e concorrência dos prestadores. Dar-lhes a escolha, mas para que eles parem de ter voz. Empoderamento de mercado contra empoderamento político (Chamayou, 2020, p. 376).

Essa debilitação da agência política, evidentemente, enfraquece a democracia. Dentro do “jogo civilizatório” preconizado por Hayek e seus colegas neoliberais, o que deve prevalecer é o cumprimento de regras claras por todos os indivíduos, a despeito dos resultados obtidos. O mérito não está necessariamente no empenho de esforços para se atingir o resultado desejado, mas principalmente no obediência das regras do binômio mercado-moral. A desigualdade no desfecho final é inerente ao sistema capitalista, e isso, apesar

12

A ideia de “experiência de Estado”, desenvolvida por Paulo Vaz, dá conta da noção de que diferentes cidadãos vivenciam sua relação com o Estado de maneira diversa, e a partir dessa relação lhe atribuem uma valoração positiva ou negativa. Assim, por exemplo, quem depende do SUS para ter atendimento médico e de escolas públicas para prover educação para os filhos provavelmente terá uma experiência diferente daquele que paga plano de saúde e escola particular, e nesse sentido se sente “pagando duplamente” pelos serviços: através da compra no mercado privado e dos impostos.

de parecer injusto, não deve ser questionado sob o perigo de “prejudicar o funcionamento do processo” de desenvolvimento econômico (Hayek *apud* Brown, 2019, p. 46-47). O economista é assertivo em seu argumento: “como em um jogo, embora estejamos certos em insistir que ele seja justo e que ninguém trapaceie, seria absurdo exigir que os resultados para os diferentes jogadores sejam justos. Eles serão necessariamente determinados em parte pela habilidade e em parte pela sorte” (Hayek *apud* Brown, 2019, p. 46-47).

O problema da democracia é, justamente, ser esse local que dá abertura para a igualdade política; e, com ela, para a busca pela correção das desigualdades históricas e contextuais por aqueles taxados de “guerreiros da justiça social”, ativistas, ou militantes. Assim, planejar ações coletivas para alcançar resultados objetivos (por exemplo, proibir a circulação para evitar mortes pelo coronavírus) seria um erro. O que se deveria é, tão somente, seguir as regras do binômio mercado-moral: cada um é livre para agir como bem entender, ao passo que a liberdade de ir e vir não deve ser tolhida. A privatização da responsabilidade coletiva sob o lema da liberdade individual, porém, contribui para a destruição – tanto na prática como no imaginário – das ideias de sociedade e justiça social.

A noção de justiça social – por muitos vista como um recurso para compensar os excessos do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, e como um antídoto para as desigualdades e exclusões geradas por esses sistemas – é então transmutada em “tirania das minorias” e “assalto à liberdade individual”. No documentário, alguns trechos nos fornecem exemplos disso, como a relativização do uso de máscara e do distanciamento social (algo feito em prol do coletivo, a despeito da liberdade individual) e o menosprezo do SUS. Outro é a denúncia do “auxílio emergencial” como uma ação intervencionista errônea no enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia. Segundo o filme, tal medida paliativa teria três problemas principais: primeiro, causaria o endividamento do Estado, visto que a arrecadação do governo havia diminuído. Segundo, “o sistema é burocrático,

falho, centralizado e impessoal”, pois entregaria renda para quem não precisa e deixaria muitas pessoas de fora, “tornando difícil ou impossível as condições dignas de existência de suas famílias”. Por último, é uma medida que remunera a ausência de produção econômica, que levaria a perder produtividade e geração de valor.

O ataque a ações redistributivas como o auxílio emergencial se justifica na primazia da liberdade como bem intocável, mas esconde atrás de si um imenso pavor de que o Estado se torne uma arena onde a luta de classes ou os pleitos por redistribuição de renda ganhem força. A crítica à proibição de abertura de negócios – que impossibilitaria milhares de brasileiros de ganhar o pão de cada dia –, conjugada à acusação da campanha para se ficar em casa como sendo elitista¹³, não vem acompanhada de uma solução alternativa que seja capaz de preservar e sustentar a vida dos brasileiros. Não se sugere, por exemplo, que o auxílio emergencial possa ser ofertado a todos os cidadãos sem renda, nem que para isso seja necessário sobretaxar momentaneamente grandes fortunas. A redistribuição de renda não entra no discurso (nem sequer no imaginário) não apenas porque a propriedade privada é, junto com a liberdade individual, o grande baluarte da sociedade neoliberal; mas também porque arruinaria o processo, em curso, de capilarização do *ethos* empreendedor como configuração subjetiva necessária à manutenção do sistema. Aceitar passivamente a suspensão do processo produtivo coloca em risco o trabalho, que já leva décadas, de educação de corpos que não devem parar nunca, que serão tão vivos quanto forem produtivos. Segundo o entrevistado Fernando Conrado, a estagnação produtiva é equivalente à “degradação da humanidade”:

O que a gente tá vendo acontecer nesse primeiro momento que deixaram todo mundo trancado em casa

13

“É a parte mais triste disso, quando vejo pessoas falando de economias e vidas é: ‘ah, temos que ficar todo mundo preso em casa’. Isso é muito fácil pra quem tem internet, pra quem tem televisão pra ver, tem um programinha, tá muito bem, tem um cartão de crédito pra pedir uma tele-entrega. Mas, quando tu faz esse congelamento, esse *lockdown*, tu tá congelando a desigualdade. Tu tá congelando o rico lá em cima, mas o pobre lá embaixo” (Fernando Conrado em 7 Denúncias, 2020, minuto 71).

são as perdas, a degradação das habilidades humanas. Quando tu deixa de trabalhar, quando tu deixa de realizar o teu ofício, tu vai perdendo o teu nível de habilidade, tu vai perdendo a tua força, tu vai perdendo o teu *know-how*, ele vai diminuindo. E nisso, toda a civilização começa a perder. E nós vamos começando a enxergar o que? No momento que tem que ficar em casa, sem uma data pra sair, a degradação do estímulo humano por crescimento (7 Denúncias, 2020, minuto 43).

Proibir, portanto, que o cidadão-produtor saia à rua, mesmo em meio a uma pandemia, é um assalto à sua liberdade ontológica: de ser empreendedor, produtivo, gerador de crescimento econômico. Aqueles que ficaram horrorizados com a declaração do presidente Jair Bolsonaro, em um *tweet* do dia 9 de março de 2021, em que afirmava que “existe algo a perder mais importante que a própria vida: a liberdade”, talvez ainda pendam para o lado da igualdade – ou da menor desigualdade. Ao que parece, o pavor com a “tirania da igualdade”, que teria sido acentuada pelo Estado democrático, vem dando lugar a uma “tirania da liberdade”, como a que se exalta neste documentário. “Essa liberdade não supera simplesmente outros princípios políticos; ela é tudo o que existe”, argumenta Brown, “por outro lado, a liberdade, arrancada do social, não se torna apenas ilimitada, mas exercida legitimamente sem preocupação com o contexto ou as consequências sociais, sem restrição, civilidade ou cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos dentro dela” (Brown, 2019, p. 54-55). Em outras palavras: “Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despido de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro” (p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

‘Em nome da ciência’ [...], termo totalmente desprovido de qualquer responsabilidade [...]. Fica patente, também, a influência do marxismo cultural se apropriando de bons

termos. Tudo aquilo que é positivo – saúde, educação, meio ambiente –, aquilo que é bom para a sociedade – a beleza, uma vida sustentável, sustentabilidade. Esses grandes termos foram todos apropriados por agentes que querem controle e domínio (Luiz Phillippe de Orleans e Bragança em 7 denúncias, 2020, minuto 27).

Com o enfraquecimento da consciência moral – representada pelo Super-eu freudiano –, que assegurava o compromisso com a razão e com o dever, parece ter ocorrido algo paradoxal. “O princípio de prazer”, abrigo das forças vitais até então sufocadas, não se tornou livre para exercer a sua potência transgressora, de forma ativa e criadora (Jorge; Sibilia, 2020). Em seu lugar, o desejo – compreendido até poucas décadas, por autores como Deleuze e Guattari, como potência revolucionária capaz de desarticular as forças repressivas – foi instrumentalizado pela racionalidade neoliberal e desembocou num declínio ético e político, incapaz de invenção e de abertura de mundo. Mais uma vez, vemos o triunfo das forças reativas atuando como efeito e instrumento da ascensão dos discursos reacionários, contra revolucionários e autoritários.

Em suma, o acontecimento pandêmico deflagrou a impotência de parte dos indivíduos frente à ameaça de perda do mundo presente, capitalista e neoliberal, do qual não se poderia abrir mão, provocando uma reação a tudo aquilo que perturbaria a ordem até então vigente. E, ainda, apresentou-se como ameaça à própria compreensão de si enquanto sujeito: de um lado, em seu papel de consumidor, cuja missão no mundo é ser feliz e livre para usufruir dos prazeres proporcionados pelo mercado e, de outro lado, enquanto empreendedor de si mesmo, responsável por garantir o funcionamento das engrenagens econômicas e a alta cotação do seu capital humano. Trata-se, portanto, de uma subjetividade que não consegue se pensar à distância da racionalidade neoliberal, uma vez que sua existência está condicionada – e reduzida – a ela, tampouco à distância de seu tempo. Presos num presente contínuo e aterrorizados pelas incertezas

do futuro, qualquer instabilidade que se apresenta a esses indivíduos parece um atentado à própria vida, provocado não necessariamente pelo vírus, mas sobretudo por supostas forças tirânicas que visam a desarticular o solo que costumava dar sentido à própria existência.

O futuro, para eles, longe de apontar para uma construção coletiva, apresenta-se como a ameaça de uma catástrofe à qual se deve prontamente reagir para evitar. A calamidade iminente é apresentada de modo mais explícito na última denúncia do documentário, intitulada "O poder das instituições supranacionais"; quando a narrativa se desvela de pudores e apresenta com todas as letras sua teoria conspiratória. Todos nós, indivíduos livres do mundo civilizado, corremos o risco de sucumbir a uma dominação global comunista e tecnológica, minuciosamente arquitetada pelos seus braços ideológico (em especial, o Partido Comunista Chinês), tecnológico (empresas *Big Techs* como *Google*, *Facebook* e congêneres) e operacional (instituições supranacionais como a ONU, a OMS e a União Europeia).

O dinheiro, a comunicação e a tecnologia que permitiram a globalização, fizeram nascer uma novidade na história humana: os meios para implementar um poder que se estende a todas as nações. Se antes a população temia a tirania somente pela força das armas, hoje podemos viver ditaduras tecnológicas e de opinião que sequer conhecemos. [...] Infelizmente, toda essa tecnologia e ciência que falam a favor da nossa saúde na hora de enfrentar o coronavírus, se vira contra nós quando o assunto são as tiranias. [...] Reimplementamos a coleta, o rastreamento e o acompanhamento de dados em praticamente todos os aspectos da vida humana. Nenhum ditador na história da humanidade teve tudo isso ao seu dispor. Temos todo o aparato necessário para uma tirania tecnológica sem precedentes. E se um dia deixarmos esse momento chegar, teremos transformado o que parecia progresso e desenvolvimento em nosso pior pesadelo (7 Denúncias, 2020, minuto 107).

Sem oferecer qualquer evidência ou prova das denúncias, o filme busca então embasar suas acusações através de depoimentos de supostos “interessados em fazer uso desse poder [tirânico]”, tais como David Harvey, Lula, Antonio Negri, Edgar Morin e Slavoj Žižek. E o que soa mais curioso: à diferença dos demais depoimentos, os nomes das personalidades em questão não são apresentados, tampouco suas credenciais acadêmicas ou seus cargos. Em tomadas editadas, tiradas de contexto e não datadas, os depoimentos falam sobre a falência do neoliberalismo e a oportunidade sem precedentes para a revisão do capitalismo e de suas lógicas; sobre a importância de pactos de colaboração entre países do mundo para o enfrentamento de crises, assim como sobre a necessidade de uma ação política global planejada e coordenada. Ou seja, tudo que um neoliberal conservador não apenas não deseja, mas teme intensamente. Como se percebe, não se trata de uma reação ativa nem mesmo propositiva de transformação social. Antes, talvez, se configuraria como uma tentativa de resgate nostálgico – para não dizer anacrônico e ressentido – de um mundo que já não existe mais, embora customizado pelos valores do mercado e da moral tradicional, sem dispensar as estratégias de vitimização tipicamente contemporâneas. “Talvez a negação – bruta ou moralista – seja o que resta quando os poderes que moldam o mundo parecem incontroláveis e irrefreáveis e a catástrofe existencial parece iminente”, lampejava Brown (2019, p. 209).

Sendo incapazes de ter uma relação potente com o desejo e inférteis de qualquer manifestação criadora, o abalo sísmico trazido pela pandemia parece ter reavivado nesses sujeitos um ressentimento narcísico parasitário, que precisa culpabilizar o outro pelo seu sofrimento, ao mesmo tempo em que se alimenta, predatoriamente, do descrédito das instituições, da trivialização dos valores morais democráticos e da descrença na capacidade da ação humana, para destruir tudo aquilo que denuncia sua própria impotência. Apresentando pouca (ou nenhuma) abertura para o estranho e uma desresponsabilização em relação a tudo o que as rodeia, resta a essas

subjetividades apenas a negação do Estado, do social e das condutas democraticamente estabelecidas, bem como a reivindicação do retorno ao velho conforto do “normal”, o mais breve possível. Ou, no máximo, a instauração de um “novo normal”, levemente repaginado pelas mesmas lógicas já existentes.

REFERÊNCIAS

7 DENÚNCIAS: as consequências do caso Covid-19. Direção: FERRUGEM, L.; VALERIM, F. Artistas: VALERIM, F.; FRIEDMAN, M.; KAHNEMAN, D. Roteiristas: FERRUGEM, L.; ZINGANO, H. São Paulo: Brasil Paralelo, 2020. Documentário (115 min.).

BRASIL PARALELO. Escolha o seu plano. São Paulo, c2022. Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/seja-membro/tabela/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classic & Companhia das Letras, 2010.

JORGE, M. F.; SIBILIA, P. The Online “Addiction” as a Malaise of the 21st Century. **The International Journal of Psychoanalysis**, v. 100, p. 1422-1438, 2020.

MORIN, E. **É hora de mudarmos de via**. São Paulo: Bertrand, 2020.

NEGRI, A. **Coronavírus, a fase atual e o futuro**. Entrevista concedida para a rádio Onda d’Urto. Brescia: 2020. Disponível em: <https://www.cabradapeste.org/coronavirus-a-fase-atual-e-o-futuro>. Acesso em: 22 out. 2023.

PRECIADO, P. Aprendiendo del virus. *In*: AGAMBEN, G.; ŽIŽEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F. B.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D. HAN, B.C.; ZIBECHI, R.; GALINDO, M. GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Madri: ASPO, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6185225/mod_resource/content/1/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

SANDEL, M. **A tirania do mérito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SOUZA SANTOS, B. **O futuro começa agora**. São Paulo: Boitempo, 2021.

VAZ, P. A vida feliz das vítimas. *In*: FREIRE FILHO, J. **Ser feliz hoje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 135-164.

ZANINI, F. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. **Folha de S.Paulo**, 29 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 14 out. 2022.



4

*Kátia Lerner
Janine Cardoso
Tatiana Clébicar*

“SE TEM MEDO DA COVID, DEVERIA TER MUITO MAIS MEDO DA VACINA”:

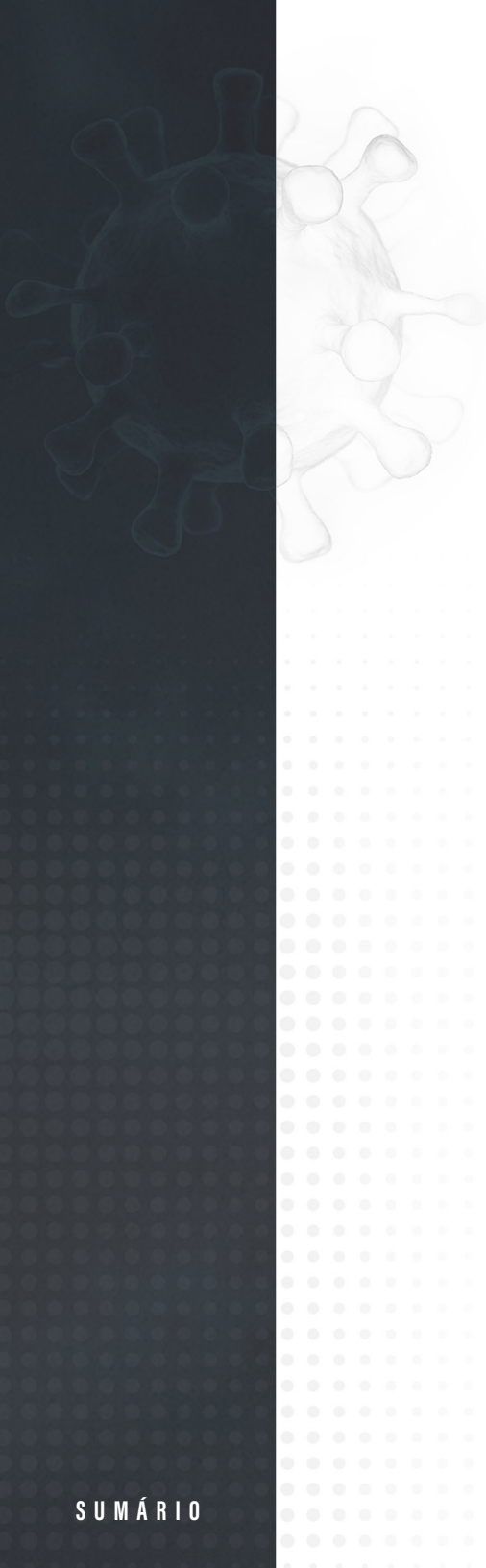
**SENTIDOS, AFETOS E DISPUTAS
SOBRE A IMUNIZAÇÃO
NAS REDES SOCIAIS ON-LINE**

INTRODUÇÃO¹⁴

A pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS, ou do inglês WHO – *World Health Organization*) em março de 2020, compôs um cenário sanitário singular, decorrente da falta de conhecimento sobre as características de transmissibilidade e letalidade do novo vírus, bem como da inexistência de dispositivos terapêuticos para sua contenção imediata. Isso colocou governos, organismos internacionais, comunidades médicas, científicas e a população global numa situação de redobrado grau de incertezas. Considerada o mais abrangente agravamento em saúde desde a epidemia de gripe espanhola no início do século XX, a experiência com a Covid-19 contrastava com o sentimento de relativa segurança conquistado no decorrer daquele século, quando o declínio das taxas de mortalidade das doenças infectocontagiosas veio acompanhado do aumento da confiança nas tecnologias médicas e da aposta na ação individual como meio de prevenção de doenças. Ainda que tal confiança tivesse sido abalada com o advento da AIDS e outras emergências sanitárias posteriores, o novo cenário trouxe de volta com intensidade e alcance surpreendentes um velho conhecido da experiência epidêmica: o medo da súbita disseminação da morte e o sentido de urgência que isso acarretava (Rosenberg, 1992).

Chamada a dirimir incertezas e apresentar com a maior brevidade possível soluções capazes de controlar um vírus que três meses após a primeira notificação havia se espalhado por quase todos os continentes e causado mais de 68 mil mortes no mundo (WHO, 2021), a ciência passou a ocupar a centralidade dos debates

14 Outra versão deste trabalho foi apresentada na 33ª *Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada entre os dias 28 de agosto e 3 de setembro de 2022. Ele traz resultados preliminares da pesquisa *Covid-19 nas mídias: em quem confiar? Narrativas, atores e polêmicas sobre a pandemia*, composta por pesquisadores(as), docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, que vem sendo desenvolvida em articulação ao projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de Covid-19: infodemia, desinformação, algoritmos e desconfiança em contextos de polarização política e de crise dos sistemas peritos*.



e a verdade construída a partir do método científico, a ser disputada em arenas muito mais amplas e porosas do que aquelas em que tradicionalmente estava circunscrita. Questões como eficácia do distanciamento social e seus diferentes modelos, uso de máscaras, testes diagnósticos, medicamentos e vacinas se somaram ao repertório cotidiano da população. Se, por um lado, projetavam-se sobre a ciência expectativas de que pudesse estabelecer respostas para a superação da doença, por outro, era alvo de desconfiança e foi colocada em xeque num cenário político no qual a descrença – e não apenas o ceticismo – vinha sendo constantemente acionada.

Cabe compreender essa ambiguidade sobre a ciência no âmbito de um contexto maior, relacionado ao enfraquecimento do projeto moderno cuja base era a consagração do modelo científico como baluarte do conhecimento legítimo, como sugere Waisbord (2018). Referindo-se ao cenário norte-americano do século XX, o autor aponta que essa ideologia era baseada na fé liberal acerca do triunfo de um modo de gerenciar assuntos públicos que tinha como premissa a mentalidade supostamente liberta das ideologias responsáveis pelos eventos da Segunda Guerra Mundial. Ele acrescenta que, durante as últimas décadas, esse cenário foi lentamente se transformando, em decorrência, entre outros fatores, da reconfiguração do contexto político estadunidense, do enfraquecimento da posição social dos especialistas e da politização da ciência, atestando o fim do que ele chama de “ordem liberal tecnocrática”. Além disso, o lugar da ciência como instância de credibilidade foi afetado pelo seu reposicionamento, passando a ser vista como uma entre múltiplas formas de representações da realidade, característica do que alguns autores denominam de pós-modernidade. Giddens, Beck e Lash (1995), ao refletirem sobre o que denominam de *modernidade reflexiva*, fazem avaliação semelhante. Eles apontam como as sociedades ocidentais se depararam, ao final do século XX, com o potencial (auto)destrutivo da modernização – da qual a ciência é protagonista, assim como

o capitalismo industrial –, colocando determinadas formas, até então consagradas, de ver o mundo em suspenso.

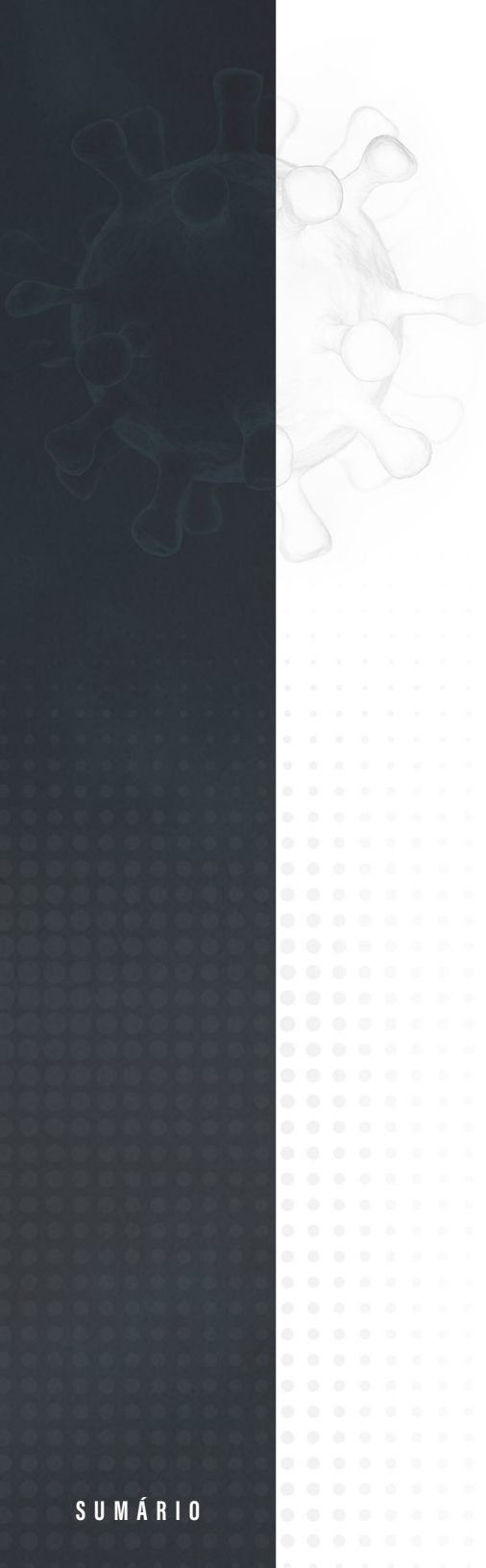
Paralelamente a esse processo, o amplo acesso de indivíduos comuns a dispositivos tecnológicos, associado à crescente midiática das sociedades, expandindo lógicas e racionalidades midiáticas para além dos meios de comunicação (Fausto Neto, 2008; Hjarvard, 2013), permitiu que os indivíduos simultaneamente produzissem e consumissem informações em velocidade e escala até então inéditos. Observamos, assim, a proliferação de diversos tipos de publicações, tanto as que já ocupavam o espaço público, como os enunciados das grandes corporações jornalísticas, de especialistas e instituições dos campos da ciência e da saúde, como aquelas relativas às opiniões de indivíduos baseados em suas experiências pessoais e profissionais. Essa nova configuração teve como um de seus efeitos a corrosão da estrutura vertical de produção e disseminação de conhecimento, na qual a estrutura em rede, com múltiplos nós de informação e expressão, foi capaz de minar as aspirações centrais de um projeto pós-ideológico unificador e verticalizado (Waisbord, 2018). Waisbord aponta que essas alterações na estrutura da comunicação pública facilitaram o surgimento do que ele denomina de “democracia epistêmica”. Tais comunidades contraepistêmicas ocasionaram, segundo ele, múltiplas formas contestatórias de conhecimento que competem pela atenção, legitimidade e reconhecimento do público. Elas seriam comunidades de crenças ancoradas por lealdade comum à política, ideologia e religião, bem como variáveis sociodemográficas, articuladas de modo inédito nas plataformas digitais. Essas novas condições políticas, sociais e comunicacionais tornaram visíveis velhas e novas posições contraepistêmicas que refutam o paradigma científico (Waisbord, 2018).

Em meio a esse cenário de incertezas e disputas, uma tecnologia médica de enfrentamento à Covid-19 foi ganhando força: a vacina. Em 28 de janeiro de 2020, quando o surto se concentrava na cidade de Wuhan, na China, a OMS já negociava com o governo

chinês o compartilhamento de amostras biológicas para o desenvolvimento de imunizantes (WHO, [s.d.]). Em um mês, a entidade registrava 20 vacinas em desenvolvimento, entre elas a da farmacêutica americana Moderna, a primeira a entrar publicamente em fase de testes clínicos, em março. Utilizando a tecnologia de RNA mensageiro, foi desenvolvida no tempo recorde de 42 dias, como destacou reportagem da *Folha de S.Paulo* (Collucci, 2020). Esperava-se, no entanto, que seu processo regulatório nos EUA levasse ao menos um ano.

Em abril, enquanto as empresas Astrazeneca, em parceria com a Universidade de Oxford, e Pfizer/BioNtech faziam projeções para disponibilizar seus imunizantes ainda em 2020, a OMS liderou a formação do consórcio Covax Facility para acelerar o desenvolvimento de outras candidatas diante da projeção da escalada global da doença. Em julho, a China deu a largada na aplicação de vacinas, anunciando a imunização em membros de suas Forças Armadas e, em seguida, de grupos com risco e trabalhadores da saúde. Naquele momento, dois dos três produtos em fases clínicas no mundo estavam em teste no Brasil, graças a contratos firmados com entidades de pesquisa brasileiras: o da Astrazeneca/Oxford vinculado à Fiocruz e o da Sinovac, ao Instituto Butantan, comercializado como Coronavac.

Em países como os EUA e o Brasil, a corrida pelas vacinas assumiu forte característica político-partidária. A proximidade das eleições norte-americanas levou o então presidente Donald Trump a acusar o órgão regulatório *Food and Drug Administration* de retardar a aprovação para prejudicar sua candidatura à reeleição (Trump [...], 2020). No Brasil, a parceria sino-paulista, capitalizada pelo governador paulista, João Doria, acirrou a disputa com o presidente Jair Bolsonaro, que se manteve no decorrer do ano e se intensificou com o início da vacinação no Reino Unido, em dezembro de 2020. Finalmente, em janeiro de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu autorização para uso emergencial das vacinas fabricadas pela Coronavac e Astrazeneca, e a imunização foi iniciada no Brasil.



Junto com a máscara e as medidas de restrição social, a vacina foi aos poucos sendo alçada – no mundo e no Brasil – à principal forma de enfrentamento à Covid-19. O debate suscitado por sua adoção como política pública, seus riscos e benefícios, esteve presente de modo intenso no noticiário, redes digitais e conversas cotidianas, revelando sua força simbólica como vetor de esperança e/ou ameaça no turbulento contexto pandêmico. Desejada ou contestada, a vacina tornou-se objeto de disputas por parte de diferentes segmentos da sociedade, a partir de múltiplos argumentos, mobilizando sentidos e afetos distintos.

Tendo como horizonte esse cenário, buscamos analisar os enunciados que circularam nas redes digitais em oposição ao imunizante, enfocando os argumentos, os sentidos e os afetos mobilizados. A despeito de confrontarem total ou parcialmente os consensos científicos e serem classificados por diversas instâncias como *não verdadeiros*, neste trabalho não nos dedicaremos à verificação de sua origem, intenção ou veracidade, nem à denúncia do tipo de expediente enganoso utilizado. Sem perder de vista que a construção e a circulação de desinformação muitas vezes se dão de forma intencional, a partir de interesses específicos e diferentes estratégias (Gelfert, 2018), interessam-nos os modos pelos quais a vacina foi discursivamente construída. Permanecemos no plano do que foi efetivamente dito, investindo na relação texto-contexto como forma de compreender por que esses e não outros discursos disponíveis na cultura foram acionados (Foucault, 1995). Dado seu caráter contestatório, priorizamos as estratégias enunciativas que visam a legitimar a própria polêmica, afirmar a credibilidade de seus argumentos e desqualificar os que a eles se opõem.

Isso implicou compreender as formas como os sujeitos e grupos sociais construíram discursivamente posições contrárias aos imunizantes, o que nos levou a privilegiar argumentos, figuras de autoridade e emoções mobilizadas para conquistar a audiência. A relevância do que e de quem suscitou diferentes emoções nas

postagens corresponde à premissa teórica da dimensão socialmente construída das emoções, que revelam relações de poder, hierarquias e concepções de moralidade (Mauss, 2001; Rezende; Coelho, 2010). Mas também reconhece sua importância na nova ambiência comunicacional, uma vez que as redes digitais constituem um vetor poderoso de expressão pública, que entrelaçam informações, interesses, sentidos e afetos, os quais por sua vez põem em movimento efeitos variados sobre o mundo e sobre a vacina em particular.

Nosso *corpus* de análise foi construído a partir do projeto mais amplo que vem mapeando conteúdos veiculados por serviços brasileiros de checagem de informação. Partimos da seleção de desmentidos publicados pelo site *Boatos.org* no período de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, compreendendo o início da pandemia e os primeiros meses da vacinação no Brasil. Neste intervalo, foram identificadas 152 publicações de diferentes materialidades (vídeos, textos, fotografias, áudios etc.) e oriundas de fontes diversas. Dado o volume de material sobre o tema, o estatuto de veracidade que as imagens tendem a conferir aos enunciados e a variedade de elementos discursivos que contemplam, optamos por privilegiar os vídeos, analisando aqueles a cuja íntegra conseguimos ter acesso. Isso resultou em um conjunto de 27 itens, entre 16 de março de 2020 e 1º de fevereiro de 2021. Foram analisadas também as mensagens anexas que participaram da circulação de 22 vídeos no ambiente digital. Além de fazerem parte da dinâmica das plataformas, a ênfase e os acréscimos de tais enunciados proporcionaram camadas de sentido, jogando luz para determinados aspectos, personagens ou afetos. Propõem, assim, formas de leitura e, por vezes, outros efeitos de sentido aos vídeos que divulgam.

A DÚVIDA PROSPERA: POSIÇÕES, ARGUMENTOS E EMOÇÕES

Em *Stuck*, seu livro sobre o discurso antivacina, Heidi Larson (2020) sinaliza o que considera uma dimensão importante para a proliferação de rumores, boatos ou o que hoje denominamos de *fake news*: a exacerbação das incertezas. Ela pontua justamente como esse tipo de narrativa tem sido uma forma de compartilhar sentimentos e atribuir sentidos frente ao desconhecido. Como foi dito, desde cedo a vacina contra a Covid-19 se constituiu alvo de grande expectativa no debate público, vista como uma opção viável e ao mesmo tempo marcada pela insegurança e controvérsia. Um exemplo disso foram os textos publicados nos primeiros meses da pandemia em jornais de referência do país. O artigo de opinião *Diante da crise do coronavírus, vale pular etapas de segurança e acelerar a produção de vacinas?*, escrito por Henrique Gomes, físico e colunista da *Folha de S.Paulo*, pedia cautela na aceleração dos processos de produção dos novos imunizantes (Gomes, 2020). No mesmo jornal, dias depois, a matéria *Produção rápida de remédios e vacinas contra coronavírus é estratégia perigosa*, diz revista trazia argumento semelhante, dessa vez com a chancela do editorial da prestigiosa revista *Nature*, por meio de seu editor-chefe, Herbert Holden Thorp (Lopes, 2020). Observa-se, assim, que nesse momento inicial veículos consagrados, apoiando-se na fala de figuras científicas de renome, colocaram em evidência não apenas a aposta na vacina como forma de enfrentamento à pandemia, mas também as dúvidas sobre sua confiabilidade.

Tal perspectiva, ainda que em formatos e conteúdos distintos, foi encontrada também nos posts que circularam nas redes sociais. Ao se analisar os posts coletados, um primeiro ponto que se destaca é justamente a categorização da vacina como *tecnologia de risco*. Os argumentos versavam sobre dois pontos distintos, mas interligados: a rapidez de seu desenvolvimento, que poderia ocasionar um artefato tecnológico ainda sem eficácia efetiva, e seu caráter iatrogênico,

cujos efeitos adversos se situavam em um vasto gradiente de intensidade, dos mais leves aos mais agudos. Um exemplo é a postagem do vídeo (V13) no qual uma enfermeira do hospital CHI Memorial, nos EUA, usando máscara, crachá e roupa de centro cirúrgico, desmaia durante entrevista coletiva logo após ser imunizada¹⁵. Com duração de 1 min. 09 s., o vídeo é acompanhado de um texto que aparece em duas versões diferentes: “Falando da tal vacina. Vejam o caso dessa enfermeira que acaba de tomar a vacina já passa mal e desmaia, boa sorte para você que vai tomar a vacina”; ou, em tom mais alarmista: “Bomba gravíssimo enfermeira nos EUA desmaia após tomar a vacina” (sic). Independentemente da veracidade da associação, o que estava em jogo era a caracterização do evento como prova do impacto negativo da vacina no corpo.

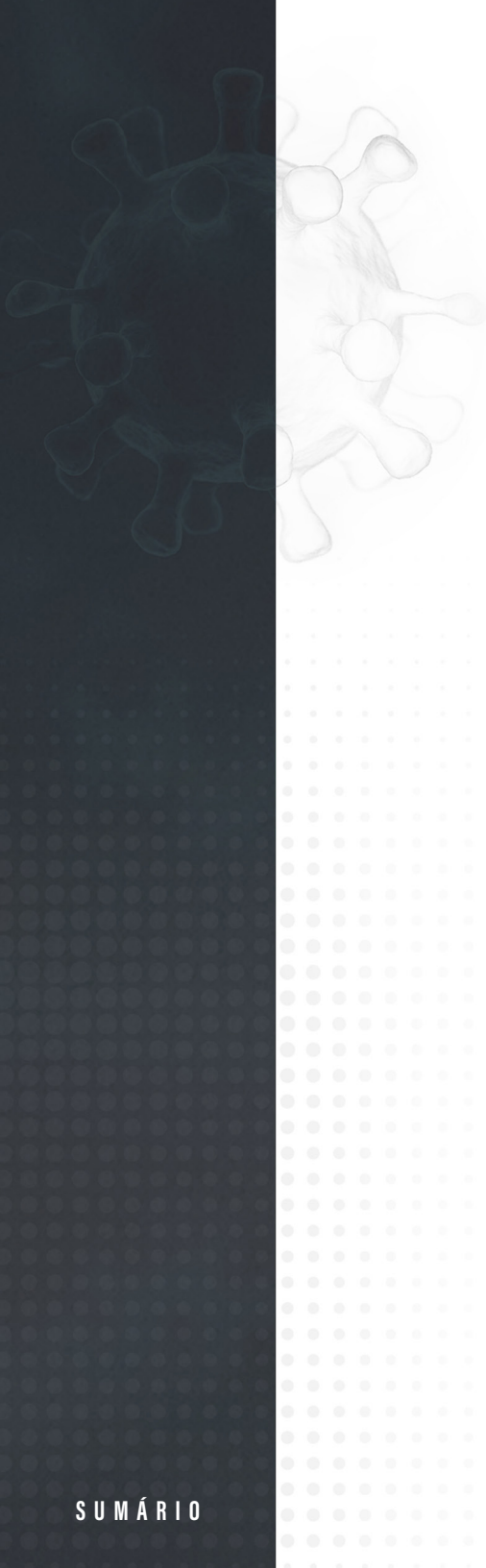
Figuras 1 e 2 - Enfermeira desmaia durante entrevista coletiva (frames do V13)



Fonte: Matsuki, 2020b.

Um segundo caso digno de nota é o de Anthony Ferrari, enfermeiro residente na cidade de Cabo Frio-RJ, presente em três dos 27 vídeos analisados, com conteúdos similares. Ele em geral é mostrado de jaleco branco, em frente a uma unidade de saúde, eventualmente

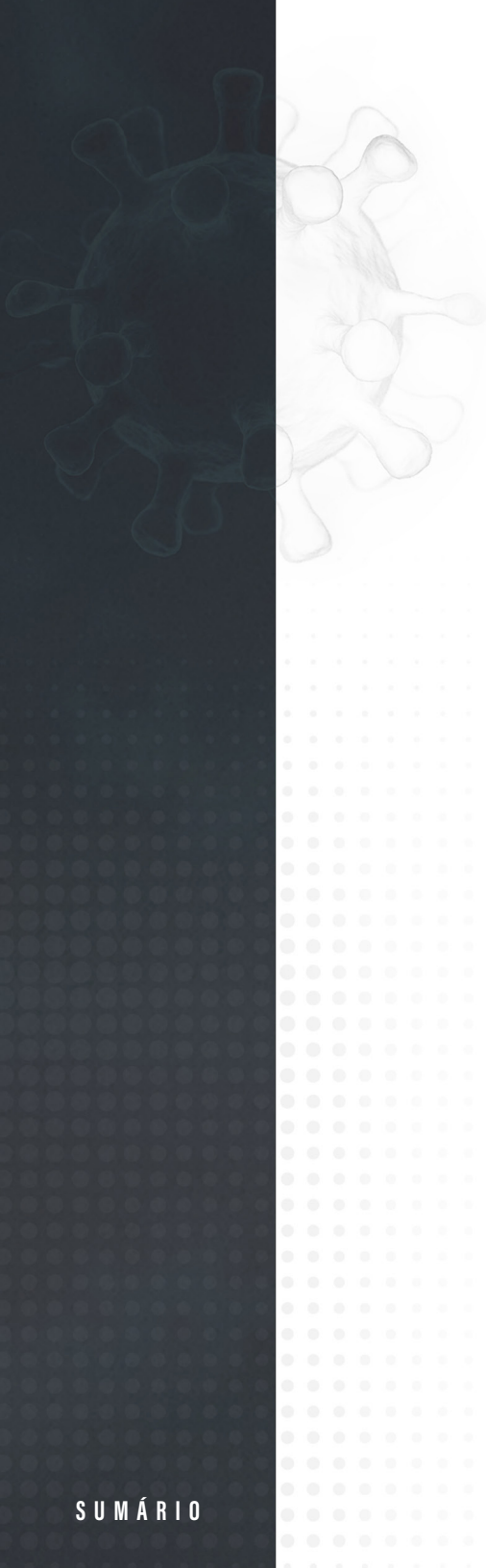
15 Conforme explicitado anteriormente, os fragmentos de texto mencionados ou citados ao longo do capítulo com argumentos antivacina foram localizados a partir da apuração do serviço de checagem Boatos.org. Embora tenhamos posteriormente recuperado a íntegra de seu conteúdo, por motivos éticos não referenciamos tais links, e sim os da apuração, de modo a minimizar a circulação de conteúdos não condizentes com os consensos científicos.



portando um estetoscópio sobre os ombros e aparentando ser – ou frequentemente referenciado nas mensagens como – médico. Em um dos vídeos (V8), de 15 minutos, Ferrari aparece em plano americano, falando de modo veemente sobre os perigos da vacina. O material vem acompanhado de um breve texto, em duas versões distintas: “Viver ou morrer? Você escolhe ser cobaia? Vacina do Covid-19 pode te matar?” ou “Médico Infectologista faz Grave Denúncia sobre a Vacina chinesa, segundo ele essa vacina foi aplicada em animais e não está comprovada a sua eficácia, pois nem o país de origem ainda usaram” (sic). No vídeo, após dizer ser “extremamente perigoso” se vacinar, Ferrari alerta:

Então uma das coisas que pode acontecer, uma das reações adversas que podem acontecer... Os adjuvantes usados nas vacinas é o autismo (sic) [...] Porque se você tem uma doença, se você é cobaia de uma vacina e você adquire uma doença autoimune, você já cria uma comorbidade para que o coronavírus, o Covid-19, possa matar milhões e milhões de brasileiros. Outra: reações inflamatórias como erupções cutâneas dentre outras reações inflamatórias que podem acontecer no nosso organismo. Miofascite macrofágica. [...] Doenças cognitivas, depressão...[...] Doenças neurológicas, por exemplo, o Alzheimer, também são reações adversas de adjuvantes de vacinas. Síndrome da Guerra do Golfo, narcolepsia, que é aquela doença que a pessoa dorme [...] não consegue trabalhar, não consegue reagir, não consegue se levantar. E o choque anafilático, que é quando a pessoa faz um choque anafilático devido à reação alérgica à vacina (V8). (Matsuki, 2020c)

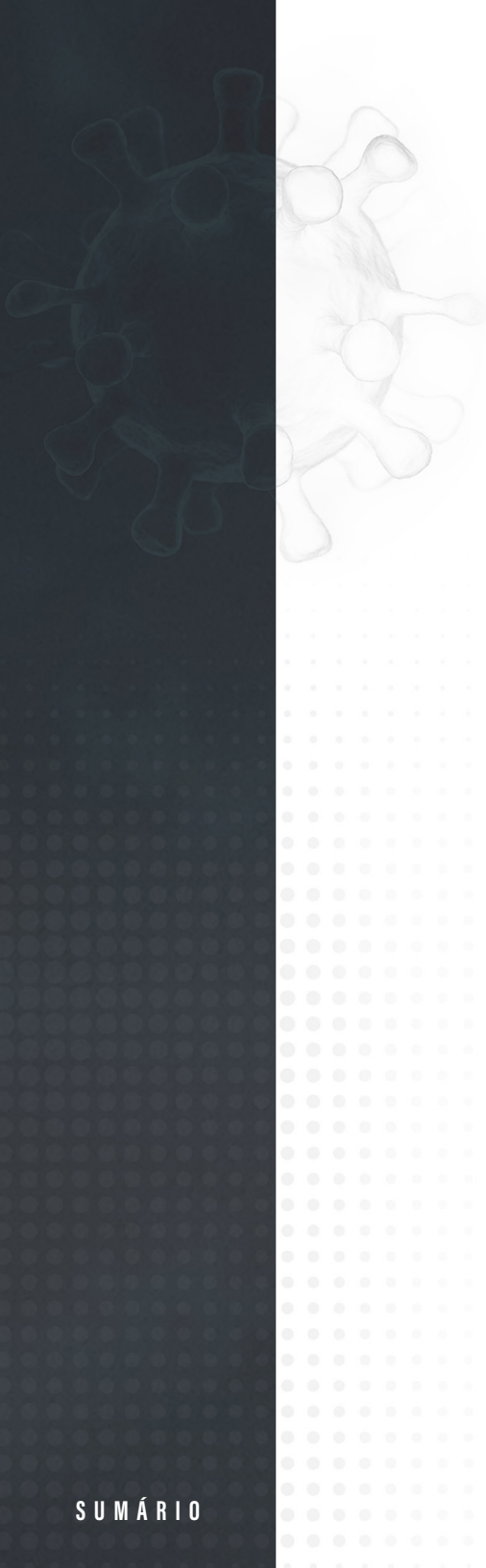
O *post* de Ferrari revela uma escalada no gradiente de risco associado à vacina, aumentando ainda mais o medo presente. Seu tom, ao mesmo tempo enfático e cuidadoso, busca alertar a audiência sobre os possíveis efeitos colaterais do imunizante, que supostamente provocaria inúmeras doenças, entre outros efeitos colaterais, também denunciados nos *posts* V12 e V18. De forma semelhante, o vídeo de 2 minutos (V12) protagonizado pelo Dr. Johan



Denis, descrito como “Médico e homeopata da Bélgica”, denuncia os impactos que a imunização pode ter sobre a população. Ele aparece em plano fechado diante da câmera, formando uma imagem que remete à de um programa jornalístico (com barra de identificação do entrevistado no canto inferior, acompanhada de legendas móveis nas quais outras notícias são apresentadas), mas que nos chega por meio do que aparenta ser um registro caseiro dessa mesma gravação. Nesse vídeo, o perigo torna-se ainda mais agudo, uma vez que é deslocado do corpo individual (pela ocorrência de doenças) para a própria humanidade, tanto na sua continuidade – as futuras gerações – como naquilo que “nos torna humanos”, a nossa consciência. O perigo é descrito com tal intensidade que ele situa essa questão no campo da *guerra*. Diz ele:

Esta vacina não foi aprovada como segura. Foi desenvolvida rápido demais. Não temos ideia de como serão os efeitos a longo prazo. Precisamos de mais pesquisas. Não há pressa ou emergência. Poderia mudar seu DNA. Isso é irreversível e irreparável para todas as gerações futuras. É um experimento com a humanidade. [...] Não somos cobaias. [inaudível] tecnologia presente nessa vacina. Não desenvolveram os hidrogéis com fins militares? Há fortes indícios que poderia te converter em uma marionete controlável por meio de seu próprio smartphone conectado a uma rede 5G e à inteligência artificial. Dessa maneira, poderia perder tudo o que te faz humano. Dessa maneira, por favor, informe-se antes de se decidir. Pode encontrar informação muito útil na página Robert Kennedy. Childrenshealthdefense.org. Abençoo a todos (V12). (Becker, 2021a)

Cabe notar, nesses e em outros enunciados, a importância da figura dos profissionais de saúde, em especial médicos e enfermeiros, para a legitimação dos argumentos defendidos. Esses personagens, embora constantes em textos classificados pelas agências de checagem como “falsos”, expressam muitas vezes profissionais reais, que operam “por dentro” do sistema da biomedicina



no fortalecimento de discursos que promovem a desconfiança do imunizante. Em tom de *denúncia*, recorrem com frequência à categoria “cobaia” (V8; V10; V23) para enfatizar a ideia de insegurança e mau uso da vacina. Acionam, também, uma comparação implícita sobre os riscos em pauta, ao utilizarem expressões e qualificadores que constroem discursivamente a pandemia como um evento destituído de qualquer urgência, localizando o risco *na vacina*. A mensagem que acompanha o vídeo do suposto médico, por exemplo, afirma que estamos vivendo uma “falsa pandemia”, que o vírus possui “baixa letalidade” e a Covid-19 é “comparável a uma gripe sazonal”. Na mesma chave, mas usando como recurso discursivo o testemunho em primeira pessoa, uma pretensa enfermeira norte-americana chora por ter ficado com a face paralisada após receber o imunizante (V20). A entrevista com a médica brasileira “dra. Raíssa de Porto Seguro na Bahia” sintetiza de modo eloquente o cálculo de risco percebido: “Se tem medo da covid, deveria ter muito mais medo da vacina, muito mais medo” (V26).

Como nos lembram Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983), a compreensão acerca dos modos pelos quais a noção de risco é construída pelas sociedades envolve o olhar sobre os contextos socioculturais nos quais os indivíduos estão situados e a partir dos quais eles julgam os perigos envolvidos. Envolve, ainda, a relação – seja de convergência, seja de oposição – com os discursos circulantes sobre o evento considerado *arriscado*, tanto os que coexistem no tempo, quanto os que se fazem presentes pela memória discursiva.

Observa-se nos enunciados críticos à imunização contra a Covid-19 a ressonância de argumentos dos discursos antivacina que prosperaram nas últimas décadas pelo mundo e que se fizeram presentes, com intensidade crescente, no contexto brasileiro. Um caso emblemático é a associação com autismo, que ocorre desde final dos anos 1990 a partir da publicação de Andrew Wakefield na revista *Lancet* sobre a suposta relação entre a vacina tríplice viral e o autismo. Sua cruzada de décadas, a despeito do desmentido

de sua publicação e de ter sua licença cassada pelo Conselho Médico Geral do Reino Unido, permanece mobilizando indivíduos em todo mundo (Camargo Jr., 2020). Além desse caso, outros podem ser citados, como a associação de vacinas a choque anafilático e a doenças diversas que, embora se renovem nos exemplos, reiteram o argumento da periculosidade.

Outro tema caro ao discurso antivacina é a questão tecnológica. Ele ressurge, no debate sobre a Covid-19, pela alegada ameaça da tecnologia de telefonia 5G, atualizando rumores que já estavam presentes desde 2003, quando se dizia que a 3G causava a SARS ou, em 2009, que a 4G causava a gripe H1N1 (Larson, 2020, p. xv). Essas características são reforçadas pela remissão a figuras consagradas desse universo, como Robert Kennedy Jr., conhecido pelo seu posicionamento contra o conservante timerosal, ou ainda a cientista Judy Mikovits, que protagonizou o documentário *Plandemic* (V1).

A presença desse discurso no contexto brasileiro é relativamente recente e se dá em meio ao que alguns autores denominam de um país marcado pela "cultura da imunização." Após o marcante evento da Revolta da Vacina no início do século XX, campanhas como a da erradicação da varíola e a criação do Programa Nacional de Imunização, em meados do século passado, consolidaram esta prática preventiva como uma forma de cidadania biomédica (Hochman, 2011). Ao que parece, o país desfrutou durante muito tempo de pouca porosidade ao discurso antivacina, em comparação aos contextos europeus e norte-americano, o que começou a se modificar em especial no decorrer do século XXI.

Isso se observou já por ocasião da Campanha Nacional de Imunização contra H1N1, em 2010, quando os jornais denunciavam posicionamentos antivacina, que ecoavam particularmente nas mídias sociais (Lerner; Sacramento, 2012), e se acirrou em 2014, com o início da campanha de vacinação contra HPV. Saraiva (2018), ao estudar os grupos de *Facebook* que se opuseram a esta vacina,

aponta que a meta estipulada pelo Ministério da Saúde para a imunização de meninas em 2014 superou a expectativa inicial, o que não ocorreu no ano seguinte, quando apenas 44,68% da meta foi alcançada. Muitos são os motivos que levaram a isso, entre eles, o autor afirma que, além do conservadorismo que se fortaleceu de forma crescente no mundo e no Brasil, situa-se o papel dos grupos de *Facebook* como espaço de disseminação dessas crenças, o que converge com a tendência identificada por Larson (2020) ao estudar a permanência dos boatos ligados à vacinação em geral.

Os textos antivacina parecem, portanto, conviver com a construção simbólica da imunização como índice de cidadania, sedimentado por décadas de prática de cuidado pela população, operando, em alguma medida, como contenção aos discursos contrários. Esses sentidos em disputa podem ser identificados pela força de enunciados que se situam lado a lado aos altos índices de adesão à imunização contra a Covid-19 no país e à vacinação “envergonhada” de integrantes da elite política e econômica. Ainda sem vacinas disponíveis para toda a população, em julho de 2021, 94% já tinham recebido uma dose ou pretendiam fazê-lo (Pinho, 2021). Com a ampliação das faixas etárias elegíveis, em outubro, 74% haviam sido parcialmente imunizados, um percentual ligeiramente maior do que Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos, que deram início à vacinação mais de um mês antes (Mathieu *et al.*, 2020). Até mesmo ministros que se alinharam em público a uma postura refratária à vacinação demonstraram privadamente sua confiança nesta estratégia preventiva ao serem flagrados recebendo, com certo embaraço, as doses a que faziam jus (Gullino; Dantas, 2021). Outro indício de confiança na vacinação, ainda que por vias condenáveis, foram os casos de desrespeito ao calendário definido – os fura-filas (Matos, 2021) – e a compra fraudulenta de vacinas que se mostraram falsas por empresários mineiros (Zuba, 2021).

Se por um lado a noção de risco foi tensionada pelos discursos sobre imunização que a precederam e com os quais conviviam,

por outro, novas fissuras nas concepções e práticas de saúde vigentes tomaram forma no contexto pandêmico. Tal questão pode ser especialmente observada no que tange ao modo como essa noção foi construída no decorrer do século XX. Nesse momento, a descoberta dos fatores de risco colocou em cena uma nova forma de relação com o corpo, marcada pela aposta na ação humana para a evitação das doenças. Minimizando as causalidades estruturais e enfatizando a origem genética ou comportamental das enfermidades, o discurso da saúde voltou-se ao controle dos corpos individuais, permanentemente monitorados por meio das práticas de rastreamento, dieta e exercício físico. Recaía, assim, sobre os indivíduos a responsabilidade pela obtenção de sua plena saúde, sendo tênue a relação de interdependência entre o cuidado individual e o coletivo.

A experiência da Covid-19, cuja forma de transmissão a princípio era pouco conhecida e que paulatinamente se confirmou ser prioritariamente pelas vias aéreas, acabou por demandar estratégias preventivas amplas como restrição social, uso de máscara e vacinação. Isto recolocou no debate público o peso da dimensão coletiva no enfrentamento à doença, uma vez que seu sucesso apenas se efetivaria caso ocorresse em larga escala, na obtenção do que se designou de “achatamento da curva”. Nesse contexto, entrou em disputa a defesa de um tipo de proteção que abrangesse a todos, em contraposição à perspectiva privada (o “direito de escolha”).

A retomada da perspectiva individualizante, no entanto, aparece no material para além de uma proteção estritamente pessoal, abrangendo também o âmbito familiar e tribal. Johan Denis, ao denunciar a insegurança da vacina, afirma que “Nunca tomaria, ou daria a *meus pacientes* ou a *meus entes queridos*” (V12, grifos nossos). Judy Mikovits, do documentário *Plandemic*, declara: “Estou aqui para defender minhas liberdades. Estou aqui para defender a liberdade da *minha família*, o direito dos *meus pacientes* de escolherem o que fazer com suas vidas” (V1, grifos nossos). Essas questões remetem a processos sociais mais amplos que envolvem tanto os diferentes

modos de se conceber e viver a saúde/doença na contemporaneidade, como também suas articulações a uma racionalidade neoliberal que operava junto a essa lógica na defesa da “esfera pessoal e protegida”. Esta envolvia um *ethos* privado, homogêneo e familiar (Brown, 2021, p. 109), representado pela ideia da saúde menos como um dever do Estado, e sim da família, como vocalizado pelo presidente Bolsonaro inúmeras vezes.

NAS TRAMAS DO NEOLIBERALISMO: A RETRAÇÃO DA POLÍTICA E A LIBERDADE COMO VALOR

O risco advindo da vacinação constituiu, assim, um tema recorrente nos *posts*. No entanto, para além de sua associação com reações adversas, outro tipo de consequência estava presente, de caráter intencional e abrangente. Mais do que uma possibilidade, tratava-se de um *projeto*. Um exemplo disso é o vídeo que traz o médico italiano identificado como Roberto Petrella alertando que o termo Covid-19 se refere ao “nome do programa de despovoamento Mundial C (*certificate*) O (of) V (*vaccination*) ID (*identification*)”, que seria um “plano internacional para o controle e a redução de populações que foi desenvolvido durante décadas e lançado no ano 2020”, e que resultaria em uma “despopulação maciça de mais de 80% da população” (V7). Da mesma forma, outro vídeo mostra imagens do que chamam de “as novas câmaras crematórias modernas”, vindas da China para a Argentina, supostamente para ocultar a evidência dos corpos gerados pela “carnificina” tramada para “todos os países que têm OBEDIENTEMENTE pandemia, quarentena e vacinação obrigatória porque se sabe que, posteriormente, os humanos que recebem essas vacinas, PARTIRÃO” (sic) (V9).

Figuras 3, 4 e 5 – Supostos fornos crematórios (frames do V9)



Fonte: Lira, 2020.

Mas quem e o quê estariam por trás deste *projeto de morte*? O perigo denunciado refere-se, num primeiro olhar, à atuação de uma entidade abstrata e perigosa que teria como meta não apenas a retirada da vida, mas também da liberdade e do direito das pessoas, por meio de práticas autoritárias e de controle. Estas se materializavam na vacina “genocida”, em sua obrigatoriedade (que se estende a outras medidas preventivas, como uso de máscara e quarentena) e no suposto controle obtido das mentes e vidas dos indivíduos comuns, por meio da instalação de dispositivos como chips e tecnologia 5G.

Tal entidade foi caracterizada de diferentes modos: ora pela menção a “eles” (que por ser indefinido permite uma identidade pressuposta e flexível a múltiplas atribuições), ora mencionando alguma instância internacional, nomeada de “ditadura globalista” (V7), “Nova Ordem Mundial” (V9), ora voltada à crítica a um governo específico, com no caso da Austrália. Um vídeo (V2) traz a reportagem do telejornal australiano *9 News* sobre uma manifestação contra o fechamento parcial das atividades e a obrigatoriedade da vacina, supostamente um estratagema governamental para a implantação de “um chip 5G em gel com nanotecnologia”. Segundo o texto que o acompanha, isso permitiria o controle sobre “onde vc anda, o que vc fala, o que vc come, e vc também poderá se conectar a qualquer wifi e transmitir

informações para o sistema". Em um dado momento, os manifestantes bradam "É nossa liberdade e vocês não vão tirar de nós!", com close numa camiseta que estampa "Eu não consinto" (V2). Essas entidades seriam lesivas pois impactariam um bem precioso a ser preservado: a liberdade. Outro *post*, referido ao contexto brasileiro, traz a médica Raíssa Soares afirmando que a obrigatoriedade da vacina "vai ferir os Direitos Humanos, [...] vai ferir nosso código de liberdade" (V26).

Figura 6 - Manifestação na Austrália (frame do V2)



Fonte: Matsuki, 2020a.

Percebe-se, assim, o deslocamento da noção de risco, uma vez que mais perigoso que a vacina que mata seria o projeto de poder que a sustenta. Essa oposição entre o poder de controle do Estado ou de uma entidade internacional sobre as vidas dos cidadãos e a liberdade individual é uma tensão que atravessa boa parte dos vídeos e dos textos que os acompanham. Eles podem ser compreendidos como expressão do pensamento conservador de extrema direita que vem tomando corpo nas últimas décadas e que teve na ambiência digital um espaço de intensa propagação. Wendy Brown, ao refletir sobre as novas manifestações da política nas sociedades contemporâneas, em especial as reações populares de direita, enfatiza como elas são expressão da racionalidade neoliberal, entendida para além de um conjunto de políticas econômicas ligadas à desregulamentação das indústrias, privatização de bens e serviços, desmonte do

Estado de bem-estar social e dissolução do trabalho organizado. Ela seria uma forma de ver o mundo, traduzindo princípios morais e filosóficos, em que se substitui “um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados” (Brown, 2021, p. 96-97). Nessa lógica, está em jogo uma concepção particular de política e de liberdade:

Qual é a formulação específica de liberdade promovida pela razão neoliberal? [...] na medida em que a liberdade é submetida aos significados do mercado, ela é despidida das valências políticas que a ligam à soberania popular e, por conseguinte, à democracia. Em vez disso, a liberdade é completamente equiparada à busca de fins privados, é apropriadamente desregulada, e é amplamente exercida para aumentar o valor, o posicionamento competitivo, ou a participação no mercado de uma pessoa ou firma. Seu único significado político é negativo – florescer onde a política e, especialmente, o governo estão ausentes (Brown, 2021, p. 98).

Esta perspectiva é amplamente identificada nos *posts* analisados. Neles, a liberdade individual aparece atomizada, expressa pela noção de “direito à escolha” (de não tomar a vacina); o cuidado é visto como um evento restrito ao âmbito privado, e que tem como contrapartida a desqualificação do bem comum (a saúde pública); a política e aqueles encarregados do seu zelo (os governantes) são caracterizados como fonte de desconfiança, traduzindo um arranjo particular de liberdade autoritária antidemocrática e antissocial.

Essa oposição entre liberdade e ação política, que envolveria também o papel do Estado, se manifesta no *corpus* com outras características relevantes. Os agentes da opressão, ainda que aparentemente nomeados como entidades abstratas, referem-se, na verdade, a governos de orientação mais à esquerda, ou com alguma proximidade à perspectiva social-democrata. Alguns dos políticos e países mencionados são emblemáticos: Cristina Kirchner, peronista, vice-presidente da Argentina e Kamala Harris, Barack Obama

e Bill Clinton (V17, V24), respectivamente vice-presidente e ex-presidentes dos EUA, todos do partido Democrata. Da mesma forma, os termos “ditadura globalista” e “Nova Ordem Mundial” estão associados a países “comunistas”, ideologia política que traz em sua formulação doutrinária um viés de internacionalização e a defesa pela atuação consistente do Estado no provimento do bem-estar coletivo, dando corpo à caracterização da esquerda como a “oposição à liberdade”. Essa ideia é ancorada no acionamento da memória do fascismo europeu e do totalitarismo soviético, referências que, segundo Brown, estão na gênese do próprio pensamento neoliberal, já que seus fundadores compartilhavam a convicção de que tais formações históricas “estavam em um continuum com o planejamento social difundido e com as economias políticas de seu tempo, geridas pelo Estado. Os Estados de bem-estar social keynesianos, a social-democracia e a propriedade pública, todos aparecem no ‘caminho da servidão’” (Brown, 2021, p. 99).

Nessa contraposição ao “comunismo”, a presença da China tem lugar de destaque, uma vez que a vacina rechaçada não é uma vacina qualquer, mas a que está relacionada de alguma forma àquele país. São poucos os vídeos e mensagens que mencionam os imunizantes produzidos por outros fabricantes, como AstraZeneca (V8; V18 e V23), Pfizer (V18; V21 e V24) ou Sputnik (“vacina da Rússia”, V8). Tal relação é explicitada recorrentemente por qualificativos como “vacina chinesa” ou, de forma pejorativa, “vachina” e “vacina #chingling”. Para além de sua importância simbólica como local associado à origem da Covid-19, este país toma forma como o grande inimigo na chamada “Guerra Cultural” que se desenha no contexto de reação conservadora das últimas décadas, acirrado pelo seu lugar de destaque na nova configuração econômica e política mundial. Em oposição às “ditaduras comunistas”, supostamente corruptas e inimigas da liberdade, em que “seus políticos que TRANSAM com os partidos comunistas (principalmente China e Rússia)” e que “aceitam dinheiro como dádiva pessoal pela entrega que estão a fazer dos seus

respectivos povos" (V9), estariam as nações capitalistas, retratadas como local de sucesso e liberdade dos indivíduos e do mercado.

Os *posts* sobre a vacina mostram, portanto, sua representação distante da ideia de um "bem universal neutro" mas, ao contrário, profundamente vinculada à política (Larson, 2020, p. xxix). Isso se dá, por exemplo, pela sua articulação ao contexto internacional, seja pela já aludida remissão ao movimento antivacina, seja pela perspectiva neoliberal que encarnam, seja pelo diálogo com o novo cenário de poder mundial, revelando a dimensão globalizada das chamadas "teorias da conspiração". Apresentam, também, uma coloração local, que no Brasil se expressa pelo forte diálogo com o contexto político do governo Bolsonaro. Nele, o posicionamento frente à imunização representa uma linha divisória que demarca os apoiadores do presidente, de um lado, e seus oponentes políticos, de outro. Os qualificadores "de esquerda", "esquerdopata" ou "comunista" constituem-se importantes operadores que se deslocam de modo fluido agregando figuras de tendências políticas distintas, mas que são organizadas na condição de oponentes do presidente ou, ainda, seus *inimigos*.

Nesse debate, um personagem se destaca: João Doria Jr., governador de São Paulo. O antigo aliado de Jair Bolsonaro e posterior desafeto foi mencionado, direta ou indiretamente, em dez dos 27 *posts* analisados (V3; V4; V6; V8; V9; V10; V16; V19; V22 e V23). A parceria sino-paulista, por ele capitalizada, acirrou a disputa com o presidente que, em outubro de 2020, chegou a desautorizar o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, a efetuar a compra da vacina chinesa. Em novembro, foi a vez de os estudos com a Coronavac serem interrompidos por determinação da Anvisa, o que foi comemorado publicamente por Bolsonaro, que retrocedeu após a nova liberação do imunizante, comprometendo-se a comprar vacinas aprovadas pela Anvisa, apesar de afirmar repetidamente que não se vacinaria. O início da imunização no Reino Unido com o produto da Pfizer elevou a tensão entre as esferas estaduais e federal no Brasil, e esse tumultuado processo culminou com a autorização

pela Anvisa em janeiro de 2021 para a produção das vacinas de Sinovac e AstraZeneca, e a cerimônia de celebração em São Paulo da primeira pessoa imunizada.

Nos vídeos e mensagens coletados, recai sobre Doria uma forte marca: a *sombra moral*. Observa-se a denúncia indignada de comportamentos supostamente inadequados e atributos vergonhosos, tais como corrupção, covardia e falsidade:

Agora, pasmem numa coisa, porque eles estão tão querendo esse teste da vacina no Brasil inteiro? Porque vão ser pagos mais de 80 milhões ou bilhões de reais a esses laboratórios. Dinheiro público, dinheiro nosso. [...] Outra coisa que eles não avisam é porque que os laboratórios assinaram um termo dizendo que eles não são responsáveis por qualquer efeito adverso em qualquer cidadão brasileiro? Me explique isso, Rede Globo de Televisão, me explica isso, Dória, seu covarde. Me explica isso. Nós passamos de uma guerra entre direita e esquerda, gente. Eu tenho muitas pessoas, que não (são) de esquerda, mas esquerdopatas e que me atacam (V16). (Lira, 2021c)

O que existe são testes da vacina de Oxford, como da vacina da China que vai ser produzida pelo Instituto Butantan, que o Doria, esse corrupto de São Paulo, ele quer obrigar as pessoas a serem vacinadas. [...] Preste atenção na enganção (V23) (Becker, 2021b).

A oposição ao governador revela mais do que a mera discordância no âmbito ideológico ou programático, mas um tipo de ação política que incide sobre sua *figura pessoal*, desacreditando-o moralmente. Um exemplo é o vídeo (V22) que mostra o trecho de um programa falado em língua inglesa, no qual os apresentadores aparecem às gargalhadas, em tom de escárnio, com a legenda visivelmente inserida *a posteriori* que diz, em inglês: "Governador Doria sem credibilidade: taxa de eficácia da Coronavac ainda fica em 49%". A mensagem que o acompanha direciona os sentidos desejados:

Versão 1: O Governador de São Paulo, João Doria (PSDB), tentou tanto os holofotes que ficou conhecido, internacionalmente. Não da forma positiva, como ele gostaria, mas como motivo de chacota. Em telejornal americano, o casal de apresentadores debochou do resultado dos índices de eficiência da CoronaVac, imunizante da gigante farmacêutica Sinovac em parceria com o Instituto Butantan e Doria foi mencionado como “governador sem credibilidade”. Uma vergonha para todos os brasileiros! (da Redação). (Gonoli, 2021a)

Figura 7 – Doria seria motivo de chacota (frame do V22)



Fonte: Gonoli, 2021a.

Essa questão não se restringe a Doria, mas é extensiva a outros políticos, o que se atesta pela recorrência de *posts* que exibem a cena em que os governantes são imunizados. Esse momento, publicizado originalmente com o intuito de ser exemplar, é justamente resignificado como um espetáculo farsesco, sob a acusação de que eles estariam *fingindo* tomar a vacina (V4, V14, V15, V17, V19, V21 e V24). Nas reproduções são mobilizados recursos gráficos e imagéticos para atribuir ênfase a essa ideia, como o círculo no braço supostamente não vacinado (V19 e V21) ou o foco na seringa, que estaria sem agulha (V14). A descrição do vídeo abaixo (V4) e das mensagens que o acompanham é eloquente:

[Transcrição do vídeo] Aqui temos a primeira-ministra da Austrália promovendo a vacina quando nem ela mesma toma a vacina. Aqui podem ver que a tampa da seringa continua intacta. Estão lhes vendendo a vacina mas nem mesmo os políticos as tomam. Estão mentindo para vocês. Despertem, por favor! [...].

[Mensagens anexas] Versão 1: Primeira Ministra da Austrália promove a Vacina chinesa. Mas ela nem a toma, só finge tomar ... será porque?/ Versão 2: Ministra da Austrália faz propaganda tomando vacina contra o Covid-19 distribuída pela China, porém observe que nem a capinha da seringa foi retirada. Se ela não tomou porque eu tomara? // Versão 3: *#JoãoPinóquioDória* promove a vacina #chingling. A Primeira Ministra da #Austrália também promove a Vacina chinesa. Mas ela nem a toma, só finge tomar ... será por quê ?? *E vc, vai tomar essa vacina do cão?!?*(Matsuki, 2021b)

Figuras 8 e 9 – Primeira-ministra da Austrália teria fingido ser vacinada (frames do V4)



Fonte: Matsuki, 2021b.

Outro aspecto do discurso neoconservador identificado nos posts analisados foi a referência à religião. Esta se faz presente de modo recorrente, embora não constitua a base dos argumentos que refutam a vacina – como veremos, forjados com elementos do

próprio campo científico, ainda que com traduções bem particulares. A religiosidade aparece como marca identitária do narrador, explicitando tanto o seu pertencimento a uma comunidade cristã como a um lugar não hegemônico. Funciona também como recurso para circunscrever o evento relatado (a vacina) em determinado universo moral e simbólico, favorecendo, assim, o estabelecimento de uma conexão especial com o interlocutor imaginado, marcada por um tom mais coloquial e familiar. Os exemplos se multiplicam e vão desde simples exclamações (“Meu Deus!”/V5; “Graças a Deus!”/V8; “Se Deus quiser!”/V16), passando por qualificadores (“vacina do cão”/V4) e despedidas (“Que Deus abençoe vocês”/V8, V9 e V23; “Que Deus abençoe a nação”/V10; “Fiquem com Deus!”/V16; “Abençoe a todos”/V12), à menção explícita a Jesus Cristo:

[Transcrição do vídeo] Tá amarrado em nome de Jesus. Multiplique esse vídeo e guardem porque eles vão tirar do ar porque eles não querem que nós, que vocês, povo brasileiro, saibam o que eles estão fazendo. Deus abençoe e fiquem na paz de Jesus (Trecho de Anthony Ferrari, V8) (Matsuki, 2020c).

Esse elemento, embora seja algo mais amplo do contexto internacional, aparece com especial força no caso brasileiro. Ele permite, de modo fluido, a conexão tanto com a população católica como com a evangélica, esta última força crescente no país e que tem especial papel no recrudescimento do conservadorismo de extrema direita e no suporte ideológico e eleitoral ao presidente Bolsonaro (Machado, 2020).

A CIÊNCIA “CORROMPIDA”

Eu não sou contra vacinas. Meu trabalho é desenvolver terapias imunológicas. É isso que as vacinas são (Judy Mikovits, Plandemic, V1) (Becker, 2020).

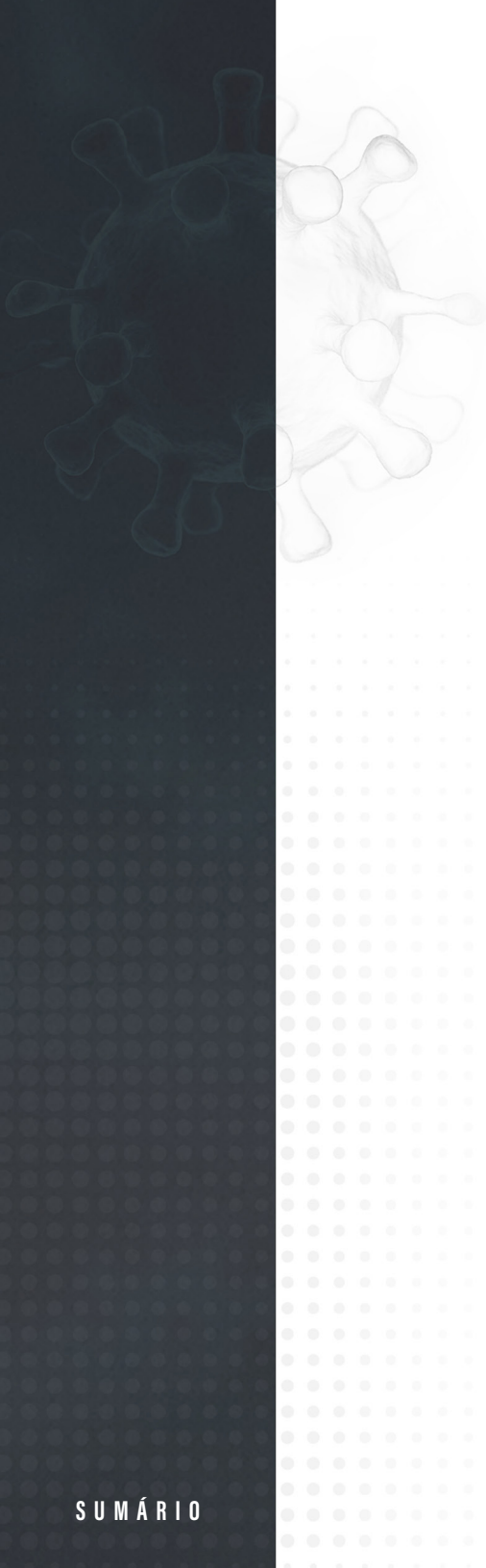
Eu não sou contra nenhum tipo de vacina (Anthony Ferrari, V10; V23) (Gonoli, 2020; Becker, 2021b).

Estou doida pela vacina (Raíssa Soares, V26) (Becker, 2021c).

A análise dos enunciados sobre a vacina contra a Covid-19 que circularam no primeiro ano da pandemia permitiu identificar argumentos diversos contra a imunização. No entanto, é importante destacar que, na maioria dos casos, o que estava em jogo não era um discurso contra a vacina em si, saudada por vários de seus detratores como tecnologia de prevenção eficaz (vide as epígrafes acima), mas contra *aquela vacina*. Como entender essa posição?

O já citado documentário *Plandemic* (26 min., V1) é um exemplo particularmente rico que nos permite mapear alguns dos elementos em jogo. Realizado por Mikki Willis em 2020, ele tem como fio condutor a entrevista com Judy Mikovits, quando a cientista se posiciona sobre a pandemia afirmando a origem manipulada do Sars-Cov-2 e condenando as estratégias de enfrentamento adotadas pelos governos, em especial o uso de máscaras, distanciamento social e vacinas. No caso do imunizante, um dos principais eixos de sua argumentação reside nos interesses políticos e econômicos envolvidos. Segundo ela, “Se ativarmos vacinas obrigatórias globalmente [...] essas pessoas ganharão centenas de bilhões de dólares. E matarão milhões, como eles já fizeram com as suas vacinas”.

Como sugere o título que mistura as palavras *plano* e *pandemia*, o vídeo retoma a dimensão conspiratória assinalada em outros enunciados. Nessa trama, no entanto, ele torna mais explícito um elemento crucial na estrutura narrativa desses relatos: *o lugar da ciência*. Dra. Mikovits é apresentada com credenciais que reafirmam o seu pertencimento ao campo científico: descrita como “uma das cientistas mais talentosas de sua geração”, sua tese de doutorado é apontada como “revolucionária no tratamento da AIDS”. Pois é justamente esse lugar discursivamente construído que pavimenta a sua legitimidade para criticar a ciência por dentro, que estaria,



nessa visão, marcada por práticas “espúrias”. Isso é ilustrado pela menção à sua publicação na revista *Science*, no início de carreira, que teria revelado “segredos mortais” como o uso de tecidos fetais de animais e humanos em pesquisas. O mesmo estaria ocorrendo agora, ao denunciar cientistas que supostamente se beneficiariam da pandemia, “ávidos por dinheiro e fama”, oriundos de universidades “viciadas em patentes”. Nessa linha argumentativa se situaria, também, a crítica aos interesses econômicos da indústria farmacêutica (“*Big Pharma*”), aos quais os cientistas, as autoridades sanitárias e os políticos estariam alinhados, defendendo os imunizantes para o enfrentamento da Covid-19 em detrimento dos remédios de baixo custo como ivermectina e cloroquina.

Essa postura crítica, portanto, era feita buscando o capital simbólico da própria ciência para se afirmar como um discurso de verdade, o que se observa pelo uso do vocabulário científico para explicar o mecanismo das vacinas e das doenças e o acionamento de seus códigos e representantes como figuras de autoridade. Assim como Judy Mikovits, Anthony Ferrari cita artigos científicos (“*Entra na Scielo e vocês vão ver ali um artigo científico feito sobre o risco de adjuvantes de vacinas*” – V10) e Raíssa Soares, reclamando que as pessoas estariam “desafiando a ciência”, pleiteia esse alinhamento ao dizer: “Nós temos a ciência a nosso favor” (V26).

A eficácia dessa aparente ambiguidade pode ser compreendida ao se levar em conta o local em que esses indivíduos estão posicionados no debate: eles estão “fora do sistema”, figurando como espécies de Davis em luta contra Golias, na tentativa de salvação da ciência conspurcada por interesses indevidos. Tal “marginalidade” é afirmada com orgulho, prova de sua “coragem” e “pureza de intenções”. *Plandemic* posiciona Judy Mikovits como vítima de uma “guerra” feita pelos “servos da grande indústria farmacêutica” que destruíram sua reputação, carreira e vida pessoal, na qual se defende por meio de seu livro, sugestivamente intitulado *A Praga da Corrupção – restaurando a fé na promessa da ciência* (2020).

Anthony Ferrari diz inúmeras vezes que foi censurado e desacreditado (“Eles vão apagar esse vídeo muito em breve [...] Eles vão dizer, vão me chamar mais uma vez de mentiroso” – V8).

Camargo Jr. aponta a recorrência do componente *antiestablishment* nos discursos tradicionais de resistência às vacinas, marcados pelo ceticismo e desconfiança das fontes de informação oriundas da ciência e medicina, sob alegação de seu comprometimento com interesses econômicos. Citando Gray e a definição desse autor sobre o que chama de “medicina pós-moderna”, elenca algumas das características desses discursos: “hostilidade face a verdades singulares; aversão à objetividade científica; e reduzida confiança na expertise” (Gray, 1999 *apud* Camargo Jr., 2020, p. 2). Caberia ponderar se o que estava em jogo era tanto a diminuição da confiança nessas instâncias *per se* ou na sua versão institucionalizada, expressando a racionalidade neoliberal que modula a ação atomizada no mundo e concebe o social como um coletivo de indivíduos, uma somatória de liberdades e pulsões individuais.

Esse lugar antissistêmico, estratégico na obtenção de legitimidade, traz consigo outra característica: a consagração de seu lugar de *vítima*. Apresentando-se como *perseguidos, destituídos de poder* e simultaneamente *inocentes*, eles ocupam, assim, um lugar socialmente valorado na contemporaneidade, marcada pela *força dos fracos*. Se na modernidade emergiram ideologias políticas (em geral de esquerda) ancoradas em um sentido moral no qual os fracos deveriam ser protegidos e os fortes regulados e punidos, no populismo de direita isso se manteve, mas com sinal invertido. As camadas médias e proletárias brancas (ou a elas identificadas), em especial nos EUA mas também em outros países, trazem consigo os sentimentos de humilhação e ressentimento não de uma fraqueza, mas do lugar de privilégio perdido, fruto de uma sociedade cada vez mais “privatizada” e com a desigualdade legitimada. Essas emoções compartilhadas produzem, então, desdobramentos importantes, ao potencializarem uma especial

conexão entre “excluídos”. Larson cita processo semelhante em relação a Wakefield, conhecido defensor antivacina:

Andrew Wakefield, amplamente conhecido por sua ciência fraudulenta em torno da vacina contra caxumba, sarampo e rubéola (MMR) e adorado por outros como uma voz da verdade, conseguiu seguidores ao se colocar de forma empática por aqueles que se sentem excluídos pelo sistema, que tiveram seus pontos de vista e preocupações descartados como sendo “ignorantes”. Seu apelo às emoções conquistou seguidores. Para muitos deles, Wakefield, também é uma “vítima” cuja voz foi oprimida e pontos de vista censurados pelo estabelecimento científico (Larson, 2020, p. 27, tradução livre)¹⁶.

Brown (2019) destaca como o niilismo e o ressentimento são forças motoras da vida política contemporânea, em especial por parte de grupos de homens brancos de camadas médias que perderam espaço no tecido social, ocupado por elites culturais cosmopolitas e ilustradas. A permanência silenciosa desses segmentos sofreu um ponto de inflexão quando as ondas conservadoras se fortaleceram, criando novas possibilidades de manifestação pública desses indivíduos, que durante décadas se sentiram diminuídos ao serem classificados de “ignorantes”. Essa ideia de “escuta” e valorização dos enfeitados é um ponto importante na conquista dessa audiência, o que pode ser comparado ao que Larson aponta sobre os seguidores de Wakefield, que interpretaram a perda de sua licença não pelo fato de defender posições contrárias aos consensos científicos, mas porque ele teria “ouvido os pais”.

Um último desdobramento dessa questão é o estabelecimento de uma cisão no debate público sobre o tema da vacina que

16 No original: “Andrew Wakefield, notorious among most for his faulty science around the mumps, measles, and rubella (MMR) vaccine and worshipped by others as a voice of truth, has built his following by empathizing with those who feel shut out by the system, their views and concerns dismissed as being ‘ignorant.’ His appeal to their emotions has won his following. To many of them, Wakefield, too, is a ‘victim’ whose voice was oppressed and views censored by the scientific establishment.”

situaria, de forma aparentemente simétrica, dois lados da ciência. Como ocorreu com Judy Mikovits, os cientistas críticos à vacina são apresentados, no contexto brasileiro, como “pessoas de altíssimo gabarito científico”, titulados, com virtudes prezadas pela academia, como a excelência na redação de um texto e um lugar de absoluta “neutralidade” na avaliação das questões sanitárias, em contraposição à politização de seus oponentes. Como afirma a médica Raíssa Soares (V26), da Bahia:

Eu tive inclusive acesso a um documento hoje escrito por pessoas de um altíssimo gabarito científico. Dra. Nise Yamagushi, Dr. Marcelo Hermes... Ele é presidente e cientista dos Docentes pela Liberdade com vários médicos do Brasil inteiro. [...] De excelência desse texto sobre realmente o que a gente está submetendo a população. [...] essa luta da vacina tem sido algo que se tornou também um viés político. Pessoas que são contra o presidente, todo o movimento de São Paulo, querendo fazer esse atropelo, que está passando... Sem autorizações da Anvisa. Anvisa sendo muito clara em relação: ‘olha, nós não fomos nem comunicados de que vacinas chegaram, de que vão ser liberadas por uma nota científica, por um grupo que é absolutamente neutro e acadêmico pra população’ (V26) (Becker, 2021c).

Oreskes e Conway (2010) apontam que durante muitos anos políticos e pessoas ligadas à indústria tabagista se organizaram para fomentar pesquisas que questionassem os consensos estabelecidos. Não sendo possível comprovar que esses consensos estavam errados, tentavam construir evidências que mostrassem que eles não estavam *completamente certos* ou, ainda, que havia margem de indeterminação nas evidências apresentadas. Ainda que muitas vezes ocupando lugar de menor prestígio no mundo acadêmico, os envolvidos outorgavam, com seu pertencimento ao campo científico, credibilidade a esses questionamentos, fomentando a dúvida. Tal luta da ciência contra a ciência tinha como alvo e consequência a corrosão da confiança nas instituições, elemento estratégico para o sucesso (ou não) da implementação de políticas públicas. Pois, como aponta Larson, a aceitação

da vacina (ou de outra tecnologia qualquer) está intimamente relacionada à “confiança em cientistas que projetam e desenvolvem vacinas, indústrias que as produzem, os profissionais de saúde que as aplicam, e as instituições que os governam” (Larson, 2020, p. xxxv, tradução livre)¹⁷. De forma análoga, os posts coletados, ao mobilizarem a figura de cientistas, contribuíram para minar a autoridade das instituições de saúde e ciência que advogam pelo uso da vacina, configurando-se um importante campo de disputa na afirmação do imunizante como tecnologia eficaz de enfrentamento à pandemia.

A PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS: AMBIGUIDADES NO USO DAS IMAGENS JORNALÍSTICAS

Na análise sobre as formas como foram construídas discursivamente as posições contrárias aos imunizantes, cabe destacar o papel estratégico que as imagens jornalísticas desempenharam. A opção por selecionar os vídeos já traz o reconhecimento da valorização social da linguagem audiovisual e da generalização de seu uso para além de círculos profissionais, possibilitada pela popularização de artefatos de gravação, edição e disseminação digitais. Nesse e em outros formatos documentais, a imagem tem função referencial, apagando tanto a distância espaço-temporal entre o acontecimento e sua representação quanto o ato de registro e a mediação dos dispositivos tecnológicos que utiliza. Referências e produtos jornalísticos são acionados para validar os argumentos em 16 dos 27 vídeos. Trata-se de um conjunto híbrido, que expressa o tipo de relação estabelecido com a própria autoridade epistêmica da imprensa, em particular a fidedignidade de suas imagens na reprodução do real.

17

No original: “Vaccine acceptance is about a relationship, about putting trust in scientists who design and develop vaccines, industries that produce them, health professionals who deliver them, and the institutions that govern them”.

Em sete vídeos a credibilidade do jornalismo é reforçada, ou pelo menos não é colocada em questão, como vemos na reportagem sobre a manifestação contra a obrigatoriedade da vacina e em defesa da liberdade individual na Austrália (V2, Figura 7). Outras matérias também se apoiam nessa função referencial para demonstrar a insegurança do imunizante e comprovar seus efeitos adversos, como a exibição do trecho da entrevista coletiva com o desmaio da enfermeira (V13, Figuras 1 e 2), da coletânea endereçada “para vocês que tem esperança nessas vacinas” (V16) ou ainda a entrevista do diretor-presidente da Anvisa (V27).

Duas se detêm exclusivamente em afirmações imprecisas durante comunicados oficiais de governantes. A primeira é de João Doria Jr. que afirma literalmente: “O acordo assinado com a Sinovac teve início em agosto do ano passado [2019], quando da nossa visita à China, e a inauguração do escritório comercial de São Paulo em Shanghai” (V3). O que os efeitos de edição do vídeo – repetição distorcida do áudio e intervenções gráficas – e as mensagens tratam de acentuar é a data anterior ao início da pandemia para comprovar sua participação no conluio; seu lapso o teria “entregado”. Estratégia semelhante é empregada na segunda, na qual Boris Johnson, após louvar o pioneirismo do Reino Unido na pré-encomenda à Pfizer, a magnitude do programa de vacinação e dos desafios logísticos envolvidos, afirma: “O vírus tem que ser armazenado a menos de 70 graus” (grifo nosso). Não a vacina, mas o vírus, o que é repetido no áudio e reforçado nas legendas “*The vírus?*” e “*Bye bye human race*” (V11). Do mesmo modo, pode ser citado o casal de âncoras rindo de João Doria, “chacota internacional” (V22, Figura 8)¹⁸.

Em contrapartida, oito vídeos dedicam-se a denunciar exclusivamente a participação da mídia no complô envolvido na pandemia

18 Podemos incluir nesse grupo vídeos não jornalísticos nos quais são encontradas marcas positivas expressas de forma mais sutil. Por exemplo, no formato do canal do Youtube *Terra Brasília* – com vinheta própria e cenário característico, ainda que o apresentador não se identifique como jornalista (V16) – ou na logomarca *Canal desde Espanha* impressa no vídeo do médico italiano Roberto Petrella (V7).

e na vacinação. A principal estratégia é mostrar a falsidade do próprio objeto da gravação, concentrada na vacinação de governantes, políticos e profissionais de saúde: neles se mostra que não há agulha ou líquido na seringa; que a agulha está com a capa protetora ou foi aplicada sobre a roupa, todos revelando que a vacina sequer foi aplicada. A comprovação implica intervir no próprio corpo da imagem, inserindo legendas e efeitos gráficos – círculos, setas – que localizam e realçam o engodo. Em um dos vídeos, além dessas marcas, é acrescentada uma narração feminina em português, encarregada de guiar o olhar da audiência, tendo como trilha sonora a música tema de “*E o vento levou*” (V24):

[...] O pessoal pensa que a gente é tudo besta. Ó lá o dedo, ó. Como se tivesse vacinando, né? Todo mundo aplaudindo. Ah lá o dedo dela. Dá pra ver, tá vendo? Coloca o dedo em vez da vacina. Ah lá. Aí passa... São muito ruins mesmo (V24). (Becker, 2021d).

A repetição de imagens em vários vídeos indica que a reedição é frequente, valendo-se de recursos técnicos com variado grau de sofisticação. Demonstra também que participar de sua circulação, manifestando apoio em mensagens e *likes* parece ser insuficiente para indivíduos mais identificados com esse discurso: a expressão de sua indignação e revolta precisa estar impressa no próprio vídeo.

As postagens contêm *imagens que simulam* o ato de vacinação e, aparentemente, não foram editadas. Esse recurso rotineiro na prática jornalística – usado para compensar a perda de registros importantes e até recentemente não questionado – torna-se nos vídeos prova cabal de falseamento intencional dos jornalistas, atestando sua participação na conspiração que denunciam. Vale destacar, no entanto, que a “descoberta” de algumas dessas imagens durante a exibição de telejornais pelo olhar atento da audiência reforça a desconfiança no jornalismo. Isso parece valorizar, por contraste, o efeito de verdade das imagens amadoras que, a despeito da

precária qualidade da captação, também atestam o compromisso e o engajamento de quem as produz no desvelamento da trama.

Dois vídeos reúnem essa relação ambígua com o jornalismo, acionado simultaneamente para provar a farsa da pandemia e denunciar seu próprio envolvimento na trama. O mais completo é, sem dúvida, *Plandemic*. As denúncias da controversa pesquisadora Judy Mikovitz são baseadas na existência de um amplo esquema que há décadas vem conspurcando a ciência e suas instituições, capitaneado pelas agências de saúde pública, a indústria farmacêutica e personificado nas figuras de Anthony Fauci e Bill Gates. O elenco de provas apresenta imagens de telejornais e declarações públicas dessas e outras personalidades. São falas concomitantes e anteriores à pandemia de Covid-19, usadas para afirmar que sabiam previamente de seu surgimento e que também não assumiram o enfrentamento do HIV/AIDS, ebola e outras doenças infecciosas. O jornalismo aqui é afirmado como fonte histórica legítima, mesmo recurso de um vídeo caseiro que grava uma reportagem de capa da revista *Veja*, sobre SARS, em 2003, como prova de que o vírus SARS-CoV-2 já existia (V5).

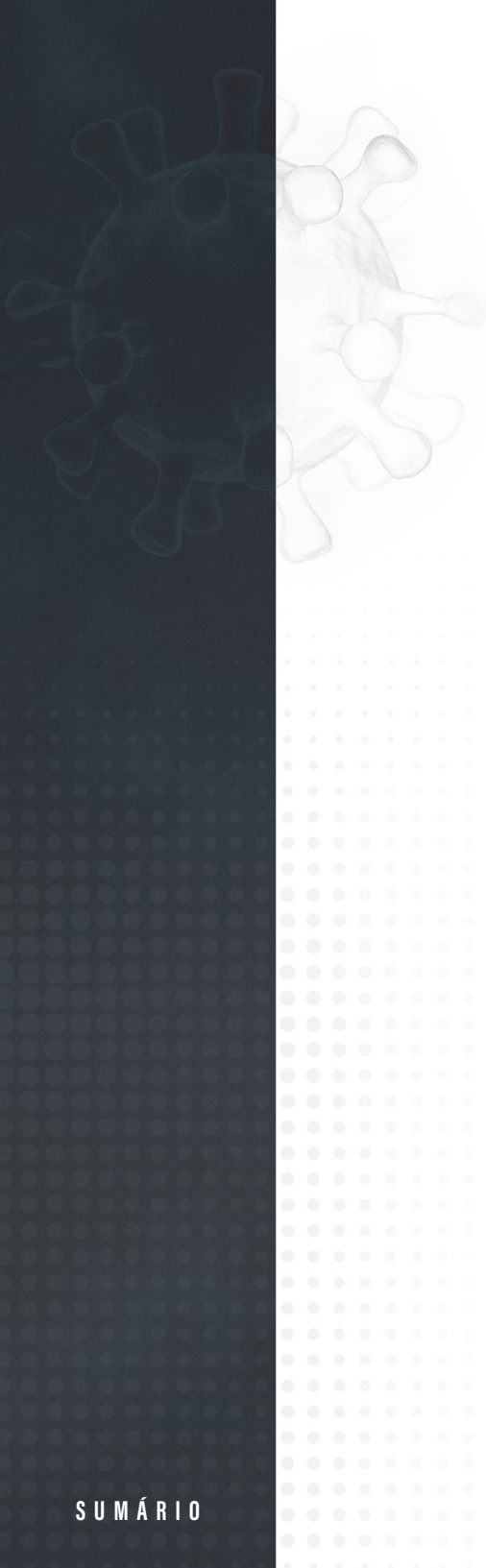
A refutação do jornalismo não poderia prosperar fora do contexto de crise de confiança nas instituições que antes respondiam pela segurança de indivíduos e populações e tampouco sem as atuais condições de circulação e visibilidade para esses discursos, mediadas pelas lógicas algorítmicas das plataformas de mídias sociais em substituição à mediação jornalística. Contudo, o próprio jornalismo foi e continua sendo vetor ativo da desconfiança contemporânea, principalmente na política, notadamente pelo destaque maciço e contínuo em seletivos escândalos de corrupção. Simultaneamente, a participação do cidadão na tessitura da narrativa jornalística foi incentivada e ampliada com a utilização de imagens amadoras como matéria-prima de suas edições (Andrade; Azevedo, 2011). Essa prática envolveu tanto a legitimação desse tipo de imagem, com a correspondente flexibilização dos critérios do jornalismo profissional,

como levou a cabo um processo pedagógico para que seus telespectadores aperfeiçoassem o manejo dos dispositivos de gravação.

Tais processos, que também podem ser entendidos como estratégias de captura e reforço dos vínculos com uma audiência cada vez mais arredia dado o aumento da concorrência com os canais da TV por assinatura e da internet, fomentaram uma experiência que seria impulsionada pelas plataformas de mídias sociais, movidas pela hipersegmentação e supostamente oferecendo as mesmas condições de visibilidade para que qualquer produtor de conteúdo defenda a sua verdade. Assim, ainda que o advento da pandemia tenha proporcionado, em alguma medida, a recuperação da credibilidade jornalística, esta continua a ser minada pela intensificação da polarização política e pela mediação algorítmica.

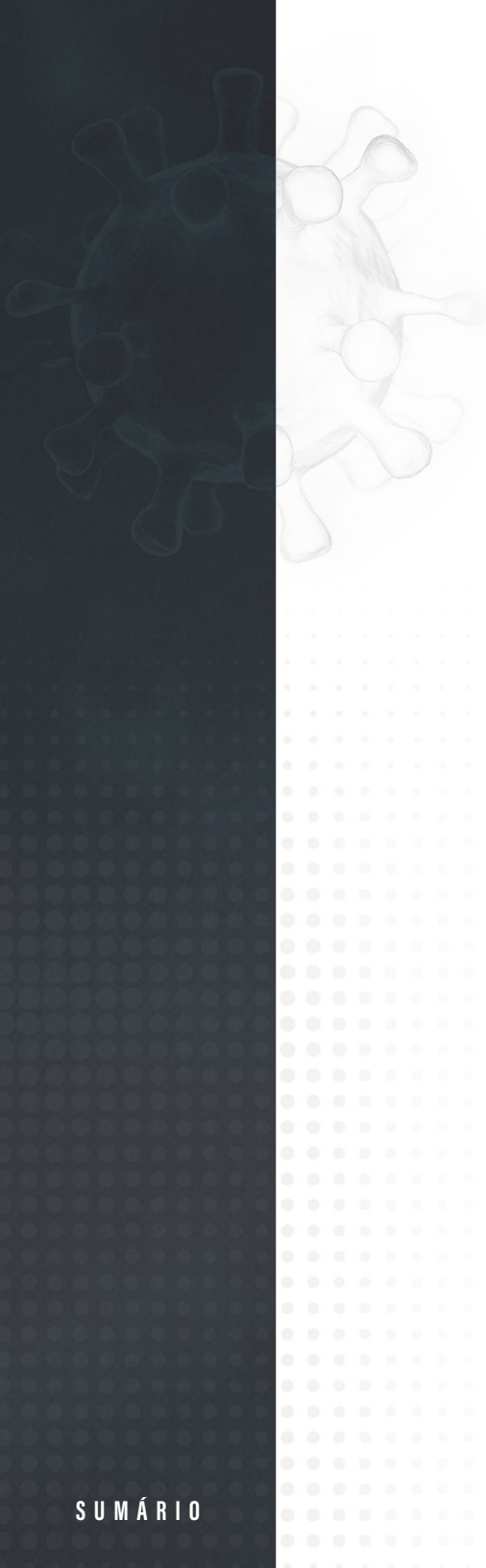
COMENTÁRIOS FINAIS

O objetivo deste texto foi analisar a produção discursiva sobre a vacina contra Covid-19 com o intuito de identificar as posições, argumentos e afetos mobilizados nos vídeos e mensagens que se opuseram ao uso dos imunizantes. Embora o *corpus* selecionado se referisse a este posicionamento em relação à vacina, é importante destacar que a imunoprevenção como estratégia de contenção de doenças infectocontagiosas não era em si questionada. O que estava sob ataque era *uma vacina específica*, aquela disponível contra a Covid-19. Nesse caso, três grandes eixos de argumentação foram identificados: os riscos envolvidos nessa tecnologia, a defesa pela liberdade de escolha e o questionamento da confiabilidade das autoridades que a produziram ou defenderam (cientistas, políticos e jornalistas). Esses argumentos aparecem de forma transversal e articulada no material analisado, mobilizando ângulos e objetos distintos.



O primeiro eixo argumentativo, referente à vacina como um objeto a ser temido, se fundamenta sobre seu caráter iatrogênico, perigo acirrado pelo que é visto como o contexto acelerado e inseguro de sua produção. Os sentidos sobre a vacina contra a Covid-19 nesses *posts* são tecidos, assim, em um gradiente crescente de risco, que vai do impacto sobre o corpo individual ao extermínio da humanidade, promovendo de forma concomitante a produção social do medo. Estes elementos são atravessados por um segundo eixo argumentativo, ligado à ideia de liberdade de escolha dos indivíduos. A acusação de que políticas públicas estariam tornando as medidas de prevenção compulsórias revela uma concepção de liberdade congruente com a racionalidade neoliberal, fundamentada na ideia de uma sociedade de indivíduos. Essa perspectiva, que advoga pela retração da política e do social (Brown, 2021), está presente tanto na desqualificação das figuras políticas, retratadas de modo a suscitar mais do que a mera indignação, mas uma espécie de aversão, quanto nas formas defendidas para o enfrentamento da pandemia, visto como uma questão individual e familiar, marcada por um *ethos* privado.

Em meio a esse debate identificamos outras marcas do discurso neoconservador e da crise epistêmica, que desqualifica não apenas a política como figura de autoridade, mas também cientistas e jornalistas, reiteradas vezes retratados como indignos de crédito. Essa desconfiança é construída por meio do acionamento de figuras internas a esse mesmo sistema, em especial do campo médico-científico, que acaba por atingir a autoridade das instituições de saúde e ciência, fomentando a dúvida. Da mesma forma, o jornalismo é um grande alvo de descontentamento, ainda que suas imagens e linguagem sejam acionados na afirmação da verdade que defendem. A desconfiança despertada em relação a essas instâncias vem acompanhada pelos sentimentos de revolta e indignação contra os sistemas peritos que deveriam zelar pela segurança e qualidade dos produtos e informações ofertados, mas que, nessa perspectiva, não o fazem.



Tais afetos negativos têm como contrapartida um conjunto de outros *positivos*: um circuito alternativo de confiança e solidariedade é criado, produzindo um amálgama entre, de um lado, os sujeitos de enunciação dos *posts*, e os que os leem e repassam. Os primeiros, em geral protagonizados por médicos e cientistas, são posicionados na condição de *salvadores*, na medida em que têm o poder de revelar a todos uma “verdade oculta”. São mostrados como profissionais “abnegados”, “conscientes” dos riscos e que por meio de seu testemunho corajoso denunciam o que os poderosos fazem. Tais profissionais não se veem ou são vistos como “negacionistas”, mas, ao contrário, como aqueles que defendem ferrenhamente a ciência dos interesses *espúrios* que todos, inclusive os que se situam em campos políticos opostos, reconhecem existir, como é o caso da indústria farmacêutica.

Em contrapartida, os sujeitos a quem esses vídeos e mensagens se endereçam são posicionados no lugar daqueles que necessitam ser salvos e cuidados. O ressentimento é um afeto presente, o que torna esse vínculo ainda mais poderoso uma vez que esses sujeitos têm, nesses *posts*, seus medos reconhecidos e valorizados. São retratados como pertencentes a um mesmo universo simbólico e moral, a comunidade dos excluídos, vítimas unidas pela fé religiosa e pela posição virtuosa em um mundo considerado corrompido.

Como se pode ver, os *posts* colocam em movimento uma miríade de sentidos e afetos que circulam no âmbito da sociedade. Eles dão voz aos medos e ansiedades referentes aos riscos inerentes às tecnologias médicas e que se intensificam em contextos de incertezas. Circulam em diálogo com outros discursos, que às vezes os contêm, mas que não impedem que floresçam e deem sentido às experiências vividas. Encarnam, de um jeito torto, o espírito reflexivo, responsabilizando o governo, a indústria e a ciência pelos principais riscos que enfrentam (Giddens; Beck; Lash, 1995). Estas narrativas expressam, ainda, um outro fator importante. Elas colocam em evidência um conjunto de argumentos e afetos que circulam há

tempos nas sociedades contemporâneas, e que foram tradicionalmente acionados pelo pensamento crítico das esquerdas. Alguns exemplos podem ser dados: a denúncia dos interesses econômicos das classes dominantes (aqui encarnadas pela indústria farmacêutica); a crítica à má gestão da política (embora a luta contra a corrupção faça parte de uma agenda conservadora, em especial nas últimas décadas, ela também se expressa na fala das esquerdas); a defesa de uma visão crítica diante da realidade mistificadora dos poderosos (o “despertar da consciência”), como expresso pelo conceito marxista de ideologia. Amoldam-se ao lugar de *vítima*, linguagem política da contemporaneidade, na qual o sofrimento outorga grande capital simbólico e é vetor de empatia e solidariedade.

Percebe-se, assim, que o cenário apontado por Brown da desqualificação da política teve como um de seus operadores a apropriação e ressignificação pela direita de alguns dos argumentos e estratégias da esquerda, invertendo seu sinal político e afirmando esses setores como o lugar da crítica ao sistema instituído. É sabido, no entanto, que a solução proposta não se encontra na superação do capitalismo ou mesmo na limitação de seus “males”, mas em sua radicalização, livrando-se de tudo que possa constranger o indivíduo e o mercado como instâncias soberanas e autorreguláveis. Não há um destinatário para essa energia e suas reivindicações no âmbito das instituições clássicas da democracia liberal. As poucas referências a um líder ou associação têm a marca antissistema, circunscrevendo as interações àqueles que compartilham ou tendem a concordar com suas convicções. Cabe às postagens renovar incessantemente as razões e manter ativos o medo, a desconfiança e a revolta¹⁹.

REFERÊNCIAS

GOULART DE ANDRADE, A. P.; AZEVEDO, S. T. Novos Aspectos da Narrativa Jornalística: do Jornalismo Participativo ao Telejornalismo Apócrifo. **Revista PJ:Br**, v. 2, p. 01-26, 2011.

BROWN, W. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, C.; OLIVEIRA, J.; MELO, M. (org.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Editora Seriguêla, 2021.

CAMARGO JR., K. R. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. **Cad. Saúde Pública**, 36 Sup 2:e00037620, 2020.

COLLUCCI, C. Empresa dos EUA anuncia primeira vacina experimental contra o coronavírus. **Folha de S. Paulo**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibriosade/2020/02/empresa-dos-eua-anuncia-primeira-vacina-experimental-contra-o-coronavirus.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2021.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1983.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. **MATRIZES**, [S. /], v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p89-105. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>. Acesso em: 7 nov. 2021.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GELFERT, A. Fake News: a definition. **Informal Logic**, v. 38, n. 1, p. 84-117, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>. Acesso em: 07 nov. 2021.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

GOMES, H. Diante da crise do coronavírus, vale pular etapas de segurança e acelerar a produção de vacinas? **Folha de S. Paulo**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibriosade/2020/03/diante-da-crise-do-coronavirus-vale-pular-etapas-de-seguranca-e-acelerar-a-producao-de-vacinas.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2021.

GULLINO, D.; DANTAS, D. Além de Ramos, dois ministros militares tomaram vacina contra Covid-19 sem divulgar; saiba quem são 2021. **O Globo**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/alem-de-ramos-dois-ministros-militares-tomaram-vacina-contra-covid-19-sem-divulgar-saiba-quem-sao-24994116>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HJARVARD, S. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.

HOCHMAN, G. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011.

LARSON, H. **Stuck**: how vaccine rumors start – and why they don't go away. Nova Iorque: Oxford University Press, 2020.

LERNER, K.; SACRAMENTO, I. Ambivalências do risco: a produção da confiança e da desconfiança na cobertura de *O Estado de S. Paulo* da Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza H1N1. **Tempo Brasileiro**, v. 188, p. 39-60, 2012.

MACHADO, M. D. C. A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro. *In*: GUADALUPE, J. L.P.; CARRANZA, B. (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MATOS, M. O que revelam os casos de “fura fila” do plano de vacinação. **Jornal da USP**, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-que-revelam-os-casos-de-fura-fila-do-plano-de-vacinacao/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. *In*: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MIKOVITS, J.; HECKENLIVELY, K.; KENNEDY JR, R.F. **Plague of Corruption**: Restoring Faith in the Promise of Science. Nova York: Skyhorse, 2020.

LOPES, J. Produção rápida de remédios e vacinas contra coronavírus é estratégia perigosa, diz revista. **Folha de S.Paulo**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/03/producao-rapida-de-remedios-e-vacinas-contracoronavirus-e-estrategia-perigosa-diz-revista.shtml>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATHIEU, E.; RITCHIE, H.; RODÉS-GUIRAO, L.; APPEL, C.; GAVRILOV, D.; GIATTINO, C.; HASSELL, J.; MACDONALD, B. DATTANI, S.; BELTEKIAN, D.; ORTIZ-OSPINA, E.; ROSER, M. Coronavirus Pandemic (COVID-19). **OurWorldInData.org** [Online], 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. Nova Iorque/Londres/Berlim: Bloomsbury, 2010.

TRUMP acusa FDA de retardar testes de vacinas para Covid-19 para depois da eleição. **O Globo**. 22 ago 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/trump-acusa-fda-de-retardar-testes-de-vacinas-para-Covid-19-para-depois-da-eleicao-24601417>. Acesso em: 25 nov. 2021.

PINHO, A. Adesão à vacina chega a 94% e atinge recorde no Brasil. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/07/adesao-a-vacina-chega-a-94-e-atinge-recorde-no-brasil.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ROSENBERG, C. What's an epidemic? AIDS in historical perspective. *In*: ROSENBERG, C. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 278-293.

REZENDE, C.; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

SARAIVA, J. E. S. **Minha filha, minhas regras**: análise dos argumentos em um grupo online sobre a implantação da vacina contra o HPV no Brasil. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

WAISBORD, S. Truth is what happens to news: On journalism, fake news and post-truth, **Journalism Studies**, v. 19, n.13, p. 1866-1878, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Timeline: WHO's Covid-19 response. **WHO**, c2023. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline>. Acesso em: 07 nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. **WHO**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ZUBA, F. Laudo diz que parte do material apreendido com falsa enfermeira que teria vacinado empresários em BH é soro fisiológico. **G1**, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/04/01/laudo-diz-que-parte-do-material-apreendido-com-falsa-enfermeira-que-teria-vacinado-empresarios-em-bh-e-soro-fisiologico.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2021.

LINKS ACESSADOS

BECKER, K. Médico da Bélgica está certo ao falar que vacinas não têm comprovação, mudam DNA e controlam pessoas pelo 5G #boato. **Boatos.org**, 06 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/medico-belgica-vacinas-nao-tem-comprovacao-mudam-dna-controlam-pessoas-5g.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BECKER, K. Médico de Cabo Frio afirma que vacina contra Covid-19 mata #boato. **Boatos.org**, 20 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/medico-cabo-frio-afirma-vacina-Covid-19-mata.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BECKER, K. Plandemic revela verdade sobre falsa pandemia da Covid-19 e máfia das vacinas #boato. **Boatos.org**, 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/plandemic-revela-verdade-falsa-pandemia-Covid-19-mafia-vacinas.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BECKER, K. Vacina contra Covid-19 é mais perigosa do que vírus, mostra vídeo #boato. **Boatos.org**, 07 fev. 2021c. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/vacina-contr-Covid-19-mais-perigosa-virus-mostra-video.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BECKER, K. Vacina sem agulha está sendo aplicada no mundo todo, mostra vídeo #boato. **Boatos.org**, 20 jan. 2021d. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/vacina-sem-agulha-sendo-aplicada-mundo-todo.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

GONOLI, R. Doria e Coronavac viram chacota em telejornal norte-americano, mostra vídeo #boato. **Boatos.org**, 17 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/doria-e-coronavac-chacota-telejornal-americano.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

GONOLI, R. Médica está entre a vida e morte por tomar vacina chinesa #boato. **Boatos.org**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/medica-entre-a-vida-e-morte-vacina-chinesa.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

GONOLI, R. Vacinas estão sendo aplicadas com seringas sem agulha #boato. **Boatos.org**, 10 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/vacinas-aplicadas-com-seringas-sem-agulha.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GONOLI, R. Vídeo "Vacuna Show" ("Vacina Show") mostra farsa da vacinação contra Covid-19 #boato. **Boatos.org**, 10 jan. 2021c. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/video-vacuna-show-farsa-da-vacinacao-Covid-19.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

GONOLI, R. Vídeo mostra que “não devemos ter esperança” nas vacinas #boato. **Boatos.org**, 11 jan. 2021d. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/video-nao-devemos-ter-esperanca-vacina.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LIRA, C. Argentina comprou fornos crematórios para vítimas da vacina Sinovac #boato. **Boatos.org**, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/argentina-fornos-crematorios-Covid-19-vacina.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LIRA, C. China descarta Coronavac e Anvisa diz que fábrica da Sinovac está fora do padrão #boato. **Boatos.org**, 06 jan. 2021. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/china-descarta-coronavac-anvisa-fora-padroao.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATSUKI, E. Austrália aprova implantação de microchip em humanos por meio de vacinas #boato. **Boatos.org**, 06 set. 2020a. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/australia-implantacao-microchip-humanos-vacinas.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATSUKI, E. Enfermeira desmaiou gravemente por causa de efeito da vacina contra Covid-19 #boato. **Boatos.org**, 23 dez. 2020b. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/enfermeira-desmaiou-gravemente-causa-efeito-vacina-Covid-19.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATSUKI, E. Médico denuncia que vacina chinesa será aplicada como um teste nos brasileiros #boato. **Boatos.org**, 27 dez. 2020c. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/medico-denuncia-brasileiros-serao-cobaias-vacina-chinesa.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATSUKI, E. Médico italiano Roberto Petrella acerta ao alertar sobre “vacina contra Covid-19” e “farsa do coronavírus” #boato. **Boatos.org**, 18 dez. 2020d. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/medico-italiano-roberto-petrella-acerta-alerta-vacina-contr-Covid-19-farsa-coronavirus.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MATSUKI, E. Presidente de um dos países do Leste Europeu se vacinou sem agulha #boato. **Boatos.org**, 10 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/presidente-pais-leste-europeu-vacinou-sem-agulha.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MATSUKI, E. Primeira-ministra da Austrália fingiu tomar vacina chinesa contra Covid-19, mostra vídeo #boato. **Boatos.org**, 10 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.boatos.org/mundo/primeira-ministra-australia-fingiu-tomar-vacina-chinesa-Covid-19-video.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MATSUKI, E. Revista Veja prova que Covid-19 (novo coronavírus) existia desde 2003, mostra vídeo #boato. **Boatos.org**, 07 nov. 2020e. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/revista-veja-prova-Covid-19-novo-coronavirus-existia-desde-2003-video.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MATSUKI, E. Seringa falsa com agulha retrátil está sendo usada em vacinas contra Covid-19 #boato. **Boatos.org**, 10 jan. 2021c. Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/seringa-falsa-com-agulha-retratil-usada-vacinas-contr-Covid-19.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

APÊNDICE

Quadro 1 – Postagens relativas a vacinas apuradas por Boatos.org

Id	Título das postagens em Boatos.org	Data	Gênero	Idioma	Duração	Textos anexos
V1	<i>Plandemic</i> revela verdade sobre falsa pandemia da Covid-19 e máfia das vacinas	13/05/2020	Documentário	Inglês, com legendas em português	25 min. 56 s.	Sim, 2
V2	Austrália aprova implantação de microchip em humanos por meio de vacinas	16/05/2020	Matéria jornalística	Inglês, com trechos legendados em português	1 min. 41 s.	Sim, 3
V3	Doria assinou acordo para produção de vacina contra Covid-19 em agosto de 2019	13/06/2020	Matéria jornalística	Português	1 min. 58 s.	Sim, 3
V4	Primeira-ministra da Austrália fingiu tomar vacina chinesa contra Covid-19, mostra vídeo	02/07/2020	Matéria jornalística	Espanhol, seguido de trecho em inglês	53 s.	Sim, 3

V5	Revista Veja prova que Covid-19 (novo coronavírus) existia desde 2003, mostra vídeo	03/07/2020	Gravação caseira	Português	1 min. 37 s.	Sim, 2
V6	Vacina chinesa testada em SP não foi aplicada em voluntária e tudo é uma farsa de Doria	25/07/2020	Matéria jornalística (material bruto)	Português	46 min.	Sim, 3
V7	Médico italiano Roberto Petrella acerta ao alertar sobre "vacina contra Covid-19" e "farsa do coronavírus"	30/08/2020	Declaração	Italiano, com legendas em português	6 min. 46 s.	Sim, 2
V8	Médico denuncia que vacina chinesa será aplicada como um teste nos brasileiros	25/10/2020	Declaração	Português	15 min. 39 s.	Sim, 2
V9	Argentina comprou fornos crematórios para vítimas da vacina Sinovac	16/11/2020	Câmera anônima	Espanhol	1 min. 21 s.	Sim, 2
V10	Médica está entre a vida e morte por tomar vacina chinesa	16/11/2020	Declaração	Português	5 min. 22 s.	Sim, 2
V11	Boris Johnson revela a verdade ao dizer que "vírus será injetado" no lugar da vacina	09/12/2020	Matéria jornalística	Inglês	1 min. 02 s.	Sim, 1
V12	Médico da Bélgica está certo ao falar que vacinas não têm comprovação, mudam DNA e controlam pessoas pelo 5G	17/12/2020	Declaração/ gravação caseira de matéria jornalística	Narração em espanhol sobre original em inglês	2 min. 05 s.	Não

V13	Enfermeira desmaiou gravemente por causa de efeito da vacina contra Covid-19	19/12/2020	Matéria jornalística/ entrevista coletiva	Inglês	1 min. 09 s.	Sim, 2
V14	Seringa falsa com agulha retrátil está sendo usada em vacinas contra Covid-19	20/12/2020	Matéria jornalística	Inglês	8 s.	Sim, 2
V15	Vacinas estão sendo aplicadas com seringas sem agulha	02/01/2021	Matéria jornalística	Hebraico	29 s.	Sim, 3
V16	China descarta Coronavac e Anvisa diz que fábrica da Sinovac está fora do padrão	03/01/2021	Canal Youtube	Português	10 min. 39 s.	Não
V17	Kamala Harris usou seringa falsa para tomar vacina contra Covid-19	03/01/2021	Matéria jornalística/ material bruto	Inglês	40 s.	Sim, 4
V18	Vídeo mostra que "não devemos ter esperança" nas vacinas	05/01/2020	Clipe (edição de matérias jornalísticas)	Português	4 min. 54 s.	Não
V19	Presidente de um dos países do Leste Europeu se vacinou sem agulha	07/01/2021	Matéria jornalística	Hebraico	29 s.	Sim, 1
V20	Enfermeira Khalilah Mitchell teve paralisia facial após tomar vacina contra Covid-19 nos EUA	07/01/2021	Testemunho em primeira pessoa	Inglês, com legenda em grego	1 min. 16 s.	Sim, 3
V21	Vídeo "Vacuna Show" ("Vacina Show") mostra farsa da vacinação contra Covid-19	10/01/2021	Clipe (edição de desenho animado com matérias jornalísticas)	Legendas em espanhol, trilha sonora em inglês	4 min. 14 s.	Não

V22	Doria e Coronavac viram chacota em telejornal norte-americano, mostra vídeo	17/01/2021	Matéria jornalística	Tarja em inglês	14 s.	Sim, 3
V23	Médico de Cabo Frio afirma que vacina contra Covid-19 mata	19/01/2021	Declaração	Português	6 min. 35 s.	Sim, 1
V24	Vacina sem agulha está sendo aplicada no mundo todo, mostra vídeo	20/01/2021	Clipe (edição de matérias jornalísticas)	Narração em português	3 min. 31 s.	Não
V25	Governo da Irlanda coloca aviso contra vacina e máscaras em pedágios	27/01/2021	Gravação amadora	Inglês	55 s.	Sim, 2
V26	Vacina contra Covid-19 é mais perigosa do que vírus, mostra vídeo	28/01/2021	Canal YouTube/entrevista	Português	13 min. 36 s.	Sim, 2
V27	Diretor-presidente da Anvisa diz que população corre risco grave ao tomar vacinas	15/02/2021	Matéria jornalística	Português	45 s.	Sim, 2

Fonte: compilado pelas autoras, 2021.



5

Pedro Barreto Pereira

ETHOS BOLSONARISTA E A NOÇÃO DE CRIME:

**ADAPTANDO AS INSTITUIÇÕES
ÀS PRÁTICAS EM UM NOVO
MOMENTO DA REPÚBLICA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98911.5

INTRODUÇÃO

No dia 6 de setembro de 2018, o então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL) foi atingido por uma facada na região do abdome, durante ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais (Freitas, 2020). Socorrido, foi levado para um hospital e submetido a cirurgia. Recuperado, Bolsonaro realizou campanha eleitoral nas redes sociais e foi eleito em segundo turno, na disputa contra Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

O episódio teve dois efeitos político-eleitorais principais: servir como justificativa para sua ausência nos debates nas emissoras de rádio e televisão e apresentá-lo como vítima de possível atentado planejado por adversários. O papel caiu como uma luva para aquele que tinha como principal proposta de governo flexibilizar a venda de armas no país por meio do desmonte do Estatuto do desarmamento²⁰. Seria ele o único capaz de perseguir, punir e alijar do convívio social todos aqueles que se dispusessem a causar danos contra o “cidadão de bem”, “contribuinte de impostos ao governo”, “as famílias” etc.

A adesão à sua candidatura pelo ex-juiz Sérgio Moro – que condenara, meses antes, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a 12 anos de prisão, por ter, supostamente, recebido um apartamento no Guarujá de uma empreiteira, como forma de recompensa por favores prestados em sua gestão – contribuiu ainda mais para compor a personagem do “candidato justiceiro”, “defensor dos cidadãos de bem” e da “família brasileira” etc. O combate à corrupção, ao crime e a “tudo isso daí” tornou-se o mote da campanha, envergado por aquele que havia sobrevivido a um atentado e que não mediria esforços para evitar que outros tantos como ele sofressem o mesmo.

20

A Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sinarm (Sistema Nacional de Armas), define crimes e dá outras providências. Na prática, estabelece restrições e exigências para a venda, porte e posse de armas de fogo no país (Brasil, 2003).

Seis meses antes da facada contra Bolsonaro, Marielle Franco havia sido executada em uma via pública da cidade do Rio de Janeiro. O atirador disparou mais de uma dezena de vezes, tendo acertado nove tiros no rosto da vereadora. Além de Marielle, o motorista Anderson Gomes também morreu atingido pelos disparos. A campanha pelo andamento das investigações do caso ganhou as redes sociais. Rapidamente, as *hashtags* #QuemMatouMarielle e #QuemMandouMatarMarielle ganharam força. O caráter político do crime e os seus aspectos machista e racista foram evidenciados pela campanha de desqualificação, desprezo e deboche promovida pelos apoiadores de Jair Bolsonaro e demais políticos da extrema-direita.

Um exemplo foi a vitória do então candidato a governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), até então desconhecido da maior parte da população, mas que acabou derrotando o ex-prefeito Eduardo Paes na disputa do segundo turno. Durante a campanha, Witzel esteve ao lado do candidato a deputado estadual Rodrigo Amorim, no ato em que ambos quebraram uma placa com o nome de Marielle. O candidato a governador teve como *slogan* “atirar na cabecinha” de jovens negros moradores de favelas, discurso que recrudescer após sua posse. Já investido no cargo, Witzel exibiu-se em ações espetaculares sobrevoando favelas a bordo de um helicóptero da Polícia, e numa ação, em plena Ponte Rio-Niterói, na qual o sequestrador de um ônibus foi abatido a tiros por policiais. Após o desfecho do sequestro, o governador desembarcou de uma aeronave no local, lançando socos no ar, em um gesto de comemoração.

Apenas em março de 2019, um ano após as execuções de Marielle e Anderson, a Polícia Civil prendeu os policiais Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, acusados de cometer o crime (Otávio; Araújo; Leal, 2019). Contudo, a investigação sobre os mandantes ainda permanece estagnada. Já o episódio da facada contra Bolsonaro teve um desfecho mais rápido. O autor, Adélio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante no próprio local. As investigações concluíram que Adélio agiu por conta própria e sofria de distúrbios mentais. Em junho de

2020, o Ministério Público Federal de Minas Gerais, responsável pelas investigações, pediu o arquivamento do inquérito que apurava a participação de terceiros no caso (Rocha, 2020).

Mesmo com as investigações encerradas, as redes sociais bolsonaristas não cessaram de recordar o episódio, se apropriando da *hashtag* criada por aqueles que se indignaram com o assassinato de Marielle, perguntando: #QuemMandouMatarBolsonaro?²¹. A notícia de que Adélio Bispo fora filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (Psol) (Bragon, 2018) ajudou a alimentar teorias da conspiração, relacionando políticos de partidos de esquerda ao atentado.

Em 2020, com o início da pandemia da Covid-19, Bolsonaro aliou-se aos presidentes que negavam os efeitos da doença, como Donald Trump, dos Estados Unidos, e Lopez Obrador, do México. No dia 17 daquele mês, o mandatário brasileiro iniciou campanha contra os gestores estaduais que haviam determinado o fechamento dos estabelecimentos comerciais para conter a contaminação: “Esse vírus trouxe uma certa histeria e alguns governadores, no meu entender, estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia” (Bolsonaro [...], 2020), disse Bolsonaro utilizando argumentos sensíveis à grande parte da população e se apresentando mais uma vez como guardião da população em luta pelo emprego e pela recuperação da economia.

Já no dia 20 março, o presidente relacionou o episódio da facada à pandemia, para reduzir a importância do vírus: “Depois da facada, não vai ser essa gripezinha que vai me derrubar” (Mazieiro, 2020). No dia 22, Bolsonaro deu outra declaração contrária aos governadores, e também contra a imprensa, supostamente em defesa de melhorias econômicas para a maior parte dos brasileiros: “Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses

21

Disponível em: https://twitter.com/search?q=%23quemmandoumatarbolsonaro&src=typeahead_click. Acesso em 03 out. 2020.

governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus” (Saldaña, 2020). Dois dias depois, em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente da República apresentou-se como gladiador invencível contra o vírus: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” (Coletta, 2020).

A negação da gravidade da doença não parou por aí. Até o momento da conclusão deste trabalho, já são mais de 688.705 mortes em todo o país (Brasil [...], 2022), de acordo com o consórcio de veículos de imprensa – que, desde junho de 2020, passou a contabilizar os óbitos junto às secretarias municipais de Saúde, após o Ministério da Saúde tentar maquiagem os dados, alterando a metodologia de contabilização (Ministério [...], 2020). Mesmo com o alto número de mortes, o presidente não mudou de postura no enfrentamento à pandemia. Ao contrário do que se poderia supor, os índices de popularidade de Bolsonaro não caíram de imediato. Uma pesquisa do Ibope, divulgada em 24 de setembro de 2020, apontou que 40% das pessoas entrevistadas consideravam o governo bom ou ótimo e 29%, regular. Isto significa que, ao contrário do que alguns analistas afirmavam, 69% da população não reprova o presidente da República (Borges, 2020). É possível apontar que, em grande medida, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 – aprovado pelo Congresso Nacional²², foi determinante naquele momento.

Já em maio de 2021, oito meses e 300 mil óbitos depois, a popularidade de Bolsonaro caiu de forma significativa. A pesquisa Datafolha, divulgada em 12 de maio de 2021, mostrava que apenas 24% das pessoas entrevistadas consideravam o governo bom ou ótimo, 30% avaliam como regular e 45% como ruim ou péssimo

22

A proposta do governo era pagar R\$ 200. No entanto, deputados da oposição conseguiram aumentar o valor para R\$ 600,00 – o que foi rapidamente apropriado pelo governo federal, através do presidente da República (Deputado [...], 2020).

(Tavares, 2021). Alguns aspectos conjunturais podem ter interferido neste resultado, como a expressiva marca de quase meio milhão de vítimas da Covid-19, a redução do auxílio emergencial, de R\$ 600 para valores que variam de R\$ 150 a R\$ 375 por família (Liberada [...], 2021), e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou as condenações do ex-presidente Lula, tornando-o elegível novamente (Oliveira, 2021) e antecipando a derrota eleitoral que de fato ocorreria no dia 30 de outubro de 2022 (TSE, 2022).

Ainda assim, Bolsonaro manteve o seu eleitorado cativo, criando sustentação não apenas para concorrer à reeleição. Mais que isso, foi bem-sucedido na estratégia de manter uma base de apoio mobilizada a cada evento, oficial ou não, onde aglomerações foram estimuladas; em mensagens publicadas nas redes sociais, ou nas notícias veiculadas nos canais simpáticos à causa bolsonarista. Se, por um lado, Bolsonaro relativiza práticas que poderiam ser consideradas criminosas – como o incentivo ao uso de medicação preventiva contra a Covid-19, ou a propagação da ideia da “imunidade de rebanho”, que estimula pessoas a se contaminarem por, supostamente, adquirirem imunidade à doença –, por outro, legitima o ataque de seus seguidores àqueles representados como inimigos – quais sejam: mulheres, população LGBTQIAP+, negros, indígenas, quilombolas, ativistas de direitos humanos, servidores públicos, militantes políticos de esquerda etc.

Assim, cria-se uma dicotomia favorável para si, uma oposição *nós x eles*, no sentido em que agrega uma parcela da população – conservadores, reacionários, supremacistas, fascistas etc. – que se percebia excluída do debate público com as conquistas dos movimentos sociais e a implementação de políticas públicas de reparação nas últimas décadas. O que este trabalho pretende investigar é de que forma se dá a legitimação discursiva deste processo.

O *ETHOS* BOLSONARISTA

Para além e independentemente do pleito de 2022, o surgimento de um *ethos* bolsonarista pode ter consequências permanentes no tecido social brasileiro e nas instituições do país. Entenda-se por *ethos*, aqui, o conjunto de hábitos e costumes que nos orienta e nos organiza social e culturalmente, que estabelece os critérios que definirão o que é certo e o que é errado, dando origem à ética a ser seguida pelo conjunto de cidadãos e pelas instituições desta sociedade, em um determinado tempo e espaço.

Rosenfeld (2019) recorda que o questionamento da ideia de verdade, de ciência e do próprio pensamento iluminista não é uma peculiaridade contemporânea. No entanto, a partir do governo Donald Trump, com o apoio do aparato estatal e de recursos econômicos e tecnológicos, tornou-se uma estratégia de adesão política difícil de ser combatida. A autora credita o sucesso de notícias falsas – ou *fake news* – ao ressentimento de parte das pessoas que se percebem excluídas do conhecimento formal, acadêmico, que fariam parte de uma elite intelectual esclarecida, que não incorporaria o conhecimento popular, produzido no cotidiano – este sim, legítimo, pois seria testado e comprovado na prática. O que políticos populistas como Trump e Bolsonaro fazem, de acordo com a autora, seria acolher essa parcela da população insatisfeita por meio do discurso negacionista.

Já McIntire (2018) recorda algumas teorias da conspiração que passaram a ser disseminadas pelas redes sociais de maneira incontrolável. Um exemplo é o "*pizzagate*" (Fanjul, 202), em referência a uma pizzaria em Washington DC onde, supostamente, ocorriam orgias com crianças, frequentadas por Hillary Clinton e outros políticos do partido democrata, adversários de Trump. O episódio ganhou tanta força a ponto de um seguidor do então presidente ter disparado tiros com um rifle no local, dizendo investigar

as denúncias. Ninguém se feriu. Uma reportagem do *New York Times*, posteriormente, esteve na pizzaria e constatou que os boatos eram infundados. Uma investigação da Polícia do Distrito de Colúmbia tampouco comprovou as denúncias (Canossa, 2018).

Como político de tradição populista, Jair Bolsonaro tornou-se conhecido por, supostamente, “falar o que pensa”, de modo a aproximar seu discurso a um pensamento conservador e acessível ao “cidadão comum”. Isso inclui pautas e declarações misóginas e machistas, homofóbicas e racistas. Do discurso à prática, todavia, há uma distância: ao longo de 28 anos, Bolsonaro apresentou 170 projetos, dos quais apenas dois foram aprovados. Cioccarì e Persichetti (2019) analisam seus pronunciamentos, desde a atuação como deputado, até os primeiros meses como presidente da República. “Quando convidado a falar de assuntos mais técnicos, volta a sua artilharia verbal aos inimigos de sempre: mulheres, gays, a esquerda, a possível volta do socialismo, entre outros” (Cioccarì; Persichetti, 2019, p. 142). Ao contrário de mero despreparo, no comportamento parece haver estratégia:

A virulência das declarações do deputado é objeto de repulsa e, ao mesmo tempo, de admiração, conforme o público que as recebe. Aproveita a decepção com políticos e partidos tradicionais, como o PT e o PSDB, principalmente, após as Jornadas de Junho de 2013, quando houve um aumento da descrença nas instituições políticas em função da campanha ostensiva da mídia de que a política brasileira estava contaminada pela corrupção e pelo clientelismo (Cioccarì; Persichetti, 2019, p. 142).

Bolsonaro se apresenta como representante dos militares, por ter sido capitão do Exército²³. Desse lugar, o então deputado reivindicava o aumento do soldo da categoria e defendia causas

23

O atual presidente foi reformado da corporação após julgamento por ter planejado explodir bombas em locais da Academia das Agulhas Negras, em 1987, como protesto contra os baixos salários. Ao final do processo, acabou absolvido pelo Superior Tribunal Militar. O episódio foi revelado pela *Revista Veja* à época e narrado no livro “O cadete e o capitão”, de Luiz Maklouf Carvalho.

comuns aos oficiais de baixa patente. Os discursos tiveram como efeito sua consolidação como porta-voz entre os pares, que o consideram alguém que lutaria contra o *status quo*. “Fui humilhado, embora acredite que quem está sendo mais humilhado do que eu são os trabalhadores civis e militares da União” (Bolsonaro, 1994 *apud* Cioccarei; Persichetti, 2019, p. 143), discursou o então deputado após ser barrado na entrada do gabinete do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com o passar do tempo, o deputado amplia as bandeiras que empunha, passando a contar com a simpatia de um eleitorado maior. É importante observar como, ao defender tais causas, Bolsonaro aponta também seus inimigos e se apresenta como aquele que pode derrotá-los para o bem do país. No trecho do discurso a seguir, o então deputado denuncia um suposto complô internacional contra a soberania do território brasileiro: “[...] com a indústria da demarcação das terras indígenas, assim como Quebec quase se separou do Canadá, num curto espaço de tempo, os ianomâmis poderão, com o auxílio dos Estados Unidos, vir a se separar do Brasil” (Bolsonaro, J., 1995 *apud* Cioccarei; Persichetti, 2019, p. 143).

Já nos governos do PT (2003-2016), Bolsonaro recrudesce o discurso contra os grupos de esquerda, enaltecendo o período da ditadura civil-militar de 1964-85, a repressão contra grupos guerrilheiros e as práticas de tortura da época. Com a veiculação de informações sobre a corrupção no governo federal, o deputado passa a associar os crimes ocorridos na administração petista a todo e qualquer partido e militante de esquerda. Mais do que isso, para o discurso bolsonarista, o comunismo e o socialismo levariam inexoravelmente a práticas moralmente condenáveis, como a pedofilia.

Neste pronunciamento de 2015, Bolsonaro ensaia a *fake news* que viria a ser o mote de sua campanha três anos depois, o “kit gay”²⁴:

Isso é política de canalha, que é a palavra que eu posso usar aqui, porque tenho vontade de dizer outra. Dilma Rousseff, você tem neto! Coloque essa porcaria para ele e não para os filhos do povo. Respeite a criança! Respeite a família brasileira! Isso é atitude de canalha! Tem a cara do PT essa determinação do MEC, porque está publicada no Diário Oficial da União. A responsabilidade é de Dilma Rousseff, uma mulher que não governa nada, uma terrorista, cujo primeiro marido sequestrou um avião com 96 pessoas a bordo e foi para Cuba e cujo segundo marido, com ela, assaltava caminhões na Baixada Fluminense! É uma mulher que não tem caráter, não tem moral (Bolsonaro, J., 2015 *apud* Cioccarì; Persichetti, 2019, p. 145).

O “kit gay” talvez tenha sido a *fake news* mais devastadora, mas ficou longe de ser a única da campanha eleitoral de 2018. Aquelas eleições foram marcadas pelo uso das redes sociais como plataforma de comunicação dos candidatos, em substituição das mídias convencionais. A opção pela utilização, principalmente, de grupos de *WhatsApp*, perfis no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*, vídeos no *YouTube* e demais ferramentas, revelou-se mais do que uma escolha técnica, mas sim, uma estratégia ideológica de questionamento das notícias veiculadas pelos meios tradicionais e à própria ideia de *fato*, em benefício da opinião do indivíduo, ou do grupo supostamente prejudicado pela informação jornalística.

A equipe do então candidato Jair Bolsonaro priorizou mensagens disseminadas por meio de dispositivos móveis, como forma de construir a imagem daquele que se sagraria vitorioso no pleito. Um inquérito aberto no STF, em março de 2019, passou a investigar se

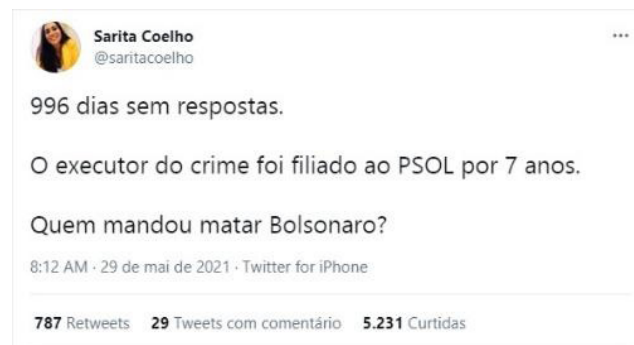
24

A mentira amplamente disseminada pelas redes bolsonaristas referia-se ao projeto *Brasil sem homofobia* (Conselho [...], 2004), que orientava os educadores como atuar nas salas de aula para combater a homofobia. Jamais chegou a ser sequer cogitada a distribuição desse material entre os estudantes.

empresas ligadas a pessoas próximas ao então candidato financiaram o disparo em massa de *fake news* contra seu adversário, Fernando Haddad, como apontam as suspeitas. Em setembro daquele ano, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as supostas fraudes na eleição. Entretanto, os trabalhos foram suspensos devido à pandemia da Covid-19 e não foram mais retomados.

Na construção de sua imagem junto ao eleitorado, Bolsonaro reforçava a ideia do *outsider* incorruptível no Congresso Nacional: o defensor da moralidade, da pátria, Deus e da família brasileira, lutando contra uma corja de políticos corruptos e imorais. Apresentou-se como vítima da facada desferida por alguém a serviço “da esquerda”. Nas redes sociais, uma antiga filiação do algoz, Adélio Bispo, ao Psol é enfatizada recorrentemente, de modo a reforçar a teoria da conspiração.

Imagem 1 - Mensagem da jornalista Sarita Coelho



Fonte: Coelho, 2021.

Outra mensagem exhibe fotos de um homem que teria ligações com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Manuela D'Ávila, candidata a vice-presidenta na chapa encabeçada por Fernando Haddad, na campanha eleitoral à Presidência da República em 2018.

Imagem 2 - Mensagem do perfil @Antonio91152382



Fonte: Marcondes, 2021.

Figura onipresente nas redes sociais bolsonaristas, o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, reforça a tese do complô para assassinar Jair Bolsonaro, incluindo o jornal *Folha de S. Paulo* na trama.

Imagem 3 - Mensagem do vereador Carlos Bolsonaro



Fonte: Bolsonaro, C., 2021.

Vaz, Sanchotene e Santos (2020) analisam como a campanha de Bolsonaro em 2018 explorou o lugar de "vítima" (Vaz, 2009), apontando o PT como o principal responsável pela corrupção no Brasil, o que teria causado a morte e a miséria de milhões de brasileiros pelo desvio de recursos que deveriam ter sido empregados na Saúde, Educação, Segurança e na redução do desemprego. Entende-se como vítima, aqui, aquele que sofre o dano físico, moral e/ou material devido à ação do outro – aquele que deve ser punido, alijado do convívio social, ou mesmo eliminado, em determinadas circunstâncias, segundo a lógica bolsonarista. Para evitar, ou reparar

este dano causador de sofrimento, o Estado e/ou a sociedade devem intervir e mobilizar todos os esforços neste sentido.

Desta forma, Bolsonaro apresenta-se como político *outsider*, capaz de se sensibilizar com a população que sofre as consequências de um governo corrupto. Um dos principais apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro, o empresário Luciano Hang, respondeu assim a uma propaganda eleitoral de Haddad, que recorda a homenagem feita pelo então deputado federal ao torturador Brilhante Ustra, na votação do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef:

Tortura é a espera nas filas dos hospitais por um atendimento. Isso sim é tortura. O governo do PT nesses anos não fez nada mais do que torturar as pessoas todos os dias. E não uma só, mas milhões e milhões de brasileiros. Tortura é aguentar o PT, o Lula, a Dilma e agora o Haddad (Vaz; Sanchoatene; Santos, 2020, p. 338).

Ao apresentar-se como vítima de uma conspiração urdida pela esquerda, Bolsonaro cria, assim, uma identificação com o público que se considerou igualmente vítima de um governo que praticou corrupção e cujas práticas criminosas teriam levado a população brasileira à pobreza e à morte. Bolsonaro seria então aquele que saberia compreender a dor desta população e redimi-la, por ser, supostamente, um político “de fora” da política, que não compactua com as negociatas do poder, ter se insurgido “contra o sistema”, “dizer as verdades” que ninguém ousa revelar e ter a coragem de fazer o que ninguém até então havia feito.

No final do programa de 22 de outubro, no instante costumeiramente reservado às suas falas, o candidato propõe-se como guerreiro da integridade que lutou durante anos contra os políticos poderosos: “Como vencer um sistema? Como vencer uma máquina tão aferrada no terreno como é essa máquina que existe em Brasília?” (10º Propaganda [...], de 3 min 59s a 4 min 08s, 2019).

O CRIME

O que este trabalho pretende apresentar como contribuição à reflexão é sobre como as ações do atual presidente são legitimadas discursivamente, buscando a aprovação de parte da população e aceitas como democráticas ou republicanas por parte da imprensa e das instituições que deveriam zelar pela Constituição Federal. Em outras palavras, Bolsonaro e suas práticas – que poderiam ser consideradas criminosas em outros contextos, ou se fossem cometidas por outros atores – são normalizadas, toleradas e mesmo legitimadas.

Primeiramente, talvez seja útil tentar explicar: de que forma se constrói socialmente o que pode ser considerado crime? Quais ações podem ser consideradas criminosas, enquanto outras não? Quais comportamentos podem ser registrados institucionalmente como tais, identificados no cotidiano desta forma e seus autores apontados como passíveis de sanções legais?

Em uma série de artigos publicados no jornal *Gazeta Renana*, em 1842, Karl Marx²⁵ comenta os debates sobre a mudança no código penal na região da Renânia, na Prússia do século XIX, que passou a criminalizar não apenas o corte de madeira das árvores, como também a coleta de galhos secos caídos nos bosques daquela localidade. A utilização da madeira pelos camponeses era uma forma de sobrevivência essencial para aqueles trabalhadores. De um momento para o outro, um enorme contingente de pessoas, que dependia daquela atividade para aquecer-se, cozinhar e outras finalidades, passou a estar sujeito a sanções. Ademais, a madeira era matéria prima para a produção de objetos comercializáveis, o que a tornava disputada, tanto por camponeses pauperizados, como por comerciantes

²⁵

A experiência de Marx como editor da *Gazeta Renana* durou pouco. Na primavera de 1843, o Império Prussiano, em uma série de medidas de censura contra a imprensa, fechou o jornal, levando Marx ao exílio na França.

e proprietários das terras. O que a lei aprovada pelo Estado prussiano naquele momento fez foi, em última análise, criar um ordenamento jurídico que beneficiaria estes, em detrimento daqueles, impondo-lhes, inclusive, sanções penais, exclusão e estigma.

Em outra perspectiva, Robert Merton (1970) desenvolve o conceito de “anomia”, ou ausência da norma, fundado por Durkheim. Merton discorre sobre dois elementos das estruturas sociais e culturais para analisar o processo de construção da anomia. Segundo este autor, as “metas sociais” são as aspirações, os “desígnios da vida em comum”, as “coisas que valem o esforço” (Merton, 1970, p. 205.), segundo o grupo de indivíduos que constituem uma sociedade. Em uma sociedade capitalista, em sua fase neoliberal, em que o individualismo se constitui como característica e o dinheiro, valor absoluto, podemos definir como objetivos comuns o enriquecimento e o acúmulo de bens materiais. Já as normas, ou vias institucionais, são aquelas através das quais os indivíduos se utilizam para alcançar tais metas. Contudo, as formas com que cada pessoa se adapta a essa estrutura são variáveis.

Merton define os tipos de adaptação dos indivíduos à estrutura social. Para fins metodológicos, vamos nos limitar a dois deles: (i) o conformista, aquele que aceita as normas institucionais e as metas sociais, representando a conformidade com os padrões sociais estabelecidos; (ii) o inovador: é aquele que aceita as metas sociais, mas rejeita as normas institucionais. Em uma realidade em que a obtenção de recursos financeiros é cada vez mais concentrada e disponível a poucas pessoas, o comportamento inovador pode ser identificado em uma competição esportiva, por exemplo, pela utilização de substâncias proibidas que promovem o melhor de desempenho dos atletas:

A pressão de tal ordem social visa a que o indivíduo faça melhor que os competidores. Enquanto os sentimentos que apoiam este sistema competitivo estão distribuídos por toda a extensão das atividades e não estão

confinados ao resultado final do êxito, a escolha dos meios permanecerá principalmente dentro do âmbito do controle institucional. Contudo, quando a ênfase cultural muda a satisfação provinda da própria competição para a preocupação exclusiva com o resultado final, a tensão resultante favorece a ruptura da estrutura reguladora (Merton, 1970, p. 231).

Passando à terceira definição das correntes sociológicas de definem o crime, chegamos à perspectiva desenvolvida por Howard Becker (2008), herdeiro do interacionismo simbólico. Este autor se debruça sobre o conceito de desvio, que significa o “produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento” (Becker, 2008, p. 26). Dito de outro modo, o desvio e seu exemplar discursivo mais recorrente, o crime, não são definidos pelo ato em si, mas pela reação do grupo social dominante em relação a um dado evento classificável desta maneira, sob determinadas circunstâncias e em determinada situação. A diferença entre crime e desvio é relevante para Becker, no sentido em que “leva-nos a olhar para todos os tipos de atividade, observando que em toda parte pessoas envolvidas em ação coletiva definem certas coisas como erradas, que não devem ser feitas” (Becker, 2008, p. 13). O autor menciona o antropólogo brasileiro Gilberto Velho, que propõe:

[...] reorientar a abordagem, transformando-a num estudo do processo de acusação, de modo que suscitasse essas perguntas: quem acusa quem? Acusam-no de quê? Em que circunstâncias essas acusações são bem-sucedidas, no sentido de serem aceitas por outros? (Velho, 1976 *apud* Becker, 2008, p. 14).

Becker explica que a denominação de *outsiders* é definida pela reação de um grupo social em relação a outro, ou a indivíduos que não se encaixem naquele primeiro grupo, que o classifica dessa maneira. Evidentemente que os recortes socioeconômico, étnico-racial, de gênero e demais são determinantes nesse processo de rotulação:

Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso (Becker, 2008, p. 22).

Seja qual for a perspectiva teórica adotada, o que interessa aqui é aproximar o pensamento sociológico sobre o crime da realidade contemporânea no Brasil. O que parece ser o ponto de convergência, e o que discutiremos a seguir, é como o conceito de crime e a sua legitimação discursiva são apropriados convenientemente pelos grupos políticos e sociais em situação de privilégio neste tempo e espaço. Assim, adaptam-se o público, a mídia e as próprias instituições republicanas que deveriam zelar pelas garantias democráticas e constitucionais, tornando maleável o entendimento daquilo que pode ser criminalizável, de acordo com as conveniências de operadores e legisladores e para o prejuízo daqueles que creem na ideia de Justiça, segundo os cânones da democracia, da igualdade e mesmo do liberalismo.

ADAPTANDO A NOÇÃO DE CRIME

Antes de falar sobre o contexto específico, é importante enfatizar que a tipificação de determinadas condutas como criminosas não é peculiaridade da atual conjuntura. Ao contrário, cada sociedade, em cada tempo e espaço, define os direitos e deveres dos cidadãos e as punições cabíveis a cada indivíduo que violar as leis estabelecidas. No entanto, em algumas circunstâncias – e talvez, no caso aqui analisado –, parece haver uma unidade entre aqueles que determinam e aplicam as leis do sistema judiciário, seu aparato repressivo e as elites política e econômica, tornando, assim, questionável a ideia de *Justiça* como instrumento de reparação social.

Conforme nos mostra Holloway (1997), a Polícia Militar foi criada em 1831 para garantir a proteção da vida e da propriedade da corte imperial portuguesa recém-chegada ao Brasil. Sua atuação se pautou, ao longo desses quase dois séculos, pela violência contra a população negra e pobre, de modo a assegurar o patrimônio das elites senhoriais. As práticas de violência, tortura e assassinato são usuais, fazem parte da tradição da corporação policial, como é possível constatar, não apenas pelos registros históricos, como por declarações de autoridades que justificam as mortes provenientes de sua ação como parte de seu “procedimento padrão”.

A chacina do Jacarezinho, ocorrida no dia 6 de maio de 2021, deixou 29 pessoas mortas em ação da Polícia Civil do Rio de Janeiro²⁶ e passou à história como a mais letal intervenção policial já registrada no estado. A justificativa para a operação foi a de que “traficantes estariam aliciando crianças e adolescentes” (O que já se sabe [...], 2021) na região, ainda que não tenha sido apresentada qualquer prova quanto a isso. De acordo com a Polícia, todos os mortos eram *suspeitos* de envolvimento com o tráfico de drogas na região. Segundo informações preliminares, entretanto, apenas quatro eram alvos da ação, dois não tinham sequer ficha criminal e apenas 12 tinham registros ligados ao comércio de entorpecentes (O que já se sabe [...], 2021).

O episódio deixou questionamentos sobre a legalidade da ação que poderiam ser esclarecidos com a transparência das investigações. Em sentido contrário, a Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro decretou sigilo de cinco anos sobre os documentos de todas as operações realizadas pela corporação nos últimos 12 meses. O período coincide com a data que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão de ações policiais em favelas enquanto

26

Ainda que as polícias Civil e Militar sejam entidades diferentes, aqui fazemos menção à Polícia, enquanto uma única instituição de Estado, que possui a prerrogativa do monopólio legítimo da força para a manutenção da lei e da ordem.

durasse a pandemia, salvo em casos excepcionais. Apesar disso, foram realizadas 524 incursões pelas polícias civil e militar nesses territórios durante esse espaço de tempo. Bolsonaro elogiou a operação, classificando os mortos como “traficantes que roubam, matam e destroem famílias” (O que já se sabe [...], 2021). O delegado Rodrigo Oliveira, da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) seguiu o mesmo tom do presidente:

As autoridades negaram os abusos relatados por moradores e afirmaram que os policiais agiram em legítima defesa. ‘A única execução que houve foi a do policial, infelizmente. As outras mortes que aconteceram foram de traficantes que atentaram contra a vida de policiais e foram neutralizados’ (Betim, 2021).

A legitimação jurídica e discursiva do massacre pelos operadores do Estado brasileiro encontra eco em grande parte da sociedade civil. Em outubro de 2022, o então governador Cláudio Castro – que fora vice de Wilson Witzel e apoiador de primeira hora de Jair Bolsonaro – comandou outras duas operações igualmente brutais em 2022 (Mello, 2022)²⁷, foi reeleito em primeiro turno com 58% dos votos válidos. Em 15 meses de governo, Castro acumulou 72 mortes em três das operações mais letais da história do Rio de Janeiro.

Para que massacres como esses ocorram, é preciso que sejam justificados de alguma forma. Segundo Misse (2008) essa legitimação é feita por meio da construção de um inimigo: o “bandido”, aquele que pode ser considerado “matável”. É o que fazem o presidente e o delegado, ao afirmar – sem qualquer prova – que as pessoas assassinadas “eram traficantes, que roubam, matam e destroem famílias” e que, por isso, precisavam ser “neutralizados”.

Do mesmo modo que um ato criminoso pode ser justificado, tolerado, ou ignorado, outros podem ser inscritos na legislação,

ou retirados dela, de acordo com aquele que acusa, ou a quem se pretende incriminar. O *impeachment* de Dilma Rousseff é exemplar neste sentido. Apenas dois dias após o julgamento que afastou a ex-presidenta, foi aprovada lei que permite a abertura de créditos suplementares – as chamadas “pedaladas fiscais” – sem a necessidade de aprovação no Congresso Nacional. O recurso já havia sido utilizado anteriormente pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (Mattos, 2016). Em suma, as “pedaladas” valeram antes e depois de Dilma, mas, para ela, foi suficiente para retirá-la do poder.

Imagem 4 - Pedaladas fiscais deixam de ser crime de responsabilidade

BRASIL

Dois dias após impeachment, União aprova lei que muda Orçamento

Alteração foi publicada, nesta sexta-feira, no Diário Oficial. Dilma foi afastada definitivamente do cargo na última quarta-feira

10/05/2016 17:10:31 - ATUALIZADA ÀS 10:05/2016 09:47:31

GABRIELA MATTOS E THIAGO ANTUNES

Rio - Após dois dias do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo federal se beneficiou de uma lei que altera o Orçamento deste ano, que muda o entendimento sobre crime de responsabilidade. A alteração foi publicada, nesta sexta-feira, no Diário Oficial da União, pelo presidente em exercício, deputado Rodrigo Maia (DEM), já que o presidente Michel Temer está em viagem oficial na China. Na prática, a Lei 13.332 estipula que as novas regras de orçamento sejam alteradas sem a aprovação do Congresso Nacional.

Dilma foi afastada definitivamente do cargo, na última quarta-feira, acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal. A abertura de créditos suplementares, que a derrubou, foi autorizada à época pelo Congresso. Este recurso já tinha sido utilizado pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A Constituição [brasileira](#) prevê que a lei de orçamento pode autorizar a abertura de créditos especiais da espécie suplementar. A proposta de mudança publicada hoje já havia sido feita durante o governo Dilma, no início do ano. Tal processo não interfere no rito de impeachment.

Anúncio fechado por Google

MAIS LIDAS

1. Anitta desabafa sobre preconceito por ser 'favelada' e comenta seios à mostra - Diversão - O Dia
2. Governo ameaça acabar com abono

Fonte: Mattos, 2016.

O BOLSONARISMO E A PANDEMIA

Como já visto, Bolsonaro atua para criar uma base de apoio para seu discurso, de modo a ter legitimidade para impor medidas favoráveis a seus interesses, ainda que essas não beneficiem a maior parte da população brasileira. Faz isso desde os tempos em que exercia o cargo de deputado federal e continuou a fazer como presidente da República. Assim, tentou buscar sustentação para a reeleição em 2022, mantendo a parcela de seu eleitorado, que seguiu fiel a seu candidato.

No que concerne a este trabalho, procuramos apresentar práticas que poderiam ser consideradas passíveis de sanções em outros contextos, mas que são aceitas, toleradas, ou negligenciadas pelas instituições da República, pela imprensa e por parte da própria população. A forma como isto é feito é através de um discurso que constrói inimigos contra os quais aqueles identificados pelos valores que o presidente diz representar: família, Deus, pátria etc. Assim, Bolsonaro encarna o papel do próprio salvador – o *messias*, que traz no nome – desta parcela da população, que crê estar sendo redimida de todos os males que a afetam. Nessa construção narrativa legitimadora do “*nós x eles*”, todos aqueles que questionam tais valores são percebidos como inimigos a serem excluídos de seus direitos e cidadania, alijados do convívio social, ou mesmo eliminados fisicamente.

Exemplos de como isso acontece podem ser apontados no discurso do presidente da República durante a pandemia da Covid-19, conforme já demonstrado. Bolsonaro desdenhou do uso de máscaras (Bolsonaro [...], 2021), recusou a oferta de vacinas – como atestaram depoimentos da CPI da Covid (Recusa [...], 2021) –, incentivou a adoção de remédios ineficazes contra a doença (Mazui; Amato, 2021) e estimulou aglomerações que promoveram a contaminação pelo vírus (Camarotto, 2021). Tais atitudes motivaram o envio de 120 pedidos de impedimento do presidente à Câmara dos Deputados

(Barbiéri; Clavery, 2021). O presidente da Casa, deputado Arthur Lira, arquivou ou desconsiderou seis, restando 112 a serem analisados. Ainda que este trabalho não se inscreva na área das Ciências Jurídicas, nem tenha como objetivo julgar, ou condenar qualquer cidadão ou autoridade pública, faz-se necessário apontar a relevância da análise das ações do atual presidente como possíveis crimes contra a saúde pública, previstos no Código Penal, regulamentado através do Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940:

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia

Art. 267 - Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de dez a quinze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro.

§ 2º - No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro (Brasil, 1940, grifos do original).

No juramento feito no ato de sua posse como presidente da República, no dia 1º de janeiro de 2019, diante dos 513 deputados federais e dos 81 senadores que representam a população brasileira,

Bolsonaro assumiu o compromisso de “manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil” (Bolsonaro [...], 2019). No entanto, o mandatário máximo do país parece desconhecer o que determina o Artigo 196 da Carta Magna:

a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1999 [1988]).

Bolsonaro também age em sentido contrário às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) – que recomendou, por exemplo, a adoção do *lockdown* e condenou o uso da hidroxicloroquina e demais medicamentos como forma de tratar precocemente a doença. Ao atuar em oposição às recomendações da entidade e, assim, desrespeitar o artigo que trata sobre o tema na Constituição Federal, o presidente parece ignorar a Lei 1.079 de 10 de abril de 1950, que em seu inciso 04, artigo 9º, Capítulo V, define entre os crimes de responsabilidade imputáveis ao presidente da República “expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição” (Brasil, 1950).

Se por um lado, o presidente da Câmara dos Deputados, responsável pela análise e abertura dos pedidos de *impeachment* do presidente da República, ignora os mais de uma centena de pedidos apresentados, por outro, em mais de uma oportunidade, agentes do Estado atuaram de acordo com o *ethos* bolsonarista.

No dia 18 de março de 2021, Rodrigo Cademartori, o Rodrigo Pilha, foi preso após estender uma faixa com os dizeres “Bolsonaro genocida”, em frente ao Palácio do Planalto. Entidades de direitos humanos denunciaram que o ativista teria sido agredido com socos e pontapés e chamado de “petista safado”, o que configuraria perseguição política. No dia 6 de abril, advogados de Pilha entraram com

pedido de prisão domiciliar, o que foi defendido pelo Ministério Público do Distrito Federal. No entanto, o juiz Valter André Araújo, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP-DF), indeferiu o pedido. O ativista foi solto no dia 10 de julho, após permanecer quatro meses em regime fechado no Complexo Penitenciário da Papuda (Sena, 2021).

Já no dia 29 de maio daquele mesmo ano, PMs de Pernambuco reprimiram violentamente um ato em protesto à atuação do governo federal no enfrentamento à pandemia. Um homem de 51 anos, que não participava da manifestação, foi atingido por uma bala de borracha e acabou perdendo o olho. Próximo ao local, a vereadora Liana Cirne, do PT, foi agredida com um jato de *spray* de pimenta no rosto ao tentar abordar uma viatura da Polícia (M. R; N. G, 2021). O governador Paulo Câmara repudiou a violência policial e afirmou ter afastado os policiais envolvidos e o comandante da operação.

Dois dias depois, o professor Aquidones Bites foi preso em Trindade, Goiás, por se recusar a retirar uma faixa colada no capô de seu carro, em que se lia “Fora Bolsonaro genocida”. Bites foi detido por um policial militar, mas liberado horas depois. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de Goiás, o policial “responderá a inquérito policial e procedimento disciplinar para apuração de sua conduta” (Santana, 2021).

Tanto neste, como no caso Rodrigo Pilha, os agentes do Estado se valeram da Lei de Segurança Nacional promulgada em 1983, ainda durante o regime militar, que prevê como crime “caluniar ou difamar o presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal, imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação” (Brasil, 1983). Sua revogação já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está sob análise no Senado, mas segue sendo aplicada. Em comum nos casos de Goiás e Pernambuco está o fato de que os policiais envolvidos terem sido repreendidos pelas autoridades estaduais por, aparentemente, ter agido sem a anuência de seus superiores

e de acordo com convicções comuns, que convergem no sentido da repressão às críticas ao presidente da República.

Os casos mais recentes de atuação de agentes do Estado em consonância com o *ethos* bolsonarista foram as operações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), em 30 de outubro – dia da votação do segundo turno –, contrariando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proibia tais ações. O resultado foram enormes engarrafamentos que dificultaram a chegada de eleitores nas sessões eleitorais, principalmente em estados do Nordeste, onde Lula obteve esmagadora maioria na votação. Nos dias posteriores à eleição, os agentes da PRF atuaram no sentido oposto, se eximindo de impedir a ação de caminhoneiros bolsonaristas que bloquearam estradas em todo o país, em protesto ao que consideravam uma fraude eleitoral.

CONCLUSÕES

Ao que este trabalho se propôs foi, por meio de registros factuais à luz de bibliografia específica, refletir acerca da legitimação discursiva das medidas tomadas pelo atual presidente da República, que poderiam, em outro contexto, ser interpretadas como passíveis de sanções penais e/ou administrativas. Ao contrário, ao serem naturalizadas, toleradas ou ignoradas pelas respectivas instituições do Estado e seus agentes públicos, permite-se que tais entendimentos se tornem reconhecíveis pelos operadores da justiça, a partir do momento em que são criados precedentes, ou como se diz no jargão jurídico, jurisprudência.

Desta forma, o que chamamos aqui de *ethos* bolsonarista atua no sentido mais amplo do que o seu possível efeito político-eleitoral de curto e médio prazos, qual seja: as eleições presidenciais de 2022. A vitória eleitoral de Lula não nos permite ignorar o enorme

contingente de pessoas que ainda atua de acordo com a lógica bolsonarista. Muitos, ainda, dentro das instituições do Estado brasileiro. As consequências podem ser de longo prazo, infiltrando no tecido social uma forma de sociabilidade – nova, ou nem tanto – que, mais do que admitir, estimula a violação dos direitos conquistados nas últimas décadas pelos movimentos sociais de negros, mulheres, população LGBTQIAPN+, quilombolas, indígenas, de ativistas, militantes e demais grupos, ao mesmo tempo em que autoriza, por exemplo, a negligência da saúde pública, no momento da crise sanitária que já registrou mais óbitos em toda a história do Brasil.

REFERÊNCIAS

10º PROPAGANDA eleitoral do Bolsonaro no segundo turno. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5 min.). Publicado pelo canal Patriotas. Disponível em: <https://youtu.be/iD3FOCOEwa0>. Acesso em: 29 maio 2021.

BARBIÉRI, L. F.; CLAVERY, E. Grupo de artistas e intelectuais protocola na Câmara pedido de impeachment de Bolsonaro. **G1**, 24 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/24/grupo-de-artistas-e-intelectuais-protocola-na-camara-pedido-de-impeachment-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BETIM, F. Operação policial mata 25 pessoas no Jacarezinho, em segunda maior chacina da história do Rio. **El País**, São Paulo. 06 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

BOLSONARO diz que máscaras são “ficção” e ataca medidas de proteção contra Covid. **Isto É**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-mascaras-sao-ficcao-e-ataca-medidas-de-protecao-contracovid/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BOLSONARO diz que medidas de governadores irão prejudicar a economia e deixar o trabalhador frágil para o coronavírus. **O Globo**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-medidas-de-governadores-irao-prejudicar-economia-deixar-trabalhador-fragil-para-coronavirus-24309935>. Acesso em: 03 out. 2020.

BOLSONARO presta juramento. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (46 s). Publicado pelo canal AFP Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46yP0krA40M>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BOLSONARO, C. Fã Clube do Adélio Bispo e um emoticon de faca seguido pela mídia FOLHA DE SP. 26 maio 2021. Twitter: @CarlosBolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1397594195313954818>. Acesso em: 29 maio 2021.

BORGES, R. Bolsonaro bate 40% de aprovação, seu recorde, em taxa puxada por quem ganha até um salário mínimo. **El País**, São Paulo, 24 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-24/bolsonaro-bate-40-de-aprovacao-seu-recorde-em-taxa-puxada-por-quem-ganha-ate-um-salario-minimo.html>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRAGON, R. Autor de atentado a Bolsonaro foi filiado ao PSOL e divulgou ida a escola de tiro. **Folha de S.Paulo**, 06 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/suspeito-de-esfaquear-bolsonaro-foi-filiado-ao-psol.shtml>. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz de Santos Windt.

BRASIL registra maior número de casos de Covid desde agosto. **G1**, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/11/11/brasil-registra-46-mortes-por-covid-e-total-chega-a-688705-media-movel-de-casos-cresce-63percent.gh.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1950. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos, 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

CAMAROTTO, M. Bolsonaro promove aglomeração em Brasília. **Valor Econômico**, Política, 10 maio 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/05/10/bolsonaro-promove-aglomeracao-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CANOSSA, C. Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary. **Super Interessante**, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. **Revista Lumina**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF e-ISSN 1981-4070. Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019.

COELHO, S. 996 dias sem respostas. 29 maio 2021. Twitter: @saritacoelho. Disponível em: <https://twitter.com/saritacoelho/status/1398598146515771396>. Acesso em: 29 maio 2021.

COLETTA, R. D. Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia. **Folha de S.Paulo**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia.shtml>. Acesso em: 03 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DEPUTADO rebate Bolsonaro sobre auxílio: "não admitia mais que R\$ 200". **Uol**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/12/deputado-rebate-bolsonaro-sobre-auxilio-nao-admitiam-mais-que-r-200.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.

FANJUL, S. C. Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem. **El País**, Madri, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html>. Acesso em: 04 jun. 2021.

FREITAS, F. Dois anos da facada: Bolsonaro mantém ferida aberta na política; entenda. **iG Último Segundo**, 06 set. 2020. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-09-06/dois-anos-da-facada-bolsonaro-mantem-ferida-aberta-na-politica-entenda.html>. Acesso em: 03 out. 2020.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro**: representação e resistência numa cidade do século XIX. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIBERADA 2ª parcela do auxílio emergencial; veja se você recebe até R\$ 375. **Uol**, 22 maio 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/22/caixa-auxilio-emergencial-segunda-parcela.htm>. Acesso em: 22 maio 2021.

M. R.; N. G. Polícia reprime ato contra Bolsonaro em Recife e governador promete investigar responsáveis. **El País**, São Paulo/Rio de Janeiro, 29 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-29/policia-reprime-ato-contrabolsonaro-em-recife-e-governador-promete-investigar-responsaveis.html>. Acesso em 03 jun. 2021.

MARCONDES, A. H. T. #QuemMandouMatarBolsonaro. ALGUÉM SABE EXPLICAR QUEM É O CIDADÃO NAS FOTOS? 25 maio 2021. Twitter: @Antonio91152382. Disponível em: <https://twitter.com/Antonio91152382/status/1397161813041635331>. Acesso em: 29 maio 2021.

MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, G. Dois dias após impeachment, União aprova lei que muda Orçamento. **O Dia**, 02 set. 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2016-09-02/dois-dias-apos-impeachment-uniao-aprova-lei-que-muda-crime-de-responsabilidade.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MAZIEIRO, G. Depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar, diz Bolsonaro. **Uol**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/20/depois-da-facada-nao-vai-ser-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.

MAZUI, G.; AMATO, F. Bolsonaro chama de 'canalha' quem é contra tratamento precoce para a Covid; ineficácia é comprovada por pesquisas científicas. **G1**, 05 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/bolsonaro-chama-de-canalha-quem-e-contratratamento-precoce-contraa-covid-ineficacia-e-comprovada-por-pesquisas-cientificas.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MCINTYRE, L. **Pos-truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

MELLO, I. Governo Castro tem 3 das 5 chacinas policiais mais letais da história do RJ. **Uol**, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/22/com-castro-rj-tem-3-das-5-chacinas-policiais-mais-letais-da-historia.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MERTON, R. Estrutura social e anomia. /n: MERTON, R. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MINISTÉRIO da Saúde confirma que vai mudar critério de contagem de mortes por Covid. **G1**, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/08/ministerio-da-saude-confirma-que-vai-mudar-criterio-de-contagem-de-mortes-por-covid.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2020.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. /n: MISSE, M. (org.). **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

O QUE JÁ SE SABE sobre o massacre do Jacarezinho. **DW.com**, Política. Brasil. 11 maio 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-j%C3%A1-se-sabe-sobre-o-massacre-do-jacarezinho/a-57498522>. Acesso em: 30 maio 2021

OLIVEIRA, R. STF anula condenações da Lava Jato contra Lula e deixa seu caminho livre para 2022. **El País**, São Paulo, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-15/stf-anula-condenacoes-da-lava-jato-contralula-e-deixa-seu-caminho-livre-para-2022.html>. Acesso em: 22 maio 2022.

OTÁVIO, C.; ARAÚJO, V.; LEAL, A. PM e ex-PM são presos pelo assassinato de Marielle Franco. **O Globo**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pm-ex-pm-sao-presos-pelo-assassinato-de-marielle-franco-23514865>. Acesso em: 03 out. 2020.

RECUSA do governo à compra de vacinas está comprovada, diz Randolfe. **Correio Braziliense**, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4928225-recusa-do-governo-a-compra-de-vacinas-esta-comprovada-diz-randolfe.html>. Acesso em 03 jun. 2021.

ROCHA, M. Adélio agiu sozinho na facada em Bolsonaro, conclui Procuradoria ao pedir arquivamento de inquérito. **Folha de S.Paulo**. 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/adelio-agiu-sozinho-na-facada-em-bolsonaro-conclui-procuradoria-ao-pedir-arquivamento-de-inquerito.shtml>. Acesso em: 03 out. 2020.

ROSENFELD, S. **Democracy and truth**: a short story. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

SALDAÑA, P. População saberá que foi enganada por governadores e imprensa sobre coronavírus, diz Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/povo-sabera-que-foi-enganado-por-governadores-e-imprensa-sobre-coronavirus-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 03 out. 2020.

SANTANA, V. PM que prendeu professor por não retirar faixa de carro com 'Fora Bolsonaro Genocida' é afastado, diz SSP. **G1**, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/06/01/pm-que-prendeu-dirigente-estadual-do-pt-por-nao-retirar-faixa-com-fora-bolsonaro-genocida-e-afastado-diz-ssp.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SENA, M. preso por chamar Bolsonaro de genocida, Rodrigo Pilha é solto. **Congresso em foco**, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/midia/preso-por-chamar-bolsonaro-de-genocida-rodrigo-pilha-e-solto/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TAVARES, J. Datafolha: Aprovação a Bolsonaro recua seis pontos e chega a 24%, a pior marca do mandato; rejeição é de 45%. **Folha de S.Paulo**, 12 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/datafolha-aprovacao-a-bolsonaro-recua-seis-pontos-e-chega-a-24-a-pior-marca-do-mandato-rejeicao-e-de-45.shtml>. Acesso em: 21 maio 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Justiça Eleitoral, Eleição Geral Ordinária 2022. TSE, 31 out. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VAZ, P. Vítima virtual e mídia. *In*: Vigilância, Segurança e Controle Social, **Anais**, 2009, Curitiba, PUC-PR, 2009. p. 51-69. ISSN 2175-9596.

VAZ, P.; SANCHOTENE, N.; SANTOS, A. Populismo conservador e a disputa pelo lugar de vítima nas eleições de 2018. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 42, n. 1, p. 327-361, jan.-abr. 2020.



6

Cristina Teixeira

EVANGÉLICOS E BOLSONARO, UMA CRUZADA NEOLIBERAL E NEOPENTECOSTAL CONTRA AS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E CIENTÍFICAS DURANTE A COVID-19

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98911.6



A QUESTÃO DE PESQUISA E SEUS PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

No período de combate à pandemia da Covid-19 no Brasil, polêmicas envolvendo pastores e bispos evangélicos de denominações pentecostais e neopentecostais tiveram como origem atitudes e discursos desses líderes contra recomendações de autoridades médicas, científicas, jurídicas e governamentais. Recorrentemente, tais atitudes e discursos reverberavam atos e falas do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Partimos da hipótese que o alinhamento desses líderes ao discurso do Governo Federal decorreu não somente da aliança política entre evangélicos e o ex-governante, mas também de “afinidades eletivas” (Weber, 2004) entre as subjetividades neoliberal e neopentecostal (Cortês, 2018).

A partir dessa hipótese, objetivamos: (1) apontar as condições de possibilidade que permitiram o alinhamento entre bolsonaristas e neopentecostais; (2) mostrar que bolsonaristas e neopentecostais são atravessados por uma formação discursiva (FD)²⁸ neoliberal; (3) identificar quais enunciados configuram essa FD que une bolsonaristas e neopentecostais, em contraponto aos enunciados de uma FD oposta; e (4) evidenciar que a rivalidade entre essas duas FDs se constituiu na forma de polêmica.

No caso em análise, as FDs em diálogo disputaram “a verdade” sobre a obrigatoriedade (ou não) do fechamento de igrejas e templos durante a pandemia. De um lado, lideranças neopentecostais advogavam pela continuidade dos cultos, na mesma linha de

28

Entendemos FD a partir de Foucault: “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (2008, p. 43).

bolsonaristas que defendiam a manutenção das atividades econômicas e sociais em nome da liberdade. Do outro lado, evangélicos progressistas, Supremo Tribunal Federal (STF), Organização Mundial da Saúde (OMS) e grande parte de governadores, prefeitos, cientistas e imprensa, em nome da coletividade, alegavam a necessidade de suspensão das atividades que provocavam aglomeração a fim de evitar casos de contaminação e morte.

Para dar cabo a investigação, identificamos o que circulou na mídia brasileira associando os evangélicos à Covid-19. No dia 03 de julho de 2020, realizamos uma pesquisa exploratória no sistema de busca do Google pela expressão “evangélicos e covid”. Transcorridos mais de 1 ano e meio de pandemia, em 07 de dezembro de 2021, voltamos a fazer o mesmo tipo de busca para atualizar os dados. A primeira pesquisa no Google resultou em 9.150.000 ocorrências; a segunda, em 8.620.000. Diante dessa amplitude de menções, apreciamos somente as citações que apareceram nas quinze páginas iniciais de cada busca.

Como esperado, acontecimentos mais atuais passaram a ocupar as primeiras páginas da busca mais recente. Se no ano de 2020 as principais notícias sinalizavam para as polêmicas a respeito do fechamento das igrejas, em 2021 foi a resistência à vacinação entre os evangélicos que figurou nas primeiras páginas. Apesar dessa diferença, de um ano para o outro, houve muita repetição de conteúdo, evidenciando a “raridade dos enunciados” de que fala Foucault (2008).

Como resultado das duas buscas feitas, verificamos que as páginas do Google remetiam predominantemente a notícias divulgadas por jornais, revistas, sites e portais de informação. A despeito da diversidade das fontes (que incluía veículos midiáticos de caráter regional e nacional, bem como de perfil tradicional e independente), as informações obtidas tinham algo em comum: uma pessoa jurídica poderia ser responsabilizada por aquilo que estava

sendo divulgado. Cenário bem diferente daquele característico da comunicação via mídias sociais, em que há dificuldade de se atribuir autoria/responsabilidade às mensagens que circulam.

Uma primeira análise do material publicizado pelo Google mostrou que, no geral, a mídia foi crítica àqueles que negaram a gravidade da pandemia, defenderam a abertura de igrejas e templos, rejeitaram o uso de máscaras e se negaram a tomar vacina. A maior parte dos textos que nos serviram de *corpus* condenavam atitudes e discursos negacionistas e buscava incentivar a adoção de medidas preventivas, cumprindo, assim, uma função claramente pedagógica. Quando colocavam em circulação discursos contrários ao que apregoavam as autoridades sanitárias, os veículos em análise o fizeram para confrontar ou desmentir tais discursos. Isso não quer dizer que a totalidade da mídia agiu assim. Estamos cientes que vários veículos de comunicação defenderam a postura de manter em funcionamento o comércio, as instituições religiosas, escolares etc. A metodologia aqui utilizada, no entanto, não evidenciou isso. Para chegar a essa outra posição discursiva, precisaríamos ter olhado outros canais de circulação. Essa ausência de dizeres pró-abertura de igrejas comprova um dos preceitos da análise do discurso sobre o funcionamento discursivo: o de que um discurso não circula em qualquer lugar, há regras que regem o aparecimento das enunciações.

Antes de nos debruçar sob o material de análise, é importante comentar como se deu a aliança política entre os evangélicos e Bolsonaro, assim como é fundamental expor quais são as condições de alinhamento entre o discurso neopentecostal e o neoliberal em terras brasileiras. É o que faremos a seguir.

ALIANÇAS POLÍTICAS ENTRE EVANGÉLICOS, CONSERVADORES E GOVERNO BOLSONARO

Há algum tempo os evangélicos deixaram a postura “crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão”. Em 1961, a Igreja Pentecostal Brasil para Cristo elegeu o primeiro deputado federal evangélico, mas só na década de 1980, com a Assembleia Constituinte (1987-1988), a bancada ganhou mais corpo. Na época, o contingente de 33 deputados de confissão cristã evangélica (protestantes e pentecostais) foi considerado uma “grande novidade” política (Melo, 2018).

Esse cenário mudou. O segmento evangélico é hoje um importante componente do jogo político com forte representatividade nas câmaras legislativas municipais, estaduais e federais. Dos 93 parlamentares vinculados a igrejas evangélicas empossados para a Legislatura de 2023 a 2027 na Câmara dos Deputados, 58% estão ligados às igrejas Assembleia de Deus, Batista e Universal do Reino de Deus (IURD).

Desde 2003, existe a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), um grupo informal que tem signatários não necessariamente atrelados à fé evangélica, mas que orientam votos em grupo na defesa de pautas morais conservadoras, como a proibição do aborto.

Enfim, se no passado a identidade evangélica poderia representar uma “minoría envergonhada”, hoje, é um importante signo de mobilização social e política. Um levantamento realizado pela coletânea *Religião e Sociedade*, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), sobre as eleições municipais de 2020 (Reis *et al.*, 2020) mostrou que o segmento evangélico foi o que mais usou a estratégia de abraçar um título religioso nas urnas. Entre os 12.759 candidatos que adotaram essa tática, houve 4.698 ocorrências dos termos “pastor(a)”, título

ligado ao campo evangélico; enquanto as ocorrências do vocábulo “pai”, ligado ao catolicismo, foram apenas 240, e o de “mãe” e “pai”, associado às religiões afro, apenas 312.

Segundo os especialistas, assumir um título religioso pertencente à gramática evangélica é uma forma eficiente de comunicar ao eleitor uma proximidade com valores morais característicos de um cristianismo conservador. Tal estratégia costuma ser mais usada pelas candidaturas a cargos legislativos, que no geral operam por proximidade a determinados nichos e assim conseguem criar uma identificação com comunidades religiosas. Já as candidaturas a cargos majoritários, que precisam fazer alianças amplas e ter estratégia de maior alcance, têm mais dificuldade de adotar um nome religioso.

A pesquisadora Christina Vital da Cunha (2020) cunhou a noção “aliados dos evangélicos” (ADE) para se referir às candidaturas que, buscando atingir um público mais extenso, criam um jogo de ocultação e revelação de suas bases religiosas. O caso de maior repercussão nesse sentido é o do ex-presidente. Jair Bolsonaro, apesar de se apresentar como católico, foi aos poucos construindo para si uma identidade religiosa identificada com o segmento evangélico. Em 2013, selou sua união com Michelle Bolsonaro numa cerimônia religiosa comandada pelo pastor Silas Malafaia. Em 2016, foi batizado pelo Pastor Everaldo nas águas do rio Jordão, em Israel, e se filiou ao extinto Partido Social Cristão (PSC), de perfil evangélico. No entanto, o que mais pesou para que ele fosse reconhecido como um ADE foi sua atuação parlamentar a favor da proteção da família tradicional, da heteronormatividade e do controle do corpo das mulheres.

Miskolci (2021) aponta que a relação entre moralidade conservadora e antipetismo tem como pano de fundo as políticas públicas do PT voltadas para os Direitos Humanos (DH), em especial aquelas focadas em questões de gênero e sexualidade, que, por sua vez, impulsionaram o voto dos conservadores em Bolsonaro em 2018.

Nessa época, o bispo Robson Rodovalho, líder da Igreja Neopentecostal Sara Nossa Terra, emitiu nota dizendo que Bolsonaro “foi o único que empunhou a bandeira da vida, da família, da igreja, da livre economia, da escola sem partido e contra a ideologia de gênero”. O pastor José Wellington, presidente emérito da Assembleia de Deus, declarou: “De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro”. O bispo Edir Macedo não só anunciou seu voto em Bolsonaro como abriu espaço para uma entrevista de 30 minutos do então candidato do PSL à TV Record, enquanto os outros candidatos à presidência se enfrentavam no debate da TV Globo, o último antes do primeiro turno das eleições (Debate [...], 2018).

Jair Bolsonaro contou ainda com o apoio da bancada evangélica da Câmara e recebeu a adesão de outros partidos que concentravam parlamentares evangélicos, como o extinto Democratas (DEM) e o Partido Social Cristão (PSC)²⁹. Tudo isso contribuiu para que no segundo turno da eleição de 2018 ele obtivesse 11 milhões de votos a mais do que o candidato petista Fernando Haddad entre os evangélicos.

O ex-presidente retribuiu esse apoio, logo que assumiu a presidência, nomeando cinco evangélicos para o primeiro escalão do Governo Federal³⁰. Assim, a representação política evangélica cresceu não apenas no Legislativo, mas também no executivo. Em julho de 2021, Bolsonaro indicou o advogado e pastor da Igreja Presbiteriana Esperança, André Mendonça, para ocupar um cargo no STF, cumprindo a sua promessa de designar um ministro “terrivelmente evangélico” para a instituição.

29 Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos,” Bolsonaro conseguiu usufruir do apoio dos evangélicos e católicos. A Frente Parlamentar Católica também apoiou sua candidatura.

30 A pastora pentecostal Damares Alves ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano Onyx Lorenzoni. O deputado federal Marcelo Álvaro Antônio, membro da Igreja Maranata, ficou à frente do Ministério do Turismo. O general batista Luiz Eduardo Ramos assumiu a Secretaria de Governo.

Antes da eleição de Bolsonaro, Christina Vital já alertava que o plano maior dos evangélicos era ocupar o Executivo para posteriormente chegar ao Judiciário e poder barrar temas relacionados aos direitos reprodutivos das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ (Bilenky, 2016). Vale lembrar que essa estratégia está em consonância com uma “jurisprudência neoliberal” cada vez maior na esfera pública, através da qual tanto a ideia de liberdade religiosa, quanto de liberdade de expressão são interpretadas a favor da desregulamentação, especialmente no que diz respeito a interesses corporativos e religiosos (Brown, 2019).

Nesse ponto vale lembrar a criação, em 2012, da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) que atua na formação de juristas e defende uma não separação entre a vida religiosa e vida pública. Para a Anajure, a fé que uma pessoa professa na igreja deve lhe servir como princípios a serem aplicados na esfera pública.

Segundo a socióloga Mariana Cortês (2018), para além da aproximação entre o ex-presidente Bolsonaro e os evangélicos em torno das pautas morais e apoios políticos mútuos, o alinhamento entre esses dois personagens reflete alianças mais sutis entre duas formas particulares de governo das populações marginais urbanas em terras brasileiras.

NEOLIBERALISMO & NEOPENTECOSTALISMO

Cortês (2018) assinala que para entender por que o neopentecostalismo se aproximou do empreendedorismo neoliberal e se afastou da gramática dos direitos sociais, é preciso retroceder no tempo a fim de perceber como essa denominação religiosa

evangélica se conecta à história da questão social brasileira. Façamos, então, um rápido retrospecto.

Muitos estudiosos sinalizam que a Constituição de 1988 representou o sonho de construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Contudo, apenas dois anos depois, a promessa de cidadania universal foi sendo suplantada por uma política econômica de desregulamentação do mercado de trabalho, perda de direitos sociais e trabalhistas, redução de investimentos públicos, privatização de estatais, entre outras medidas de cunho neoliberal que produziram (e continuam produzindo) resultados dramáticos na vida dos brasileiros, em especial na dos moradores das periferias das grandes cidades.

Nesse ponto é bom lembrar que, diferentemente do liberalismo clássico, que opera por inclusão, o neoliberalismo opera por exclusão. A gestão da população é feita a partir da ideia de concorrência e eliminação do outro. Enquanto o Estado de bem-estar social buscava proteger o trabalhador do sofrimento, o neoliberalismo pretende gerir o sofrimento de forma a ele ser o mais produtivo possível (Dunker, 2020). Nesse contexto, o desemprego estrutural não é um efeito indesejável da política neoliberal, mas seu modo de funcionamento.

O sujeito desempregado precisa investir no trabalho informal para sobreviver – o que em geral implica jornadas muito extensas, vários e longos deslocamentos pela cidade, irregularidade de rendimentos e insegurança quanto à sobrevivência diária. No caso da população de periferia, que se constituiu em meio ao processo de uma urbanização excludente, os sujeitos ainda se veem abandonados à própria sorte pelo Estado, sem acesso à saúde, educação, formação profissional, mercado de trabalho, segurança e infraestrutura urbana. Mais do que isso, eles precisam conviver com a máquina de guerra estatal, que os percebe como “população perigosa”, o que, por sua vez, justifica a militarização de seus territórios e uma vigilância policial constante.

Nessas condições, a fé no cumprimento da promessa divina de felicidade e fortuna econômica preconizada pela Teologia da Prosperidade³¹, um dos pilares do neopentecostalismo, mostrou-se um bom caminho a seguir. Ao estabelecerem uma nova relação entre religião e sofrimento as igrejas neopentecostais cresceram nas periferias. No lugar dos procedimentos de renúncia da igreja católica, seja na sua versão tradicional ou progressista, a ideia difundida pelo neopentecostalismo é "Pare de sofrer!". Essa frase pressupõe que o sofrimento é optativo e depende de uma escolha subjetiva: a fé em Deus. A gramática neopentecostal não aposta mais na salvação coletiva, mas individual.

É fácil perceber a sintonia entre a ideia de vencedor da Teologia da Prosperidade e a faceta concorrencial do neoliberalismo e sua exaltação do empresário de si mesmo. A partir dos anos 2000, inclusive, a IURD passou a desestimular a permanência dos sujeitos em empregos formais, argumentando que essa é uma relação de dominação, de submissão, de servidão a um senhor, lugar historicamente destinado aos dominados. Reverberando preceitos bíblicos como: "O Senhor te porá por cabeça, e não por cauda; e só estarás em cima, e não debaixo" (Dt 28, 13), "Não fareis nenhuma obra ou trabalho servil" (Lv 23, 7), os fiéis foram incentivados a se arriscarem na abertura de seus próprios negócios e se tornem empreendedores em um mercado informal.

Essa reinvenção teológica coincide com um momento de crescimento econômico, redução da pobreza, aumento da renda, expansão das oportunidades e acesso ao consumo proporcionado por políticas estatais dos governos do PT (Programa Microempreendedor Individual (MEI), Minha Casa, Minha Vida, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

31

A Teologia da Prosperidade propõe que a vontade de Deus é ver seu povo feliz. O fiel tem direito a bem-estar, saúde, bens materiais (incluindo boa situação financeira), sucesso e reconhecimento nesse mundo. A frase "Deus é fiel, Reinar com Cristo" manifesta esse pensamento.

Federais (Reuni), Bolsa família, Crédito popular etc.). Mas, muitos dos que foram beneficiados por tais políticas não reconhecem o quanto elas os beneficiaram. Numa espécie de autoengano, orgulham-se de não terem precisado receber “favores” de governo nenhum e atribuem a melhoria em suas vidas ao mérito pessoal, à família e a Deus (“Deus proverá meu sustento”).

Essa contextualização histórica é a base do argumento de Mariana Cortês. Para ela, especialmente a partir dos anos 2000, não é possível interpretar o neoliberalismo somente sob a perspectiva do que ele desmontava, é importante olhar para ele sob o ponto de vista do que ele criava. Como bem sustenta a socióloga, o neoliberalismo para funcionar precisou (e precisa) da agência, criatividade, produtividade e engajamento dos governados no processo. Ou seja, não foi de forma passiva que a classe trabalhadora aderiu aos princípios neoliberais da lógica da empresa como modelo de subjetivação e da concorrência como norma de conduta, foi algo que veio a calhar a população periférica. Segundo a pesquisadora, assim como o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas uma razão governamental, o neopentecostalismo não é somente uma religião, mas uma tecnologia de poder de modulação da conduta eficaz e adequada ao neoliberalismo na gestão das populações periféricas. Portanto, neoliberalismo e neopentecostalismo devem ser compreendidos como tecnologias de poder de modulação da conduta que rebatem uma sobre a outra. Ambas valorizam a ação individual, se orientam pela crença no discurso meritocrático, confiam na força protetora da família e investem numa dinâmica de guerra contra um suposto inimigo.

Após essa contextualização geral, passemos à análise das principais notícias sobre evangélicos e pandemia. Mais uma vez vale alertar que, embora essa pesquisa tenha indicado uma quantidade grande de textos, os tópicos discursivos abordados variaram pouco. Por conta disso, os exemplos que trazemos aqui não são exaustivos, mas representativos das notícias que circularam.

EVANGÉLICOS E COVID-19 NA MÍDIA

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19. Nessa época, alguns estados e municípios brasileiros já estavam adotando medidas próprias para evitar a circulação de pessoas. No dia 21 de março de 2020, Bolsonaro determinou *lockdown* no país. Seis dias depois, em 26 de março de 2020, ele editou um novo decreto incluindo igrejas nos serviços essenciais. Em 15 de abril de 2020, o STF decidiu por unanimidade que estados e municípios teriam autonomia para determinar o isolamento social, incluindo a regulação dos espaços religiosos. De um lado, certas lideranças religiosas defendiam a manutenção das atividades presenciais das igrejas; do outro, alguns governadores e prefeitos, uma parcela dos religiosos, alguns cientistas e profissionais da saúde e os membros do Supremo Tribunal Federal (STF) se colocavam contrários.

São esses os conflitos que a mídia retratou no momento inicial da pandemia. Na sequência, seu movimento foi denunciar tanto as igrejas que mantiveram os cultos presenciais, quanto a atitude negacionista de algumas lideranças religiosas que buscaram minimizar a gravidade da doença e/ou propuseram curas milagrosas aos possíveis infectados. Após esse período inicial pandêmico, várias matérias passaram a noticiar a morte de líderes religiosos por covid e a contaminação de fiéis em igrejas. Essa era uma forma de evidenciar que a postura de manter as igrejas abertas estava equivocada. Esse tipo de notícia adentra o ano de 2021.

Vale registrar ainda que, se por um lado, um conjunto de notícias falou da contaminação e da morte de pastores e fiéis que permaneceram frequentando os cultos presenciais; por outro, várias reportagens abordaram as alternativas encontradas pelas instituições religiosas para manutenção dos cultos durante o isolamento. Tratou-se, por parte da mídia, do claro intento de alertar

a população sobre o perigo de frequentar os cultos presenciais, bem como incentivar a adesão a outras formas de culto como forma de manutenção do isolamento.

Em março de 2021, a média móvel de mortes estava voltando a subir após um arrefecimento no final de 2020. Tudo indicava que seria mais um ano sem os festejos da Semana Santa. No entanto, em 03 de abril de 2021, um dia antes do Domingo de Páscoa, o ministro do STF, Kassio Nunes Marques, atendeu um pedido da Anajure para invalidar decretos de alguns municípios que vetavam a realização de atividades religiosas presenciais, estendendo a medida para todo o país. A decisão de Nunes Marques tinha por base o argumento de que o veto de governadores e prefeitos era inconstitucional, pois, feria a liberdade de culto. No entanto, em 08 de abril de 2021, o STF derrubou a decisão monocrática do magistrado. Foi assim que a polêmica sobre o fechamento das igrejas retornou à mídia.

Outro tema bastante noticiado pela mídia em 2021 dizia respeito à resistência de certos segmentos evangélicos em tomar vacina contra covid, bem como a influência desses religiosos em terras indígenas objetivando levar à população local a também não se vacinar. Tais temas trazem à tona, respectivamente, o movimento antivacina que se espalha hoje pelo mundo, especialmente entre religiosos conservadores, e a colonização de terras indígenas pelo evangelismo pentecostal.

Pelo panorama acima, como já antecipado, a cobertura da mídia sobre o comportamento dos evangélicos na pandemia buscou essencialmente alertar para o perigo dos cultos presenciais, denunciar atitudes negacionistas e incentivar a adoção das medidas preventivas cabíveis. Quando colocou em circulação discursos contrários ao que apregoam as autoridades sanitárias, a imprensa o fez para confrontá-los ou desmenti-los. Isso indica um movimento discursivo em que teorias da conspiração e *fake news* tomam corpo em outros locais, muito provavelmente nas mídias sociais, para depois chegar à mídia hegemônica, cabendo a ela se contrapor aos discursos negacionistas.

No próximo tópico, apontamos de que forma o discurso neopentecostal e o de Bolsonaro se aproximam. Mostramos que ambos se apoiam em uma racionalidade neoliberal e na emergência de um novo tradicionalismo que se coloca em oposição à ciência e ao sistema de peritos.

EVANGÉLICOS E BOLSONARISTAS: DISCURSOS CONSONANTES

As pandemias costumam trazer à tona previsões dos “fins dos tempos”. Durante a Covid-19, boa parte das lideranças evangélicas buscou tranquilizar os seus fiéis afirmando que o tempo do fim ainda não havia chegado. Para apaziguar possíveis medos da população, alegavam que os crentes em Deus não deveriam temer o vírus, porque a fé seria capaz de vencer a Covid-19. Esse argumento evidencia uma divisão entre dois grupos: aqueles que têm fé, e justo por isso passariam ilesos pela pandemia, e os sem fé, que inevitavelmente fracassariam.

Enquanto os evangélicos propagavam a fé em Deus no combate à Covid-19, Bolsonaro falava de coragem. De passado militar, o presidente costuma estimular na população uma postura de combate para o enfrentamento da Covid-19. Segundo ele, os fortes são aqueles que enfrentam o vírus “como homem”, enquanto os “fracos” foram por ele qualificados de “moleque”, “maricas”, pessoas cheias de “frescura” e “mimimi” – numa valoração moral claramente misógina a respeito das pessoas que seguem a orientação de “ficar em casa”. Corriqueiramente, o presidente dava a si mesmo como exemplo de coragem a seguir. Várias de suas falas vão nesse sentido. O emprego do diminutivo em “resfriadinho”, “gripezinha”, “conversinha”, na fala de

Bolsonaro (exemplo 01), e de “ventinho” na de Edir Macedo (exemplo 02) deixa clara a intenção de minimizar a gravidade da doença.

01 - No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho (Bolsonaro, 2020 *apud* 2 momentos [...], 2020).

02 - Meu amigo e minha amiga, não se preocupe com o coronavírus. Porque essa é a tática, ou mais uma tática, de Satanás. Satanás trabalha com o medo, o pavor. Trabalha com a dúvida. E quando as pessoas ficam apavoradas, com medo, em dúvida, as pessoas ficam fracas, débeis e suscetíveis. Qualquer ventinho que tiver é uma pneumonia para elas (Edir Macedo, 2020 *apud* Bergamo, 2020).

Para além do uso comum dessa estratégia linguística, a maior similaridade entre os dois discursos recai na crença de que é preciso ser forte para vencer a pandemia. Essa ideia de força, seja pela fé ou pela coragem, se associa aos preceitos da “responsabilização individual” e do “espírito de competição” característicos da racionalidade neoliberal. É o *ethos* do empreendedor de si que está aqui sendo mobilizado.

A metáfora da guerra presente nos dois discursos, por sua vez, está claramente associada à dinâmica concorrencial do neoliberalismo. Ao sustentar que se vive uma situação de guerra, Bolsonaro naturaliza a ideia de que inevitavelmente haverá mortos, suas falas “Não adianta fugir disso, fugir da realidade”, “todos nós vamos morrer um dia” revelam esse efeito de sentido.

De acordo com a Teologia do Domínio, que está na base do neopentecostalismo, tudo de ruim nesse mundo (doenças, desigualdade social, injustiça, violência etc.) é culpa do “diabo”. Para uma religião que fala a linguagem deste mundo, é importante que “satanás” não seja uma entidade abstrata, mas encarnada naqueles que melhor representem a figura do “inimigo”, seja esse inimigo

quem supostamente quer destruir a “família tradicional”, os “valores cristãos”, o *status quo*, ou, no caso da pandemia, todos aqueles que defendem o isolamento social.

Laclau e Mouffe (2001) ensinam que a ideia de “inimigo” é um “significante vazio ou flutuante”. No caso da pandemia brasileira, o “inimigo”, na visão do Governo Federal e de alguns evangélicos foram essencialmente governadores e prefeitos, membros do STF, autoridades científicas e sanitárias (OMS, a Fiocruz, Instituto Butantã), a mídia e a esquerda. E por que tais atores sociais foram considerados inimigos? Porque eles defendiam estratégias que, embora individuais, necessitavam da adesão de todos para surtir efeito: isolamento social, uso de máscaras e vacinação. Além disso, sugeriam o emprego de medidas protetivas ao trabalhador, como o auxílio emergencial. Tal posicionamento se opõe aos preceitos neoliberais de responsabilização individual e privatização dos riscos.

Bolsonaro se opunha ao isolamento social, alegando que com a suspensão das atividades econômicas o trabalhador precisa enfrentar a falta de renda e, conseqüentemente, as dificuldades para sobreviver (exemplos 03, 04 e 05). Tal argumento se baseia no (falso) dilema entre a possível morte física, provocada pelo vírus à época em que não existia vacina ou tratamento eficaz, ou a morte econômica depois, fruto do desemprego e da fome. Em suas falas, ao insinuar que os trabalhadores de carteira assinada tinham muitos privilégios em relação aos trabalhadores informais, Bolsonaro terminou criando uma rivalidade entre esses dois segmentos, colocando uma parcela da população contra outra.

03 – Dizem que eu estou mais preocupado com a economia do que com a vida das pessoas. Sem grana tu morre de fome, cara. Morre de depressão, suicídio. Quanto mais desemprego, mais violência (Bolsonaro, 2020 *apud* Casado, 2021a).

04 – Eu estou com vontade, não sei se vou fazer, de baixar um decreto amanhã: toda e qualquer profissão

legalmente existente ou aquela que é voltada para a informalidade, se for necessária para levar o sustento para os seus filhos, para levar o leite para os seus filhos, para levar o arroz e feijão para a casa, vai poder trabalhar (Bolsonaro [...], 2020).

05 – É desesperador o que a gente vê, principalmente com alguns trabalhadores informais. Levaram uma paulada na testa por causa das medidas de alguns governadores, que deram remédio exagerado. Meu entendimento é que poderiam estar trabalhando. Sempre defendi de forma diferente o isolamento (Bolsonaro, 2020 *apud* Casado, 2021a).

O pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, em muitos de seus sermões e *lives* replicados pela mídia, seguiu a mesma linha de Bolsonaro. Ele não se limitou a defender a manutenção das atividades presenciais de igrejas e templos em tempos de pandemia, falou contra o isolamento de forma geral, sustentando que o *lockdown* só protegia os ricos e prejudicava os pobres, colocando-se assim a favor da manutenção das atividades do comércio e da indústria (exemplos 06, 07, 08). É importante assinalar que a mídia, embora desse a conhecer essas falas, fazia crítica a esse posicionamento.

06 – Estamos diante de uma escolha de Sofia. O que mata mais? Coronavírus ou caos social? Vai matar gente de coronavírus? Vai. Mas o caos social mata mais (Malafaia [...], 2020).

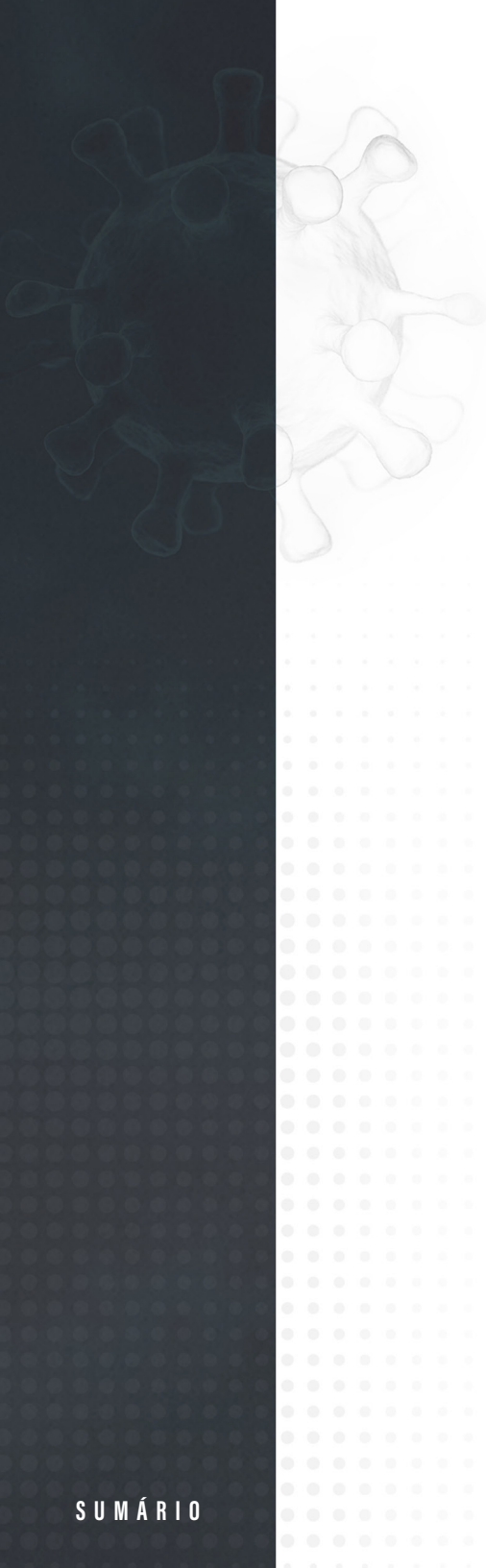
07 – Você não tem ideia da quantidade de gente que chega na igreja apavorada, com medo, angustiada, pensando em suicídio porque o dinheiro vai acabar daqui três dias e não tem dinheiro para comprar comida (Malafaia, 2020 *apud* Caos [...], 2020).

08 – O Rio de Janeiro tem quase 3 milhões de pessoas que moram em comunidades. Nada fechou, nada. Que isolamento é esse [...] Quarentena que não protege o pobre (Malafaia, 2020 *apud* Castro, 2020).

A defesa de Bolsonaro e Malafaia da necessidade de o trabalhador se manter em atividade se mostrou em sintonia com a pesquisa Datafolha realizada em abril de 2020 (Bächtold, 2020), segundo a qual 44% dos evangélicos apoiavam a volta das pessoas ao trabalho, enquanto para a população em geral este índice era de 37%. Importante frisar, contudo, que a posição majoritária dos evangélicos era a de que o isolamento social deveria ser respeitado.

Como avaliou à época a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2020) na sua coluna do jornal *The Intercept*, tal resultado indicava a ambivalência entre a compreensão da importância do isolamento social e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da impossibilidade de parar de trabalhar. A pesquisadora lembrava ainda que no início da implantação do auxílio emergencial havia muitas dúvidas sobre quem poderia recebê-lo. Os pequenos comerciantes não sabiam se poderiam ganhar o benefício e avaliavam que a ajuda financeira poderia reforçar uma “injustiça” entre aqueles que queriam/precisavam trabalhar e os que seriam beneficiados pelo auxílio, retomando a polarização entre as figuras do trabalhador e/ou empreendedor X o “vagabundo”. Ou seja, embora muitos achassem que parar de trabalhar era injusto e inviável, não eram negacionistas da pandemia.

Nas declarações anteriormente destacadas de Bolsonaro e Malafaia ainda chama atenção a preocupação com a saúde mental da população, bem como com o possível aumento da violência. O argumento de que igrejas e templos funcionam como lugares de proteção e cuidado revelam a importância terapêutica das instituições religiosas. Muitas são as declarações das lideranças espirituais comparando as igrejas a um “hospital emocional”, sendo o pastor um tipo de “médico da alma”. Nesse sentido, religiosos disputam com médicos, sanitaristas e epidemiologistas o lugar da verdade durante a pandemia.



Bolsonaro corroborou o argumento de que a igreja tem uma função protetora. Sua decisão de incluir as instituições religiosas nos serviços essenciais se apoiou justo nesse argumento. Na época, ele afirmou que as igrejas, às vezes, são “a única coisa que as pessoas têm”. Em 2021, após a decisão do STF de manter as igrejas fechadas, reagiu dizendo: “Geralmente, o cara, quando está numa situação depressiva, ele procura Deus. E ele procura onde? Deus está em todo lugar, sabemos disso, mas ele vai na igreja, vai num templo”. Vários foram os momentos em que o presidente creditou à religião, à fé a possibilidade de combate à doença. No dia 12 de abril de 2020, domingo de Páscoa, Bolsonaro participou de uma cerimônia religiosa junto a lideranças evangélicas e convocou a população para um jejum nacional de combate ao vírus. Antes disso, no dia 17 de março de 2020, ao lado de um grupo de evangélicos, já havia “profetizado” a extinção do coronavírus no Brasil. Se por um lado Bolsonaro investiu na fé como possibilidade de combate a pandemia; por outro, ele desinvestiu na ciência, o que em si mesmo já era um movimento revelador de seu negacionismo – que exploraremos adiante.

Colocando-se na posição de defensores do emprego e da renda dos trabalhadores, Bolsonaro (exemplo 09) e alguns líderes evangélicos (exemplos 10 e 11) buscaram transferir para os governadores e prefeitos que adotaram medidas de distanciamento social o ônus da crise econômica e social. Governadores e prefeitos foram acusados de estarem “superdimensionando” a doença com objetivo de obter recursos do governo federal. Segundo o ex-presidente e alguns evangélicos, essa seria na realidade uma falsa preocupação com a população, pois, na realidade eles estariam escondendo interesses próprios de enriquecimento pessoal que seria possibilitado através de desvio de verba, superfaturamento de produtos, fechamento de contratos sem licitação, entre outros expedientes antiéticos e ilegais.

09 – Parece que há interesse por parte de alguns governadores de inflar o número de vitimados do vírus. Daria mais respaldo para eles, para justificar as medidas que eles tomaram (Bolsonaro, 2020 *apud* Freire, 2020).

10 – Por trás dessa campanha toda do coronavírus existe um interesse econômico, e onde há interesse econômico, aí tem (Edir Macedo [...], 2020).

11 – Quarentena de araque para roubalheira, safadeza de não ter licitação que nós estamos vendo aí (Malafaia, 2020 *apud* Castro, 2020).

Quando falava mal das autoridades estaduais e municipais, Bolsonaro (exemplos 12 e 13) costumava alegar que o verdadeiro interesse de seus opositores ao explorarem os efeitos da crise sanitária no país era derrubar o seu governo. Ele frequentemente se colocava no lugar de perseguido.

12- Essa é a preocupação que eu tenho. Se a economia afundar, afunda o Brasil. E qual o interesse, em parte, com toda certeza, dessas lideranças políticas? Se acabar a economia, acaba qualquer governo. Acaba o meu governo. É uma luta de poder (Bolsonaro, 2020 *apud* Casado, 2021b).

13 – Quero crer que não seja apenas uma vontade desses políticos, que não vou nominar aqui, de querer abalar a presidência da República. Não vão me tirar daqui (Presidente [...], 2020).

Entre os evangélicos, a narrativa de perseguição é algo comum. Na Bíblia, São Paulo promete aos cristãos que, se eles amam Cristo, sofrerão por Ele. Assim, embora haja casos reais de perseguição e preconceito, a cultura cristã muitas vezes fetichiza o sofrimento. Na pandemia da Covid-19, a própria obrigação de fechar as igrejas e templos era interpretada como “cristofobia”.

No *hall* de inimigos de evangélicos e bolsonaristas ainda estava a China. Ambos fizeram circular a teoria da conspiração que acusava o país asiático de ser responsável pela disseminação do SARS-CoV-2 (exemplos 14, 15, 16). Essa teoria conspiratória ressaltava a ideia de que a população chinesa seria perigosa, impura, suja. E não podemos esquecer que, sendo a China um país comunista, essas associações não se davam ao acaso, já que para esses

grupos ser comunista é um mal em si. Tudo isso ilustra bem o que apontam os estudos de Mary Douglas (2010) sobre a construção da figura do inimigo.

14 – É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou por algum ser humano [que] ingeriu um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês (Bolsonaro, 2021 *apud* Em nova [...], 2021).

15 – De onde veio essa porcaria? Da minha casa ou da tua casa por algum acaso? As últimas pragas do mundo vieram de onde? Da China! (Silas Malafaia 2020 *apud* Mello; Cidadão, 2021).

A ideia de perseguição foi também fortemente mobilizada por Bolsonaro para apontar a mídia hegemônica como inimiga (exemplos 16 e 17). De maneira similar, os evangélicos colocaram a mídia como foco de desconfiança (exemplo 18), alegando que ela disseminava “pânico”, “medo”, “histeria” e “caos” ao falar da covid. As lideranças neopentecostais chegaram a acusar a mídia de atuar como um “falso profeta”.

16 – Para a mídia, o vírus sou eu (Bolsonaro, 2020 *apud* Behnke, 2021).

17 – De forma covarde e desrespeitosa aos 100.000 brasileiros mortos, [uma emissora] festejou essa data no dia de ontem, como uma verdadeira final da Copa do Mundo, culpando o presidente da República por todos os óbitos (Bolsonaro, 2020 *apud* Essa TV [...], 2020).

18 – As pessoas estão apavoradas por algo que verdadeiramente não condiz com a realidade que a mídia tem jogado no ar, com o pavor que a mídia tem usado para levar as populações, as nações [a ficarem] apavoradas com respeito a esse vírus, o coronavírus (Edir Macedo, 2020 *apud* Bergamo, 2020).

Outro fator que levou a mídia a ser alvo de ataques foi o fato dela ser responsável por fazer chegar à população toda uma gama de informação científica, combatendo terraplanistas, criacionistas, movimento antivacina, teorias conspiratórias e pseudociências que disseminam uma série de inverdades como sendo verdades.

O governo Bolsonaro foi um dos agentes de divulgação de inverdades, inclusive, foi investigado numa CPI, entre outras coisas, por ter propagado a eficiência desses medicamentos que não tinham eficácia comprovada contra a covid, como a cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina. Várias lideranças evangélicas também fizeram uso de tais medicamentos. O bispo Edir Macedo, por exemplo, quando contraiu o vírus alegou que foi curado da doença após tomar hidroxicloroquina.

Durante a pandemia, vários foram os negacionismos que bolsonaristas e evangélicos fizeram circular. Muitos deles refletiam essa espécie de revolta contra a Modernidade que estamos vivendo e muito frequentemente se ligavam ao tema da liberdade. Por exemplo, quando se falou em fechamento das igrejas na pandemia, o tema da liberdade religiosa surgiu com força. Aqueles que defendiam a abertura de igrejas e templos argumentavam que a Constituição garante a liberdade de culto e que qualquer decisão em contrário fere este princípio. Tal argumento foi mobilizado predominantemente por figuras de *status* jurídico. Foi o caso da Anajure e do ministro Kassio Nunes, já mencionados.

Na pandemia, a versão neoliberal da liberdade foi muito usada para justificar as violações mais variadas. O ex-presidente Bolsonaro, por exemplo, reivindicava-a para circular livremente pelas ruas, não usar máscara e não tomar vacina (exemplos 19 a 22) e de forma complementar acusa qualquer decisão estatal que visa o bem comum de ser “ditatorial”, “fascista” ou “totalitária”.

19 – Eu tenho o direito constitucional de ir e vir. Ninguém vai tolher minha liberdade de ir e vir (Bolsonaro, 2020 *apud* Portinari; Trindade, 2020).

20 – Defendemos a liberdade de cada indivíduo para decidir se deve ou não tomar a vacina. A pandemia não pode servir de justificativa para ataques às liberdades individuais (Bolsonaro, 2020 *apud* Lara, 2020).

21 – Eu não posso falar como cidadão uma coisa e como presidente outra. Mas como eu nunca fugi da verdade, eu te digo: eu não vou tomar vacina. E ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu. E ponto final (Bolsonaro, 2020 *apud* Soares, 2020).

22 – Metade da população diz que não quer tomar essa vacina, esse é um direito das pessoas O governo federal não obrigará ninguém (Bolsonaro, 2020 *apud* Obrigatoriedade [...], 2020).

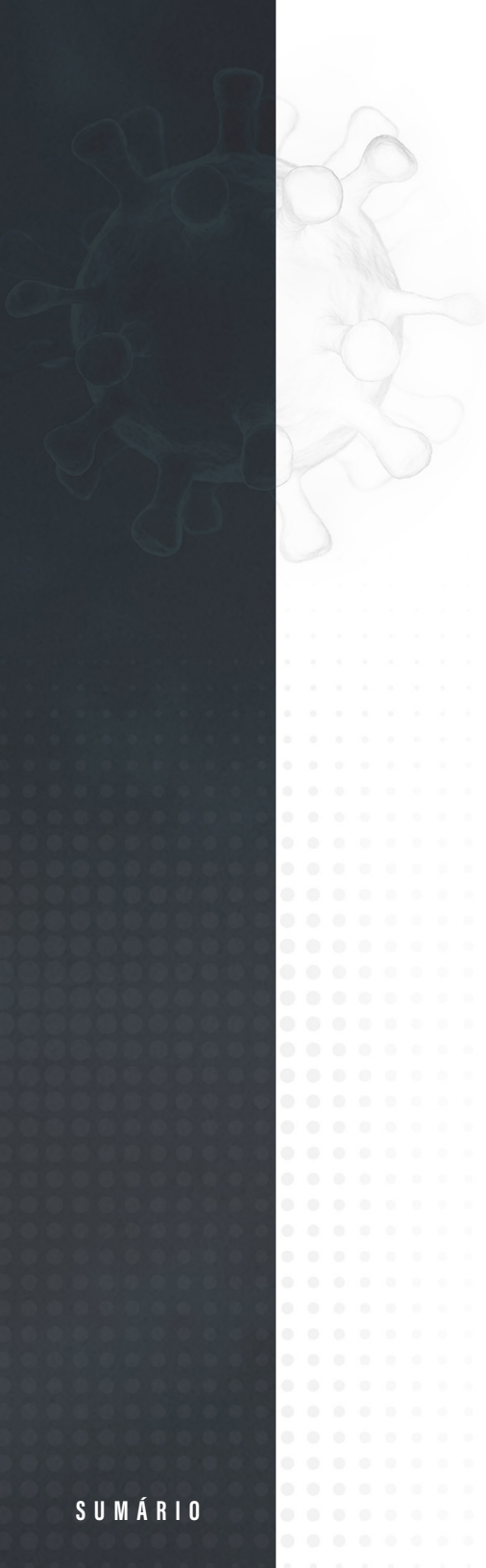
Alguns grupos evangélicos seguiram o mesmo caminho de Bolsonaro. Como já apontado, no início da pandemia (mas também depois), líderes de grandes igrejas neopentecostais se recusaram a seguir as regulamentações estaduais de isolamento e distanciamento social e realizaram reuniões lotadas em sua igreja, muitas vezes sem máscara. Isso foi denunciado pela mídia (exemplos 23 e 24).

23 – Coronavírus: evangélicos fazem ‘ato contra máscaras de proteção’ e queimam objetos (Coronavírus, 2020).

24 – Pastor é denunciado por proibir entrada de fiéis com máscara em Igreja do Paraná (Melo, 2021).

Um fato chama atenção sobre as notícias que relacionam evangélicos e vacina: a quantidade de matérias denunciando a influência evangélica para que a população indígena, alvo de processos de evangelização não se vacine, como indicado antes. A fim de convencer os indígenas a não se vacinarem, *fake news* propagavam que as vacinas seriam parte de experimentos que visariam utilizar os indígenas como cobaias ou teriam por objetivo seu extermínio. De fato, *fake news* sobre vacinas mobilizam muito as teorias da conspiração³².

32 Algumas dessas teorias incluem a afirmação de que a vacina é a marca da besta ou que ela irá provocar esterilização em mulheres. Um dos mitos que se espalharam pela internet, por exemplo, é o de que o vírus é uma tática de encobrimento para o bilionário Bill Gates implantar microchips rastreáveis nas pessoas.



Embora o movimento antivacina não diga respeito apenas aos evangélicos, mas a toda uma gama da população mundial, uma pesquisa do Datafolha feita em maio de 2021 mostrou que a resistência contra a vacina em solo brasileiro era maior entre evangélicos do que católicos (Mazzo, 2021). Apenas 20% dos evangélicos disseram ter sido vacinados contra a covid, enquanto o percentual verificado entre católicos foi de 31% e a média da população (25%). Dos entrevistados, 10% disseram que não pretendiam se vacinar, o dobro dos católicos (5%).

Para finalizar a análise, importante chamar atenção para as matérias que denunciavam que o posicionamento das lideranças religiosas pela manutenção das atividades presenciais de igrejas e templos encobria um interesse essencialmente “mercenário”: a arrecadação do dízimo. No entanto, as lideranças neopentecostais que tinham voz na mídia não reagiam a tais denúncias. Há um apagamento desse tópico discursivo em suas falas. Ou seja, foi só na forma de denúncia realizada por aqueles que se opunham aos cultos presenciais que tal tema apareceu na mídia.

Estranhando tal fato, resolvemos observar alguns cultos transmitidos pela TV e internet e constatamos que pastores e bispos reiteraram insistentemente a importância do dízimo. Eles não apenas explicavam oralmente como realizar o pagamento, como à medida que falavam surgiam nas telas instruções escritas detalhando como o fiel deveria proceder para contribuir. Também a consulta que realizamos na internet pelo sintagma “dízimo e pandemia” confirmou a preocupação forte das igrejas (não só as evangélicas) com o assunto. Nas páginas on-line das instituições religiosas era comum achar textos argumentando a respeito da relevância do dízimo, especialmente em tempos de pandemia. Ou seja, quando falavam internamente para os fiéis nos cultos, o dízimo é tematizado pelas lideranças religiosas, quando falavam para/com um público externo, não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo levantamento aqui feito, observamos que as notícias relativas aos evangélicos e pandemia se constroem em torno de um tema principal: o isolamento social, configurado na polêmica em torno da proibição das atividades presenciais de igrejas e templos. Em reação vimos urgir um discurso que mobilizou tanto a função terapêutica da igreja no apoio à população quanto à questão das liberdades, religiosa ou individual.

A polêmica sobre o fechamento ou não das igrejas se configurou em torno de duas FDs distintas. Uma FD Negacionista sustentava sua posição a partir da seguinte cadeia discursiva modelo: (a) Deus é quem salva (e não a ciência) e, em razão disso, em tempos de pandemia os locais de culto deveriam permanecer abertos para que os fiéis pudessem praticar sua fé em busca de proteção; (b) o Estado não pode passar por cima da liberdade religiosa ou de outras liberdades civis garantidas na Constituição, sob pena de estar sendo autoritário ou "crisofóbico"; (c) os defensores do isolamento social são elitistas, pois, estão na posição confortável de poder permanecer trabalhando/estudando em casa, enquanto os trabalhadores precisam se arriscar nas ruas; e (d) por trás das medidas protecionistas contra a Covid-19, governadores e prefeitos escondem outros interesses, entre eles o enriquecimento ilícito advindo do superfaturamento de itens como máscaras e respiradores, por exemplo.

Quem ocupava a posição de uma FD Não Negacionista, por sua vez, assumia os seguintes posicionamentos discursivos: (a) mediante o alto índice de contágio, ausência de remédios com eficácia comprovada, falta de vacina, estrangulamento dos hospitais e perigo de morte, era necessário se seguir as orientações de isolamento social das autoridades científicas, sanitárias e governamentais); (b) existiam alternativas para a realização de cultos e missas (por exemplo, o uso da internet) e a fé é algo que se pode

professar sozinho; e (c) quem reivindicava que as igrejas e templos permanecessem abertos, dissimulava interesses econômicos com a arrecadação do dízimo manifestando uma falsa preocupação com a fé dos crentes.

Enfim, cada FD se coloca de forma oposta uma em relação à outra sobre os mesmos temas, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Formações Discursivas em Diálogo

FD Negacionista	FD Não Negacionista
Posicionamento a favor da abertura de igrejas e templos.	Posicionamento contrário a abertura de igrejas e templos.
As igrejas e templos são locais de proteção, cuidado e cura. Por isso deveriam permanecer abertos.	As igrejas e templos são locais de aglomeração, facilitando o contágio. Por isso, deveriam permanecer fechados.
Quem salva é a fé em Deus.	Quem salva são as medidas protecionistas (isolamento social, uso de máscara, vacina etc.) preconizadas pela ciência, impostas pelo Estado e divulgadas pela imprensa.
É a ação individual do fiel, sua fé, que pode conseguir a salvação.	Só a ação coletiva da população para evitar a propagação da epidemia, o adoecimento e a morte.
A Constituição garante a liberdade de culto e as liberdades individuais.	A liberdade de culto e as liberdades individuais não podem passar por cima do bem coletivo.
Quem se coloca a favor do isolamento social (governadores, prefeitos, STF, organizações de saúde, ciência e mídia) não reconhece a necessidade do trabalhador de ganhar o seu sustento, ocupa uma posição de privilégio social e econômico e quer lucrar em cima da crise.	Quem defende o fim do isolamento social está na verdade preocupado com seus próprios interesses econômicos, ou seja, a arrecadação do dízimo (caso das igrejas neopentecostais) ou do lucro (caso das empresas de prestação de serviço e comércio).

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Como vemos, o fechamento das igrejas durante a pandemia provocou uma grande polêmica. A ideia de polêmica é aqui entendida aos moldes do que propõe Maingueneau (2005), como

“interincompreensão discursiva”. Falar em “interincompreensão” significa dizer que cada um interpreta e traduz os enunciados de seu Outro a partir do seu próprio ponto de vista, construindo um simulacro do discurso opositor. Portanto, a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é capturada. Dessa forma, não existe, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido. Ou seja, trata-se de uma incompatibilidade entre posicionamentos discursivos distintos. Nesse contexto, a valoração positiva de um topos por parte de um discurso implica sua valoração negativa (ou mesmo omissão) por parte de outro. Nesse contexto, é impossível instaurar o diálogo que a política demanda na construção do comum. A polarização que vivemos à época da crise pandêmica e ainda hoje comprova isso.

REFERÊNCIAS

‘ESSA TV festejou os 100 mil mortos como uma verdadeira final da Copa do Mundo’, diz Bolsonaro sobre Rede Globo. **Revista Cenarium**, 09 ago. 2020. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/essa-tv-festejou-os-100-mil-mortos-como-uma-verdadeira-final-da-copa-do-mundo-diz-bolsonaro-sobre-rede-globo/>. Acesso em: 25 out. 2023.

2 MOMENTOS em que Bolsonaro chamou Covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. **BBC News Brasil**, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 25 out. 2023.

BÄCHTOLD, F. Evangélicos têm tendência pró-Bolsonaro e relativizam mais coronavírus, indica Datafolha. **Folha de S.Paulo**, 10. abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/evangelicos-tem-tendencia-pro-bolsonaro-e-relativizam-mais-coronavirus-indica-datafolha.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

BEHNKE, E. ‘Para a mídia, o vírus sou eu’, diz Bolsonaro. **Estadão**, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/criaram-o-panico-o-problema-esta-ai-lamentamos-mas-voce-nao-pode-viver-em-panico-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 25 out. 2023.

Bergamo, M. Vídeo mostra Edir Macedo dizendo que coronavírus é inofensivo e que Satanás e mídia promovem medo. **Folha de S.Paulo**, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/03/video-mostra-edir-macedo-dizendo-que-coronavirus-e-inofensivo-e-que-satanas-e-midia-promovem-medo.shtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

BILENKY, T. Estratégia evangélica é ocupar o Executivo para chegar ao Judiciário, diz pesquisadora. **Folha de S.Paulo**, 31 out. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

BOLSONARO cogita decreto que possibilita volta ao trabalho a todas as profissões. **CNN Brasil**, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cogita-decreto-para-que-todas-as-profissoes-voltem-ao-trabalho/>. Acesso em: 25 out. 2023.

BROWN, W. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. Tradução Mario Antunes Marino. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CAOS social mata mais, diz Malafaia sobre quarentena diante do coronavírus. **Uol**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/27/caos-social-mata-mais-diz-malafaia-sobre-quarentena-diante-do-coronavirus.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.

CASADO, J. A pandemia pelo olhar de Jair Bolsonaro. **Veja**, 11 maio 2021a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/a-pandemia-pelo-olhar-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 25 out. 2023.

CASADO, J. A prioridade do vírus, segundo Bolsonaro. **Veja**, 21 maio 2021b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/a-prioridade-do-virus-segundo-bolsonaro>. Acesso em: 25 out. 2023.

CASTRO, R. Amigo de deputado com Covid-19, Silas Malafaia diz que ele viajava bastante pelo Rio e 'vivia no risco'. **Época**, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/amigo-de-deputado-com-Covid-19-silas-malafaia-diz-que-ele-viajava-bastante-pelo-rio-vivia-no-risco-24487672>. Acesso em: 25 out. 2023.

CORONAVÍRUS: evangélicos fazem "ato contra máscaras de proteção" e queimam objetos. **Pragmatismo Político**, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/06/coronavirus-evangelicos-fazem-ato-contramascaras-de-protecao-e-queimam-objetos.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

CORTÊS, M. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-38, abril 2018.

CUNHA, C. V. Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco. **Plural**. Antropologías desde América Latina y el Caribe, ano 3, n. 6, jul./dez., p.123-149, 2020. Disponível em: <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/issue/view/7>. Acesso em: 10 out. 2021.

DEBATE entre presidenciais na Rede Globo. **El País**, 05 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/politica/1538688979_774263.html. Acesso em: 10 out. 2021.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2010.

DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

EDIR Macedo diz que coronavírus é 'inofensivo' e 'tática de Satanás'. **Poder 360**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/edir-macedo-diz-que-coronavirus-e-inofensivo-e-tatica-de-satanas/>. Acesso em: 25 out. 2023.

EM NOVA provocação à China, Bolsonaro volta a insinuar que o coronavírus pode ter 'nascido em laboratório'. **Carta Capital**, 09 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-nova-provocacao-a-china-bolsonaro-volta-a-insinuar-que-o-coronavirus-pode-ter-nascido-em-laboratorio/>. Acesso em: 25 out. 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, S. Bolsonaro diz haver interesse de governadores em 'inflar números' da Covid-19. **Poder 360**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-haver-interesse-de-governadores-em-inflar-numeros-da-covid-19/>. Acesso em: 25 out. 2023.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. 2 ed. New York: Verso, 2001. 198 p.

LARA, L. Defendemos a liberdade de cada um para decidir se toma vacina, diz Bolsonaro. **CNN**, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defendemos-a-liberdade-de-cada-um-para-decidir-se-toma-vacina-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MALAFIA contra isolamento: "Vai matar gente de coronavírus? Vai. Mas o caos social mata mais". **O Popular**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://opopular.com.br/politica/malafia-contra-isolamento-vai-matar-gente-de-coronavirus-vai-mas-o-caos-social-mata-mais-1.2023767>. Acesso em: 25 out. 2023.

MAZZO, A. 91% dos brasileiros pretendem se vacinar ou já se vacinaram, mostra Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/91-dos-brasileiros-pretendem-se-vacinar-ou-ja-se-vacinaram-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 20 out. 2021.

MELLO, A. Cidadão, B. São enganosos e perigosos os posts e vídeos de Silas Malafaia sobre o coronavírus. **Bereia**, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/sao-enganosos-e-perigosos-os-posts-e-videos-de-silas-malafaia-sobre-o-coronavirus/>. Acesso em: 25 out. 2023.

MELO, P. Pastor é denunciado por proibir entrada de fiéis com máscara em Igreja do Paraná. **Paraná Portal**, 09 jun. 2021. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/pastor-denunciado-policia-proibir-entrada-fieis-mascara-igreja>. Acesso em: 25 out. 2023.

MELO, S. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). **Revista Caminhando**, v. 23, n. 2, p. 81-105, jul./dez. 2018.

MISKOLCI, R. **Batalhas morais**: política na esfera pública tecno-midiatizadora. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

OBRIGATORIEDADE de vacinas é alvo de debate nos três poderes da República. **Câmara dos Deputados**, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/701491-obrigatoriedade-de-vacinas-e-alvo-de-debate-nos-tres-poderes-da-republica/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R. Coronavírus: como as igrejas evangélicas estão se aproveitando da crise para ocupar o vácuo do estado. **Intercept Brasil**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/14/coronavirus-igrejas-evangelicas/>. Acesso em:

PORTINARI, N.; TRINDADE, N. "Tenho o direito constitucional de ir e vir", diz Bolsonaro ao circular em Brasília. **O Globo**, 10 abr. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/10/tenho-o-direito-constitucional-de-ir-e-vir-diz-bolsonaro-ao-circular-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRESIDENTE critica 'políticos' e diz: 'não vão me tirar daqui'. **Isto é Dinheiro**, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/presidente-critica-politicos-e-diz-nao-va-me-tirar-daqui/>. Acesso em: 25 out. 2023.

REIS, L.; CUNHA, M.; PESTANA, M.; ABREU, G. **Religião e voto**: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022. Disponível em: <https://iser.org.br/publicacao/religiao-e-voto-uma-fotografia-das-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-2020-2/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOARES, I. Bolsonaro: "Eu não vou tomar a vacina e ponto final. Problema meu". **Correio Braziliense**, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4895094-eu-nao-vou-tomar-a-vacina-e-ponto-final--problema-meu.html>. Acesso em: 25 out. 2023.

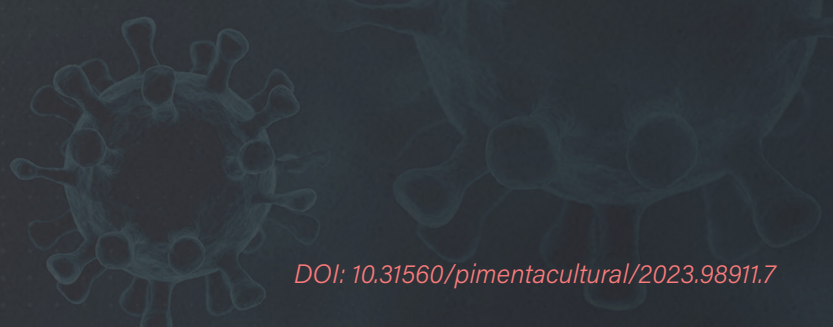
WEBER, M. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



7

*José Manuel Azevedo
Isaltina Mello Gomes
Ivone Neiva Santos*

**IMAGENS E METÁFORAS
DA COVID-19 NAS CAPAS
DAS REVISTAS *VEJA* E *VISÃO***



DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98911.7](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98911.7)

Quando o mundo é assustador, quando a política move paixões, quando os cidadãos estão ansiosos, percebemos bem a importância das emoções na política.

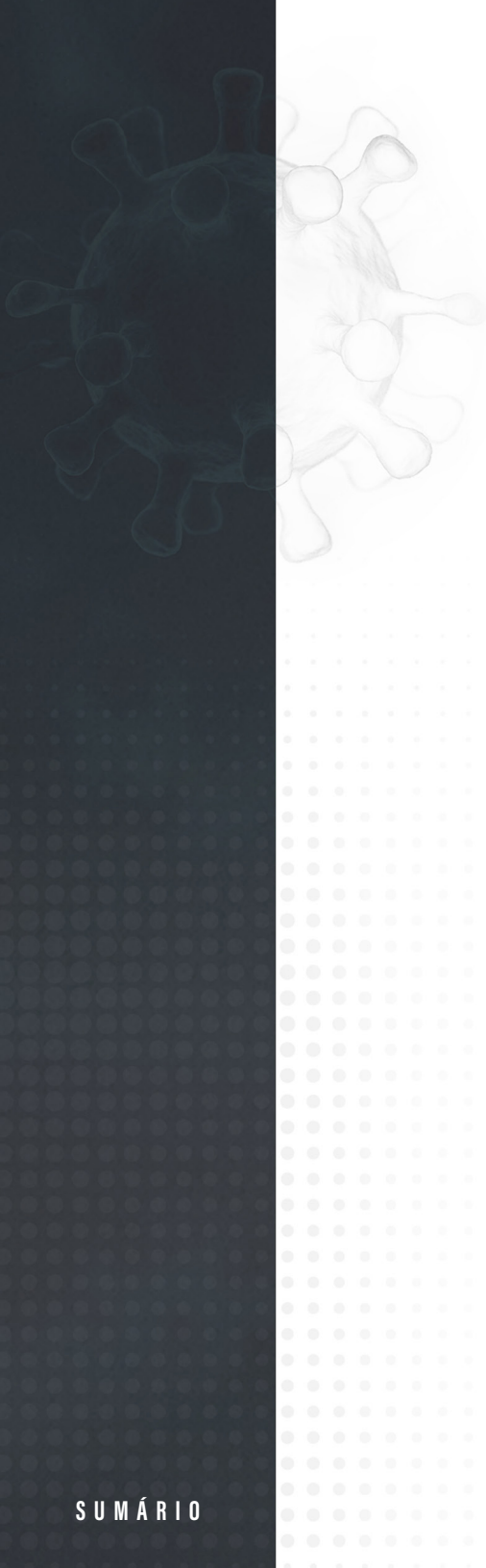
A era moderna tem sido frequentemente descrita como uma “era de ansiedade”, desde o trabalho de W. H. Auden (1947) até à recente ênfase nas nossas inseguranças econômicas, sociais, políticas e ambientais. Vivemos uma época de “nervosismo” e mal-estar social generalizado. Alguns autores vão mesmo mais longe e apelidam a cultura atual como uma cultura do medo (Furedi, 2018; Glassner, 2005), salientando que o sentimento de vulnerabilidade e insegurança vem aumentando nas últimas décadas. Parte da literatura sociológica sobre a política de risco e sobre os efeitos da modernidade na percepção de segurança ontológica visa compreender a ansiedade simultaneamente como uma construção social e como uma construção psicológica (Beck, 2009; Bauman, 2001, Giddens, 2004). De acordo com Bauman (2001), esta tornou-se uma condição normal e cotidiana da sociedade moderna, com cada vez mais pessoas vivendo num estado de ansiedade constante: um “tempo de medos” que ameaça os corpos, a ordem social e a nossa própria sobrevivência como espécie. A gestão do medo tornou-se assim um elemento quase permanente da ação política e pública: tranquilizar os cidadãos e administrar o princípio da precaução sem revelar os próprios medos são elementos fundamentais no exercício do poder hoje. Neste contexto, o discurso político gera questões como:

- A que autoridades concedo legitimidade para a administração do medo público?
- Aceito submeter-me à autoridade, porque esta me pode proteger do perigo e de medos ainda maiores?
- Ou, pelo contrário, tenho medo que essa submissão seja um perigo para as minhas liberdades?
- Qual é o papel da mídia na promoção do medo?

Milne *et al.* (2011) sugerem que o aparecimento de discursos políticos, econômicos e culturais em torno do medo deve motivar-nos a examinar sociologicamente esta viragem afetiva. Tanto mais que as ameaças que desencadeiam maior ansiedade dependem do enquadramento (*framing*) político e midiático que é realizado.

Em 1990, Philip Strong propôs um modelo sociológico para analisar a resposta social a uma epidemia, realçando o papel determinante da linguagem. Partindo do estudo do impacto social do HIV, Strong verificou que a então nova e fatal epidemia biológica desencadeou o surgimento de três “epidemias psicossociais”: uma epidemia de medo, outra de moralização e ainda outra de ação. Em conjunto formariam aquilo que o autor designa por “psicologia epidêmica” para descrever a reação da sociedade a uma epidemia e que consiste num processo repetitivo de padrões formados por ondas de pânico, estigma, moralização e chamada para a ação. De acordo com Strong, cada uma das três epidemias psicossociais tem características distintas, mas elas não surgem necessariamente de forma linear, podendo ocorrer sobreposições ou reativações. Aparecem, no entanto, de forma tão mais severa quanto mais grave e contagiosa for a epidemia. Essa severidade depende do grau de ameaça colocada pela epidemia ao nosso cotidiano e da maior ou menor fragilidade da estrutura social que com ela é confrontada. Para Strong, a linguagem desempenha um papel fundamental na resposta que enquanto sociedade(s) damos a uma epidemia grave, sendo por isso determinante, ainda mais na atualidade, o papel dos media quer na construção/desconstrução das epidemias psicossociais, quer como refletores dessas manifestações no corpo social.

A análise realizada por Gruchola e Slawek-Czochra (2021) aos relatórios semanais do Eurobarómetro sobre a percepção da Covid-19 por parte dos habitantes dos países da União Europeia é evidenciadora desse processo. Procurando perceber se a insegurança manifestada pelos inquiridos era fruto da experiência pessoal, correspondendo a uma ameaça concreta, ou da ansiedade



comunicada pela mídia, os autores concluíram que, nessa fase inicial da pandemia, a insegurança manifestada resultava sobretudo da comunicação midiática, que contribuiu para a construção de uma “cultura de medo” associada à pandemia. O medo da pandemia era, à data da publicação (em dezembro de 2020), um problema mais generalizado na Europa do que a própria pandemia, sendo que o nível de medo dos efeitos da pandemia excedia significativamente o nível de experiências negativas. O papel da mídia teria sido assim determinante. É por isso essencial, para compreender a forma como as pessoas e as sociedades reagiram e reagem a esta pandemia, analisar a forma como a mídia comunica sobre ela, conhecendo-se a sua vocação para transmitir e disseminar o medo (Fischer; Bonss, 2013).

A QUESTÃO DO ENQUADRAMENTO

A teoria do enquadramento, ou *framing theory*, é talvez a abordagem mais prevalente no estudo da cobertura midiática e dos seus efeitos. O que está subjacente é a ideia de que, na comunicação, através das palavras, textos e imagens, a mídia seleciona os aspectos de uma dada realidade que pretende realçar, escolhendo assim uma determinada formulação e interpretação do problema (Entman, 1993). O *frame* midiático define o problema, identifica as suas causas, avalia-o, prevê os seus impactos e sugere soluções, podendo numa única frase ou imagem cumprir mais do que uma dessas funções.

Entman identifica dois níveis de “enquadramento noticioso”: enquanto modelos cognitivos de processamento da informação (por exemplo, o recurso ao frame “guerra fria” na cobertura da política internacional) e enquanto descritores do conteúdo das notícias. Neste caso, o enquadramento noticioso é composto por “palavras-chave, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais que privilegiam uma determinada narrativa” (Entman, 1993, p. 7).

A representação mental que resulta do contato com o *framing* noticioso de um determinado evento é descrito por Entman como um “esquema específico do evento”³³, que conduz a interpretação que fazemos da informação inicial e enquadra a forma como percebemos as notícias subsequentes. Embora nem sempre os jornalistas partilhem o mesmo *framing* do evento e por vezes surjam notícias que desafiam a “visão consensual”, os hábitos cognitivos e constrangimentos dos jornalistas e das organizações em que operam, combinados com o fato de estarem muito dependentes das fontes na produção noticiosa, fazem com que os dados que confirmam o enquadramento sejam mais salientes do que aqueles que o desmentem, que se tornam menos visíveis e até invisíveis. A partir do momento em que um determinado *framing* do evento domina a narrativa, a maioria da população tende a concordar com ele. E para que a mídia influencie uma determinada orientação política não é necessário que todos os veículos interpretem uma história da mesma forma, apenas é preciso que uma maioria significativa o faça.

A metáfora é uma estratégia de *framing* por excelência porque permite acionar rapidamente modelos mentais, crenças e associações a que as pessoas recorrem habitualmente na leitura da realidade. Esse recurso a ideias que nos são familiares facilita, mas também condiciona, a compreensão e a interpretação da informação nova. O uso repetido e a associação de certas imagens e palavras remetem para uma determinada metáfora, uma determinada interpretação da realidade que se torna, dessa forma, mais facilmente compreendida e memorizada do que outras possíveis, que se tornam assim menos consensuais ou mesmo invisíveis.

As imagens, tal como o texto, podem funcionar como dispositivos de *framing* (Amores; Arcila, 2019) e de forma até mais eficaz, já que são menos intrusivas do que as palavras e requerem menor esforço cognitivo. Porque as imagens parecem refletir de forma mais

direta a realidade do que palavras, com maior facilidade nos fazem esquecer de que elas também podem ser construções artificiais (Rodriguez; Dimitrova, 2011). As imagens que acompanham as notícias guiam-nos na compreensão dos contextos e dos protagonistas das realidades relatadas, função que é especialmente relevante quando não temos acesso direto às mesmas. Essas imagens transformam-se assim na realidade visual tal como a conhecemos (Rosas-Moreno *et al.*, 2013). Isto foi bastante patente durante a pandemia, quer porque, numa primeira fase, se tratava de uma realidade distante, quer porque, quando se tornou próxima, as características de invisibilidade do vírus e as medidas de confinamento e isolamento adotadas dificultaram o acesso direto à informação sobre a doença. A metáfora e a imagem são assim duas ferramentas de *framing* extremamente poderosas e que são com frequência usadas em conjunto pela mídia.

Apesar da sua importância, o *framing* visual tem sido relativamente pouco estudado. Uma das razões, de acordo com Rodriguez e Dimitrova (2011), prende-se à dificuldade colocada pela identificação do *framing* visual, redundando na grande variabilidade de abordagens e na falta de consistência teórica e metodológica dos estudos sobre o tema. Com o objetivo de contribuir para a clarificação metodológica, Rodriguez e Dimitrova (2011) realizaram uma revisão de estudos sobre *framing* visual, com base na qual desenvolveram um modelo de análise com quatro níveis. De acordo com esse modelo, as imagens podem ser analisadas em função do seu conteúdo (descrição dos elementos visuais apresentados), do estilo (análise da narrativa), do simbolismo (identificação de símbolos representativos de ideias e conceitos) e da ideologia implícita (a análise dos elementos anteriores numa leitura coerente que fornece uma explicação, os princípios e os interesses que sustentam uma dada representação da realidade). Analisar as imagens como representações ideológicas passa por “reunir os seus elementos simbólicos e estilísticos numa interpretação coerente que fornece o ‘porquê’ por detrás [dessas] representações” (Rodriguez; Dimitrova, 2011, p. 57): que interesses são servidos, que vozes são ouvidas, quais as ideias dominantes nessas representações?

A este propósito, Bock (2020) recorda a tristemente célebre fotografia de Alan Kurdi, a criança afogada quando a sua família tentava fugir da guerra na Síria num pequeno barco. A fotografia, publicada em 2015 por um jornal sueco, teve impacto internacional e rapidamente se tornou icônica, simbolizando o drama vivido pelos refugiados. Essa imagem é um bom exemplo das dimensões de *framing*: foi selecionada para comunicar uma mensagem, mas também foi composta, quando, por exemplo, o fotógrafo esconde o rosto do bebé e apresenta a sua imagem isolada na vastidão da praia. Por outro lado, quando vemos a fotografia, “percebemos” a mensagem, enquadrando a fotografia à luz da crise dos refugiados. Essa compreensão é ideológica na medida em que propõe uma interpretação e avaliação do significado da imagem e uma determinada perspectiva ideológica que pressupõe uma solução. O estímulo visual representado pelas imagens veiculadas pela mídia teria assim a função de nos transmitir aquilo que “é suposto pensarmos” sobre os eventos noticiados (Bock, 2020) e suscitar exigências de ação política ou individual (Fischer; Bonss, 2013).

A comunicação visual é complexa e os modelos de análise têm limitações. Será por isso que, como reconhece Bock (2020), o estudo do *framing* se limite frequentemente à linguagem verbal ou, quando muito, aos níveis descritivos e estilísticos das imagens. Poucas análises exploram a sua função ideológica. E essa análise, considerando o poder das imagens, é fundamental para compreendermos “as forças por detrás do *framing* hegemônico” (Bock, 2020, p. 9) orientado para a promoção de uma determinada interpretação majoritária dos eventos noticiados.

Um exemplo clássico de análise da função ideológica do *framing* é a comparação feita por Entman (1991) de notícias contrastantes publicadas por três órgãos noticiosos (*Time*, *Newsweek* e *CBS News*) para explicar dois eventos semelhantes: o abate de dois aviões, de que resultou, em ambos os casos, a morte de todos os passageiros e da tripulação. Um deles foi um avião da Korean Airlines

(KAL), abatido pelos soviéticos, em 1983, o outro, um avião da Iran Air, abatido pelos americanos, em 1988. Entman analisou elementos visuais e textuais das notícias para descobrir que, através da maior ou menor exploração de diferentes aspectos das ocorrências, bem como da seleção de imagens e adjetivos, os dois eventos são apresentados de forma radicalmente diferente: o primeiro enfatizando a culpa do país responsável, o segundo focando-se nos problemas técnicos colocados pela aviação militar. O autor notou que a comparação da narrativa midiática perante esses dois fatos semelhantes pode revelar como os enquadramentos escolhidos estabelecem aquela que se torna a interpretação “consensual” dos eventos, o que é mais difícil perceber sem essa comparação, já que os *framings* propostos tendem a aparecer como “naturais” (Entman, 1991, p. 6).

Essa análise é também muito pertinente no contexto desta pandemia, na qual quase toda a informação sobre ela a que tivemos acesso, ao longo de quase dois anos, foi intermediada pelos meios de comunicação. A informação em primeira mão resultante da experiência individual foi ultrapassada por informações obtidas através da mídia, que prioriza aquilo que é negativo e extraordinário. E a cobertura midiática da Covid-19 foi extraordinária, sem termo de comparação com qualquer outra pandemia anterior, favorecendo e sendo essa cobertura ela própria uma manifestação da “cultura do medo” (Chaiuk; Dunaiveska, 2020).

A REPRESENTAÇÃO DA PANDEMIA EM CAPAS DE REVISTAS

Desde que surgiu em Wuhan, na China, a síndrome respiratória provocada pelo “novo coronavírus”, o medo se espalhou pelo mundo. Os cenários de isolamento social, *lockdown*, pessoas

com máscaras, hospitais e cemitérios lotados desencadearam uma enorme onda de notícias nas quais toda a mídia participou. É o chamado *media-hype* (Wien; Elmundo-Praesteker, 2009). O sistema midiático é profundamente autorreferencial: a mídia tende a seguir outras mídias, alimentando assim a onda de notícias através de um circuito fechado de *feedbacks*. Durante essa fase, o novo risco é ampliado, criando a percepção de que se trata de uma ameaça que precisa de atenção (Vasterman; Yzermans; Dirkzwager, 2005).

Essa interação é descrita como “a amplificação social do risco” (Kasperson, 1988). Ferraz (2015, p. 18) corrobora esta posição afirmando: “Os eventos epidêmicos amplificam a doença também para a geografia física dos veículos de comunicação, dando maior apelo e destaque no seu noticiário”. Se muitas coisas são incertas e indeterminadas, como é o caso do surto de um novo vírus, surge um terreno fértil para *hypes* da mídia e amplificação de risco.

As capas das revistas oferecem uma interessante janela para a observação da evolução desta narrativa, e é o que faremos neste artigo, analisando o enquadramento noticioso dado à pandemia da Covid-19 em capas de revistas portuguesa e brasileira.

Para desenvolver este trabalho, selecionamos, em cada um dos países, uma revista de informação de âmbito nacional que fosse representativa da cobertura midiática local. No Brasil, escolhemos a *Veja*, e em Portugal, a *Visão*. A escolha dessas revistas decorre de suas semelhanças: ambas são *news magazines* bem-posicionadas no meio jornalístico do seu país, são generalistas e são publicações semanais que fizeram, cada uma ao seu modo, ampla cobertura da pandemia da Covid-19 em língua portuguesa.

Numa altura em que os governos e autoridades de saúde se debatem com a necessidade de gerir um contexto de pandemia e de proliferação da desinformação, os órgãos noticiosos de referência desempenham um papel importante na definição do “*framing*”

hegemônico". Em geral, as capas são usadas para estruturar a principal notícia em termos de causas, previsões, soluções e responsabilidades. Nelas, as revistas comunicam a sua filosofia e identidade através do enquadramento dado à notícia e definem também a forma como os seus leitores a devem ver (Cantrel Rosas-Moreno; Harp; Bachmann, 2013). Para além disso, a capa é o conteúdo informativo com maior exposição, afetando não apenas o leitor da revista, mas também o simples transeunte, que não lê, mas vê e capta rapidamente a informação sintetizada na capa, na qual a imagem é o ingrediente fundamental (Cantrel Rosas-Moreno *et al.*, 2013). As imagens vistas numa banca de revistas, num *website* ou numa tela formam a primeira impressão de uma história e são facilmente recordadas (Rodríguez; Dimitrova, 2011). Desse modo, as capas das revistas contribuem de forma mais imediata para formar a percepção social da pandemia e, para isso, a informação visual, através de elementos como a composição gráfica ou a fotografia, é determinante. O seu impacto pode ser até mais significativo do que o da própria imagem em movimento fornecida pelas televisões, porque não exige tempo. Essa necessidade de prender a atenção também pode ter como consequência uma abordagem mais simplificada, podendo as capas das revistas sobre as pandemias ser bastante alarmantes, muitas vezes sensacionalistas, focando nos piores cenários com uma linguagem carregada de emoção. As pessoas expostas a uma cultura de medo estão mais inclinadas a perceber como prováveis os cenários mais pessimistas e, como tal, aceitar a inevitabilidade de medidas como o confinamento obrigatório (Chaiuk; Dunaievska, 2020).

Partindo desses pressupostos, ao analisar a forma como a pandemia é representada nas capas das duas revistas, procuraremos dar resposta a questões como: quais os *framings* adotados durante a pandemia? De alguma forma esses *framings* alimentam a "cultura do medo"? Qual o papel da informação visual e das metáforas nesse processo? Qual a evolução das representações da pandemia nos dois países e a sua relação com os diferentes contextos

sociopolíticos? É possível identificar aproximações ou disparidades relevantes nas capas das revistas dos dois países?

Foram selecionadas as capas publicadas desde a primeira vez em que a pandemia foi tema de capa nestas revistas (fevereiro de 2020) até outubro de 2021³⁴. Nesse período, separamos todas as edições em que, de forma mais ou menos direta, a pandemia tivesse sido o tema de capa. Como resultados, obtivemos um total de 72 capas (36 da *Veja* e 36 de *Visão*), correspondentes ao período entre fevereiro de 2020 e outubro de 2021, na *Veja*, e entre março de 2020 e setembro de 2021, na *Visão*³⁵. A partir daí, a análise do *corpus* permitiu-nos destacar seis *framings* relacionados com diferentes fases da pandemia:

- *Ansiedade* (capas que remetem para a percepção da pandemia como uma força ameaçadora, com foco no medo do desconhecido e na ansiedade);
- *Guerra* (capas que remetem para cenários bélicos);
- *Adaptação* (capas que remetem para a convivência adaptativa com a pandemia e os seus impactos);
- *Fracasso* (capas que remetem para um sentimento de sofrimento, dor e impotência diante das perdas causadas pela pandemia);
- *Polarização* (capas que remetem para conflitos sociais e políticos em torno da pandemia);
- *Superação* (capas que remetem para o futuro e perspectivas de recuperação).

34 Após outubro o tema sumiu das capas até novembro de 2021, na *Visão*, e dezembro de 2021, na *Veja*.

35 É importante assinalar que, no período analisado, verificamos que em 2020, o número de publicações em que a pandemia foi o tema de capa foi bastante superior a 2021: na *Veja* (21 em 2020 para 15 em 2021) e mais do dobro na *Visão* (25 em 2020 para 11 em 2021).

Em cada um deles, identificamos o uso de metáforas e imagens alinhados com o *framing* adotado e frequentemente correspondendo a categorias propostas em estudos anteriores da cobertura noticiosa de outras pandemias.

FRAMING DA ANSIEDADE

A ansiedade é uma emoção universal com uma dupla função, positiva e negativa. Positiva na medida em que consiste num alerta perante ameaças que motiva comportamentos protetores. Negativa porque pode causar reações físicas e comportamentais indesejáveis e irracionais, desproporcionais face à gravidade da ameaça ou, pelo contrário, conduzir à paralisação (Gruchola; Slawek-Czochra, 2021). De acordo com Giddens (2002), a ansiedade distingue-se do medo precisamente por ignorar o objeto. Enquanto que o medo tem “um objeto externamente constituído” (Giddens, 2002, p. 48) a ansiedade corresponde a um estado emocional, um “estado de medo inconscientemente organizado” (Giddens, p. 47) que pode ser associada até a eventos sem relação direta com o que originalmente a provocou.

Abordamos já o papel fundamental desempenhado pela mídia na comunicação dessa ansiedade, sobretudo na ausência de experiência direta. Um número muito significativo de capas da *Visão* e da *Veja* remetem para o *framing* da ansiedade, na medida em que não se relata um acontecimento concreto, mas se cria uma expectativa relativa a um futuro ameaçador. Contudo, as ameaças identificadas pela mídia variaram ao longo do tempo, em função da evolução da pandemia.

Na fase inicial, as capas de ambas as revistas constroem um cenário de alarme associado à aproximação de um inimigo temível e desconhecido. As duas primeiras capas publicadas sobre a pandemia na *Veja*, representam o vírus como um invasor, vindo de fora e que é “transportado” por “estrangeiros” (na capa de 05 de fevereiro de

2020, Figura 1) uma multidão com traços orientais e na capa de 04 de março de 2020 (Figura 2), em grande plano, uma jovem carregando malas e com uma *t-shirt* com a expressão "oh la la", remetendo para uma turista europeia e para as viagens transcontinentais (as malas e as figuras em destaque e ao fundo, indiciam estar-se num aeroporto). Em ambas as capas vemos agrupamentos de pessoas, correspondendo assim à associação dos ajuntamentos à transmissão do vírus.

Figura 1 - Framing da ansiedade no Brasil: o "portador" (a)



Fonte: *Veja*, 05 de maio de 2020.

Figura 2 - Framing da ansiedade no Brasil: o "portador" (b)



Fonte: *Veja*, 04 de março de 2020.

Podemos identificar aqui elementos que remetem para a metáfora do "portador", proposta por Wallis e Nerlich (2005) na sua análise da cobertura midiática da SARS pela imprensa britânica. Essa metáfora de alguma forma responsabiliza as pessoas infectadas enquanto vetores da doença e foi usada numa altura em que o SARS representava uma ameaça próxima para os britânicos. A representação da Covid-19 nessas capas, numa fase similar da

propagação da pandemia, parece remeter para a mesma metáfora, de acordo com a qual, as pessoas “apanham”, “têm”, “trazem” e podem “transmitir”, o que lhes confere um papel ativo e sugestivo da responsabilidade individual pela doença.

Na *Visão*, as duas primeiras capas também remetem para uma ideia de invasão, mas com características diferentes, é um olhar “ao espelho” e não para fora como nas capas da revista brasileira. Esta diferente perspectiva estará relacionada com a efetiva distância geográfica do país percebido como originário da doença, agravado pelo fato de, nessa altura, o impacto da pandemia na Itália, bem próximo de Portugal, ser já enorme.

Figura 3 - Framing da ansiedade em Portugal: a “invasão” (a)

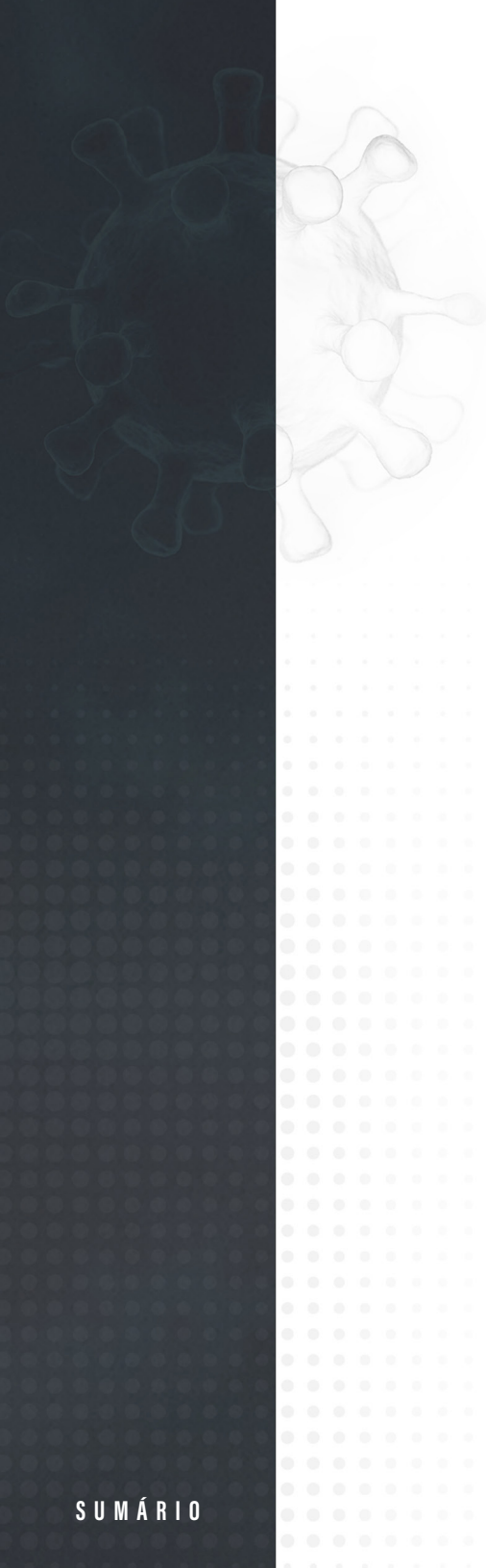


Fonte: *Visão*, 11 de março de 2020.

Figura 4 - Framing da ansiedade em Portugal: a “invasão” (b)



Fonte: *Visão*, 18 de março de 2020.



A primeira, de 11 de março de 2020 (Figura 3), é uma capa muito simbólica, mostrando os painéis de S. Vicente³⁶, um símbolo nacional em Portugal, com todas as figuras que o compõem com o rosto coberto por máscaras, simbolizando um país ameaçado por um invasor e que se prepara para enfrentá-lo. A segunda capa, de 28 de março de 2020 (Figura 4), já extrapola para uma dimensão global, com um cenário de fundo representando uma cidade não identificada, mas claramente europeia, na medida em que vemos esvoaçando notas de Euro. Trata-se da representação do vírus como um furacão que percorre o cenário, afetando, aparentemente, sobretudo a economia, simbolizadas pelas notas que são espalhadas pelo redemoinho provocado pelo vírus. Embora àquela altura, a epidemia em Portugal ainda não tivesse causado vítimas, o clima de medo estava já a ser alimentado pela imprensa e o uso da metáfora do desastre natural prepara os leitores para um cenário catastrofista. Esta é, aliás, uma metáfora utilizada com relativa frequência na *Visão* em capas com imagens que associam os impactos da pandemia a um *iceberg* (Figura 5 – *Visão* de 22 de outubro de 2020) ou a tremores de terra (Figura 6 – *Visão* de 22 de abril de 2021).

36

Obra de enorme importância simbólica na cultura portuguesa, foi descoberta em 1882 no Mosteiro de S. Vicente de Fora. Consiste num retábulo composto por seis painéis que integram 58 figuras dispostas em torno da dupla figuração de S. Vicente (da esquerda para a direita: painéis ditos dos Frades, dos Pescadores, do Infante, do Arcebispo, dos Cavaleiros e da Relíquia). A identificação das figuras representadas suscita ainda hoje bastante polémica, mas é certo que os painéis representam a Corte e vários estratos da sociedade portuguesa da época numa assembleia de louvor a S. Vicente, patrono e inspirador da expansão marítima quatrocentista. Embora permaneça por decifrar plenamente o seu significado e a intenção com que foi concebida, crê-se que o seu autor terá sido o pintor Nuno Gonçalves e que as seis tábuas estariam originalmente integradas no retábulo de São Vicente da capela-mor da Sé de Lisboa (c. 1470). Os painéis estão hoje no Museu de Arte Antiga, em Lisboa. Disponível em: <http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/pintura-portuguesa/paineis-de-sao-vicente>.

Figura 5 - A metáfora do desastre natural (a)



Fonte: *Visão*, 22 de outubro de 2020.

Figura 6 - A metáfora do desastre natural (b)



Fonte: *Visão*, 22 de abril de 2021.

A gravidade das imagens é sublinhada pelo uso de palavras, como “pânico”, “alarme”, “medo”, “enfrentar”, “ceder” e “contágio global”, nas capas de 11 e 18 de março de 2020. A ansiedade continua a ser “alimentada” pela mídia ao longo da pandemia, cultivando o receio de um inimigo invisível e disseminado e que, por isso, é apresentado como constrangedor do cotidiano, como na Figura 7 (Veja, 09 de abril de 2020) e na Figura 8 (*Visão*, de 01 de setembro de 2021). São capas muito similares, revelando o que parece ser uma tendência para a homogeneização do discurso midiático mesmo em contextos sanitários, sociais e políticos tão distintos.

Figura 7 – A epidemia do medo em Portugal



Fonte: *Visão*, 09 de abril de 2020.

Figura 8 - A epidemia do medo no Brasil



Fonte: *Veja*, 01 de setembro de 2021.

Este *framing* midiático pode ser observado a partir do modelo de análise da reação social a uma pandemia fatal proposto por Strong (1990). O *framing* da ansiedade corresponderia à primeira epidemia psicossocial descrita pelo autor, a epidemia do medo. Esta inclui “subepidemias”, como a epidemia da suspeição (no qual o receio de contrair a doença é exacerbado pela dificuldade em identificar o modo de transmissão e os possíveis portadores), que é bem patente nas capas analisadas. A mídia teria aqui um papel ativo. Mas a epidemia do medo inclui ainda duas outras subepidemias, uma de irracionalidade, quando o medo extravasa a própria realidade da doença; e outra de estigmatização, caracterizada pela segregação dos portadores ou potenciais portadores da doença. Essas subepidemias não surgem nas capas das revistas de forma explícita, mas não deixamos de pressenti-las quando se associa o perigo a um determinado grupo populacional ou se aborda a pandemia usando um *framing* belicista, como veremos a seguir.

FRAMING DE GUERRA

O *framing* de guerra surge em ambas as revistas com alguma frequência, confirmando como a metáfora de guerra é ainda um recurso frequente para enquadrar a cobertura noticiosa das doenças graves e com elevada transmissibilidade. É mesmo considerada uma “ferramenta comunicativa convencional” (Hauser; Fleming, 2021, p. 572), uma “metáfora standard para a doença no Ocidente” (Wallis; Nerlich, 2005, p. 2632), porque a guerra é um conceito fácil de apreender, com contornos muito claros, apelando para emoções, como o medo e a raiva, e evidenciando o conflito e as noções de vitória e derrota. Para ilustrar até que ponto a “metáfora da guerra” foi vulgarizada, Lakoff e Johnson (1991) assinalaram a forma como uma simples discussão é frequentemente descrita usando o vocabulário bélico. A discussão é encarada como uma guerra, pois ainda que não haja uma batalha física, há uma batalha verbal. Para esses autores, a metáfora “uma discussão é uma guerra” é algo que vivemos em nossa cultura e se reflete na estrutura da discussão – ataque, defesa, contra-ataque etc. Vemos como “inimigos” as pessoas com quem discutimos; atacamos suas ideias e defendemos as nossas; planejamos e usamos estratégias; ganhamos e perdemos terreno etc.

Se olharmos para outras epidemias recentes com impacto internacional, verificamos que nem sempre a metáfora de guerra foi acionada. No caso, por exemplo, da epidemia SARS, em 2003, Wallis e Nerlich (2005) notaram que a metáfora de guerra esteve praticamente ausente da cobertura midiática no Reino Unido, o que os autores explicam com a simultânea guerra do Iraque, mas também com o fato de a metáfora bélica ser sobretudo usada quando a doença é percebida como uma ameaça “pessoal” ou à “nação”. De acordo com estes autores, a metáfora de guerra foi a mais proeminente na China para relatar a epidemia SARS. Mas não cumpria esses requisitos para a imprensa britânica que preferiu usar outras metáforas mais adequadas a um contexto em que prevalece um grande desconhecimento

sobre a doença e em que a distância geográfica é grande e, por isso, a percepção de perigo não é elevada. A imprensa britânica recorreu então à metáfora do “assassino”³⁷, abordando a epidemia não como um exército inimigo mas como uma entidade una, misteriosa e maligna, que persegue, ataca e que tem que ser encontrada e apalhada. A metáfora do assassino permitiu enquadrar o SARS como uma entidade singular e não como um exército, mais descentralizado e sem uma identidade ou localização precisa. Continua a ser, no entanto, uma metáfora com uma forte carga negativa e de periculosidade. Confirma-se assim a persistência de um conjunto de metáforas de *subguerra* identificada por Larson *et al.* (2005) na cobertura midiática sobre doenças infecciosas e espécies invasoras, na qual esses fenômenos são habitualmente enquadrados como invasores ou agentes do apocalipse e a sua gestão percebida como um combate.

O recurso à metáfora de guerra pode ter o impacto pretendido, mas apenas até certo ponto. De acordo com Hauser e Fleming (2021), pode realmente motivar a adoção de comportamentos redutores de risco quando ainda não existe mais informação disponível sobre o problema. Na sua análise, estes autores verificaram que a linguagem do “antagonismo” é de fato mais eficaz na associação ao perigo do que o uso de outras metáforas ou da linguagem literal (por exemplo, “atacar” vs “chegar”). Trata-se de uma metáfora que aumenta a percepção da severidade o que pode ser útil, por exemplo, para encorajar a evacuação. No entanto, Hauser e Fleming (2021) identificam alguns problemas no seu uso na comunicação de risco. Entre outras razões, porque o uso de metáforas afeta o raciocínio de tal forma, que faz com que, mesmo quando informação mais precisa é disponibilizada, a influência da linguagem metafórica continua a fazer-se sentir e a condicionar a percepção de risco.

No caso da saúde, em termos sociais, a metáfora da guerra pode ter até um efeito oposto ao pretendido. Pode induzir vergonha e culpa naqueles que são afetados pela doença, como

apontou Susan Sontag (1978), na sua análise crítica ao uso da linguagem metafórica a propósito do câncer e da tuberculose. Também Hauser e Schwartz (2015) identificaram efeitos negativos no uso de “metáforas belicosas” no caso da prevenção e tratamento do câncer. As guerras e batalhas parecem difíceis, árduas e uma das alternativas de resposta é a rendição e a abdicação do controle. Assim, em contexto experimental, os autores verificaram que o uso de metáforas de guerra reduziu a motivação para alguns comportamentos preventivos, sem aumentar outros.

Para além dos efeitos referidos, Sabucedo *et al.* (2020), que também alertaram para o ainda frequente recurso à “metáfora de guerra” pela mídia nesta pandemia, apontam outros impactos sociais e políticos. Na dimensão social, aprofundaria as emoções negativas originadas pela pandemia, favorecendo a adoção não de comportamentos altruístas, mas de comportamentos egoístas e até irracionais (um bom exemplo, consistindo na corrida aos supermercados e esgotamento dos estoques de produtos essenciais). Por outro lado, promoveria também a obediência, a identificação de um inimigo comum associado à defesa do grupo de pertença. Como efeito negativo dessa atitude, os autores exemplificam com a figura do “polícia de varanda”, aquele cidadão que, confinado na sua residência, interpela com insultos transeuntes “descumpridores” ou pessoas associadas a comunidades mais afetadas pela pandemia. Essas reações correspondem à caracterização que Strong (1979) faz das epidemias de suspeição, irracionalidade e estigmatização que compõem a epidemia psicossocial do medo, sendo possível, nessa perspectiva, estabelecer uma relação entre o uso da metáfora de guerra e o aparecimento destas manifestações. Na dimensão política, a metáfora da guerra favorece ainda o recurso a estratégias de concentração de poder e controle (Sabucedo *et al.*, 2020; Wallis; Nerlich, 2005). É um quadro propício à censura, na medida em que as críticas à gestão política da crise pandêmica são entendidas como “traição”, como se de fato vivêssemos uma guerra.

Uma vez que o seu uso pode ter consequências nefastas, Hauser e Fleming (2021) defendem que a metáfora bélica não deve ser usada de forma gratuita, nem encarada como um mero “floreado linguístico”. Os impactos negativos da “metáfora de guerra” têm originado, ao longo do tempo, inúmeros apelos da comunidade científica ao seu abandono, desde a completa eliminação do uso de metáforas proposta por Sontag, em 1978, até, por exemplo, à sua substituição, no caso presente da Covid-19, pela metáfora do fogo, em resultado do trabalho desenvolvido no projeto #ReframeCovid (Semino, 2021).

É relevante observar que, com as primeiras vítimas da pandemia em território nacional, as duas revistas recorreram a esta metáfora, usando até uma imagem muito similar, coincidência que notamos, aliás com alguma frequência, ao longo do corpus analisado.

Figura 9 - A metáfora de guerra no Brasil



Fonte: *Veja*, 25 de abril de 2020.

Figura 10 - A metáfora de guerra em Portugal



Fonte: *Visão*, 26 de março de 2020.

Em março, as capas estampavam imagens de profissionais de saúde com vestimentas que, em situações normais, são usadas em salas de cirurgia e em unidades de terapia intensiva, mas com o advento da Covid-19, isso é visto com frequência dentro dos hospitais. É o que podemos ver na *Veja* de 25 de março de 2020 (Figura 9) e *Visão* de 26 de março de 2020 (Figura 10).

É sobretudo o uso das expressões “heróis de guerra», na *Veja*, e “linha da frente contra a Covid-19” e “heróis esquecidos”, na *Visão*, que sublinha a associação entre imagem e texto no contexto de combate, criando a ideia de que os profissionais de saúde são “soldados-heróis”. Esta abordagem corresponde à prática descrita por Rosas-Moreno, Harp e Bachmann (2013), na sua análise das capas da *Time* sobre a Guerra do Iraque, em que frequentemente era a dureza das palavras a atribuir um determinado sentido às imagens, conotando-as assim com o *framing* que se pretendia criar. A partir desse momento, a imagem de um profissional de saúde envergando o equipamento de proteção em contexto hospitalar, que poderia ser encarado de forma neutra, remeter-nos-á para a representação de “soldados que lutam contra esta doença infecciosa, com recurso a meios medicamentosos limitados” (Almeida; Geirinhas, 2020, p. 90).

Ao longo do período analisado, o cenário de guerra é invocado, de forma explícita, sobretudo no texto, que, pelo uso de determinados verbos e expressões, estabelece, na mente do leitor, a associação das palavras utilizadas às imagens que são apresentadas. Na capa da *Visão* de 19 de março de 2020, por exemplo, tem-se o uso de palavras como “batalha”, “contra” e “vencer” associadas ao título exclamativo “Resistimos Juntos!” Já a capa de 30 de julho de 2020 (Figura 11) traz o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, em posição de comando, apontando uma direção. No texto, as palavras “tiro” e “bazuca”³⁸ reforçam a metáfora de guerra. A capa de 26 de

38

O termo “bazuca” foi adotado em Portugal para significar metaforicamente o apoio financeiro da União Europeia (UE) aos países-membros por causa da pandemia.

novembro de 2020 (Figura 12) traz a expectativa de um futuro domínio chinês sobre o Ocidente, facilitado pela pandemia.

Figura 11 - A persistência do framing bélico (a)



Fonte: Visão, 30 de julho de 2020.

Figura 12 - A persistência do framing bélico (b)



Fonte: Visão, 26 de novembro de 2020.

Figura 13 - A persistência do framing bélico (c)



Fonte: Veja, 16 de dezembro de 2020.

Por último, uma capa paradigmática do recurso à metáfora de guerra é a publicada na *Veja* de 16 de dezembro de 2020 (Figura 13). A capa inspira-se na famosa foto *Raising the Flag on Iwo Jima*, de Joe Rosenthal, que se tornou uma das imagens mais emblemáticas da Segunda Guerra Mundial e foi utilizada pelo governo norte-americano para promover o apoio público a intervenções militares. Nesta capa, a revista comemora o anúncio da vacina contra a Covid-19, que foi desenvolvida por cientistas do mundo inteiro, associando-a a uma vitória militar histórica.

Constatamos, assim, que o *framing* de guerra está muito presente nas capas da *Veja* e da *Visão* sobre a pandemia de Covid-19, sobretudo nos momentos em que esta constitui uma ameaça próxima às respectivas comunidades, o que vai ao encontro da prática

identificada em pandemias anteriores, mas contraria as recomendações emanadas da investigação científica.

FRAMING DA ADAPTAÇÃO, A PANDEMIA COMO UM “NOVO NORMAL”

Wallis e Nerlich (2005) assinalam o fato de o caráter global de uma epidemia realçar o papel de processos de consultoria, regulação e coordenação de âmbito internacional e o recurso a metáforas de “controle”, para descrever medidas como controle de fronteiras, ações de vigilância ou quarentenas. Trata-se de um *framing* que oferece, no entanto, perspectivas menos otimistas do que a “metáfora de guerra” quanto ao desaparecimento total da epidemia. É uma opção que remete para a incerteza quanto ao papel que os governos podem ter na erradicação de epidemia e a dependência da coordenação internacional. O “otimismo” subjacente a uma “metáfora de guerra” seria por isso substituído pelo realismo de uma “metáfora de controle”.

Podemos identificar este *framing* nas capas que enquadram as medidas implementadas pelos governos para fazer face e conter a proliferação do vírus como uma necessária adaptação ao novo contexto e que surgem, sobretudo, na *Visão*. De certo modo, isso reflete a postura distinta dos dois países em relação à pandemia. Em Portugal, o governo acata com rigor as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades de saúde do país, legislando de forma a promover a adaptação da sociedade portuguesa ao “novo normal”. As medidas foram sendo revistas em função da evolução da doença e houve cooperação das diferentes forças políticas e dos outros setores da sociedade. Podemos encontrar nessas capas elementos que remetem para metáforas de “controle e ação burocrática” também encontradas por Wallis e Nerlich na cobertura mediática da epidemia SARS no Reino Unido. Nesta abordagem,

a pandemia é apresentada como uma crise, um problema que obriga à adoção de “medidas”, sendo introduzindo uma linguagem burocrática neutra e despersonalizada.

Também neste *framing* podemos identificar elementos que remetem para a epidemia de ação descrita por Strong (1979) como uma das três epidemias psicossociais desencadeadas por uma epidemia sanitária nova e fatal. Esta epidemia de ação é caracterizada pelo corte com práticas e rotinas convencionais, de que são exemplos as limitações colocadas às viagens, às atividades sociais e à liberdade individual. É entendido que o esforço para sobreviver à pandemia passa pela implementação e sedimentação de novas rotinas e premissas, um processo que, como refere Strong, requer ação individual e coletiva.

Reunimos a seguir quatro capas da revista *Visão* (Figuras 14, 15, 16 e 17) que ilustram bem o *framing* de adaptação. As capas, publicadas em abril e maio de 2020, comunicam regras e procedimentos, assumindo a qualidade de mapas orientadores ou “manuais de instruções”, que explicam “como” vai ser e “como” nós teremos que adaptar: “como resistir ao isolamento”, “como vai mudar a nossa vida”, “como vai mudar o emprego” etc. As imagens são escolhidas e, mais frequentemente, compostas expressamente para ilustrar a mensagem, optando-se por figuras anônimas, representativas de categorias sociais ou profissionais que nos convidam, pelo exemplo ou com um sorriso sugestivo, a acolher as novas regras de convivência social.

Figura 14 - Framing da adaptação (a)



Fonte: Visão, 16 de abril de 2020.

Figura 15 - Framing da adaptação (b)



Fonte: Visão, 07 de maio de 2020.

Figura 16 - Framing da adaptação (c)



Fonte: Visão, 14 de maio de 2020.

Figura 17 - Framing da adaptação (d)



Fonte: Visão, 28 de maio de 2020

Como se vê, essas capas são uma forma de orientar, de criar o ambiente necessário à implementação das medidas de adaptação ao novo contexto. Trata-se de um *framing* muito presente nas capas da *Visão*, mas praticamente ausente das capas da revista *Veja*, o que estaria relacionado com as dificuldades encontradas no contexto brasileiro na coordenação na gestão da emergência sanitária, fruto de uma conflitualidade e polarização política mais vincada.

FRAMING DA POLARIZAÇÃO

A incerteza em relação ao futuro torna a gestão do medo um elemento da ação política e pública e cria um contexto propício ao agudizar da polarização política e social. De acordo com Strong (1990), quando uma doença é nova e não estão definidas rotinas coletivas para lidar com ela, após uma fase inicial de desorientação, dá-se a manifestação de um processo similar ao da conversão religiosa em diferentes áreas da sociedade, uma “epidemia de convertidos”, cada um deles “pregando” a sua própria estratégia para conter e controlar a doença, a que Strong também chama “empreendedorismo moral” (Strong, 1990, p. 255). Assim, estaríamos na presença de uma “epidemia de moralização” que, conjuntamente com as de “medo” e de “ação”, encerra a tríade de epidemias psicossociais desencadeadas por uma nova e grave epidemia sanitária, como é o caso da Covid-19. Esta fase é caracterizada por uma “epidemia de interpretação” (Strong, 1990, p. 254), na qual se confrontam novas teorias explicativas sobre a origem das doenças e os seus possíveis efeitos. Muitas dessas teorias têm uma natureza moral, sendo fácil identificar este fenômeno na polarização associada à Covid-19, com grupos “negacionistas” que questionam desde a origem da doença aos objetivos da vacinação, de um lado, e “convertidos” que rejeitam qualquer questionamento e defendem a adoção de medidas impositivas, no outro extremo. Esta polarização reflete as duas diferentes estratégias de controle oferecidas pela linguagem – a ciência e a

tecnologia *versus* a religião e a magia – que moldam diferentes possibilidades de resposta a uma pandemia.

Analisando as capas das duas revistas, a polarização é patente no enquadramento noticioso em muitas capas, sobretudo na revista *Veja*, fruto do posicionamento distinto do governo brasileiro quanto ao controle da pandemia (em oposição à abordagem quase consensual da comunidade internacional, suportando as orientações da OMS). A postura crítica da imprensa a este nível é flagrante. Observamos neste *framing* três eixos de polarização: (1) entre atores políticos; (2) entre mídia e governo; (3) entre mídia e “negacionistas”. Os dois primeiros tipos de polarização só foram observados na *Veja*. A polarização entre a mídia e os “negacionistas”, por sua vez, ocorreu nas duas revistas.

Nas capas que mostramos a seguir, a polarização entre atores políticos é clara. Na capa de 22 de abril de 2020 (Figura 18), a foto de Jair Bolsonaro (com uma caneta BIC, sugerindo ser um “homem do povo”), com o enunciado “Quem manda sou eu”, traz à mostra o autoritarismo do presidente que acabara de demitir o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para dar andamento ao projeto de relaxamento das medidas de proteção à Covid-19 ignorando o crescente aumento do número de mortes devido ao coronavírus. Na capa de 18 de novembro de 2020 (Figura 19), a *Veja* traz a fotografia do governador de São Paulo, João Dória, com o enunciado “Ele é um irresponsável”, trecho da entrevista concedida por Dória, onde comenta a polêmica gerada pelo presidente da república em relação à vacina Coronavac. Apesar do distanciamento temporal entre essas duas capas, observa-se que elas dialogam, evidenciando a polêmica entre essas duas personagens da política brasileira.

Figura 18 - Polarização política (a)



Fonte: *Veja*, 22 de abril de 2020.

Figura 19 - Polarização política (b)



Fonte: *Veja*, 18 de novembro de 2020.

Em Portugal, a polarização política não foi significativa, o que se reflete nas capas da revista *Visão*, que veiculam as medidas decretadas pelo Governo, em sintonia com as diretrizes da OMS. Esse apoio, durante o primeiro ano da pandemia foi bastante transversal à sociedade portuguesa, envolvendo inclusive a oposição política ao Governo. Ilustrativa disso mesmo é o fato de ser já numa fase bastante adiantada do processo de vacinação que surge a primeira capa sobre o movimento negacionista em Portugal (em setembro de 2021), que ganhou maior destaque noticioso nesse período. É numa altura em que o conhecimento sobre o vírus já é maior e uma percentagem muito elevada da população já foi vacinada. A discórdia surge pelas limitações impostas aos cidadãos não vacinados, que foram entendidas em alguns setores da sociedade como violações da liberdade individual. Embora não fossem numericamente muito significativos, foram muito ruidosos e mereceram destaque na mídia. A capa da *Visão* de 23 de setembro de 2021 (Figura 20) traz um fundo negro e imagens de contestação e conflito coloridas em vermelho. Além disso, no texto encontramos as expressões “milícias

negacionistas”; “desobediência civil”, “frente de luta”, “endurecer”, “manobras” e “potencial ameaça”. Desta forma, a *Visão* revela a sua clara oposição a estes movimentos, percebidos como anticientíficos e por isso pintados com tons violentos e ameaçadores.

Figura 20 - Polarização “ciência” vs “negacionismo” em Portugal



Fonte: *Visão*, 23 de setembro de 2021.

Figura 21 - Polarização “ciência” vs “negacionismo” no Brasil



Fonte: *Veja*, 22 de setembro de 2021.

No Brasil, também é observada a polarização da mídia x negacionistas. Este movimento assume maior destaque no Brasil talvez por estar, de certa forma, respaldado pelas ações do presidente da República e membros do alto escalão do governo brasileiro. Um discurso que envolve informações falsas, como a ineficácia das vacinas e os efeitos colaterais provocados em pessoas vacinadas, é constante em falas oficiais e é disseminado em *blogs*, canais de *YouTube* e grupos de *WhatsApp* de seguidores do presidente.

Embora o movimento antivax brasileiro seja diferente dos da Europa e dos Estados Unidos, pois a motivação é muito mais

política, o panorama negacionista brasileiro também é evidenciado na *Veja*, como pode ser observado na edição de 22 de setembro de 2021 (Figura 21), que aborda a grave ameaça mundial causada pelo movimento antivacina para o controle da Covid-19, mas ressalva que são poucos os brasileiros “contaminados pelas teorias da conspiração que provocam esse comportamento irracional”.

Uma outra dimensão de polarização é representada por um conjunto de capas da revista *Veja*, que retratam a dor e o sofrimento decorrente do impacto da pandemia. A revista responsabiliza, de forma bastante clara, o Governo brasileiro por estes impactos, assumindo “as dores” da nação, numa nítida polarização entre a esfera governamental e a esfera midiática em representação da nação brasileira. São capas que trazem imagens que denotam dor, sofrimento, devastação, sentimento de terra arrasada, como podemos observar nas figuras a seguir.

Figura 22 - Polarização nação vs governo (a)



Fonte: *Veja*, 20 de maio de 2020.

Figura 23 - Polarização nação vs governo (b)



Fonte: *Veja*, 24 de março de 2021.

Figura 24 - Polarização nação vs governo (c)



Fonte: *Veja*, 21 de junho de 2021.

A capa de 20 de maio de 2020 (Figura 22) com a imagem de um caixão depositado numa cova com o formato do mapa do Brasil e o texto “Amarga realidade” sugere a dor que atinge os brasileiros

ainda nos meses iniciais da pandemia. Na capa de 24 de março de 2021 (Figura 23), a bandeira rasgada sobre um fundo negro, com o título “doente e mais pobre”, simboliza um país atacado e destruído. O país fracassou não apenas no que se refere aos cuidados à população, mas também no setor econômico. Na capa de 21 de junho de 2021 (Figura 24), a imagem do cemitério em preto e branco, com várias cruzes toscas, uma delas em primeiro plano com o número 500.000, com o título “erro fatal”, representando o fracasso do país. Este posicionamento da *Veja*, distanciado e crítico da atuação do governo brasileiro remete-nos para os resultados de trabalhos interdisciplinares recentes, Klein (2020), Wahl-Jorgensen (2019) entre outros, sobre o cenário político e midiático contemporâneos. Argumentam estes autores que no atual ambiente hipermediático o viés é para os órgãos de comunicação social procurarem se destacar entre o mar de opções em oferta, o que por si só pressiona por uma maior polarização. Neste sentido, as capas analisadas evidenciaram, para o Brasil, o que a pesquisa vem referindo sobre fenômenos de polarização. Nomeadamente que os processos de polarização institucional (elites, mídia e mídias sociais) contribuem para um ciclo autoperpetuante que alimenta a polarização afetiva e a real polarização ideológica ao longo do tempo.

FRAMING DA SUPERAÇÃO

Em abril de 2020, aparecem de novo duas capas similares na *Veja* e na *Visão*. Quando as pesquisas para a vacina contra a Covid-19 estavam sendo desenvolvidas por laboratórios de diversos países, a *Visão*, de 01 de abril de 2020 (Figura 25), e a *Veja*, de 29 de abril de 2020 (Figura 26), de forma algo paradoxal, lançaram mão de imagens que remetem para o domínio da religiosidade para anunciar o avanço da ciência nessas pesquisas. Ambas as revistas mostram “a vacina”. Uma apresenta-a numa seringa e outra num frasco, levantadas por mãos que parecem tocar uma luz que vem do alto, dando

à imagem uma “aura” divina. A luz lembra a “estrela de Belém”. O interessante é a contradição de apresentar a ciência num tom de misticismo. Embora o discurso político e midiático sobre a pandemia combata o negacionismo e fomente a confiança no método científico e nas medidas de gestão adotadas com fundamento nas recomendações dos especialistas, é curioso que, no momento de anunciar as expectativas e os sucessos da investigação científica, o contexto imagético a que se recorre seja o do milagre usando imagens que remetem para o domínio da fé associadas ao termo “esperança”.

Figura 25 - Framing da superação em Portugal



Fonte: *Visão*, 01 de abril de 2020.

Figura 26 - Framing da superação no Brasil



Fonte: *Veja*, 29 de abril de 2020.

Este recurso ao imaginário religioso transporta-nos de novo para a análise de Strong (1990) quando identifica as diferentes estratégias utilizadas pela linguagem para responder a uma pandemia, que seriam, por um lado, a ciência e a tecnologia e, por outro,

a religião e a magia. Para Strong, a psicologia epidêmica resulta do caráter dual da natureza humana, na qual emoções primitivas e irracionais permanecem em cada um de nós cobertas por uma (mais ou menos) fina camada de racionalidade. Esta camada, se é eficaz em tempos normais, pode tornar-se insuficiente em momentos de crise, como é o caso de uma epidemia, em que as emoções profundas assumem o comando. A epidemia psicológica gerada só é derrotada quando novas rotinas e premissas estão sedimentadas, um processo que requer ação individual e coletiva. Para o conseguir, e considerando a grande diversidade de teorias explicativas e estratégias em competição, também a ciência é trazida para essa guerra da linguagem, podendo-se interpretar que a mídia recorre ao simbolismo mágico como artifício para “convencer” um público desorientado pela controvérsia em curso.

Figura 27 - A metáfora do desporto (a)



Fonte: *Veja*, 15 de julho de 2020.

Figura 28 - A metáfora do desporto (b)



Fonte: *Veja*, 27 de janeiro de 2021.

Figura 29 - A metáfora do desporto (c)



Fonte: *Veja*, 26 de maio de 2021.

Outra metáfora frequentemente utilizada, neste caso, apenas pela *Veja*, e que se enquadra num *framing* da superação é a metáfora do desporto, sempre associada à vacina. É a busca, na edição de

15 de julho de 2020 (Figura 27), e a conquista, na edição de 27 de janeiro de 2021 (Figura 28), com uma imagem que remete à modalidade salto com vara. Já na edição de 26 de maio de 2021 (Figura 29), a imagem mostra a competição entre os países. Muitos deles, adiantados no processo de vacinação e o Brasil numa posição de perdedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As guerras e conflitos sociais extremos possuem a capacidade de forçar o público a parar, prestar atenção e reagir emocionalmente. São eventos amplamente reconhecidos como ameaças, eventos que evocam pânico e medo da morte, que parecem incontroláveis, que têm consequências catastróficas para os indivíduos e a sociedade e conseqüentemente criam sentimentos de ansiedade para todos. Outros tipos de acontecimentos, como é o caso das epidemias, podem ou não desencadear esses mesmos sentimentos. O gatilho para isso acontecer é, em grande medida, a forma como são enquadrados pelos meios de comunicação.

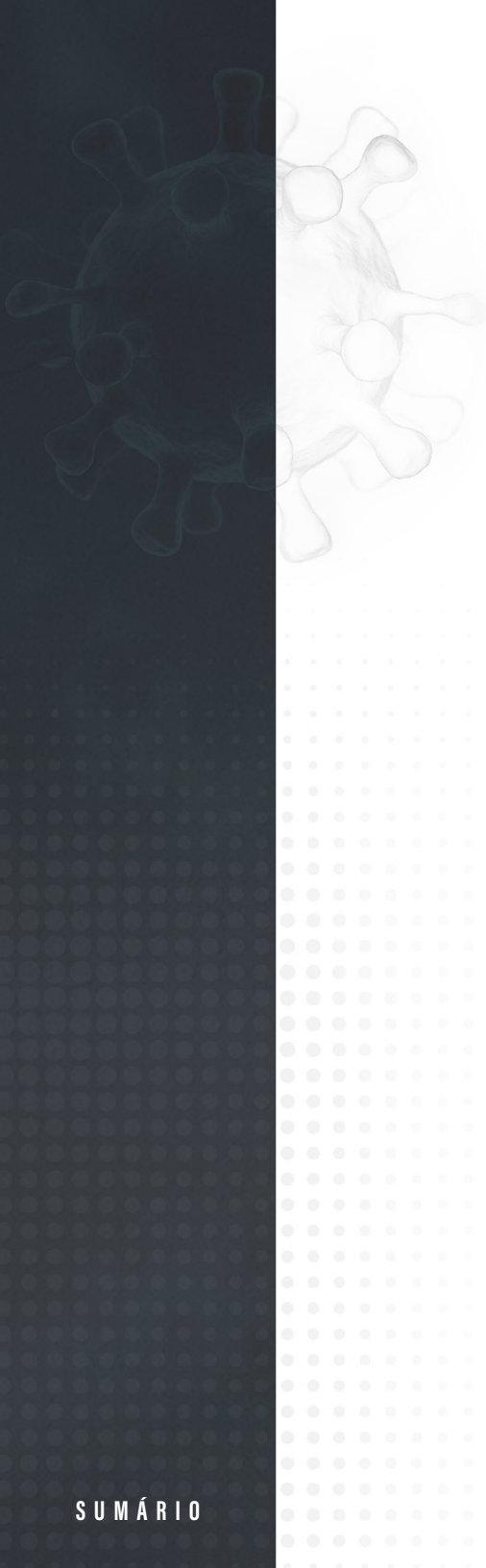
A análise das capas das revistas *Veja* e *Visão* durante 21 meses³⁹ permitiu-nos identificar um conjunto de *framings* noticiosos e o uso de metáforas e imagens com essa função. Verificamos também o recurso a metáforas dispersas e fragmentadas para noticiar a pandemia, tal como observado por Wallis e Nerlich (2005) no seu estudo sobre a cobertura da SARS pela imprensa britânica. De acordo com estes autores, a dispersão estará relacionada com a dificuldade em gerir a tensão entre três vetores: a preocupação da população com a doença, as limitações relacionadas com as decisões políticas de controle da pandemia e dos seus efeitos, mas também as pressões que

³⁹

O *corpus* utilizado para este artigo foi coletado desde quando apareceu a primeira capa sobre a pandemia, em 2020, até a última capa sobre o assunto, em outubro de 2021, marcando um primeiro ciclo do vírus/doença.

são sentidas pela mídia para privilegiar determinadas abordagens noticiosas. No mesmo sentido, já a propósito da Covid-19, Almeida e Geirinhas (2020) consideram que o elenco diversificado de metáforas usado pelo discurso político sobre a pandemia foi organizado sequencialmente, em “modo de roteiro”, precisamente por causa das diferentes exigências de persuasão do público relativamente às medidas tomadas para conter a pandemia e os seus impactos. Na nossa análise, também reconhecemos essa organização. É importante reafirmar que a mídia tradicional enfrenta um novo paradigma informacional, pois passaram a competir com outras informações e conteúdos que nem sempre obedecem aos critérios jornalísticos tradicionais. Assim, as histórias e narrativas veiculadas na mídia oferecem uma oportunidade de examinar como uma questão específica é enquadrada para os cidadãos como resultado da implementação de estratégias para sobreviver na economia da atenção, como manchetes marcantes, apelos diretos ao leitor e conteúdos considerados superficiais ou exagerados. Este contexto é particularmente importante para a identificação da primeira singularidade na nossa análise: a homogeneidade de um certo discurso midiático.

Embora com especificidades que fomos assinalando, os *framings* ansiedade, guerra e superação são adotados com relativa frequência por ambas as revistas. Quando a pandemia se torna uma ameaça concreta para as populações respectivas, as capas selecionadas por ambas as revistas para retratar o problema enfrentado pelas equipes médicas nos hospitais são mesmo espantosamente similares (Figuras 9 e 10). Se o *framing* da superação é identificado nas duas revistas, sempre relacionado à busca da vacina contra o vírus, é curioso também observar aqui que, tanto na *Veja* quanto na *Visão*, a esperança associada à descoberta de uma vacina é enquadrada num imaginário que remete para o misticismo e a fé, em duas capas, mais uma vez, muito semelhantes (Figuras 25 e 26). O uso frequente de imagens e metáforas coincidentes surpreendeu-nos, considerando os diferentes contextos geográficos, sociais e políticos e também



os distintos impactos e reações à pandemia no Brasil e em Portugal. Para além das várias capas “gêmeas” já referidas ao longo deste artigo, um exemplo revelador é o do conjunto formado pelas capas de 10 de setembro de 2020, na *Visão*, e 23 de setembro de 2020, na *Veja*. As imagens mostram crianças num contexto de regresso às aulas, mas que parecem excessivamente protegidas, com máscara, touca, viseira e bata impermeável, para além do equipamento escolar. As crianças mostram expressões sérias, ilustrando que se prepararam para entrar num contexto que representa perigo elevado. O que se torna particularmente interessante é o fato de serem capas que sugerem uma relação com duas capas publicadas em março (Figuras 9 e 10), que mostravam profissionais de saúde “equipados para o combate”. As capas são muito semelhantes e o uso das expressões “O risco do regresso” e “A vez das escolas” insere as crianças na narrativa de guerra, mostrando-as como “soldadinhos” deslocados para a “linha de frente”, abandonando o abrigo do lar.

Esta tendência parece sugerir que a globalização que facilitou a disseminação da doença favorece também a globalização dos recursos estilísticos e dos discursos, no sentido de uma homogeneização que também é, necessariamente, empobrecimento. A persistência das imagens e metáforas que remetem de alguma forma para o *framing* de guerra será um sintoma desse empobrecimento.

Mas se a lógica midiática, na luta pela nossa atenção, parece marcar uma parte significativa das capas dos dois países, ela não é total. O contexto sociopolítico e as suas diferentes conflitualidades e distintos impactos da pandemia nos dois países marcam, de fato, importantes diferenças, embora sempre envolvendo o apelo à emoção como ferramenta midiática. Assim, no Brasil, é principalmente o *framing* da polarização que suscita emoção, sobretudo no embate entre a nação brasileira, em sofrimento e perda, cuja representação é assumida pela *Veja*, e os responsáveis políticos pela condução incompetente do processo. A forma como ele foi conduzido em Portugal e a relativa união de todos os quadrantes da sociedade em

torno das medidas adotadas não permitiu o mesmo tratamento midiático no caso da *Visão*. É então no *framing* da adaptação que a revista encontra espaço para capas que evidenciam a dimensão emocional relacionada com as dificuldades encontradas na convivência com um novo contexto, o “novo normal”, desenvolvendo uma narrativa centrada na heroicidade e espírito de sacrifício da comunidade.

Em síntese, podemos dizer que nas duas revistas, com alguma frequência, não só foram utilizadas sensivelmente as mesmas metáforas, como foram apresentadas visualmente com muita similaridade, com destaque para a metáfora de guerra. Isto é de alguma forma inesperado, considerando as diferenças sociopolíticas e até de impacto da pandemia nos dois países e a avaliação que vem sendo feita dos reflexos negativos do uso indiscriminado desta metáfora tão poderosa, mas, por isso mesmo, também perigosa. Talvez a pressão sofrida pela mídia para competir na arena midiática num tempo escasso e com recursos informativos limitados esteja na origem do recurso às “muletas metafóricas” mais acessíveis e imediatas. A emoção é uma estrada que chega mais longe e mais rápido e a guerra um veículo muito potente e eficaz.

Mas há ainda assim diferenças na abordagem das duas revistas com alguma importância, que pensamos poder relacionar com as distintas realidades sociopolíticas e não estritamente com os contextos pandêmicos específicos. Se, no Brasil, a revista *Veja* se apresenta como quarto poder, assumindo um ponto de vista distanciado e crítico do poder político, a revista *Visão* aparece sobretudo como um veículo informativo das autoridades, sendo geralmente difícil discernir nela um discurso autônomo face ao poder político. A preferência pelo *framing* “polarização” no caso da *Veja* e pelo *framing* “adaptação” no caso da *Visão* é sintomático desses distintos posicionamentos.

Por último, as capas das duas revistas sobre a pandemia da Covid-19 revelam ser ainda pertinente o modelo da psicologia epidêmica proposto por Strong em 1990, a propósito da pandemia

HIV. À época, Strong destacara o papel essencial da linguagem na disseminação do medo, revelando preocupação com a sua transmissão instantânea, para milhões de pessoas e atravessando fronteiras, através da televisão. Essa velocidade é hoje exponenciada pela mídia digital, aumentando o potencial de uma epidemia grave descarrilhar no pesadelo hobbesiano temido por Strong. A responsabilidade da mídia na forma como respondemos e responderemos no futuro a uma epidemia dessa natureza é incontornável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C.; GEIRINHAS, R. Covid-19 e as suas metáforas: roteiro ou rodízio? **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, v. 69, n. esp., p. 90-105, 2020.

AMORES, J. J.; ARCILA, C. Deconstructing the symbolic visual frames of refugees and migrants in the main Western European media. **PervasiveHealth: Pervasive Computing Technologies for Healthcare**, p. 911-919, 2019.

AUDEN, W. H. **The Age of Anxiety: A Baroque Eclogue**. Random House: New York, 1947.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, U. **World at Risk**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BOCK, M. A. Theorising visual framing: contingency, materiality and ideology. **Visual Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-12, 2020.

CANTREL ROSAS-MORENO, T.; HARP, D.; BACHMANN, I. Framing ideology: How Time magazine represents nationalism and identities through visual reporting. **Communication&Society/Comunicación y Sociedad**, v. 26, n. 3, p. 1-20, 2013.

CHAIUK, T. A.; DUNAIEVSKA, O. V. Fear Culture in Media: An Examination on Coronavirus Discourse. **Journal of History Culture and Art Research**, v. 9, n. 2, p. 184-194, 2020.

ENTMAN, R. M. Framing US coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. **Journal of Communication**. v. 41, n. 4, p. 6-27, 1991.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p 51-58, 1993.

FERRAZ, L. M. R. **Doença, uma noção (também) jornalística**: estudo cartográfico do noticiário de capa do semanário de informação Veja (1968-2014). 2015. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2015.

FISCHER, D.; BONSS, W. Surveillance and changing social behavior. **Increasing Resilience in Surveillance Societies**.15-19. Edinburgh: The University of Edinburgh, 2013.

FUREDI, F. **How Fear Works**: Culture of Fear in the Twenty-First Century. Londres: Bloomsbury Continuum, 2018.

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GLASSNER, B. **The Culture of Fear**. Nova York: Basic Books, 2005.

GRUCHOLA, M.; SLAWEK-CZOCHRA, M. "The culture of fear" of inhabitants of EU countries in their reaction to the COVID-19 pandemic – A study based on the reports of the Eurobarometer. **Safety Science**, v. 135, 2021.

HAUSER, D.; FLEMING, M. Mother nature's fury: Antagonist metaphors for natural disasters increase forecasts of their severity and encourage evacuation. **PsyArXiv**. V. 43, n. 5, p. 570-596, jun., 2021.

HAUSER, D. J.; SCHWARZ, N. The War on Prevention. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 41, n. 1. p. 66-77, 2015.

KARPERSON, R. E.; RENN, O.; SLOVIC, P. The social amplification of risk: A conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, p. 177-187, 1988.

KLEIN, E. Why Are Liberals More Afraid of the Coronavirus Than Conservatives? **VOX**. 21 maio 2020. Disponível em: <https://www.vox.com/2020/5/21/21262329/coronavirus-liberals-conservatives-polls-afraidpsychology-distacing>. Acesso em: 05 dez. 2022.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaforas de la Vida Cotidiana**. Madri: Catedra, 1991.

LARSON, B. M. H.; NERLICH, B.; WALLIS, P. Metaphors and biorisks: The war on infectious diseases and invasive species. **Science Communication**, v. 26, n. 3, p. 243-268, 2005.

MILNE, R.; WENZER, J.; BREMBEK, H.; BRODIN, M. Fraught cuisine: Food scares and the modulation of anxieties. **Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory**, v. 12, n. 2, p. 177-192, 2011.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D.V. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

SABUCEDO, J. M.; ALZATE, M.; HUR D. COVID-19 and the metaphor of war (COVID-19 e la metáfora de la guerra). **International Journal of Social Psychology**, v. 35, n. 3, p. 618-624, 2020.

SEMINO, E. "Not Soldiers but Fire-fighters" – Metaphors and Covid-19. **Health Communication**, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2021.

SONTAG, S. **Illness as metaphor**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1978.

STRONG, P. Epidemic psychology: a model. **Sociology of Health & Illness**, v. 12, p. 249-259, 1990.

VASTERMAN, P.; YZERMANS, C. J.; DIRKZWAGER, A. J. The role of the media and media hypes in the aftermath of disasters. **Epidemiologic reviews**, v. 27, p 107-114, 2005.

WAHL-JORGENSEN, K. **Emotions, Media and Politics**. Cambridge: Polity, 2019.

WALLIS, P.; NERLICH, B. Disease metaphors in new epidemics: The UK media framing of the 2003 SARS epidemic. **Social Science and Medicine**. v. 60, n. 11, p. 2629-2639, 2005.

WIEN, C.; ELMELUND-PRAESTECKER, C. An Anatomy of Media Hypes: Developing A Model for the Dynamics and Structure of Intense Media Coverage of Single Issues. **European Journal of Communication**. v. 24. p. 183-201, 2009.

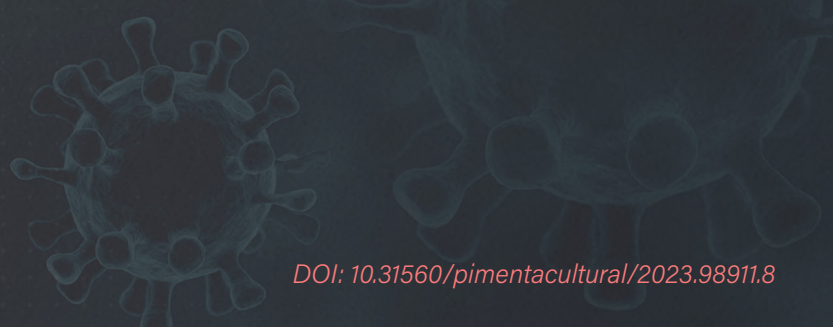


8

Leandro Lage

FEMINICÍDIOS NA PANDEMIA DA COVID-19:

NARRATIVAS TRÁGICAS
DE MORTES EVITÁVEIS



DOI: [10.31560/pimentacultural/2023.98911.8](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98911.8)

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, mês em que foi confirmada no Brasil a primeira morte decorrente de infecção pelo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, o então presidente da República Jair Bolsonaro fez a seguinte declaração pública sobre a relação entre a pandemia do novo coronavírus e os casos de violência doméstica: “Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?”, disse o chefe do Executivo, em crítica às medidas de isolamento social tomadas pelos estados e municípios para conter a infecção comunitária. “O vírus tá aí. Vamos ter de enfrentá-lo. Mas enfrentar como homem, pô, não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós vamos morrer um dia», declarou o presidente.

As declarações do então presidente foram feitas dias após a divulgação, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de que a média diária de ligações para o 180, canal de denúncias de violência doméstica do Governo Federal, havia aumentado 8,5% entre a primeira e a segunda quinzenas de março de 2020 (Coronavírus, 2021). O Ministério também registrou crescimento de 17,9% no número de denúncias registradas naquele mês. Em vez de inspirar políticas de proteção, os índices alarmantes serviram de pretexto para discursos misóginos e para associar o aumento das denúncias como consequência direta das medidas de isolamento social e de seus impactos econômicos. Além de negligenciar as desigualdades de gênero como causas fundamentais desse tipo de violência, Bolsonaro ainda defendeu o discurso de que seguir as restrições não seria uma postura de “homens”, mas de “moleques”.

O Governo Federal não promoveu nenhuma política ou ação com impacto significativo para conter o aumento da violência contra a mulher durante a pandemia. Na prática, os investimentos do

governo em políticas para mulheres chegaram, em 2020, ao menor patamar desde 2015, segundo a ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) (Brandalise, 2021). Em contrapartida, não apenas as denúncias e registros de violência, mas também os índices de feminicídio durante a pandemia da Covid-19 cresceram no Brasil e no mundo a ponto de a própria Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) anunciar a eclosão de uma *shadow pandemic*, isto é, de uma pandemia das sombras, silenciosa, paralela e consequente à do novo coronavírus (The Shadow [...], 2020).

Considerando esse contexto, e tendo como pano de fundo o caráter estrutural das violências de gênero, o objetivo do capítulo é analisar, em narrativas jornalísticas, a tessitura do nexos entre a pandemia da Covid-19 e os casos de feminicídio. Nosso levantamento da cobertura desses crimes, verificada no portal *G1 Pará* entre março de 2020 e julho de 2021, coletou um total de 27 matérias, subdivididas entre notícias de casos específicos e suas repercussões (17), levantamentos de registros e ocorrências (8), reportagem com especialistas (1) e uma notícia de campanha de prevenção à violência (1). A coleta foi realizada pelo sistema de buscas do *G1 Pará* e complementada via Google Notícias. Foram consideradas apenas narrativas jornalísticas que continham o termo “feminicídio”.

A significativa quantidade de reportagens com estatísticas de feminicídio e outras formas de violência no período da pandemia da Covid-19 demonstra o reconhecimento, no âmbito da cobertura, da relação entre a crise de saúde pública, as medidas de isolamento e o aumento dos riscos e casos de violência contra as mulheres. Por outro lado, veremos mais adiante que esse nexos entre a pandemia e o aumento dos registros de feminicídio não aparece na construção das narrativas de casos específicos, quase sempre voltadas à descrição da cena do crime e dos meios utilizados.

Nosso percurso argumentativo se iniciará pela síntese dos índices de feminicídio registrados durante a pandemia da Covid-19, tomada como contexto de acirramento das condições de vulnerabilidade das mulheres. Em seguida, abordaremos esses crimes como formas extremas de violências de gênero, que reproduzem estruturais sociais de opressão e instituem uma experiência generalizada de medo para as mulheres. O exame da cobertura jornalística, em seu trabalho de narrar os feminicídios e interpretar as estatísticas desse crime, jogará luz sobre pelo menos dois pontos: em primeiro lugar, o modo como as matérias abordam o feminicídio enquanto destino trágico de suas vítimas; em segundo, a exploração das cenas desses crimes e da relação entre os impactos da pandemia e o aumento dos casos de violência contra a mulher. Ao final, o conjunto das narrativas analisadas revelará uma ambivalência entre a evitabilidade e a inevitabilidade dessas mortes, e mostrará cumplicidade com as expectativas sociais e morais próprias de uma “pedagogia da violência” contra a mulher (Saffioti, 2015).

COVID-19 E FEMINICÍDIOS: AMEAÇAS PARALELAS

Uma das primeiras constatações sobre as estatísticas e levantamentos de registros e ocorrências de violências contra a mulher é a ausência de organização, unificação e sistematização dos dados. Esse quadro confuso depende de levantamentos independentes, como as pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2021; 2022). Em geral, essas pesquisas contam com informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública dos estados e do Distrito Federal, que adotam procedimentos distintos para registro e quantificação de ocorrências. Isso demonstra, de saída, um problema estrutural e de gestão pública para

a elaboração de políticas e implementação de medidas para prevenir, registrar e acompanhar os casos de violência e feminicídio. Além disso, a ausência de sistematização das informações pode gerar mal entendidos e facilitar interpretações enviesadas das estatísticas.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) evidenciam contradições nos números de registros e denúncias de casos de violência contra mulheres e meninas. Entre 2019 e 2020, as queixas de lesão corporal em decorrência de violência doméstica caíram 7,4%. Diminuíram também os registros de ameaça (-11,8%), e de estupro e estupro de vulnerável (-14,1%). Em contrapartida, o número de denúncias ao 180 aumentou, assim como a quantidade de Medidas Protetivas de Urgência concedidas pelos Tribunais de Justiça, que teve crescimento de 4,4%.

Outra contradição diz respeito aos registros de homicídios de mulheres e feminicídios. Em 2020, o país teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, o que representa 34,5% do total de assassinatos. Portanto, mais de um terço das mortes de mulheres foi enquadrado como feminicídio. No comparativo com 2019, os homicídios caíram 2,1% no primeiro ano da pandemia. Apesar disso, além do patamar elevado desse crime ser, em si, alarmante, 14,7% dos crimes registrados apenas como homicídios de mulheres tiveram como autor o parceiro ou ex-parceiro íntimo da vítima, o que deveria torná-los automaticamente feminicídios⁴⁰.

Mesmo com essa distorção burocrática e estatística, os feminicídios, por sua vez, apresentaram crescimento de 0,7% no Brasil, subindo de 1.330 em 2019 para 1.350 em 2020. No ano seguinte foram registrados 1.341 casos. Essa aparente estabilidade, contudo, apresenta variações significativas em diferentes estados da federação. No Distrito Federal, por exemplo, os feminicídios caíram 47,6%

40

A inobservância do feminicídio como agravante é prejudicial à obtenção de justiça por uma série de razões, que vão desde a diferença de penas entre o chamado crime autônomo e o homicídio qualificado, até a questões processuais e de competências para julgamento (Barros; Souza, 2019).

entre 2019 e 2020. Já em Rondônia, os casos de feminicídio tiveram variação positiva de 97,7%. Ou seja, o estado apresentou o dobro de casos de feminicídio no primeiro ano da pandemia.

No caso do Pará, estado no qual acompanhamos a cobertura jornalística dos feminicídios, dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup) mostram um crescimento dos registros desse crime de 47, em 2019, para 66 casos, em 2020 (Segup-PA, 2021). Em 2021, o patamar continuou alto: 64 casos (Anuário [...], 2022). Só entre janeiro e julho a secretaria de segurança registrou 40 feminicídios ocorridos no estado. Os casos de lesão corporal dolosa (violência doméstica) aumentaram 8% e as ligações para denúncias de violência doméstica cresceram de 8,8 mil para 9 mil. O refinamento dos dados mostra que, dos 66 casos de feminicídio registrados em 2020, em 16 deles foram utilizadas armas de fogo e, em 34, objetos perfuro cortantes ou contundentes. Do total de feminicídios, 49 foram cometidos por companheiros, ex-companheiros, namorados ou ex-namorados das vítimas. E 37 ocorreram em residência particular, área de condomínio ou propriedade rural. Do total, apenas 12 casos ocorreram na capital paraense ou Região Metropolitana de Belém.

As tentativas de feminicídio se mantiveram estáveis, no Pará, nos dois primeiros anos da pandemia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022). Em 2020, foram registrados 95 casos. Em 2021, apenas um a menos. Já os casos registrados como lesão corporal dolosa (violência doméstica)⁴¹ saltaram de 6.569 em 2020 para 8.701 em 2021, num aumento significativo de 31,1%. Ainda de acordo com o Anuário, o número de denúncias de violência doméstica ao 190 saltou de 7.898 em 2020 para 9.741 em 2021, aumentando 23,3%.

Todos esses dados referentes às violências domésticas e feminicídios, no entanto, não podem ser lidos sem ressalvas.

41

A lesão corporal dolosa praticada em contexto doméstico refere-se a todo ato de violência física praticado contra a mulher no ambiente familiar.

Em primeiro lugar, é preciso atentar para a possível subnotificação gerada pelo contexto da pandemia, o que deu ensejo a diversas iniciativas, como o crescimento das delegacias virtuais, nas quais era possível registrar denúncias sem a presença física das vítimas. Em segundo lugar, deve-se considerar a subnotificação gerada institucionalmente, por outras razões, como as de motivação racial, conforme explicam os analistas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) sobre os registros de 2021:

A diferença racial nas vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais mortes violentas intencionais. 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Nas demais mortes violentas intencionais, contudo, 70,7% são negras e apenas 28,6% são brancas. Em última instância, o que os dados nos indicam é uma possível subnotificação das negras enquanto vítimas de feminicídio. Demais estudos ainda devem ser realizados para aprofundar o fenômeno, entretanto, levanta-se a hipótese de que as autoridades policiais enquadram menos os homicídios de mulheres negras enquanto feminicídio. Ou seja, mais mulheres negras, mesmo sendo mortas pela condição de ser mulher, são incluídas na categoria de homicídio doloso e não feminicídio, o que parece acontecer menos com as mulheres brancas (Anuário [...], 2022, p. 173).

As estatísticas de feminicídio no Brasil acompanham os indicadores de outros países, que sugerem, a despeito das subnotificações, um crescimento dos casos de violência contra a mulher em escala mundial (Covid-19 [...], 2020a). Embora a ONU mencione, em seus levantamentos oficiais, apenas o crescimento dos casos de violência doméstica durante a pandemia de Covid-19, Standish e Weil (2021) argumentam ser estratégico e urgente reconhecer o feminicídio como uma pandemia silenciosa paralela à do novo coronavírus. Para as pesquisadoras, essas seriam mortes não apenas previsíveis, considerando-se o isolamento e suas consequências como componentes agravantes das condições de vulnerabilidade das mulheres,

mas também mortes evitáveis, caso houvesse políticas e medidas efetivas de proteção, prevenção e atendimento às vítimas denunciadas, além de punição aos acusados.

SUBORDINAÇÃO, MEDO E MORTE: FEMINICÍDIO COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Sagot e Cabañas (2000; 2010) demarcam a relação direta entre os altos índices de violência de gênero e os países com heranças de ditaduras e regimes militares opressivos. Segundo a socióloga Montserrat Sagot, em sociedades profundamente desiguais e com legados de violências políticas, como são os casos na América Central e na América Latina, “a violência contra as mulheres também adquire maiores níveis e características mais dramáticas do que em outros países” (Sagot, 2010, p. 34). Embora o Brasil possa se orgulhar de um lastro jurídico recente de proteção às mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e do dispositivo legal que criou a qualificadora do feminicídio (Lei nº 13.140/2015) no Código Penal, os índices e denúncias de violência contra a mulher, a ambiguidade de registros de feminicídios e homicídios e a sensação de impunidade mostram um abismo entre as diretrizes normativas e a realidade prática (Barros; Souza, 2019).

Nas conclusões de seu mais recente livro sobre violência e responsabilidade ética, Butler (2020) menciona os casos de feminicídio como atos de agressão que reproduzem estruturais sociais violentas. Essa realidade institui um clima generalizado de medo em cada mulher, compelida a se subordinar para evitar um destino fatal. A consequência disso é o estabelecimento de um estado permanente de risco e o acirramento das condições de vulnerabilidade das mulheres, inseguras dentro de seus próprios lares.

Para Saffioti (2015), a violência contra as mulheres encontra terreno fértil em nossa sociedade por um conjunto de aspectos morais e culturais que instituem uma organização social de gênero, sob a forma do patriarcado. Essa estrutura axiológica carrega em seus alicerces mais fundamentais a naturalização de uma “pedagogia da violência” segundo a qual é normal, aceitável e até recomendável que os homens maltratem as mulheres, exercendo sua força-dominância como condição da afirmação da própria masculinidade. Nessa pedagogia, as mulheres também devem aprender e internalizar seu papel social de subordinação.

Saffioti (2015) aponta para um conjunto de aspectos característicos das violências de gênero, entre elas o feminicídio: (a) as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente e todas elas envolvem alguma dimensão de dano à integridade da pessoa; (b) a violência de gênero, em suas modalidades familiar e doméstica, deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino; (c) a patologização dos agressores ignora as hierarquias e desigualdades de gênero e relativizam a dimensão de responsabilidade individual pelas violências; (d) a subversão das hierarquias de gênero atinge o homem em sua própria virilidade, socialmente conformada para o exercício de poder e dominação; (e) as formas variadas de violência doméstica têm como característica específica a rotinização, que torna a relação um ciclo vicioso de agressão e subordinação.

Paralelamente a essa condição estrutural, a pandemia da Covid-19 agregou outros elementos precipitadores das mais diversas violências de gênero. Em abril de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou nota técnica com informações de referência sobre o impacto da pandemia nos casos de violência contra a mulher (Covid-19, 2020b). Entre as informações constam elementos potencializadores dos riscos de violência, tais como: a desintegração de redes sociais, familiares e institucionais de proteção; o aumento da carga de trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos;

o estresse gerado pelas perdas de emprego e prejuízos econômicos; a indisponibilidade de serviços de ajuda e apoio psicológico; e a restrição de acesso a serviços fundamentais de saúde pessoal, sexual e reprodutiva. Outros autores também mencionam, entre os elementos precipitadores de violências, o possível aumento da dependência econômica da mulher e o crescimento do abuso de álcool e outras drogas (Campbell, 2020; Ornell *et al.*, 2020).

Esse contexto é marcado pelo caráter estrutural e histórico das violências de gênero, nitidamente vinculável ao quadro de permissividade e negligência reiterado pelos posicionamentos políticos e institucionais do próprio governo e das lideranças de extrema direita, em sua guerra cultural travada com discursos antifeministas e o reforço das práticas e valores patriarcais como moralmente desejáveis. Soma-se a isso a crise de saúde pública instalada mundialmente e suas consequências sociais mais amplas, configurando uma atmosfera de medo e de riscos superpostos, que afligem as mulheres de modo radicalmente desigual em relação aos homens.

A questão que se impõe, daqui em diante, diz respeito ao modo como narrativas jornalísticas sobre feminicídios se defrontam com esse contexto, inscrevendo-o nos relatos desses casos extremos de violência de gênero.

MORTES (IN)EVITÁVEIS: FEMINICÍDIOS COMO TRAGÉDIAS SEM CONTEXTO

Em nenhuma das 17 notícias do portal *G1 Pará* sobre casos isolados de feminicídios publicadas entre março de 2020 e julho de 2021 há qualquer menção à pandemia da Covid-19. Inversamente, todas as nove matérias desse mesmo período dedicadas especificamente aos levantamentos de registros de violências

e às entrevistas com especialistas dão ênfase à pandemia e às medidas de isolamento como principais fatores precipitadores de violências. Essa distinção no tratamento do assunto por uma mesma mídia jornalística pode ser resultado de um conjunto amplo de variáveis, que vão desde a diferença de editorias e de jornalistas na cobertura dos temas até as próprias condições de apuração de cada acontecimento. Percebe-se, contudo, algumas recorrências na configuração dessas narrativas jornalísticas, especialmente quanto ao enquadramento trágico desses crimes. Mas o que significa, nos planos ético e narrativo, o relato de feminicídios como tragédias?

A emprego do termo tragédia em alusão a acontecimentos da vida real, e não como forma artística, começou, segundo Eagleton (2013), a partir do século XVI. Esse uso cotidiano preservou a indicação semântica para eventos infelizes, calamitosos, terríveis, comoventes. Paralelamente, no campo artístico-literário, a noção tradicional de tragédia giraria em torno de um conjunto extenso de contradições: a sina e o acaso, o livre-arbítrio e o destino, o modificável e o inevitável, a coragem heroica e a inércia, a nobreza e a ignomínia, entre tantas outras (Eagleton, 2013). Nesse caldo, e sem comprar a querela teórica entre negar ou aceitar a aplicação da estética trágica à vida cotidiana, os infortúnios das pessoas comuns encontram uma espécie de equivalência com as desventuras do herói trágico. E essa equivalência é a do sofrimento e da morte, em sua (in)evitabilidade, e a do luto e do lamento que se seguem.

Um radical defensor da aplicabilidade da noção de trágico à interpretação da vida e morte dos homens e mulheres comuns é Raymond Williams (2002). Subjaz à sua crítica, esteada no drama trágico, o esforço de compreensão de nossa tragédia liberal contemporânea, repleta de infortúnios, que vão desde as catástrofes e guerras, passando pela miséria, pela exploração, pelas doenças. Na trajetória de secularização da ideia de tragédia, um aspecto importante desse esquema compreensivo da experiência é sua encruzilhada moral: o sofrimento surge em consequência do erro, da falha, da ausência

de virtude. Ou do destino selado. Daí porque, para Williams (2002), a tragédia tem sido, ao longo de sua trajetória no teatro e na literatura, o conflito inevitável entre um indivíduo e as forças que o destroem. Mas esse conflito acabou sendo historicamente explorado em duas versões antagonizadas: a tragédia social e a tragédia pessoal. E essa falsa ambivalência toca no cerne dessas narrativas e acontecimentos trágicos que trazemos à tona.

Para Butler (2020), além do apelo sensacionalista – com foco do poder de choque dos casos de violência em vez de estimular mobilizações coletivas e institucionais –, as narrativas de feminicídios tratam esses crimes como eventos resultantes de forças conflituosas que levaram a uma conclusão infeliz. Mesmo quando jogam toda a atenção sobre a sanha e a crueldade dos agressores, com frequência tratados como monstros ou doentes mentais, o enredo dessas narrativas constitui-se em torno de uma fatalidade quase cósmica, como a concretização de uma sina, um final infeliz para um drama pessoal e familiar.

A alternância entre as numerosas notícias de casos isolados de feminicídios e reportagens ocasionais sobre registros e fatores de intensificação dos riscos, tais como as restrições e impactos no contexto da pandemia, ilustram com precisão essa polaridade entre tragédias pessoais e tragédias sociais. De um lado, as narrativas dão conta de mulheres vítimas de companheiros e ex-companheiros, em histórias pessoais de sofrimento, perseguição, violências, crueldades, contadas em diferentes graus de detalhamento. De outro, o jornalismo dimensiona o feminicídio como drama social mais amplo, conjugado com uma das maiores tragédias do último século. Por maior que seja o esforço, em algumas dessas reportagens de estatísticas, de narrar casos específicos, eles ainda figuram no plano da exemplaridade, sem menção à vinculação desses crimes a estruturas morais e históricas que os conectam entre si.

Há um aspecto notável no modo como as narrativas de casos específicos de feminicídio constroem seu próprio argumento da tragédia. Trata-se da tessitura dos contextos em que esses crimes são cometidos, o que também leva à teia de causalidades e motivações. Nesse sentido, duas recorrências chamam a atenção: em primeiro lugar, a já referida ausência de menção à pandemia como possível contexto precipitador das agressões fatais; em segundo lugar, a negligência em relação às desigualdades estruturais que normalizam essas violências de gênero. A ênfase frequente à agressividade dos acusados funciona quase como um reconhecimento não intencional de sua virilidade, impetuosidade e capacidade de dominação, a exemplo da notícia abaixo:

A equipe de Polícia Civil de Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará, cumpriu nesta quarta-feira (8) um mandado de prisão contra um homem apontado como autor de feminicídio. [...]

O feminicídio aconteceu no dia 12 de junho, quando o homem teria assassinado a companheira, Mariza Pereira de Carvalho, de 34 anos. Segundo a polícia, o suspeito matou a esposa na frente dos filhos, com um golpe de faca na região da barriga, na residência do casal, na zona rural, distante cerca de 40km de Conceição do Araguaia.

Após o crime, ele fugiu com os filhos para a cidade de Vila Rica (MT). No dia 15 do mesmo mês, o homem se apresentou à polícia acompanhado de um advogado na Delegacia de Polícia de Vila Rica, onde comunicou o crime.

A equipe de Polícia Civil foi então até o local do fato e encontrou o corpo da vítima, caído ao chão, já em estado de decomposição. O caso teve grande repercussão na cidade de Conceição do Araguaia.

Segundo a polícia, o suspeito já tinha antecedentes de crimes relacionados a [sic] violência doméstica, inclusive havia sido condenado pelo crime de lesão corporal praticada em ambiente doméstico. A motivação do crime ainda está sendo apurada (Polícia [...], 2020).

Nos registros de feminicídio fornecidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará (Segup-PA), o conjunto de “causas presumíveis” para os crimes de homicídio qualificado como feminicídio incluem: alcoolismo, ciúme, devassidão (!), LGBTIfobia, ódio ou vingança e “outros”. Dos 106 registros referentes aos anos de 2020 e 2021, 38 não presumem causas. Entre os 68 registros que apontam motivações, ódio ou vingança e ciúme são as mais mencionadas. Já nas notícias jornalísticas examinadas, a maioria não chega a explorar explicitamente as motivações, contextos ou “causas presumíveis” dos crimes. Como justificativa, é frequente a alusão ao trabalho de investigação da polícia estar em andamento, como na notícia acima.

Nas matérias que tratam de contextos e causalidades, a não aceitação do fim do relacionamento por parte dos agressores e o ciúme são mencionados com maior frequência. Nessas narrativas, outro aspecto dramático chama a atenção: presas a relações com seus algozes, as vítimas figuram como mulheres infelizes, que não conseguiram se libertar de seu destino trágico. Esse foi o caso de Jéssica Mesquita, morta junto a uma amiga dias antes de viajar a outro estado para refazer a vida longe do marido, que não aceitava a separação:

Os corpos das jovens Jessica Mesquita e Tamires Abdon serão transferidos para os estados de Pernambuco e Maranhão, onde serão enterrados. Elas foram assassinadas a facadas pelo militar da reserva da aeronáutica Joelson Alves de Souza, 54 anos, no sábado (30), no bairro do Guamá, em Belém. O crime aconteceu dentro de em [sic] residencial na travessa Barão de Mamoré, próximo da rua dos Mundurucus.

De acordo com amigos de Jéssica, que não quis se identificar [sic], a vítima vivia em um relacionamento abusivo com Joelson. Ela tentava se separar do marido, mas ele a chantageava. Jéssica havia pedido exoneração do cargo público de técnica de enfermagem no Hospital Barros Barreto e partiria dia 10 de fevereiro para Pernambuco.

'Era um relacionamento totalmente abusivo, né? Era uma situação de cárcere. Ela saía para trabalhar e ela sempre relatava que ele chantageava de todas as formas, quando ela queria se separar, quando ela queria sair de casa, procurar um outro apartamento para morar. Ele sempre se vitimizava, dizia que ele ia se matar, com remédios, drogas e facas', contou (Corpos [...], 2020).

Seja nos registros oficiais de crimes e ocorrências, seja na cobertura jornalística dos casos de feminicídio, paira em torno desses assassinatos uma aura de incertezas segundo a qual eles se configuram como tragédias de contexto incerto, mas, ao mesmo tempo, concretizações de inevitabilidades. Como a matéria acima parece sugerir, os próprios amigos da vítima tinham consciência do caráter abusivo da relação, das ameaças e, portanto, das violências. O feminicídio subsiste, assim, como incidente trágico, lamentado por parentes das vítimas, vizinhos, colegas de trabalho, mas não como evento surpreendente.

Parece-nos que o risco dessa abordagem, ao circunscrever esses crimes a dramas pessoais, é não dimensionar a condição generalizada de risco e ameaça à qual as mulheres estão submetidas. Além de ignorar por completo o contexto pandêmico como propício ao surgimento de tensões e à eclosão de formas de violência.

FEMINICÍDIO E A NARRATIVA JORNALÍSTICA DE CRIMES: DA CENA AO CENÁRIO

Os crimes de feminicídio são extremamente violentos e cruéis, por via de regra. Ao analisarem os homicídios de mulheres na Costa Rica em uma das pesquisas inaugurais sobre esse tipo de crime, Sagot e Cabañas (2000) já constataavam aspectos

recorrentes sobre esses acontecimentos: os feminicídios ocorrem, em sua maioria, durante brigas e discussões, incluindo-se os conflitos que se seguem ao término de relacionamentos; esses crimes são cometidos com frequência em ambientes domésticos, muitas vezes na frente de filhos, outros parentes e vizinhos; as armas de fogo, os utensílios de cozinha e as próprias mãos dos feticidas estão entre os principais meios usados para matar.

Embora as motivações, causas e contextos dos feminicídios restem pouco ou nada explorados pelas narrativas analisadas, não se pode dizer o mesmo das cenas desses crimes. Em alguns casos, é espantosa a riqueza de detalhes com que os assassinios são narrados, numa espécie de apelo realista e grotesco da violência. As notícias de casos isolados de feminicídios publicadas pelo *G1 Pará* não chegam a mostrar imagens das cenas dos crimes, mas parecem compensar essa lacuna visual com descrições relativamente detalhadas do modo como as agressões ocorreram: armas utilizadas pelos agressores, locais exatos dos crimes, estado do corpo da vítima, causas das mortes e marcas de violência, presença de testemunhas etc.

A obsessão com a cena do crime faz eco à tese de Schøllhammer (2013), de que esse seria uma espécie de topos narrativo contemporâneo, objeto por excelência na encenação da realidade produzida pelas mídias. A cena do crime surge, assim, como emblema de nossa experiência cotidiana com a violência, reunindo em torno de si contradições como a vida e a morte, a representação e o obscuro, as múltiplas temporalidades, o ato violento e a compaixão, as emoções, o luto e gozo mórbido, as desigualdades e tensões morais. Schøllhammer (2013, p. 8) argumenta que a violência contém algo "que não se deixa articular explicitamente, um cerne que escapa e que nos discursos oficiais da justiça, da criminologia, da sociologia, da psiquiatria e do jornalismo nunca é vislumbrado". Esse elemento enigmático, diz o autor, só seria captável pela literatura, pelas artes de um modo geral, capazes de expressar a dor produzida e a brutalidade dos gestos violentos.

Ainda que nem sempre as narrativas jornalísticas que observamos aludam aos motivos e contextos dos crimes de feminicídio, e que apenas as que envolvem figuras de alguma proeminência tenham repercussão e continuidade na cobertura, não se pode dizer que essas sejam histórias de mistério, narradas com algum componente enigmático. Os relatos midiáticos de feminicídio são contados como crimes inteiramente elucidados, como no caso do assassinato de Leila Arruda, candidata do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Currealinho, no Marajó. A matéria dá conta de que Leila estava separada havia três anos e, mesmo assim, ainda era perseguida pelo ex-marido, acusado de matá-la a facadas e pauladas. Na história do feminicídio de Leila, explorada por duas das matérias encontradas, não parecem restar questões sem resposta.

A Justiça do Pará converteu a prisão em flagrante para prisão preventiva de Boaventura Dias Lima, acusado de assassinar a facadas a ex-esposa, Leila Arruda, candidata do PT à Prefeitura de Currealinho, no Marajó. A decisão da juíza Cláudia Favacho foi homologada em audiência de custódia nesta segunda (23).

Leila Arruda foi assassinada a facadas e pauladas na tarde de quinta-feira (19), na porta da casa onde morava, no bairro Tenoné, em Belém. O suspeito foi preso no mesmo dia e conduzido para a Divisão de Homicídios, responsável pela investigação policial do caso.

Segundo familiares da vítima, Leila estava separada de Boaventura há três anos mas continuava sofrendo com perseguições e vivia em Belém (Acusado [...], 2020).

No conjunto de notícias sobre feminicídios, apenas duas matérias indicaram autoria incerta para os crimes, embora mencionassem o principal suspeito – ambos os textos jornalísticos mencionam o mesmo crime, pelo qual ninguém havia sido preso. Também é digno de nota que a cobertura de feminicídio no período analisado não trouxe nenhuma matéria com foco específico sobre casos e denúncias de tentativas de feminicídio. Até por serem histórias

de crimes solucionados, essas são também narrativas *a posteriori*. Mulheres denunciadas são números, contabilizados nas reportagens de estatísticas e levantamentos de registros. Um passar de olhos pela cobertura noticiosa é suficiente para demonstrar que elas só se tornam rostos e vítimas dignas de atenção quando já são vítimas fatais. Daí em diante, têm seu infortúnio tornado exemplar e sua morte trágica narrada em detalhes.

Na outra ponta dessa cobertura, reportagens generalistas sobre os registros e índices de violências cometidas contra a mulher configuram-se como narrativas de crimes sem cenas. Nessas matérias, todo o foco recai sobre os contextos mais amplos. E a pandemia da Covid-19 surge como um segundo protagonista, seja na construção da linha argumentativa das matérias, seja nas falas de autoridades policiais e especialistas convocados.

Os casos de feminicídio no Pará aumentaram 40% em 2020. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (Segup), entre janeiro e dezembro do ano passado, 66 casos foram registrados no estado. No mesmo período, em 2019, haviam sido registrados 47 casos.

Outro número preocupante é o aumento de outros tipos de violência doméstica no Pará. Em 2020, houve 7.241 casos, segundo a Segup. Esse número é cerca de 6% maior do que foi registrado em 2019, quando houve 6.854 casos.

[...] Para a Segup, o isolamento social motivado pela pandemia de Covid-19 é um fator crucial para o aumento da violência doméstica.

‘Foi um fenômeno que aconteceu no Brasil todo, há uma forte relação com a pandemia, isolamento social, pessoas que não convivessem tão bem, passando mais tempo juntos. Nós entendemos esses números para que a gente possa traçar estratégias’, disse o titular da Segup, Uálame Machado (Casos [...], 2021).

Nesse conjunto de matérias, os números, índices percentuais e registros são elementos principais, enquanto as vítimas,

os agressores e as cenas são obliterados. E o isolamento social e a pandemia de Covid-19 figuram tanto como contexto propício quanto como “causas prováveis” desses crimes. As tragédias ganham, assim, um novo realce: o nexos automático entre os impactos da pandemia e o aumento dos casos de violência contra a mulher. Não se trata de isentar os agressores de responsabilidade por esses crimes. Entretanto, ao jogarem toda a luz sobre os impactos das medidas de isolamento e da própria pandemia do novo coronavírus na cadeia de causalidade dos feminicídios, essas matérias obscurecem os principais fatores de risco motivadores dessas violências: o ódio misógino, as estruturas sociais e morais de opressão e as relações de dominação e subjugação construídas pelos agressores.

Os feminicídios se tornam, assim, efeitos colaterais inquestionáveis e absolutos da pandemia, que, por sua vez, constitui um pano de fundo silencioso de agravamento da vulnerabilidade das mulheres. Emerge, nesse cenário, um contraste tácito entre a ameaça constante e invisível do vírus e a proximidade dos agressores em potencial. Nas narrativas, a cena do crime dá lugar a um cenário mais amplo e cotidiano de riscos e ameaças, explorando a figura ordinária da vítima virtual: toda e qualquer mulher. Esse enquadramento sem dúvida contribui para o reforço do clima generalizado de medo.

A VIOLÊNCIA COMO SINA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar de mulheres apanhando em casa porque “em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”, o então presidente da República sintetizou de modo escandaloso o que as próprias matérias jornalísticas escancaram: há expectativas sociais e morais próprias de uma pedagogia da violência, segundo a qual determinados cenários de crise são suficientemente explicativos para a eclosão de brigas e conflitos nos quais, invariavelmente, as principais vítimas são

as mulheres. Nessa lógica, a solução de Bolsonaro não poderia ser outra: "O vírus tá aí. Vamos ter de enfrentá-lo. Mas enfrentar como homem, pô, não como moleque», disse o presidente, ressaltando a necessidade dos rompantes de masculinidade para lidar com os riscos e infortúnios trazidos pela pandemia de Covid-19.

Essas expectativas, quando confrontadas com o conjunto de narrativas jornalísticas de feminicídio que examinamos, demonstram ainda certa ambivalência entre inevitabilidade e inevitabilidade dos sofrimentos e mortes dessas mulheres. De modo geral, e sobretudo nas reportagens de estatísticas de registros e denúncias desses crimes, são mostrados os direitos que assistem às vítimas de violência de gênero e também os mecanismos de denúncia, por meio dos números de telefone, das delegacias e dos juizados especializados. Essa estrutura institucional de proteção responde, em alguma medida, às expectativas de que o Estado e os governantes se responsabilizem pela segurança das mulheres. E a frequência com que o tema do feminicídio pauta a mídia e a persistência na divulgação dessas redes institucionais de apoio sugerem a existência de possibilidades de se evitar essas tragédias: denúncias, abertura de inquéritos, medidas protetivas, prisão de acusados. As matérias narrram, inclusive, o esforço contínuo de algumas dessas mulheres para cessar definitivamente as relações abusivas, como a mudança de cidade, o retorno à casa dos pais, o afastamento dos agressores.

Por outro lado, não se pode afirmar que a cobertura jornalística tenha construído uma ideia de sofrimento evitável, ou mesmo de mortes evitáveis. As tessituras narrativas desses crimes indicam, de maneira geral, um conjunto de pistas e até testemunhos que fazem do final trágico o desfecho provável para cada um dos casos. Os relatos jornalísticos analisados reiteram um tom de escândalo e de choque diante das violências, mas não há surpresa. É como se aquelas fossem histórias fadadas a terminar assim. O próprio automatismo na construção do nexu entre isolamento social e outros impactos da pandemia de Covid-19 e o aumento de feminicídios, sem mencionar a anterioridade desse problema social, é revelador de uma naturalização dessas violências e mortes como sina das mulheres.

Como dizem Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2005), a argumentação midiática da ideia de sofrimento evitável não é neutra socialmente, pois promove uma distribuição estratégica entre os papéis e responsabilidades de agressores, de vítimas, da sociedade e do Estado, em seu dever de proteger cidadãos e aplicar as leis. Entretanto, as narrativas jornalísticas de feminicídios publicadas pelo *G1 Pará* desde o início da pandemia da Covid-19, ao enquadrarem esses assassinatos como tragédias pessoais, individualizando os casos, ou como dramas sociais, generalizando-os para dimensionar seu impacto em números, tratam essas mortes exatamente de acordo com as expectativas sociais e morais da pedagogia de que falamos: naturalizada, a violência contra a mulher passa a compor o horizonte de seu destino amoroso e trágico inevitável.

AGRADECIMENTOS

Leandro Lage agradece à Capes o apoio ao projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de COVID-19* e ao CNPq o apoio aos projetos *Alegorias do sofrimento e da resistência* e *O destino da indignação*.

REFERÊNCIAS

ACUSADO de feminicídio, ex-marido de candidata do PT morta no PA tem prisão preventiva decretada pela Justiça. **G1 PA**, Belém, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/11/23/acusado-de-feminicidio-ex-marido-de-candidata-do-pt-morta-no-pa-tem-prisao-preventiva-decretada-pela-justica.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BARROS, F. D.; SOUZA, R. Ó. **Feminicídio: Controvérsias e aspectos práticos**. São Paulo: JH Mizuno, 2019.

BRANDALISE, C. Exclusivo: gasto com políticas para mulheres tem menor patamar desde 2015. **Portal UOL**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/23/orcamento-e-aco-es-em-politicas-para-mulheres-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BUTLER, J. **The force of nonviolence: An ethico-political bind**. London: Verso, 2020.

CAMPBELL, Andrew M. An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic science international: reports**, v. 2, p. 1-3, 2020.

CASOS de feminicídio no Pará aumentam 40% em 2020, aponta Segup. **G1 PA**, Belém, 04 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/04/casos-de-feminicidio-no-para-aumentam-40percent-em-2020-aponta-segup.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CORONAVÍRUS: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. **Portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)**, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CORPOS de vítimas de feminicídio serão transferidos para Pernambuco e Maranhão. **G1 PA**, Belém, 01 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/01/corpos-de-vitimas-de-feminicidio-serao-transferidos-para-pernambuco-e-maranhao.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2021.

COVID-19 and ending violence against women and girls. **United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women)**, 2020a. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/issue-brief-Covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 05 ago. 2021.

COVID-19 and violence against women: what the health sector/system can do. **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, 7 abr. 2020b. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331699>. Acesso em: 05 ago. 2021.

EAGLETON, T. **Doce violência**: a ideia do trágico. São Paulo: Unesp, 2013.

ORNELL, F.; SCHUCH, J. B.; SORDI, A. O; KESSLER, F. H. P. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry**, 2020, v. 42, n. 3, p. 232-235. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>. Acesso em: 05 ago. 2021.

POLÍCIA de Conceição do Araguaia, no Pará, prende suspeito de matar a esposa na frente dos filhos. **G1 PA**, Belém, 08 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/08/policia-de-conceicao-do-araguaia-no-para-prende-homem-suspeito-de-feminicidio.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, M. "Nenhuma mulher está a salvo em umasociedade patriarcal e misógina". Entrevistadora: Graziela Wolfart. **Cadernos IHU em formação**, São Leopoldo, n. 37, ano 6, p. 33-35, 2010.

SAGOT, M.; CABAÑAS, A. **Femicídio en Costa Rica**: cuando la violencia contra las mujeres mata. Relatório de pesquisa. Universidade da Costa Rica. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/bitstream/123456789/24/1/RCIEM013.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SCHØLLHAMMER, K. E. **A cena do crime**: reflexões sobre um palco do contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SEGUP-PA - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará. **Recorte da base de dados dos principais registros de crimes praticados contra a mulher de modo geral e no âmbito da violência doméstica, ocorridos no Estado do Pará** - Período de referência: 2018 a 25 de julho de 2021. Belém, 2021. Disponibilizada via Lei de Acesso à Informação.

STANDISH, Katerina; WEIL, Shalva. Gendered pandemics: suicide, femicide and COVID-19. **Journal of Gender Studies**, v. 30, n. 7, p. 807-818, 2021.

THE SHADOW Pandemic: Violence against women during COVID-19. **United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women)**, 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-Covid-19-response/violence-against-women-during-Covid-19>. Acesso em: 05 ago. 2021.

VAZ, P.; SÁ-CARVALHO, C.; POMBO, M. Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes. **E-Compós**, Brasília, v. 4, p. 1-22, 2005.

WILLIAMS, R. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

The background features several stylized, semi-transparent virus particles with prominent surface spikes, rendered in a light blue-grey color against a dark grey background with a fine grid pattern. One large virus particle is positioned in the upper left, another smaller one is in the upper center, and two more are in the lower right area.

9

*Tatiane Leal
Júlia dos Anjos*

“VOLTE-SE PARA DENTRO”:

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE
FEMININA PANDÊMICA
NA REVISTA *CLAUDIA*

“Fique em casa”. Dentre os objetos – como a máscara e o álcool em gel – e as palavras que integram a cultura material e discursiva construída a partir da eclosão da pandemia da Covid-19, em março de 2020, esse imperativo constituiu um dos enunciados mais representativos do novo cotidiano estabelecido pela crise sanitária. O isolamento social foi recomendado por cientistas e instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) como medida fundamental para conter o espalhamento da doença. Diante da ameaça do vírus e de sua rápida circulação nas ruas, a casa emerge em uma série de discursos médicos, políticos e midiáticos como um lugar seguro.

A partir dessas recomendações, campanhas de conscientização produzidas por governos, empresas e instituições reverberaram o enunciado “fique em casa”, reforçando concepções sobre risco e segurança no novo contexto. Na propaganda audiovisual produzida pelo Governo do Estado de São Paulo, a narração em *off* afirma: “na luta contra o coronavírus, ficar em casa é um ato de amor” à família, aos amigos e “a quem você nem conhece” e também a maneira de “evitar o pior” (Utilidade [...], 2020). Já a campanha da TV Globo com o elenco da novela *Amor de mãe* reforça o imperativo pandêmico: “Por amor a todo mundo que ainda tem que ficar lá fora, fique em casa” (Fique [...], 2020).

No entanto, a construção discursiva do lar como espaço de proteção, ainda que remeta ao risco de contaminação por coronavírus, expõe contradições em torno dessa concepção. Seria a casa um lugar seguro? Ou melhor, seriam as casas lugares seguros para *todas as pessoas*? Dados brasileiros e internacionais apresentam uma correlação entre as medidas de restrição na circulação de pessoas e a intensificação da violência doméstica, o que repercutiu na cobertura jornalística brasileira⁴².

42 Exemplos disponíveis em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-e-fenomeno-mundial.ghtml>; <https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-violencia-contra-mulher-pode-aumentar-durante-quarentena-veja-como-onde-buscar-ajuda-24312392> e <https://noticias.r7.com/saude/coronavirus/sem-lugar-seguro-quarentena-expoe-crise-de-violencia-domestica-no-pais-01042020>. Acesso em: 19 maio 2021.

Essas questões apontam para uma tensão entre vivências universais e particulares em torno da pandemia da Covid-19: a vulnerabilidade de *todas* as pessoas diante do vírus e as vulnerabilidades desiguais que indivíduos de diferentes grupos sociais – mulheres, negros, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, idosos, periféricos, pessoas em situação de rua – poderiam enfrentar diante de uma crise que se desenrola em espaços sociais desiguais, como o próprio ambiente doméstico.

Em diferentes discursos, essas diferenças podem ser enunciadas, silenciadas ou mesmo instrumentalizadas. O então presidente Jair Bolsonaro, que ao longo da condução da crise sanitária fez diversas declarações minimizando a gravidade da pandemia e defendendo medicamentos ineficazes, mobilizou a violência doméstica como argumento para condenar o isolamento social. Em declaração feita em 29 de março de 2020 a jornalistas, o presidente afirmou: “[...] tem mulher apanhando em casa. [...] Como é que acaba com isso? O cara quer trabalhar” (Fernandes; Pupo, 2020). Nesse discurso, não é a violência doméstica que precisaria ser combatida e, sim, o isolamento social.

O imperativo de “ficar em casa” também mobilizou uma série de discursos midiáticos que buscavam orientar os indivíduos a *aproveitar* o tempo de confinamento. Para as mulheres, o estímulo à produtividade no trabalho, nos estudos e em novos *hobbies* convive com as reflexões sobre o acúmulo entre o trabalho doméstico, o *home office* e a educação das crianças, mediada agora por dispositivos tecnológicos (Macário, 2021). Se, historicamente, a mulher foi convocada a gerenciar suas emoções em nome da harmonia do lar (Schnog, 1997), como os conselhos para viver o isolamento social foram dirigidos a elas?

A interseção entre ambiente doméstico, pandemia e gênero é, portanto, objeto de embates discursivos. Neste universo, propomos investigar discursos midiáticos sobre o isolamento social direcionados para o público feminino. Mais especificamente,

selecionamos como objeto de análise a *Claudia*, a mais antiga revista feminina brasileira ainda em atividade, lançada em 1961 pela Editora Abril. Com sua longevidade histórica e sua relevância na imprensa feminina, *Claudia* participou do processo de produção de subjetividades femininas brasileiras, trazendo em suas páginas continuidades e descontinuidades em relação aos papéis de gênero tradicionais e enunciando diferentes versões historicamente situadas de uma “mulher moderna” (Tavares, 2021).

Em seu lançamento, *Claudia* se dirigia, principalmente, à mulher casada da classe média urbana, estimulando uma identidade feminina apoiada em práticas emergentes de consumo (Buitoni, 1986). Mesmo após diversas reformulações editoriais, o público-alvo da revista continuou semelhante. Segundo dados do mídia kit de *Claudia* de 2014 (*apud* Lôbo, 2015), a revista atingia principalmente mulheres (94%), acima dos 50 anos (32%), da classe B (52%) e moradoras da região Sudeste (56%). Apesar do expressivo recorte de público, a revista se apresentava como “a marca porta-voz da mulher brasileira, independentemente de sua idade, classe social e região” (*apud* Lôbo, 2015, p. 19).

Em 2022, a revista passou por uma nova reformulação gráfica e editorial. Apesar de o site da PubliAbril, voltado aos anunciantes, não trazer dados mais recentes de consumo por idade, classe e região, o público-alvo da marca é descrito a partir do seguinte perfil:

Há 60 anos, colocamos na capa um ideal de “super mulher” que ninguém mais quer alcançar. O conceito de “mulher” deixou de nos definir. Temos nosso próprio ponto de vista e estamos em busca de pessoas inspiradoras, fortes, mas também vulneráveis, que estão na mesma jornada.⁴³

Entendendo a mídia como um importante espaço de enunciação do feminino (Fischer, 2012), consideramos *Claudia* como um *lócus* privilegiado para compreender as relações entre a

subjetividade feminina e a casa fabricada em contornos pandêmicos. Partimos de algumas perguntas para realizar essa investigação. Como *Claudia* enuncia a pandemia, especialmente nas descrições e prescrições que ela realiza em torno do espaço doméstico? Que posições de subjetividade ocupam as mulheres na experiência do isolamento social? A casa é, para a mulher de *Claudia*, um espaço seguro? Quais são os medos que aparecem – e quais estão ocultos – nas reportagens? Quais os especialistas convocados para legitimar as verdades enunciadas pela revista como as formas desejáveis de ser e de agir na pandemia? Existiria, nas páginas da revista, uma diferença entre vivências gerais e realidades particulares, inclusive entre mulheres de estratos sociais diferentes?

A formulação dessas perguntas se insere na tradição teórica e metodológica trilhada por Foucault (2009a, 2011b, 2012). Para o filósofo francês, o enunciado é um acontecimento, à medida que ele irrompe em determinado espaço e lugar. Com isso, ele é sempre histórico. Nem todo enunciado poderia ter sido formulado em qualquer lugar ou tempo, não por ser proibido, mas por não ser pensável. A questão que se coloca é “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2009a, p. 30).

Foucault (2009a, 2011b) refuta ainda a ideia de que a vida social e o sujeito sejam pré-existentes ao discurso, a que caberia a função de retratá-los. O discurso é, ao contrário, uma prática que constrói essa realidade à medida que a nomeia, engendrando uma série de práticas e oferecendo aos sujeitos a possibilidade de ocupar determinadas posições produzidas nesses enunciados. Partindo dessa perspectiva, analisamos qualitativamente que modos de ser mulher e que concepções sobre a casa e sobre o isolamento social são consideradas normais e patológicos, desejáveis ou indesejáveis nos discursos de *Claudia*, investigando que subjetividades e práticas eles engendram.

Nosso *corpus* de análise compreende 19 matérias publicadas entre as edições de abril a outubro de 2020 da *Claudia*. Esse recorte

temporal nos possibilitou contemplar diferentes momentos da pandemia em relação às medidas de isolamento social no Brasil. Ele abrange tanto os meses iniciais, em que decretos municipais e estaduais restringiram a circulação de pessoas e o funcionamento do comércio e de serviços, quanto o período imediatamente posterior à reabertura da economia em vários desses locais. Informadas por nossas perguntas de pesquisa, realizamos a leitura das edições, selecionando reportagens em que a temática do isolamento se apresenta de forma mais destacada, em diferentes enquadramentos, para a discussão.

Estudar a relação entre gênero, casa, pandemia e mídia se justifica pela relevância dessas intersecções tanto do ponto de vista histórico quanto para o momento contemporâneo. A partir dessa perspectiva, apresentamos uma breve recuperação histórica das relações entre a mulher e o espaço doméstico. Em seguida, discutimos as principais narrativas sobre o isolamento social em *Claudia*.

Veremos como, de um lado, a casa é construída como espaço de *risco* para mulheres, seja pela exposição à violência doméstica, seja pelo perigo de adoecimento mental. A leitora da revista é convocada, como em outros tempos, a gerenciar suas emoções – dessa vez, porém, isso não precisa ser feito pela felicidade da família, mas sim para salvar a si mesma.

De outro lado, o isolamento social no ambiente doméstico aparece como *oportunidade* de reconexão da mulher com o lar. Aqui, contudo, não estamos falando de *qualquer* mulher: a protagonista dessa narrativa é aquela para quem a domesticidade é uma escolha. A casa aparece como um ambiente seguro, confortável e livre em que as mulheres podem *ser elas mesmas*, experimentando novas relações com o corpo, a sexualidade e suas emoções.

A CASA, A MULHER E AS BARREIRAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

Pensar uma história cultural e das mentalidades convida a um olhar histórico sobre a casa e as formas de morar. As relações construídas entre os espaços de moradia e as maneiras de habitá-los produzem significados sobre a família, a sexualidade e as relações de gênero. Assim, não somente a casa tem uma história, mas também a própria ideia de *domesticidade*, um conceito “[...] móvel, polissêmico, negociado, que envolve dimensões físicas – de qualquer espaço construído, visível, habitado – assim como práticas, normas, experiências, sentimentos, relações, subjetividades” (Nascimento *et al.*, 2012, p. 34). Nesse sentido, a subjetividade feminina foi construída, historicamente, em estreita relação aos espaços domésticos de seu tempo (Perrot, 2011).

A ideia e o sentimento do lar como ambiente íntimo, confortável e associado à família, tão comuns na contemporaneidade, eram inexistentes durante boa parte da História. A devoção a esse espaço e a afetividade atrelada a ele são novidades do período moderno. Rybczynski (1986) comenta, espirituosamente, que, durante a Idade Média, as pessoas não exatamente viviam nas casas, mas *acampavam* nelas: não é por acaso que as palavras de raiz latina para designar o conjunto de peças existentes no interior de uma residência remetem à ideia de movimento (“móbilis”, “móveis”), já que elas mudavam de lugar e de função conforme a necessidade. Em um tempo no qual não havia restaurantes, bares e hotéis, ou apenas em pequena quantidade, as residências serviam como espaços de encontro, negociações e confraternizações.

Nesse contexto, a experiência da privacidade não era pensável. Nos grandes e luxuosos palácios, já no início da Idade Moderna, ao invés da intimidade, a prioridade era justamente ver e ser visto.

O deitar e o despertar do rei Luís XVI eram rituais públicos que marcavam o ritmo do reino e o seu quarto abrigava, nesses momentos, camareiros e cortesãos (Perrot, 2011).

Uma série de transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas na modernidade contribuiu para a emergência de novas relações entre a casa e a subjetividade. A Revolução Industrial e a conseqüente separação do tempo e espaço de trabalho e de lazer contribuíram para que a casa fosse relacionada a dois ideais impensáveis nos espaços compartilhados e multifuncionais medievais: domesticidade e conforto. A separação entre público e privado que se consolidou na Modernidade também instituiu a casa como o espaço da intimidade, conceito que se articula à emergência de uma subjetividade moderna que passa a entender cada indivíduo como dotado de uma vida interior, um *self* autêntico e único que ele precisa conhecer e desenvolver (Sibilia, 2016; Taylor, 2013).

Com esse processo de privatização da casa pôde emergir um sentimento de domesticidade associado à vida familiar. Para esse resultado, outro aspecto que muito colaborou foi a presença das crianças. Se, durante a era medieval, elas costumavam ser mandadas para longe para trabalhar ou estudar, a situação começou a se modificar no século XVI, quando o sistema escolar se desenvolveu. Intensifica-se, então, a experiência de convívio diário com os filhos (Rybczynski, 1986).

Junto da privatização da casa, ocorre sua feminização. Para Kehl (2016), a constituição da família nuclear moderna e do lar burguês como lugar de intimidade é tributária da criação de um padrão de feminilidade que promove o casamento não entre a mulher e o homem, mas entre *a mulher e o lar*. Uma intensa produção discursiva produz a ideia de que a mulher pertence ao interior da casa. Embora elas predominem neste espaço e o controlem, ainda permanecem submedidas ao poder masculino (Perrot, 2011).

Escritoras do século XIX passaram a denunciar o que viam como a atmosfera claustrofóbica dessas casas. Charlotte Perkins

Gilman (2009) narra, em *O papel de parede amarelo*, o desespero de uma mulher que passava pela *rest cure* (cura pelo repouso) – abordagem comum na época para tratar indisposições femininas, que consistia em passar aproximadamente seis semanas em total isolamento e sem distrações de qualquer tipo. Ao longo do conto, acompanhamos a personagem em seu processo de enlouquecimento – ou seria de epifania para a realidade de sua condição?

Mas a casa também pode ser lugar de independência feminina. Virginia Woolf (2014), em *Um teto todo seu*, defende que um quarto com fechadura na porta – além de uma renda própria – seria condição necessária para escrever ficção ou poesia. Esse espaço possibilitaria que as mulheres *se tornassem alguém*, no sentido moderno, desenvolvendo sua própria subjetividade (Sibilia, 2016).

Para algumas mulheres, o lar já era, também, local de trabalho remunerado. Perrot (2011) recorda que, no fim do século XIX, se tornou prática comum o ato de trabalhar de casa, como no ofício das costureiras. O modelo feminino da dona de casa, dedicada exclusivamente ao trabalho doméstico não remunerado, se tornou, entretanto, um ideal cada vez mais desejado, não apenas entre mulheres ricas.

As funções incluídas neste trabalho de cuidado com a casa, porém, se modificaram drasticamente ao longo do tempo. No lar rural do período pré-industrial, a necessidade de produzir bens de subsistência deixava pouco tempo disponível para as tarefas que, hoje, reconhecemos como trabalho doméstico. A limpeza diária da casa era algo impensável, as refeições eram simples e as roupas não eram lavadas com frequência (Ehrenreich; English, 2005).

Ao contrário do que se pode pensar, entretanto, o desenvolvimento da industrialização e da urbanização não diminuiu a quantidade de trabalho das donas de casa, mas sim abriu espaço para outras tarefas. A higienização do lar, por exemplo, assumiu a dianteira das preocupações domésticas, especialmente a partir da emergência da teoria sobre a existência dos germes, que se tornou

conhecida do grande público a partir dos anos 1890. A mulher passou a ser vista, inclusive pelo campo médico, como agente primordial na promoção da saúde pública. Propagandas de sabão e produtos de limpeza se utilizavam diretamente da culpa e medo das mães para vender seus produtos (Ehrenreich; English, 2005).

Essa responsabilidade moral no gerenciamento da casa também se direciona a um âmbito específico da vida feminina: as emoções. Na literatura sentimental do século XIX, a manutenção da ordem da casa estava diretamente relacionada à capacidade da mulher de controlar suas emoções. A falha nesse gerenciamento emocional traria consequências não só para a própria dona de casa, mas para toda a sua família, com filhos indisciplinados, caos doméstico e maridos infelizes, dispostos a procurar diversões fora do lar (Schnog, 1997).

Essa relação entre a ordem doméstica e familiar e o controle emocional continua a aparecer na imprensa feminina brasileira do século XX. Um estudo sobre o arquivo das revistas *Claudia* e *Jornal das Moças* entre 1945 e 1964 revela que, no discurso desses veículos, seria responsabilidade da mulher a manutenção de um lar agradável e feliz, conquista que estaria atrelada ao controle de emoções ditas negativas, como a raiva e o ciúme. De maneira análoga, conselhos como “a desordem em um banheiro desperta em um marido a vontade de tomar banho na rua” (*Jornal das Moças*, 1945) buscavam demonstrar que cuidar da casa é garantir a felicidade familiar (Bassanezi, 1993, p. 121).

A emergência da segunda onda feminista no Brasil demandou reconfigurações nas representações midiáticas da domesticidade. Os estudos de Santos (2011) e Santos, Pedro e Rial (2012) sobre o arquivo da *Casa & Jardim* demonstram que a década de 1970 viu, nas páginas da citada revista, imagens de mulheres que, ao contrário das décadas anteriores, não remetiam mais à vida em família nem ao trabalho doméstico. Elas usufruem do lar em poses relaxadas que convidam ao lazer ou ao descanso, aparecendo sozinhas ou em companhia de outras mulheres.

No entanto, a vivência do lar como espaço de liberdade se contrapõe à persistência de desigualdades de gênero. Além da violência doméstica, o trabalho reprodutivo recai, principalmente, sobre as mulheres, fazendo com que aquelas que trabalhem fora acumulem ambas as jornadas. Para Federici (2019), a exploração do trabalho feminino não remunerado é um pilar da organização capitalista de produção. Na cozinha, no quarto, na sala são fornecidos uma grande quantidade e intensidade de serviços invisíveis que garantem a quantidade, qualidade e o controle da força de trabalho.

Para Brown (2017), esse processo é tanto intensificado quanto alterado pelo neoliberalismo. Intensificado porque as mulheres continuam responsáveis pelo cuidado com as crianças, idosos e doentes, mas perdem a infraestrutura visível de apoio estatal, esfacelada pelas políticas de privatização. E alterado pelos processos de subjetivação neoliberais, baseados em uma responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso. Assim, elas passam a ser convocadas a conquistar o sucesso financeiro, profissional e o pleno desenvolvimento pessoal ao mesmo tempo em que seguem sendo responsabilizadas pela infraestrutura invisível da família. A responsabilidade do fracasso é, então, atribuída à própria mulher em um sistema desenhado para ela falhar. Assim, as estruturas de poder permanecem, já que o processo de subjetivação neoliberal não dispensa as exigências tradicionais da feminilidade e da domesticidade (Brown, 2017).

Deste modo, podemos argumentar que a ideia de que o trabalho doméstico é inerente ao feminino parte de um conjunto de transformações sociais que criaram um novo padrão de feminilidade feito sob medida para o ideal moderno de intimidade e privacidade da casa, sendo, portanto, a mulher associada ao privado e colocada em oposição ao público. Ainda que esse trabalho seja primordial para a manutenção da economia e da sociedade e, portanto, tenha uma função pública, é o próprio reforço dessa separação entre público e privado, homem e mulher, o que garante a manutenção das estruturas sociais.

Nos dias atuais, porém, cada vez mais as fronteiras entre público e privado se diluem. Sibilia (2015, p. 137) aponta que a esfera íntima se converte numa espécie de “espetáculo íntimo”. A definição de quem se é está cada vez mais atrelada ao que se projeta aos olhos do outro, e esse imperativo do compartilhamento atinge, também, o quarto, a cama, o banheiro, em resumo, a intimidade.

No momento de pandemia, a extimidade da casa, penetrada pelo olhar de aparelhos tecnológicos, chegou ao ápice. Público e privado entram em colapso na casa pandêmica, mas isso não quer dizer necessariamente que as duas esferas funcionarão em harmonia quando a casa se torna o principal (ou, para algumas pessoas, o único) centro de sociabilidade. O isolamento social lança holofotes sobre o espaço do lar, possibilitando a emergência de discursos midiáticos que ensinam a dividir e a dispor no espaço e no tempo. Surgem dicas para separar o *home office* do lazer, os momentos solitários e íntimos dos de convivência; muitas vezes, dentro do mesmo cômodo; e também para manejar as próprias emoções nesse tempo-espaço. É também na mídia que se discutem as fragilidades desses arranjos para diferentes sujeitos, como as mulheres. A seguir, discutiremos os discursos sobre a mulher e a casa na cobertura de *Claudia* durante a pandemia.

“TEM QUE CUIDAR DA MENTE”: A SAÚDE MENTAL É A RAINHA DO LAR

A pandemia teve uma cobertura extensiva na revista *Claudia* nas edições analisadas. Em suas diferentes abordagens do tema, o isolamento social aparece como medida necessária, demonstrando um alinhamento editorial da revista às diretrizes defendidas por especialistas para a contenção da doença. A edição de maio

da revista *Claudia* contou com uma reportagem de capa sobre mulheres atuando na linha de frente da batalha contra o coronavírus (Paiva, 2020a). Médicas e enfermeiras, elas relatam o medo de ficarem doentes e contaminarem outras pessoas com quem convivem, ou de ver seus colegas perecendo, além do receio de que a estrutura de seus locais de trabalho não será suficiente para acolher e tratar todos os doentes que chegam incessantemente.

O medo relacionado à contaminação e ao ambiente hospitalar, porém, não é o único que se faz presente nas páginas da *Claudia*. Também aparecem temores relacionados à experiência feminina de quarentena no lar. A Promotora de Justiça Gabriela Manssur, escrevendo para a revista em abril, afirmou que, ao ouvir o anúncio da OMS sobre o início da pandemia e a recomendação do isolamento social, a primeira coisa que lhe veio à mente foi que os casos de violência doméstica iriam aumentar. O texto também informa como denunciar agressores e conta sobre a Força-Tarefa Justiceiras, projeto que reúne voluntárias nas áreas de saúde, jurídica e psicológica para apoio às vítimas de violência (Manssur, 2020a). No mês seguinte, o tema é a dependência financeira, fator que pode colaborar para manter a mulher em uma situação de violência (Manssur, 2020b). O isolamento social é apresentado como medida necessária, mas as colunas destacam que a violência doméstica não deve ser vista como um problema menos urgente que a contenção da pandemia, ressaltando o espaço doméstico como um ambiente potencialmente inseguro para as mulheres.

Uma matéria ainda na edição de abril já anunciava outras preocupações que atingiriam especificamente as mulheres na pandemia: "Para além do medo de contrair o vírus que tem preocupado o mundo, as mulheres vão encarar a perda massiva de emprego, aumento de conflitos familiares e até a escalada de violência doméstica" (D'Ercole, 2020a). Assim, ainda que as mulheres tenham as maiores chances de sobrevivência ao serem acometidas pelo coronavírus, elas são vítimas particularmente vulneráveis na pandemia,

defende a *Claudia*, recorrendo a comentários sobre surtos virais anteriores para provar seu ponto. Durante a Gripe Espanhola, mulheres assumiram posições de trabalho consideradas masculinas e cuidaram das famílias sozinhas. Quando o ebola estourou na África, nos anos 2010, a maioria dos governantes transferiu o investimento destinado à saúde da mulher para a contenção da epidemia. A matéria também comenta o fato de mulheres assumirem funções de cuidado no núcleo familiar e serem a maioria em equipes de enfermagem, estando, portanto, mais expostas ao vírus.

Nas edições de maio, junho e julho da revista, outras vulnerabilidades foram abordadas, além do gênero. Em reportagem sobre a luta contra o coronavírus na periferia, afirma-se que “entre os mais vulneráveis, a orientação de ficar em casa para se proteger pode parecer piada” (Pinheiro, 2020a), devido ao pouco espaço entre as moradias e também em seu interior, além das dificuldades financeiras. Em outro texto, a revista cita o conceito de necropolítica do pensador Achille Mbembe e afirma que, com a pandemia, essa política de morte ganha mais um meio de atuação, uma vez que acentua-se a fragilidade da vida de pessoas negras e indígenas, que já tinham serviços básicos escassos e acesso discrepante do usufruído pela maioria da população branca, inclusive nas formas de morar (Pinheiro, 2020b).

No entanto, percebemos que o sentimento mobilizado por essas reportagens é muito mais a compaixão do que o medo: a leitora de *Claudia* é chamada a se conscientizar e a conhecer projetos de atuação solidária nas periferias – sem necessariamente se engajar neles. Mas essa vulnerabilidade não a atinge diretamente: a mulher que sofre com os efeitos econômicos do isolamento social é a *outra*. Apesar de se afirmar como porta-voz de todas, a mulher da classe média-alta urbana continua a se sobressair como interlocutora principal nas páginas das revistas.

Ainda que se manifeste, nas matérias supracitadas, uma crítica ao discurso de unidade adotado por algumas autoridades, que

ignora o fato de que os mais vulneráveis saem mais prejudicados, também se apresenta, em *Claudia*, a noção de que existem receios diante da pandemia que seriam comuns a todos. Em artigo de maio de 2020, afirma-se que existem “sentimentos universais” que perpassam esse momento, e que “o globo partilha das mesmas preocupações” (Maraccini; Teixeira; Serpa, 2020). Mais do que o comprometimento da saúde física devido à contaminação do coronavírus, o Grande Medo, apresentado como sendo compartilhado ao redor do mundo, é o decaimento da saúde mental, diante da situação pandêmica.

Uma reportagem publicada em 9 de abril de 2020, ainda nos primeiros momentos da pandemia no Brasil, já questionava: “O que será de nós após a pandemia?”, ressaltando a grande incerteza diante do futuro e a inquietação que isso causava (Paiva, 2020b). Boa parte do texto é dedicada a destrinchar as possíveis consequências negativas de tal cenário e, em especial, do isolamento social para a saúde mental da população, com base em dados científicos em profusão. Os efeitos negativos da pandemia também atingem mesmo aqueles que não são infectados, alerta a revista, pois a experiência de solidão vivida em momentos de quarentena torna os indivíduos duas vezes mais propensos a desenvolver Alzheimer e três vezes depressão, além de ter cerca de 30% a mais de chances de sofrer um acidente vascular cerebral (AVC). Além disso, o isolamento social aumenta a produção de cortisol, o hormônio do estresse, o que desequilibra o sistema imunológico.

Essa lista de maus presságios poderia gerar uma boa dose de ansiedade nas leitoras. A publicação também previu esse cenário, afirmando que sentir-se dessa forma não é uma anomalia e “até certo ponto, não caracteriza doença”, mas cuidado: “é importante estar atenta se sua cabeça não sai desse pensamento contínuo ao longo de dias”. É esperado das leitoras da *Claudia* que, embora sejam informadas de todos esses riscos, não fiquem tensas *demais*. Apenas alguns dias de preocupação são permitidos: mais do que isso, seria um sinal de doença. Afirmações como essas nos fazem recordar dos

escritos de Foucault (2011a) sobre o processo de medicalização em curso na sociedade, segundo o qual não existe mais campo exterior à medicina, prática que frequentemente se impõe ao indivíduo, quer ele se considere doente ou não. Curiosamente, Foucault foi citado na mesma reportagem, em uma referência ao livro *Vigiar e Punir*, comparando a experiência da quarentena com as prisões.

No entanto, Foucault (2009b) questiona que talvez seja possível afirmar que a economia geral de poder em nossas sociedades esteja se convertendo em uma questão de segurança mais do que de disciplina. Neste sistema, se torna uma questão primordial o problema de como tratar o possível, o incerto, o aleatório: saber qual é a taxa de mortalidade do vírus, os efeitos póstumos da doença, riscos e taxas de sucesso da inoculação, etc. Percebemos que o discurso de *Claudia* se enquadra bastante nessa categoria teórica, mas o foco se direciona para os possíveis efeitos póstumos do coronavírus e das medidas de isolamento, especialmente no que diz respeito à saúde mental.

Vale notar que nenhuma matéria, ao longo dos meses observados na revista, forneceu informações sobre como se prevenir do contágio, como identificar os sintomas e o que fazer em caso de suspeita da doença. Também não foram mencionadas dicas sobre como organizar a casa e fazer a higienização adequada de espaços e objetos. Na verdade, uma psicóloga chega a alertar que um exagero no controle da limpeza e dos sintomas poderia configurar um “comportamento compulsivo” (Paiva, 2020b). É possível conjecturar que tal escolha tenha sido feita para que a publicação pudesse se diferenciar da abordagem já presente em outros veículos de comunicação. O posicionamento da revista como feminista, realizado em 2017 (Tavares, 2021), pode ter sido um outro fator que influenciou a ausência das dicas de limpeza e organização da casa, tão tradicionais na história da imprensa feminina.

De todo modo, é importante observar que, em lugar da limpeza ou da infectologia, uma preocupação foi valorizada pela revista:

a necessidade de um manejo das próprias emoções. A reportagem alerta que a “raiva precisa ser canalizada para algo positivo” e afirma que os sentimentos negativos possuem pontos positivos, que devem ser aproveitados: “consegue aplicar isso de maneira mais otimista na sua rotina?” (Paiva, 2020b). A raiva, a tristeza e a angústia, então, não são vistos como emoções comuns aos seres humanos, que devem ser aceitos e compreendidos, mas sim como manifestações indesejadas, que devem ser, o mais rápido possível, convertidas em algo produtivo.

Deste modo, para *Claudia*, o cuidado esperado da mulher em seu isolamento no lar não é com a própria casa, tampouco com sua família e nem com o próprio corpo, mas sim com sua mente. Nessa dinâmica, o discurso terapêutico predomina, associado a ensinamentos vindos do campo da neurociência. Aqui, o álcool em gel não é o elemento essencial – ele nem aparece nas matérias. Primordial mesmo é o aconselhamento psicológico: “não fuja da terapia”, adverte o texto da reportagem. Além disso, prescreve-se que a mulher se mantenha no momento presente – dica curiosa, dada a tendência das matérias a pensar sempre no que será do *futuro* e a conjecturar qual será a *chance* de que os quarentenados desenvolvam patologias. Dessa forma, ela “ativa o córtex pré-frontal, responsável pelo nosso lado racional, e evita que a ansiedade atinja níveis nocivos” (D’Ercole, 2020b).

Ainda segundo a matéria, após quatro meses nesse processo, ocorreria uma “diminuição natural do mal-estar”, uma vez que “a resiliência é natural ao ser humano” (D’Ercole, 2020b). É possível observar, nesses discursos, uma “imagem triunfalista do poder do psiquismo humano” típica da literatura de autoajuda, a qual tem como base uma “concepção peculiar do *self*, descrito como repositório facilmente acessível e manipulável de sentimentos, disposições e habilidades criativas” (Freire Filho, 2011, p. 722). Tudo de que a mulher precisa para enfrentar a pandemia de coronavírus estaria em seu interior: “volte-se para dentro”, aconselha a revista.

A mesma reportagem também apresenta aquilo que seria um lado mais positivo do momento de isolamento social: mais tempo disponível para a convivência familiar. “É a oportunidade de nos reconectarmos em casa” (D’Ercole, 2020b). Percebe-se, portanto, que a mulher representada em *Claudia* não é a dona de casa, que já se dedica integralmente à família. Ela parece ser, ao contrário, uma mulher que está desconectada do lar e, mais do que isso, que deseja ligar-se novamente a ele. Aparece então uma concepção do lar não mais como espaço de aprisionamento da subjetividade feminina, mas como um espaço de aconchego, segurança e desenvolvimento do *self*, ao qual a mulher emancipada pode retornar por escolha.

Não apenas nessa reportagem, mas em diversas outras há essa ideia de que o isolamento social seria não apenas uma dificuldade, mas também uma oportunidade para explorar o ambiente doméstico por novos ângulos e de investir em relacionamentos afetivos e familiares. A seguir, analisaremos como essa relação entre casa, mulher e afetos durante a pandemia é representada na revista *Claudia*.

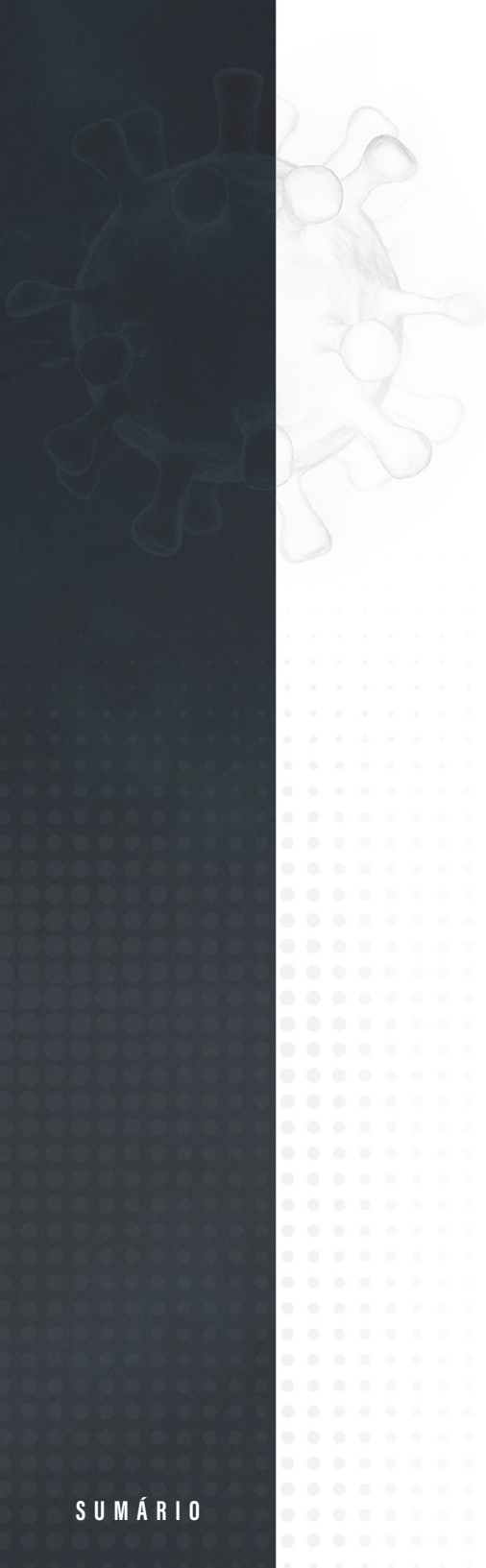
RESSIGNIFICANDO O LAR: ENTRE AUTOCUIDADO, AUTOCONHECIMENTO E AUTOGESTÃO

“O lar foi ressignificado de muitas maneiras”, afirma uma matéria da edição de maio da *Claudia* (Marinelli, 2020). Buscando locais de trabalho e estudo para adultos e crianças dentro do ambiente doméstico e identificando partes da casa mais ou menos funcionais e agradáveis, “as pessoas começaram a redescobrir o próprio lar”. Essa redescoberta gerou, inclusive, novos tipos de consumo, seja de objetos necessários na nova realidade, seja de bens para proporcionar mais conforto e relaxamento. A revista também

sugere que, para ajudar a manter o ânimo durante o isolamento, a leitora “use a moda como ferramenta de autocuidado” (Cestaro, 2020). A seção “tenha em casa” sugere alguns itens para que as leitoras possam seguir esse conselho, e inclui desde uma bermuda de neoprene de uma conhecida loja de departamentos por R\$ 59,90 até um quimono de grife feito em seda, vendido por R\$1.998.

Além das explorações *fashion*, outra possibilidade promissora para o período de isolamento no lar, segundo a *Claudia*, seria o “*webnamoro*” ou “*webcrush*”. Na verdade, mais do que um tipo de relacionamento, essa prática seria, de acordo com a revista, uma ferramenta de autodescoberta e expressão dos desejos: “o confinamento é a grande oportunidade de você seguir as suas vontades”. Outra prática encorajada são os *nudes* – com mais tempo em casa, diz a reportagem, a leitora está mais disponível para explorar diferentes ângulos. Seria interessante até mesmo fazer as fotos apenas para si, “como uma ferramenta de construção de confiança sobre o próprio corpo” (Paiva, 2020c). Novamente, o isolamento é enquadrado como uma *oportunidade* e o lar representado como um espaço potencial para desenvolver a autoestima e experimentar a liberdade.

A casa guarda perspectivas igualmente animadoras para as crianças – pode ser, como diz a *Claudia*, um “mundo mágico”. A reportagem de maio de 2020 sobre o tema da educação inicia com um questionamento sobre a incerteza do futuro escolar dos pequenos, além de mencionar que os pais estão “à beira de um ataque de nervos” e que a relação entre os responsáveis e as instituições educacionais está tensa. Tais apreensões e limitações, porém, acabam servindo como impulso para “desacelerar” e “recuperar a sensibilidade que perdemos com a rotina corrida”. Uma mãe entrevistada relata que tem aproveitado o momento para realizar mais atividades lúdicas com os filhos, como pintura com aquarela. Outra afirma que tem se dedicado a mostrar às crianças pequenos detalhes do dia a dia, como a trajetória de uma planta até ela estar pronta para brotar (D’Ercole, 2020c).



Aparece, portanto, mais uma vez a ideia de que a mulher estaria distanciada do cuidado com seus filhos e a pandemia, por mais que traga desafios, também significa uma reconexão com as crianças. Esse vínculo se dá, segundo esses textos, por meio de atividades manuais e laboriosas, que exigem das mulheres tempo e disposição não apenas para a prática em si, mas também para sua preparação e, ainda, para a limpeza após a brincadeira. Essa tarefa não é narrada como trabalhosa e parte do desafio de se estar quarentenada em casa – ela seria, em vez disso, algo prazeroso, um *reencontro* com o lar. Para usar o vocabulário comumente empregado na revista: esse tipo de trabalho seria uma terapia.

Essa ideia também está presente, na mesma edição, em um artigo de opinião escrito pela atriz Taís Araújo. Ela afirma que “o trabalho braçal de cuidar diretamente da casa se tornou um tipo de companheiro”, que a ajude a passar o tempo e sentir-se útil. Ao mesmo tempo, porém, a situação, por vezes, a incomoda, por ser uma constante em sua mente – “Acordo pesquisando na internet: ‘Como dobrar lençol com elástico?’ ou ‘Como tirar mancha de madeira?’ – e por, de certa maneira, diferenciá-la dos outros membros da família (Araújo, 2020). Ela confessa que, apesar de dividir as tarefas com seu marido, ainda assim se sente constrangida em dividir com ele seu interesse por elas, porque o casal estava acostumado a discutir arte e política. As tarefas domésticas, nesse caso, são representadas como um passatempo alienado do mundo, que consola, mas não merece ser assunto de conversas, por ser desinteressante.

Na edição de agosto de 2020, existe uma atualização desse discurso. Aqui, o preparo de receitas trabalhosas, que demandam muito tempo, é mencionado como uma “válvula de escape” não apenas da situação pandêmica, mas do próprio cotidiano doméstico, visto como entediante (Paiva, 2020d). Como alternativa para as tarefas domésticas maçantes, surgem mais atividades domésticas, mais trabalhosas.

Visto como conforto e reconexão do feminino com o lar, as tarefas domésticas não são mais apenas obrigações para a mulher. Uma reportagem de maio questionava a desigualdade na divisão das tarefas de casa e, como personagem para ilustrar a situação, elegeu um homem que, além de trabalhar como engenheiro, comprometeu-se a estabelecer uma parceria de igual para igual com a esposa no trabalho doméstico e acabou se tornando um criador de conteúdo sobre o tema (D'Ercole, 2020d). Embora problematize o acúmulo das tarefas nas mãos das mulheres, essa reportagem apresenta um tom mais positivo, visto que toma como referência um caso de sucesso, envolvendo um homem altamente engajado.

Em outubro, o trabalho doméstico voltou a ser pautado como problema. A revista denunciou o fato de que mais da metade das brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia, seja crianças, idosos ou pessoas com deficiência. As mulheres se encontram, então, sobrecarregadas de trabalho doméstico e, também, sob pressão de chefes controladores e abusivos. Consultando especialistas da área das ciências humanas e dos estudos de gênero, o texto afirma que se trata de um problema histórico, delineado pela estrutura misógina e patriarcal da sociedade, além de criticar a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e inferiorização do segundo. A discussão também faz os devidos recortes de classe e raça e aborda a insuficiência de atitudes individuais para tratar da questão, chegando até mesmo a demonstrar as limitações da solução proposta pela própria revista em outros momentos – a terapia. Aponta-se a necessidade de “novos arranjos produtivos e de um mercado de trabalho mais amigável ao desempenho das funções fora do escritório” (Teixeira, 2020).

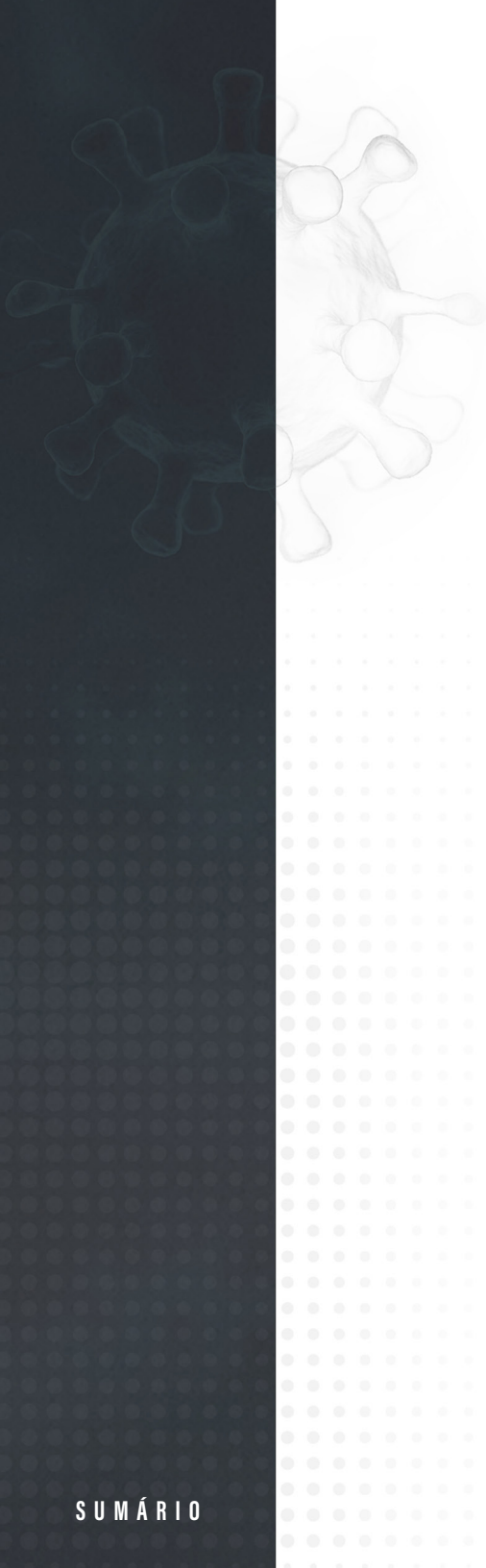
A sobrecarga das mulheres foi tematizada em outra reportagem também em outubro, mas por um viés completamente diferente do abordado acima. Se o material anterior ressaltava a urgência de uma mudança social e refutava a efetividade de soluções restritas ao particular, o texto agora em questão mergulha no discurso da neurociência e na responsabilização do indivíduo. A reportagem opina que

a exaustão enfrentada pelas mulheres tem origem não exatamente no acúmulo de funções em si, mas sim na incapacidade do cérebro para lidar com a imediatez na troca entre o papel doméstico e o profissional (Lisboa; Nakamura, 2020).

A reportagem menciona brevemente a necessidade de mudar esquemas patriarcais e redistribuir tarefas, mas não conclui o raciocínio sem fornecer alguns caminhos de ação individuais. Um profissional sugere que a leitora busque “ajustar suas emoções” e “construir resiliência” com recursos da psicologia positiva, como cultivar emoções positivas. Outra dica é “valorizar o período” por sua oportunidade de autoconhecimento. Experiências religiosas e filosóficas também são encorajadas, “além de terapia, claro”. O texto se encerra com “a dica mais difícil de todas”: a mulher deve planejar-se para ser breve em reuniões on-line. E lembra: “escapar da fadiga causada pela simultaneidade das tarefas domésticas e laborais exige disciplina” (Lisboa; Nakamura, 2020).

Esse conjunto de ideias coloca nos ombros da mulher a responsabilidade de resolver, por conta própria, um problema que é social. Com ajuda dos conhecimentos da neurociência, de um bom terapeuta e de sua força de vontade, espera-se que elas devem ter sucesso – ou viver tentando. Não se trata de uma manifestação isolada. Na edição de junho, a *Claudia* convidou um especialista em mediação para escrever sobre tensões nas relações de trabalho durante a quarentena. O profissional afirma que “com ou sem coronavírus”, o que pode muitas vezes salvar nosso emprego é “o modo como gerenciamos a nós mesmos diante das adversidades”. A situação pandêmica deve ser desconsiderada – ou apenas levada em conta como combustível que nos incentive a “entregar o melhor de nós” (Girade, 2020).

A análise dessas notícias demonstra que o isolamento no lar é representado pela *Claudia*, em linhas gerais, como um momento de reconexão da mulher com o lar e, nesse processo, consigo mesma. Ela pode explorar seu corpo, seus desejos, sua casa, e matar o tédio



com atividades domésticas mais trabalhosas e interessantes. Existe a consciência de que as tarefas domésticas não são obrigação exclusiva da mulher – o que, efetivamente, é um avanço. Mas, talvez, justamente por isso, estar em contato com elas pode ser, para algumas, uma experiência acolhedora. Até mesmo a sobrecarga é, eventualmente, encarada como uma oportunidade de autoconhecimento e crescimento. Embora a possibilidade de adoecimento mental esteja sempre à espreita e seja a maior preocupação deste período, segundo a *Claudia*, a maioria das matérias, além da recomendação por terapia, encontra paliativos considerados bastante efetivos para esse problema, como consumo, passatempos ou mesmo o “empoderamento feminino”.

Essa linha de pensamento é notadamente contrastante com aquela identificada em outras matérias, sobretudo nos meses iniciais do isolamento social, que apresentava uma série de medos gerados pela situação pandêmica. Além do Grande Medo da deterioração da saúde mental, havia o temor referente à contaminação com a doença – especialmente entre aquelas e aqueles que estavam mais expostos ao vírus pelo seu trabalho em ambiente hospitalar –, a preocupação com a escalada da violência doméstica e familiar, e a angústia quanto as dificuldades da luta contra o coronavírus por pessoas periféricas, negras e indígenas, entre outros. O fato de que esse cenário de ansiedade tenha convivido ou dado lugar a um tom mais leve e mesmo celebratório sobre a pandemia como possibilidade não chega a ser uma contradição, podendo ser melhor pensado como uma complementariedade que nos diz sobre quem é o público da revista analisada.

A mulher com quem *Claudia* dialoga é aquela que, afinal, não vivenciou os medos acima citados como próprios. Isso não significa que ela seja alheia a eles – pelo contrário, como cidadã e mulher pensante e inteligente, ela deseja estar consciente deles. Porém, ela os observa de fora, e o sentimento evocado é mais a compaixão do que propriamente o medo. Assim, as mulheres que foram vítimas

particularmente vulneráveis da pandemia aparecem em *Claudia*, mas elas são as *outras*. Nesse campo das *outras*, o medo existe, mas a leitora da *Claudia*, em si, é desaconselhada a nutrir medo. No máximo, ela terá medo *por* outras mulheres, não *com* elas. O melhor mesmo, contudo, seria rapidamente transformar essa (e qualquer outra emoção negativa) em algo produtivo.

A regulação das emoções adequadas tem consequências para além do campo pessoal: ao mesmo tempo em que se alimenta das estruturas hierárquicas sociais, colabora para reforçá-las. Ao relatar preocupações com pessoas em posição de vulnerabilidade, mas situar o medo como emoção indesejável para mulheres independentes, revigora-se a velha ideia de que “medo é para os fracos” e o mito de que o esforço conquista tudo. A mulher bem-sucedida pode tudo, inclusive transformar a maior crise sanitária dos últimos tempos em oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se puder, fique em casa”. Presente também em uma variedade de discursos, essa variação condicional do apelo ao isolamento social reconhece que, para muitos, a quarentena não é uma possibilidade. Os enunciados que destacam aqueles que não podem parar de trabalhar presencialmente e os que não encontram na casa a segurança prometida contra o vírus ou contra outros riscos realizam fissuras que expõem, além de contradições referentes a suposta universalidade da pandemia, as relações de poder em torno do próprio ambiente doméstico. A casa, para as mulheres, foi construída historicamente como um espaço ímpar para a produção de sua subjetividade. As relações entre a mulher e o espaço doméstico são perpassadas por complexas disputas entre dominação e emancipação, violência e redes de cuidado. Na casa pandêmica, essas contradições são evidenciadas e reconfiguradas por uma série de discursos midiáticos.

No discurso da *Claudia*, o isolamento social é reafirmado como uma medida fundamental para a contenção da Covid-19. O lar em tempos de pandemia é reconfigurado a partir de duas narrativas principais. Na primeira delas, a casa é construída um espaço de *risco* para as mulheres. Em parte das reportagens, esse risco aparece atrelado a vulnerabilidades socialmente produzidas pelo gênero, em intersecção com a classe e a raça. As matérias evidenciam que a noção da casa como espaço de segurança e conforto é uma construção e que esse espaço é perpassado por relações de poder. Não poder sair de casa significa para algumas mulheres estar mais expostas à violência doméstica, à insegurança financeira e à desigualdade social expressa nas casas das favelas.

Entretanto, a mulher de *Claudia* olha essa realidade de fora: se ela sente compaixão por aquelas que sofrem esses problemas, seus medos se voltam a outras questões. Em outra parte significativa das reportagens os riscos do isolamento social associam o confinamento no lar ao perigo do adoecimento mental. Amparada por especialistas do campo psi, a revista prescreve conselhos que demandam o gerenciamento das emoções, especialmente as *negativas*, como o medo, a raiva e a tristeza. Ao imperativo *fique em casa*, segue-se o *faça terapia*. Aparece uma concepção de domesticidade em que a casa é uma extensão da vida interior do indivíduo. Diante do medo do vírus e do luto coletivo pelas inúmeras mortes causadas pela doença, é permitido ficar triste e ansiosa, mas não por muito tempo. Se, no passado, ela era convocada a gerenciar suas emoções em nome da felicidade da família, a mulher em *Claudia* precisa salvar a si mesma. Estar isolada em casa é colocar-se em contato com as emoções que, fora de controle, podem converter-se em risco.

No segundo eixo narrativo, o isolamento social apresenta-se como uma *oportunidade* de reconexão da mulher com o lar. A domesticidade engendrada nesses discursos convida as mulheres a uma jornada de autoconhecimento, gerenciamento emocional e experimentação. Ficar em casa é um imperativo, mas aproveitar

a chance de estar em casa é uma escolha que deve ser seguida por elas. Esses discursos produzem uma subjetividade feminina emancipada, em que o lar não é mais uma prisão, mas um local que já ficou no passado e para qual é possível – e desejável – retornar de outra forma. Nesses discursos, as desigualdades de gênero nesse espaço aparecem como superadas ou em processo de solução. A casa aparece como um ambiente seguro, confortável e livre em que as mulheres podem *ser elas mesmas*, experimentando novas relações com o corpo, a sexualidade e suas emoções.

Assim, esses eixos demonstram que até dentro de um mesmo veículo, os discursos sobre a mulher e a casa na pandemia são atravessados por diferenças, revelando continuidades e descontinuidades em relação aos ideais tradicionais de gênero e domesticidade. Na casa pandêmica, as relações de poder estruturais ora aparecem, ora são invisibilizadas, em constantes associações entre o *estar em casa* e o *olhar para dentro*. A casa pandêmica vivida em isolamento demanda que as mulheres conheçam e gerenciem as suas emoções. O sucesso dessa tarefa que, em conformidade ao *ethos* neoliberal, só depende delas, pode ser determinante para que a casa se converta em espaço de risco ou de oportunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. Hoje e amanhã. **Claudia**, 03 maio 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/hoje-e-amanha/>. Acesso em: 21 maio 2021.

BASSANEZI, C. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Pagu**, v. 1, p. 111-148, 1993.

BROWN, W. Revisando Foucault: homo politicus e homo oeconomicus. **Doispontos**, v. 14, n. 1, p. 265-288, abr. 2017, p. 265-288.

BITTONI, D. H. S. **Imprensa feminina**. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

CESTARO, B. Influenciadoras estilosas mostram seus looks favoritos para ficar em casa. **Claudia**, 04 maio 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/moda/influenciadoras-estilosas-mostram-seus-looks-favoritos-para-ficar-em-casa/>. Acesso em: 21 maio 2021.

D'ERCOLE, I. A pandemia que ameaça as conquistas das mulheres. **Claudia**, 09 abr. 2020a. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/a-pandemia-que-ameaca-as-conquistas-das-mulheres/>. Acesso em: 21 maio 2021.

D'ERCOLE, I. As mudanças de hábitos que vão tornar o isolamento mais leve. **Claudia**, 09 abr. 2020b. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/saude/as-mudancas-de-habitos-que-vao-tornar-o-isolamento-mais-leve/>. Acesso em: 21 maio 2021.

D'ERCOLE, I. O que será da educação de crianças e adolescentes após a pandemia? **Claudia**, 02 maio 2020c. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/familia/o-que-sera-da-educacao-de-criancas-e-adolescentes-apos-a-pandemia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

D'ERCOLE, I. A quarentena revela a desigualdade na divisão das tarefas em casa. **Claudia**, 04 maio 2020d. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/estilo-de-vida/a-quarentena-revela-a-desigualdade-na-divisao-das-tarefas-em-casa/>. Acesso em: 21 maio 2021.

EHRENREICH, B; ENGLISH, D. **For her own good**: two centuries of the experts' advice to women. New York: Anchor Books, 2005.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, T; PUPPO, F. Após ignorar ministro, Bolsonaro diz ter vontade de baixar decreto para população poder trabalhar. **Folha de S.Paulo**, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/apos-ignorar-ministro-bolsonaro-diz-ter-vontade-de-baixar-decreto-para-populacao-poder-trabalhar.shtml>. Acesso em: 24 maio 2021.

FIQUE em casa: elenco de Amor de Mãe no combate ao coronavírus. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1 min. 29 s). Publicado pelo canal TV Globo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yhzAQ_Z3sXo. Acesso em: 19 maio 2021.

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina? In: MOTTA, M. B. (org.). **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2011b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-78**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009b.

FREIRE FILHO, J. O poder em si mesmo: jornalismo de autoajuda e a construção da autoestima. **FAMECOS**, v. 18, p. 3, p. 717-745, 2011.

GILMAN, C. P. **The yellow wall-paper, Herland, and selected writings**. New York: Penguin Books, 2009.

GIRADE, M. A quarentena deixou a relação entre colegas e com a chefia mais tensa. **Claudia**, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/carreira/a-quarentena-deixou-a-relacao-entre-colegas-e-com-a-chefia--tensa/>. Acesso em: 21 maio 2021.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LISBOA, S.; NAKAMURA, P. O que é fadiga pandêmica: sobrecarga das mulheres é real e só deve piorar. **Claudia**, 16 out. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/saude/danos-saude-mental-fisica-pandemia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

LÔBO, C. C. **Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade de São Paulo, 2015.

MACÁRIO, B. **A construção performativa da felicidade feminina em tempos de pandemia: uma análise crítica dos discursos da Vogue Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação – Universidade Federal do Mato Grosso, 2021).

MANSSUR, G. Mulheres sofrerão violência doméstica na quarentena; como buscar ajuda. **Claudia**, 07 abr. 2020a. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/justica-de-saia/mulheres-violencia-domestica-quarentena-buscar-ajuda/>. Acesso em: 21 maio 2021.

MANSSUR, G. Não podemos recuar do combate à violência doméstica durante a pandemia. **Claudia**, 05 maio 2020a. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/justica-de-saia/nao-podemos-recuar-combate-violencia-domestica-pandemia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

MARACCINI, G.; TEIXEIRA, G.; SERPA, M. C. Obras de arte criadas durante o isolamento revelam sentimentos universais. **Claudia**, 08 maio 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/obras-de-arte-criadas-durante-o-isolamento-revelam-sentimentos-universais/>. Acesso em: 21 maio 2021.

MARINELLI, I. Como vão mudar os nossos hábitos de consumo pós-pandemia. **Claudia**, 02 maio 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/estilo-de-vida/como-va-mudar-os-nossos-habitos-de-consumo-pos-pandemia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

NASCIMENTO, F. B.; SILVA, J. M. C.; LIRA, J. T. C.; RUBINO, S. B. Espaço doméstico: encontros possíveis entre gênero e cultura material. /n: NASCIMENTO, F. B.; SILVA, J. M. C.; LIRA, J. T. C.; RUBINO, S. B. (org.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Centro de Preservação Cultural/ Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

PAIVA, L. As mulheres atrás das máscaras no combate à pandemia. **Claudia**, 02 maio 2020a. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-mascaras-combate-pandemia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

PAIVA, L. O que será de nós após a pandemia? **Claudia**, 09 abr. 2020b. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/saude/o-que-sera-de-nos-apos-a-pandemia/>. Acesso em: 22 maio 2021.

PAIVA, L. Webnamorar nunca foi tão conveniente para corações solitários quanto agora. **Claudia**, 02 maio 2020c. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/webnamorar-conveniente-coracoes-solitarios-quarentena/>. Acesso em: 21 maio 2021.

PAIVA, L. A vida antes da pandemia acabou. Como equilibrar a rotina daqui em diante? **Claudia**, 16 ago. 2020d. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/estilo-de-vida/a-vida-antes-da-pandemia-acabou-como-equilibrar-a-rotina-daqui-em-diante/>. Acesso em: 21 maio 2021.

PERROT, M. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PINHEIRO, A. C. As mulheres que lutam contra o coronavírus na periferia. **Claudia**, 03 maio 2020a. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/as-mulheres-que-lutam-contra-o-coronavirus-na-periferia/>. Acesso em: 21 maio 2021.

PINHEIRO, A. C. Por que os debates sobre racismo ganharam destaque na pandemia. **Claudia**, 17 jul. 2020b. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/politica-poder/o-despertar-para-o-racismo/>. Acesso em: 21 maio 2021.

RYBCZYNSKI, W. **Home: a short history of and idea**. New York: Viking, 1986.

SANTOS, M. R. Domesticidade e identidades de gênero na revista Casa & Jardim (anos 1950 e 60). **Pagu**, v. 36, p. 257-282, 2011.

SANTOS, M. R.; PEDRO, J. M.; RIAL, C. Novas práticas corporais no espaço doméstico: a domesticidade pop na revista Casa & Jardim durante os anos 1970. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 344, 2012.

SCHNOG, N. Changing emotions: moods and the nineteenth-century American woman writer. In: PFISTER, JO.; SCHNOG, N. (org.). **Inventing the psychological: toward a cultural history of emotional life in America**. New Haven: Yale University Press, 1997.

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, P. O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet. **Revista Eco Pós**, v. 18, n. 1, 2015.

TAVARES, F. R. **O amor saudável e a invenção midiática da mulher neoliberal**. 2021. Tese (Doutorado em comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 2013.

TEIXEIRA, G. Mais da metade das brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia. **Claudia**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/feminismo/cuidadoras-pandemia/>. Acesso em: 21 maio de 2021.

UTILIDADE Pública - Fique em casa. São Paulo, 2020. 1 vídeo (30 s). Publicado pelo canal Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1LSGx_ShpVk. Acesso em: 19 maio 2021.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

The background features several stylized, semi-transparent virus particles in shades of teal and light blue, scattered across the dark grey background. The largest particle is on the left side, while smaller ones are positioned in the upper and lower right areas.

10

Nicole Sanchotene

Amanda Santos

Paulo Vaz

O CONVALESCENTE DA GRIPE ESPANHOLA E O SOBREVIVENTE DA COVID-19:

**CLASSIFICAÇÕES, SUBJETIVIDADE
E TEMPORALIDADE NAS PANDEMIAS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2023.98911.10

DURAÇÃO, SENTIDO DO SOFRIMENTO E SUBJETIVIDADE

Durante a pandemia da Covid-19, relatos pessoais de pessoas que contraíram o vírus ou perderam parentes e amigos para a doença passaram a ocupar os noticiários e as redes sociais. Eram testemunhos de sobreviventes que falavam sobre como foram curados, das experiências de internação, das sequelas e do sofrimento psíquico causado pelo isolamento e pela morte de familiares. Numa primeira observação, também encontramos inúmeros conselhos de especialistas sobre como lidar com as angústias e incertezas da pandemia. Eram discursos que alertavam para a gravidade da crise enfrentada, não apenas para a dimensão física da doença, mas também para as suas consequências emocionais. Ao que parece, os testemunhos de indivíduos comuns e os conselhos dos peritos convergem na apreensão da experiência da pandemia: o sofrimento experimentado continuou ou continuará no futuro.

Como damos sentido à pandemia de Covid-19? Por que narramos este evento da forma como narramos? Quais características da nossa cultura essas narrativas revelam? Já houve outro modo de interpretar e atribuir sentido ao sofrimento, diferente da nossa? Voltar a narrativas do passado nos permite tomar distância dos discursos de nossa cultura para, então, ressaltar sua singularidade.

Cem anos atrás, o mundo saía de uma epidemia que, em diversos sentidos, pode ser considerada similar à atual pandemia de coronavírus: a gripe espanhola surgiu no fim da Primeira Guerra Mundial e estima-se que tenha causado de 50 a 100 milhões de mortes entre 1918 e 1920 (Kolata, 2005). A epidemia paralisou cidades e assustou a todos pela dificuldade de obter medicamentos ou tratamento médico. A presença da doença era visível: como não se conhecia a ideia de achatar a curva, os sistemas funerários de vários

países entraram em colapso pela rapidez com que os mortos se acumularam em poucos dias. No Rio de Janeiro, então capital do país, a velocidade do contágio combinada à incapacidade das autoridades em lidar com o número de mortos significou a presença de cadáveres insepultos nos lares ou abandonados pelas ruas.

A hipótese que desejamos experimentar é a de que, na passagem da Modernidade à Contemporaneidade, a própria ideia de doença sofreu transformações e, por consequência, o modo de dar sentido ao sofrimento. Por um lado, a noção de trauma é decisiva para a forma como os indivíduos interpretam suas experiências. O alargamento do conceito, principalmente após a publicação do DSM-III em 1980 (Fassin; Rechtman, 2009), veio acompanhado também de um alargamento do número de potenciais vítimas traumatizadas. A ideia de que eventos trágicos e dolorosos deixam rastros na mente como “cicatrices” torna-se consenso em nossa cultura. Por outro lado, no campo das doenças orgânicas, passamos de uma época bacteriológica, na qual a medicina estava primordialmente preocupada com o combate às doenças infectocontagiosas, para um novo paradigma de saúde como qualidade de vida (Ehrenberg, 2004). As doenças mentais e crônicas ganham destaque, e o limite entre o estado de saúde e doença se torna impreciso, transformando o cuidado com a saúde numa tarefa permanente e incentivando os indivíduos a conceber um mal-estar sem horizonte de término.

Pensar o trauma como uma “cicatriz psicológica” e o bem-estar como uma tarefa individual permanente implica também numa temporalidade particular. Numa tentativa de compreender a articulação entre tempo, sofrimento e sujeito, destacamos duas figuras na comparação histórica entre a gripe espanhola e a pandemia da Covid-19: o convalescente e o sobrevivente. Podemos sugerir que os dois termos determinam diferentes durações para a relação do indivíduo com seu sofrimento. No sobrevivente, a inscrição do sofrimento é duradoura, constitui uma identidade. Convalescente, por sua vez, pressupõe que o sofrimento é efêmero e, por isso, não

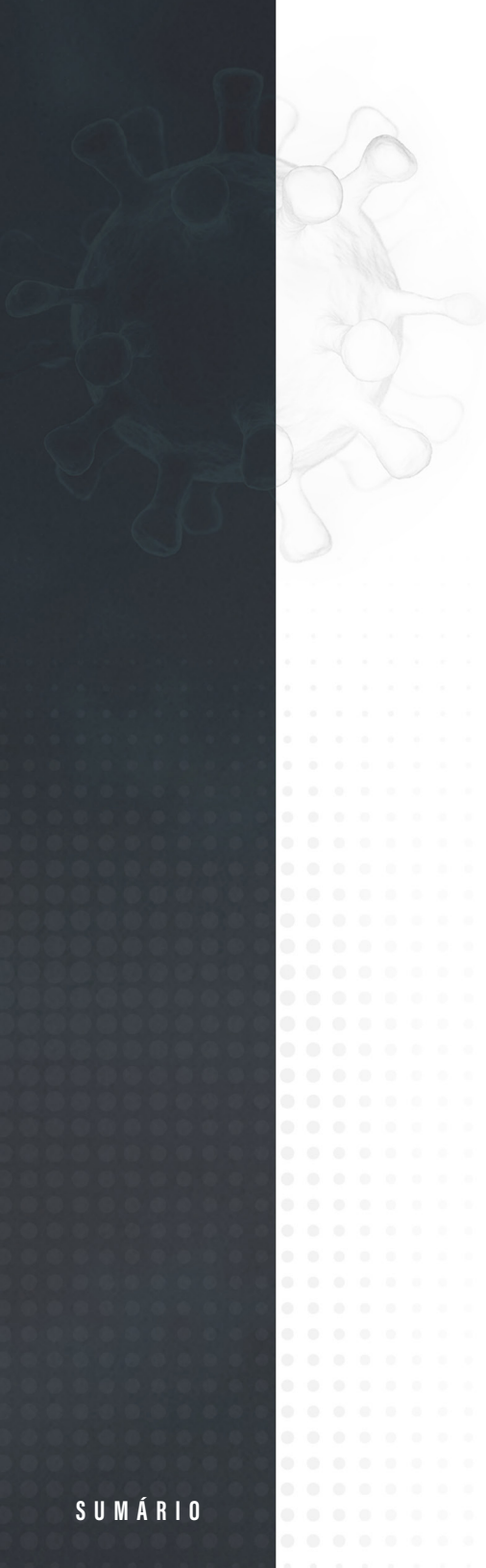
implica a subjetividade. Se houver diferença no uso desses conceitos entre épocas históricas, estamos diante de uma mudança na forma da subjetividade.

Que inscrição temporal está implícita nas ideias de sobrevivente e convalescente? A comparação se justifica não para traçar uma narrativa histórica linear ou de progresso: pelo contrário, a partir da descontinuidade e pela ideia de raridade discursiva (Foucault, 2008), a análise é ferramenta para pensar o presente e experimentar a questão sobre o modo como nossa cultura dá sentido ao sofrimento.

Como metodologia, além da análise do discurso, foram selecionadas como material empírico 62 edições do jornal *Correio da Manhã* (RJ), no período de 16 de setembro a 16 de novembro de 1918. A escolha das edições foi feita a partir da busca por palavras-chave (gripe, influenza, hespanhola) na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Após esta primeira filtragem, refinamos a pesquisa a partir da busca pelos termos “convalescente” e “convalescença”, resultando em 20 edições. Para o estudo do discurso sobre a Covid-19, escolhemos analisar também um veículo impresso da cidade do Rio de Janeiro. Optamos por usar o acervo digital do jornal *O Globo* como fonte, utilizando o mesmo recurso de pesquisa por palavras-chave (sobrevivente, sequelas, trauma). Excluímos os textos encontrados que não faziam referência à pandemia, resultando num *corpus* total de 21 edições no período de março de 2020 a fevereiro de 2021.

A GRIPPE HESPANHOLA E O CONVALESCENTE

Em 1918, já ao final da Primeira Guerra Mundial, surgiu uma nova variedade de gripe em diversos países, deixando inúmeras vítimas, cadáveres amontoados nas ruas e nos lares, crianças órfãs



e famílias na miséria. Desconhecida pelas autoridades médicas da época, que fracassaram em tentar conter o seu avanço, a gripe espanhola assustava pela violência e rapidez com que os infectados morriam, agonizando pela falta de ar. Segundo os cálculos, estima-se que a epidemia foi responsável por matar mais do que a Primeira e a Segunda Guerra juntas. Para agravar o quadro, diferente da gripe comum, que faz suas vítimas principalmente entre crianças e idosos, a Espanhola atacou com maior intensidade os adultos entre 20 e 40 anos (Kolata, 2005), o que significou que muitas crianças perderam seus pais e muitas famílias a sua fonte de sustento.

No Rio de Janeiro, o início da *influenza hespanhola* foi marcado por dois eventos: em 16 de setembro, a chegada do navio inglês Demerara com enfermos a bordo e, no final daquele mês, a notícia do falecimento de oficiais da divisão naval e da missão médica brasileira a caminho da guerra. No mesmo mês, os primeiros casos da gripe surgem nas cidades do Rio e Niterói; durante algum tempo, porém, as autoridades descartaram se tratar do mesmo mal que se espalhava na Europa. Embora se compadecessem da morte dos militares no exterior, os casos de gripe em território nacional eram minimizados, e tanto o governo quanto os jornais afirmavam se tratar apenas de uma gripe de caráter benigno.

Um mês após a chegada do Demerara, o jornal já noticiava 20 mil atingidos pela epidemia na capital (Correio da Manhã, 14 out. 1918). O Rio se transformou: conforme o número de infectados aumentava rapidamente, o comércio fechou suas portas, aulas foram canceladas e as ruas ficaram desertas – não porque buscassem evitar o contágio, mas porque a quantidade de acometidos impossibilitava o funcionamento normal da cidade. O *Correio da Manhã* lamentava o abandono das avenidas, dos bares e das casas de espetáculo de uma cidade onde antes dominava uma atmosfera de entusiasmo com o progresso prometido pelos primeiros anos da República. A população estava desesperada em busca de remédios, e, embora diversas receitas circulassem nas páginas dos jornais prometendo

a cura da gripe, nenhum medicamento ou profilaxia era capaz de evitar o avanço da doença ou seu desfecho fatal.

Com a mesma velocidade com que chegou, a epidemia pareceu se esvaír: de acordo com os dados do *Correio da Manhã*, no fim de outubro, o número de mortes começou a diminuir, e a cidade voltou paulatinamente à sua vida habitual. Com o declínio da epidemia, surge uma nova preocupação: a recaída daqueles que ainda se recuperavam da enfermidade. A partir de 20 de outubro, o termo “convalescente” ou “convalescença” começa a aparecer com cada vez mais frequência nas páginas do jornal.

Convalescença, termo pouco utilizado nos dias de hoje⁴⁴, tem como definição geral o “período de recuperação em que, após uma doença ou enfermidade, há um processo gradual de restabelecimento de saúde, sendo as forças restauradas progressivamente” (Dicio, [2023]). As demandas do convalescente surgem no jornal depois de passado o momento agudo da epidemia no Rio de Janeiro, quando a vida já começava a voltar ao normal. Em 29 de outubro, a primeira página dizia: “A cidade vae paulatinamente readquirindo seu antigo aspecto. Vencido o momento de pavor, a população volve aos seus labores. [...] Renasce a nossa *urbs* para dias melhores” (*Correio da Manhã*, 29 out. 1918). O jornal chega a falar de uma “convalescença da capital”, comemorando o retorno à normalidade.

No jornal, circulavam conselhos e avisos à população alertando para a importância de manter certos cuidados durante este período de recuperação: “O director geral de Saude Publica aconselha, por nosso intermedio, aos convalescentes da grippe, que tenham cautela, não quebrando bruscamente o regimen dietitico, nem se expondo ás intemperies saindo prematuramente, para evitar as

44 Procuramos o termo “convalescente” no acervo do jornal *O Globo* no período analisado. Nas 26 ocorrências encontradas, o termo é utilizado com sentido técnico, principalmente fazendo referência ao tratamento com plasma de convalescentes de Covid-19. Isso quer dizer que a extensão metafórica do conceito médico não faz mais sentido para nossa cultura.

recaídas, sempre graves” (Correio da Manhã, 21 out. 1918). A ideia de uma convalescença “longa, lenta, laboriosa, reclama cuidados que são ainda mais necessarios do que no periodo da molestia” (Correio da Manhã, 28 out. 1918). Marcada pela fraqueza dos doentes em recuperação, pela persistência de certos sintomas e pelos perigos de uma recaída, essa fase da doença inspirava cuidados e preocupação das famílias e do governo, como mostra o seguinte comunicado da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro:

AOS SEUS ASSOCIADOS E AO POVO

É preciso que os convalescentes se previnam contra as recaídas. Si a “influenza hespanhola” dura geralmente 4 a 5 dias, a convalescença é sempre longa.

Os convalescentes têm, durante muitos dias, a lingua suja, o corpo dolorido, a tosse, enfraquecimento geral, etc. Nestas condições, voltar logo ao trabalho, e ao regimen alimentar habitual, é arriscar-se a uma recaída que, já encontrando o organismo debilitado, pode ser grave.

Os convalescentes devem observar os seguintes preceitos:

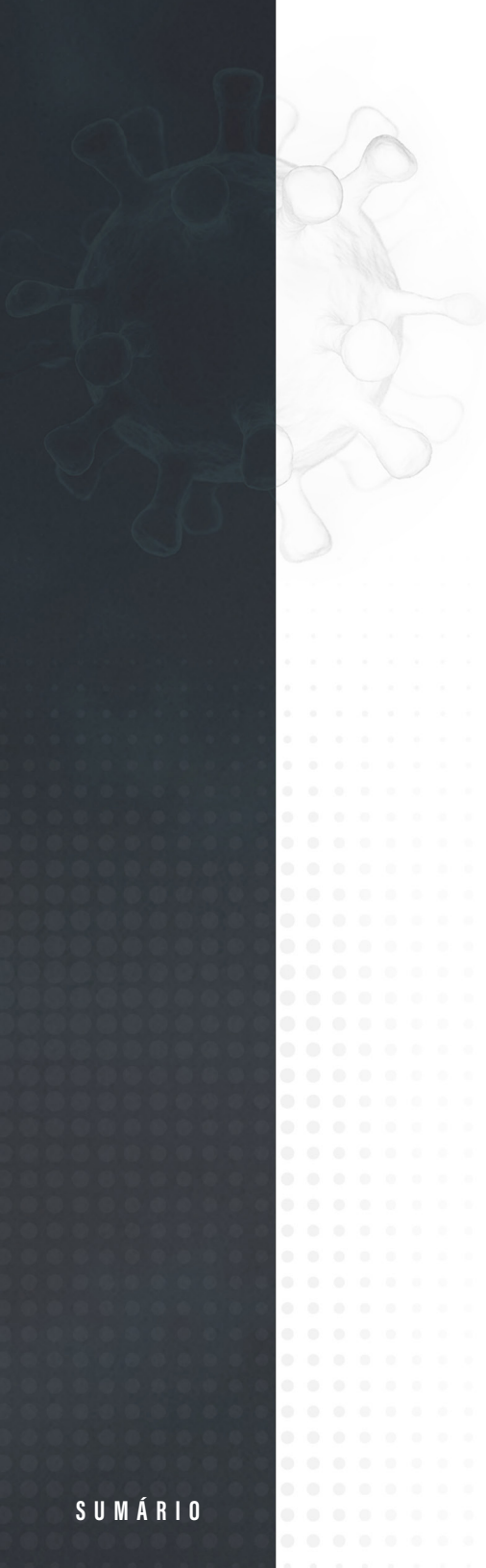
1º, ficar em casa, em repouso, durante oito dias depois de terminada a molestia; excepto nos casos muito benignos. E si a molestia fôr grave, este periodo de repouso deve ser muito maior;

2º, alimentar-se de caldos de frango ou de carne, caldos de cereaes, de legumes, mingaus, café, leite, chá, matte, pão torrado, bolachas de agua e sal, etc., enquanto a lingua estiver suja;

3º, fiscalisar o funcionamento do intestino. Si houver prisão de ventre, fazer regularmente lavagens intestinais com agua fervida;

4º, evitar os resfriamentos;

5º, procurar dormir regularmente (Correio da Manhã, 24 out. 1918).



A figura do convalescente pode ser pensada a partir da discussão sobre o “papel do doente” – *sick role* (Parsons, 1975). Segundo Parsons, o papel do doente na sociedade consiste num conjunto de certas prerrogativas e exigências. Tido como inocente por sua condição ou estado físico, o doente usufrui do privilégio de ser temporariamente dispensado das suas obrigações cotidianas: “ele é visto como alguém cuja capacidade de funcionar normalmente está prejudicada, e que está, portanto, livre de algumas de suas atividades e responsabilidades familiares, profissionais e civis” (Fox, 1977, p. 15). Em contrapartida, é esperado que o enfermo tome medidas e precauções no sentido de facilitar a sua melhora e pronta recuperação (Parsons, 1975, p. 262). Esta dupla licença-exigência é ainda mais crucial no caso das doenças infectocontagiosas, como a gripe, nas quais o doente também representa um perigo para os outros membros da população por ser portador da moléstia.

Embora não fosse mais a doença em sua fase crítica, a convalescença era um período em que o doente ainda tinha direito à solidariedade e à isenção de suas funções habituais. Ao mesmo tempo, devia estar comprometido com cuidados temporários recomendados. A ideia de uma temporalidade demarcada para esses cuidados e alterações na rotina é importante: pela fragilidade do corpo e pelos riscos de uma recaída, esse período significava uma breve suspensão das atividades para aguardar o retorno do estado de saúde normal. Chama atenção no noticiário a presença de cartas e comunicados das alunas da Escola Normal pedindo que as “dispensem os exames, atendendo somente às medias, que lhes foram dadas com justiça pelos Srs. Professores, porque as forças lhes fogem neste momento de dôr e é impossível que – organismos delicados que são – se exponham a uma recaída que quasi sempre é fatal” (Correio da Manhã, 2 nov. 1918). A justificativa das alunas é a de que muitas delas “contam com este futuro de professora para proteger a mãe já velha, que tantos sacrificios faz para que ellas se formem, ou mesmo a família, ameaçada pela miséria” (Correio da Manhã, 2 nov. 1918),

isto é, era preciso voltar às atividades para garantir o futuro de outros que delas dependiam.

No início de novembro, com a reabertura dos estabelecimentos de ensino, surgem reivindicações para que o retorno às aulas seja adiado:

As escolas reabertas vão ser forçosamente frequentadas por centenas e centenas de estudantes mal curados, ainda em convalescença, uma convalescença delicada [...], para a qual as nossas autoridades sanitárias não cessam de recomendar ao povo o maior cuidado (Correio da Manhã, 4 nov. 1918).

No dia 7, é publicada uma reclamação por parte dos alunos da Escola Militar, que consideravam precipitada a decisão de reabertura do instituto, em razão de muitos ainda se encontrarem em estado de convalescença, “com notório prejuízo das suas respectivas saudes” (Correio da Manhã, 7 nov. 1918). Há também o pedido de modificação do horário de funcionamento do comércio, com o fechamento das lojas às 17h, “afim de que seus empregados recolham-se às suas residencias antes de cair á noite, pois, o sereno, segundo a opinião dos clinicos, é muito prejudicial não só aos convalescentes como aos sãos” (Correio da Manhã, 29 out. 1918).

Em 8 de novembro, menos de dois meses após a chegada do Demerara, a epidemia desaparece da capa do jornal, dando novamente espaço à guerra, apesar da discreta participação do Brasil no conflito. Embora a passagem da gripe espanhola no Rio tenha representado um período de luto, deixando milhares de vítimas, e que tenha sido vista como uma terrível tragédia, a gripe como uma questão social durou apenas algumas semanas:

O grande pesadelo passou. A cidade, que se liberta dia a dia do enorme flagello da epidemia que a assolou impiedosamente, arrastando-se quasi ao desespero, reanimou-se. [...] Os estabelecimentos de ensino, pouco a pouco, reabrem as suas aulas e se não fosse, incontestavelmente,

o pavor que se levanta de uma outra calamidade, a convalescença desta capital se estaria operando com a precisa tranquillidade (Correio da Manhã, 07 nov. 1918).

A figura do convalescente nos leva a pensar sobre a duração do sofrimento e sobre as classificações que produzem subjetividades (Hacking, 1995). Pelos trechos que coletamos, o que se reivindicava era um retorno gradual às atividades que não prejudicasse a recuperação da saúde. Embora houvesse a apreensão de que o sofrimento ultrapassava o tempo da doença, ele ainda estava limitado ao restabelecimento das forças físicas e ao obrigatório retorno às atividades cotidianas. Por isso, o convalescente só pode ser pensado como uma classificação transitória, mas não como uma posição subjetiva fixa atribuída a partir da experiência de um sofrimento irredimível – como parece supor a noção de trauma e sobrevivente. A subjetividade do indivíduo estaria menos ligada ao sofrimento e mais à profissão ou à função ao qual deve retornar.

A DURAÇÃO DE UMA DOENÇA

Uma das formas de pensar a passagem da Modernidade para o contemporâneo é pela mudança no modo de apreensão dos conceitos de doença e cuidado. Na Modernidade, a ideia de um “papel social” atribuído ao doente permite intuir que a experiência era orientada por uma temporalidade delimitada. Da mesma maneira, os lugares de cuidado também tinham suas fronteiras estabelecidas: a casa e o hospital. O indivíduo, uma vez diagnosticado – classificação que o colocava no lugar da anormalidade –, era afastado de suas atividades para que tivesse acompanhamento de um perito.

O par normal-anormal, característico do modelo disciplinar descrito por Foucault, significava que o estado de saúde era simplesmente a ausência de sintomas – “a saúde é a vida no silêncio dos

órgãos” (Canguilhem, 1998, p. 164). A norma servia para classificar os comportamentos e sintomas desviantes; a experiência da normalidade era um dado imediato, sem definição: o sujeito era constituído na distância do anormal, isto é, no temor de vir a ser um anormal. As instituições disciplinares – escola, prisão, hospital etc. – serviam para “medir, avaliar, diagnosticar, curar, transformar os indivíduos” (Foucault, 2014, p. 218). Por meio de um procedimento minucioso, visavam normalizar, corrigir e, então, reintegrar à sociedade. Nesses espaços fechados, recortados e vigiados, “cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos” (Foucault, 2014, p. 192). Enquanto estava doente, o sujeito moderno aceitava as restrições de comportamento propostas pelo perito – nesse caso, o médico. Uma vez curado, devia retornar à vida ordinária, sem se preocupar com sua saúde até o surgimento de um novo sintoma – dessa forma, “o cuidado com a saúde era limitado no tempo e no espaço” (Vaz, 2010, p. 147).

As transformações implicadas pela passagem da disciplina ao controle reverberam na relação com a saúde: o contemporâneo pode ser pensado igualmente como uma passagem da norma ao risco (Vaz, 2010). Segundo Deleuze (2013, p. 224), nas sociedades de controle, dominam as “formas ultra rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado”. O cuidado com a saúde, antes balizado e dirigido pelas instituições e seus peritos, passa a estar difuso na vida cotidiana e se torna tarefa a ser empreendida por cada indivíduo: um deslocamento do cuidado calcado nos sintomas para o cuidado contínuo, sem delimitação de espaço e período, fundamentado por uma sensação subjetiva de bem-estar e pela antecipação do risco de adoecimento: uma “nova medicina ‘sem médico nem doente’, que resgata doentes potenciais e sujeitos a risco” (Deleuze, 2013, p. 225).

O conceito de risco na saúde ganha relevância quando, com o desenvolvimento de tecnologias médico-farmacológicas e relativo controle das doenças infectocontagiosas, a ênfase passa a estar

nas doenças crônico-degenerativas. O fator de risco trabalha, assim, com a probabilidade da doença, com “um intervalo temporal longo entre exposição ao fator e aparecimento do sintoma” (Vaz, 2010, p. 144). Como a temporalidade não pode ser definida, já que a doença pode ou não aparecer, a figura que emerge é a do doente virtual. Do mesmo modo, a mera presença de sintomas ou desconfortos sem causa diagnosticável também passa a ser classificada como doença e se torna objeto de intervenção médica – é o caso de doenças crônicas como síndrome do intestino irritável, enxaqueca e fibromialgia.

Além das doenças orgânicas, na contemporaneidade há uma relação particular com as doenças mentais. A atenção à saúde extrapola a esfera biológica e passa a se ancorar também em aspectos psicológicos. Na cultura terapêutica, “a saúde tornou-se uma maneira codificada de se referir a um estado de coisas individual, social ou cosmicamente ideal” (Fox, 1977, p. 15). Quando a referência de saúde passa a ser o bem-estar e um estado subjetivo de felicidade, a doença mental emerge como explicação para diversos tipos de mal-estar.

Podemos sugerir três principais obstáculos à generalização da doença mental durante a Modernidade: primeiro, a doença mental era marcada por desvios de comportamento visíveis, e o diagnóstico era dado pelo olhar externo; segundo, ser classificado como louco ou doente mental estigmatizava, pois o diagnóstico muitas vezes era atrelado à identificação de um desvio moral, especialmente na sexualidade; por fim, o tratamento era o internamento compulsório em um manicômio, o que além de estigmatizar, atemorizava os indivíduos.

Desde 1980, porém, o estigma sobre os transtornos mentais vem se reduzindo: em nossa cultura, “o diagnóstico de doenças mentais parece ter afrouxado seu vínculo com a infração de regras, substituindo-o pelos nexos com a sensação de bem-estar” (Vaz, 2015, p. 55). A publicação do DSM-III retirou dos critérios diagnósticos aspectos que pudessem ser considerados moralistas, reduzindo o peso das teorias etiológicas e dando foco quase exclusivo aos

sintomas e não ao histórico de vida do paciente: “Se houve um episódio depressivo, é preciso tratar o episódio, não o indivíduo” (Ehrenberg, 2010, p. 156). É nesse processo que a homossexualidade deixa de ser oficialmente considerada doença mental, e a depressão e o transtorno de estresse pós-traumático passam a integrar o manual.

Por partir do princípio da felicidade como um direito, a ascensão da cultura terapêutica contemporânea é, de fato, acompanhada por uma generalização das doenças mentais. O indivíduo que não atinge certas expectativas de felicidade, produtividade etc. busca no diagnóstico clínico um sentido para seu sofrimento. Os critérios se tornam cada vez mais abrangentes, e passam a depender mais de uma sensação subjetiva dada pelo próprio paciente do que de critérios objetivos e observáveis por um terceiro. O aumento da prevalência de transtornos como depressão, transtorno de ansiedade, fobia social, bipolaridade, TDAH, disforia, transtorno de estresse pós-traumático, compulsão alimentar etc. pode ser indício de uma medicalização dos sofrimentos e de diferenças de personalidade que antes teriam sido consideradas normais.

Longe de ser um imperialismo médico, a medicalização é uma forma de ação coletiva. Se médicos e profissionais de saúde têm sido historicamente centrais para a medicalização, a classe médica não está simplesmente colonizando novos problemas ou rotulando pacientes impotentes. Pacientes e outras pessoas leigas podem ser colaboradores ativos na medicalização de seus problemas ou francamente ansiarem por medicalização (Conrad, 2007, p. 9).

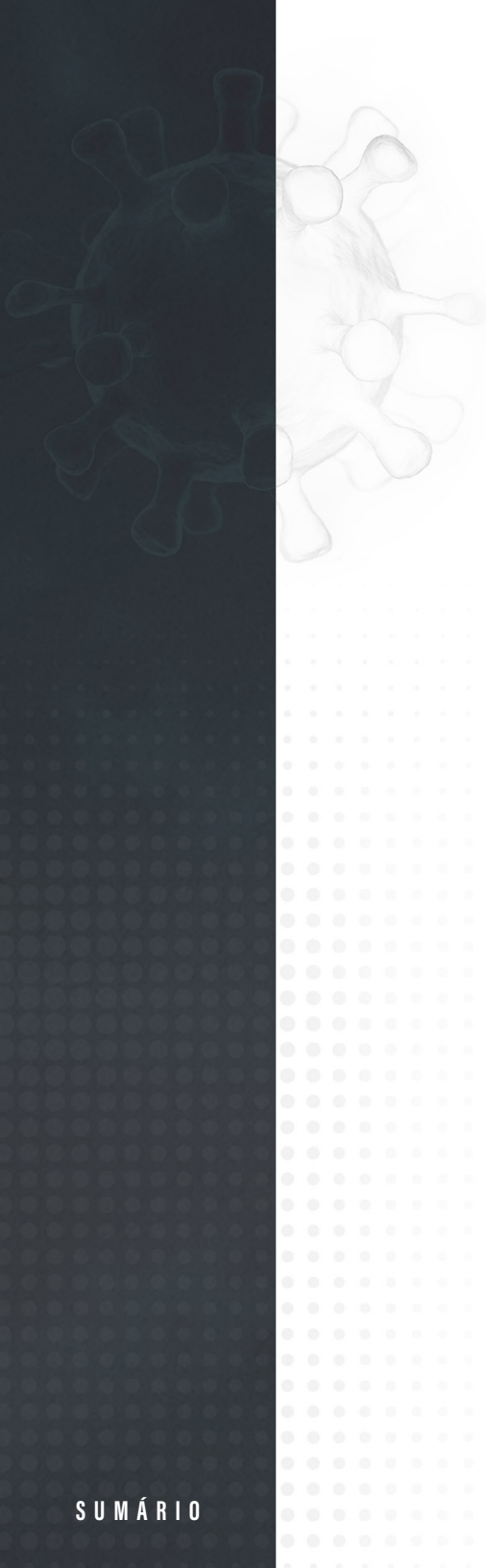
O apaziguamento do estigma associado às doenças mentais torna possível aos indivíduos falarem de seus sofrimentos psíquicos no espaço público e, conseqüentemente, formarem grupos em torno dos diagnósticos. Constitui-se, assim, uma forma de biosso-ciabilidade: comunidades formadas não para se opor a diagnósticos psiquiátricos, como foi a mobilização contra a classificação de homossexualidade como doença, mas grupos que se formam a partir

das categorias criadas pela psiquiatria e, mais genericamente, pela medicina: cânceres, depressão, depressão pós-parto, perda gestacional, doenças com marcadores genéticos etc. Nesse sentido, o diagnóstico permite fundar um grupo construído em torno de uma doença ou condição: não há recusa da classificação; ela é apropriada, e o discurso médico é incorporado para exigir mudanças da sociedade e denunciar o preconceito.

Se antes o estigma estava atrelado ao próprio diagnóstico, hoje, o que se exige é o reconhecimento do sofrimento físico ou psíquico dos indivíduos doentes. Assim, não há tensão entre classificação científica e a experiência subjetiva – há, na verdade, apenas uma tensão com o outro que não reconhece o sofrimento ou a doença. Tomando novamente a homossexualidade como exemplo, havia uma tensão incessantemente renovada entre como a psiquiatria, do século XIX até a década de 70 do século XX, classificava as práticas homoafetivas e o desejo dos indivíduos. A tensão com o diagnóstico favorecia o destacamento. Hoje, esse destacamento parece inexistente, porque é a própria classificação que permitirá a formação dos grupos.

O SOBREVIVENTE E O TRAUMA NA PANDEMIA DE COVID-19

Os sobreviventes da Covid-19 se encontram, muitas vezes, numa espécie de limbo. Eles não estão mais infectados, logo, não é razoável mantê-los numa enfermaria de Covid-19. Porém, precisam de cuidados diferentes daqueles de pacientes de outras doenças, pois o coronavírus causa uma combinação de sequelas não apenas físicas, mas mentais. Estas últimas são decorrentes do longo período de internação em isolamento quase completo. São comuns casos de depressão, estresse profundo e ansiedade, que acabam por agravar o estado do paciente, como frisa a psicóloga Mariana Rabello (O Globo, 18 jun. 2020).



Algumas das características do lugar do doente na contemporaneidade discutidas no item anterior podem ser observadas no trecho acima, retirado da reportagem *Após a cura, pacientes têm longa jornada de recuperação*. Embora a Covid-19 seja uma doença aguda, é possível perceber que há uma tendência a frisar seus efeitos de longo prazo, especialmente as sequelas mentais após a recuperação da doença. O termo sequela, aqui, tem importância: enquanto a convalescença representava um período de recuperação, a ideia de sequela, por sua vez, sugere um estado prolongado e indefinido de sofrimento, que pode inclusive vir a ser permanente. Poderíamos formular isso também como um jogo de ganho e perda: a noção de convalescença carrega uma conotação positiva, um momento de ganho – ela é parte integral do processo de cura; já a sequela implica numa perda, algo de negativo, uma falta que restará indefinidamente. Na convalescença estava implícito que a doença estava chegando ao seu termo; na sequela, o que se frisa é a continuidade de um estado de saúde comprometido. Além disso, não havia antes uma preocupação com o sofrimento psíquico após a doença, uma “convalescença mental” – agora, além de naturalizar sintomas como depressão, estresse profundo e ansiedade como uma reação comum à Covid-19, ainda se acredita que isso pode vir a piorar o estado físico.

Outras reportagens no jornal também destacam as sequelas físicas e mentais nos pacientes recuperados da covid: existem matérias sobre sequelas neurológicas, cardiológicas, pulmonares, cutâneas, entre outras. Uma reportagem chama essas sequelas de “síndrome pós-Covid-19” – um conjunto de sintomas diversos que dependem unicamente da percepção do indivíduo em relação a perdas na sua performance cotidiana, como fadiga mental e dificuldade de concentração:

São ‘recuperados’ da pandemia, mas manifestam uma condição que alguns médicos chamam de síndrome pós-Covid-19. Uma epidemia silenciosa de consequências, paralela à do próprio vírus e já relatada em outros

países. [...] Agora, parte dessas pessoas sente sintomas como fadiga física e mental profunda, dores, dificuldades para respirar, fraqueza muscular, dormência, dificuldade de concentração, alterações na pele, inchaços e dores. São sintomas inexplicáveis e, às vezes, incapacitantes (O Globo, 05 jul. 2020).

A implementação de um programa integrativo para reduzir danos da Covid-19 e promover o “bem-estar geral” é o tema da reportagem *Depois do drama, Manaus espalha autocuidado* (O Globo, 23 nov. 2020): o programa oferece práticas como meditação, ioga e reiki para ajudar na reabilitação dos pacientes, pois “para os que lutaram contra a doença, além do trauma, muitas vezes restaram sequelas físicas”. O trauma emocional aqui é visto como uma consequência inevitável, algo já dado. A fisioterapeuta responsável pelo programa explica que “as práticas procuram desenvolver na pessoa a *responsabilidade de cuidar de si mesma*. Não adianta tratar só no momento da doença e depois voltar aos hábitos antigos” (grifo nosso). Esta “abordagem integrativa” e a ideia do “autocuidado” também revelam alguns dos temas discutidos no item anterior: o cuidado contínuo, a noção de saúde como qualidade de vida, e a desinstitucionalização do cuidado, que passa a ser responsabilidade do indivíduo na cultura contemporânea.

Mas não seriam apenas os recuperados da doença que sofrem suas sequelas: segundo essas narrativas, mesmo aqueles que respeitaram as medidas de confinamento impostas pela quarentena e não se contaminaram com o vírus também podem ter sido afetados de inúmeras maneiras. A reportagem *Reflexos da Quarentena na Saúde, na Pele e no Bem-Estar*, publicada na *Revista Ela*, ressalta que várias condições cutâneas podem estar relacionadas ao “estresse pelo confinamento e também pelas incertezas quanto ao futuro.” (O Globo, 12 abr. 2020). A dermatologista entrevistada explica:

O estresse pode ser um gatilho para a manifestação de algumas doenças como rosácea, psoríase, vitiligo, queda de cabelo, acne, coceiras e alergias. [...] Por isso que a nossa pele ‘grita’ quando submetida a situações

de grande estresse ou traumas repentinos. Esse longo período de confinamento por conta da Covid-19 é um exemplo, pois pegou todos de surpresa, gerou uma ansiedade geral e várias reações cutâneas (O Globo, 12 abr. 2020).

Outra reportagem sugere que a ocorrência de sintomas de ansiedade, estresse e depressão pode ter dobrado durante o isolamento no Brasil (O Globo, 28 abr. 2020). O estudo, realizado por pesquisadores da UERJ e baseado em um questionário on-line, não informa com exatidão o número de indivíduos que sofrem com estes sintomas, nem sua porcentagem em relação à população total do país. Também não é informado na matéria o que os pesquisadores entendem por “sintomas de ansiedade, estresse e depressão”. A questão não é a metodologia da pesquisa em si, mas a forma como esses dados são apresentados pelo jornal, que pode facilitar a identificação do público como potenciais doentes – pode ser vista, portanto, como sintoma de nossa cultura terapêutica.

O curioso é notar que o confinamento, tido como cuidado necessário para evitar o contágio, passa a representar também um risco. Risco para a saúde física porque a impossibilidade de ir às ruas e academias pode levar ao sedentarismo, que por sua vez é risco para diversas doenças. Mas, principalmente, risco para a saúde mental. O perito aparece na mídia para alertar sobre os riscos e corroborar os diagnósticos: o professor de psicologia Andrew Solomon afirma que “o isolamento pode, sim, provocar novos casos de depressão e exacerbar os já existentes” (O Globo, 02 abr. 2020).

De fato, questionar o alargamento do que é considerado doença permite pensar que formas de poder e subjetividades são engendradas por essa ênfase dada a um cuidado permanente pelo fato de todos sermos doentes em potencial; no entanto, as fronteiras pouco delimitadas e subjetivas dos diagnósticos apontam também para outro problema: quando aqueles que se opõem às medidas de confinamento para conter o avanço do contágio se valem desse mesmo discurso para sustentar essa posição. O argumento da saúde

mental, justamente por se fundar na experiência vivida, determinada pela consciência de cada um, pode facilmente ser cooptado por discursos negacionistas, na recusa do isolamento social. Por um lado, o confinamento como uma medida coletiva para frear o avanço da pandemia; por outro, o indivíduo e sua saúde mental, totens da cultura contemporânea (Ehrenberg, 2004).

Associada a essa nova concepção de doença, está a figura do sobrevivente⁴⁵. Durante muito tempo, o termo sobrevivente se limitava a fazer referência àqueles que passaram por um evento que os colocou momentaneamente na proximidade da morte. Alguém era sempre o sobrevivente de alguma coisa: guerras, crimes, doenças, acidentes e catástrofes naturais. Desde a década de 70, com a discussão sobre as vítimas do Holocausto e das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki (Leys, 2007), e, sobretudo, desde a construção e difusão do conceito de estresse pós-traumático, acredita-se que o evento que traz a proximidade da morte ao indivíduo também provoca sofrimentos que perduram além de sua ocorrência. Uma dupla deriva semântica torna-se possível: de um lado, sobrevivente é aquele que continua a sofrer; do outro, um evento causador de sofrimento (mesmo que não ameace a integridade física) torna todo indivíduo que passou por ele um sobrevivente. A referência do termo inclui, assim, uma ampla variedade de pessoas que experimentaram diferentes tipos de sofrimento – como abuso sexual infantil, estupro, campos de concentração, guerras, catástrofes naturais, mas também situações mais ordinárias, como doenças, *bullying*, violência urbana, acidentes domésticos e até sobreviventes de *reality shows* (Orgad, 2009). A partir dessa nova interpretação, não é surpreendente que pessoas que contraíram formas mais graves da Covid-19 sejam

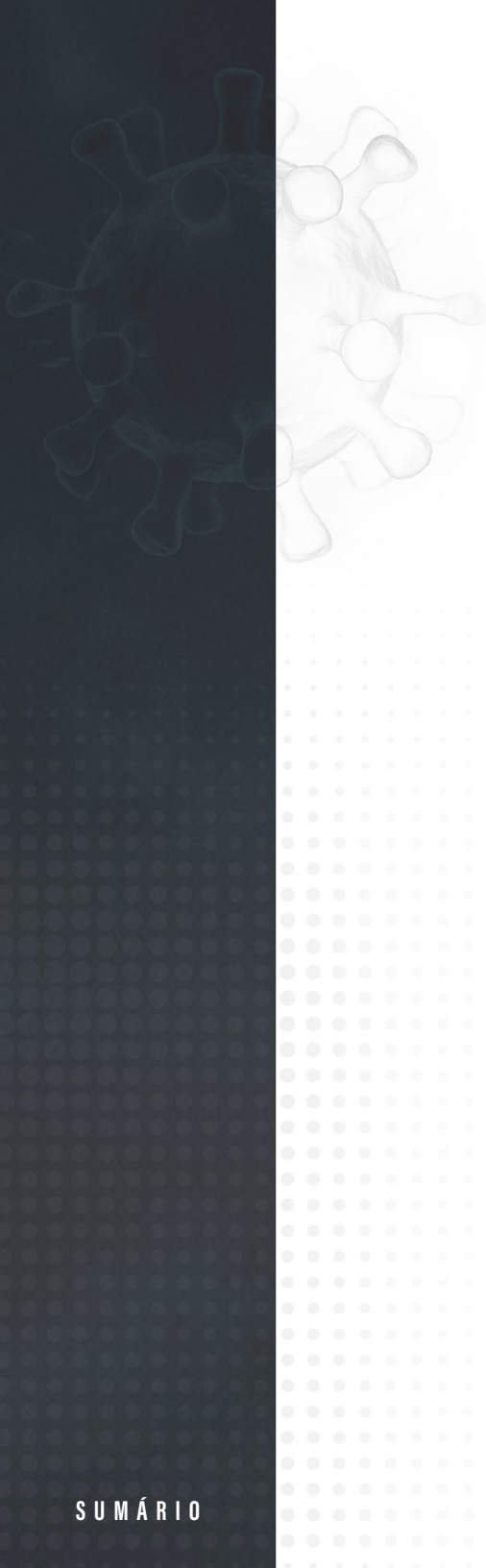
45 Também buscamos por “sobrevivente” nas edições analisadas do *Correio da Manhã*. Encontramos dez ocorrências do termo, mas apenas três referiam-se à gripe espanhola (as outras se referiam a guerra, naufrágios ocorridos em combate e uma geada). Nas três ocorrências, o termo é usado para descrever pessoas que contraíram a gripe e não morreram, isto é, sem extensão de sentido para a experiência de sofrimento.

consideradas pela mídia como sobreviventes. A novidade é que, na pandemia, o conceito tem sido aplicado de forma a englobar inclusive aqueles que não se contaminaram com o vírus.

Segundo Rosiska Darcy de Oliveira, na coluna *Os vivos e os mortos* (O Globo, 17 ago. 2020), “todos perdemos a existência real, não só os mortos transformados em números e enterrados em covas rasas. Também os sobreviventes, uma população incorpórea, bustos que se encontram no *zoom* encenando uma falsa normalidade”. O sobrevivente aqui não é apenas aquele que sofreu a experiência concreta de doença, mas toda uma população afetada pela mudança na rotina, obrigada a viver através do uso das tecnologias digitais. Ela diz ainda: “Ninguém sairá ileso desse mundo virado pelo avesso. Cem mil mortos marcam para sempre a história de um país como a sua maior tragédia e, como uma cicatriz, as gerações que estão vivendo esse pesadelo”.

A imposição de uma nova realidade traz à cena também diversas dicas e conselhos de como “sobreviver à quarentena”. Dicas de culinária, exercícios em casa, técnicas de respiração, meditação, entre outras atividades para ocupar a rotina e manter a sanidade mental e física, integram o *O guia do introvertido para sobreviver à quarentena* (O Globo, 26 abr. 2020). A justificativa dada pela artista visual e psicóloga que elaborou o guia é a de que “O que vai pegar, daqui por diante, é a saúde mental. Estamos passando por um trauma mundial”. Na coluna de Flávia Oliveira, *As dores dos que ficaram*, os sobreviventes são todos aqueles que perderam alguém para a Covid-19 e sofrem as consequências físicas, financeiras e mentais dessa perda:

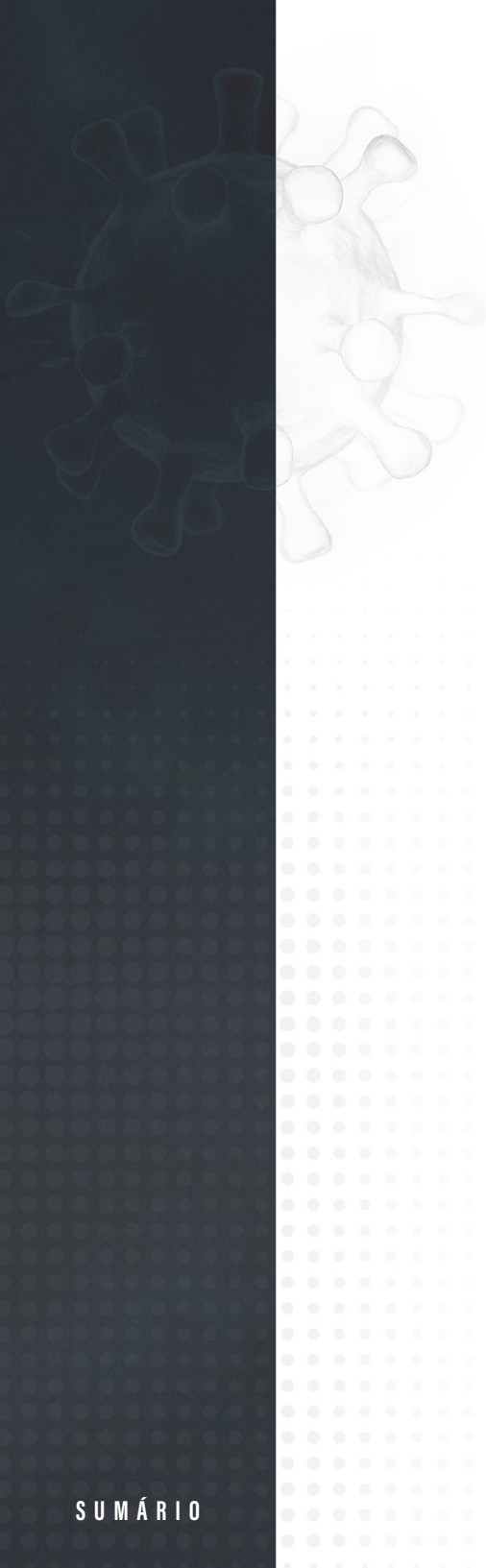
O país enlutado pela peste sabe algo dos que partiram, nada de quem ficou. São invisíveis os órfãos, viúvos e viúvas, familiares, amigos, colegas. Eles existem. E sofrem. Há traumas de todo tipo nos múltiplos sobreviventes das vítimas da pandemia: de transtornos mentais à queda de produtividade ou incapacidade para o trabalho, de adoecimento físico à queda de rendimento – dramas privados e também públicos (O Globo, 07 ago. 2020).



Podemos destacar que os três exemplos dados acima mencionam termos como “trauma” e “cicatriz”, dando a entender que a pandemia é um evento que deixará marcas na vida dos indivíduos e na história do país, um “trauma mundial”, um sofrimento que perdurará no tempo. Ao borrar as fronteiras entre feridas visíveis e invisíveis, o conceito de trauma se tornou a marca de todas as vítimas: os feridos, os sobreviventes e os “envolvidos” (Fassin; Rechtman, 2009, p. 113). É preciso, pois, explorar o nexos entre a figura do sobrevivente e a noção de trauma. O conceito de sobrevivente está imbricado em uma cultura que investe a experiência traumática com valor moral e autoridade (Orgad, 2009, p. 134).

Dentre os diversos transtornos psíquicos que podem ser causados pela Covid-19 e pelo confinamento, segundo os jornais, o estresse associado ao trauma chama atenção por revelar como nossa cultura lida com o sofrimento que resta após o evento. A partir desta concepção de trauma, observamos que nossa experiência no tempo é duplamente orientada: ele define o que pode um acontecimento e também permite pensar a duração de uma experiência pela mudança de comportamento que suscita.

Se a psicanálise via o trauma como um fenômeno psíquico, segundo a concepção atual do manual de psiquiatria é o evento em si que passa a ser traumático. Para Freud, o evento por si mesmo não determinava a emergência do trauma; um evento traumatizava se excedesse a capacidade de simbolização do indivíduo (Leys, 2007). Um evento mínimo segundo alguma escala de catástrofe poderia traumatizar se fosse inesperado. Desse modo, para o caso da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o trauma era a reação anormal de alguns soldados a um evento normal. Tão normal que a maior parte dos soldados não se traumatizava após uma batalha. O traumático dependia, portanto, da história singular de um indivíduo que determinava sua capacidade de simbolização e as ressonâncias entre evento atual e eventos passados.



Desde o DSM-III, o trauma se torna uma “reação normal a uma situação anormal” (Fassin; Rechtman, 2009, p. 87): qualquer indivíduo, quando submetido a uma situação de intenso estresse, estaria suscetível a desenvolver sintomas de trauma. Por exemplo, o psicólogo mencionado na reportagem *Alta de ansiedade e depressão* afirma que “o índice de estresse ligado ao trauma da Covid-19 no Brasil é pior do que o da China e do Irã” (O Globo, 28 abr. 2020). O trauma não dependeria, portanto, da reação de cada indivíduo a um evento – o evento é, ele próprio, traumático. Uma vez estabelecido este sentido formulado pela psiquiatria, o trauma passa a representar o impacto psicológico que, de todas as possíveis consequências de um evento, emerge como a mais evidente, mais duradoura, e mais irreversível (Fassin; Rechtman, 2009).

Por fim, cabe pensar a produção de autobiografias no contemporâneo. A maioria das reportagens analisadas trazia depoimentos de indivíduos comuns. A matéria *Afastamento por transtorno mental dispara na pandemia* (O Globo, 30 jan. 2021) traz o seguinte relato de uma pessoa que contraiu a Covid-19: “Choro todos os dias. Depois do que passei, fiquei muito fragilizada emocionalmente. Tenho muito medo que meus pais peguem a doença, tenho marido com comorbidades e um filho que é asmático. É horrível!”. Em uma sessão de cartas dos leitores, encontramos este testemunho: “Sou médico há 46 dos meus 70 anos, sobrevivente de uma forma grave de Covid. Tive 75% dos meus pulmões afetados e inúmeras complicações graves. Tive cinco crises de asfixia comparáveis a um lento enforcamento” (O Globo, 19 dez. 2020). Além desses, há também relatos de indivíduos que não tiveram a doença, mas que dizem sofrer pelo isolamento, como numa reportagem sobre as festas de fim de ano: “Nunca tinha passado essa data sozinho, mas os meus pais já são idosos, assim como a minha avó. É melhor preservá-los agora e encontrá-los mais adiante, quando for possível, do que correr o risco de não tê-los mais” (O Globo, 19 dez. 2020).

A atenção aos relatos autobiográficos é interessante pela comparação histórica. Nas narrativas sobre o convalescente da gripe espanhola, não havia autobiografia. De fato, havia exposição do sofrimento; porém, ao menos duas diferenças se destacam: não se tratava de um sofrimento individual e psicológico, e a narrativa era construída por um terceiro. Mesmo nas cartas endereçadas ao *Correio da Manhã*, quem assinava eram “As alunas” da Escola Normal, como um coletivo. Era um sofrimento de um grupo que reivindicava algum direito, mas não constituía uma narrativa particular de um indivíduo que demandava reconhecimento de seu sofrimento. Por isso, também, não havia convite à identificação. Já o sobrevivente está inserido em processos de personalização e privatização da experiência do trauma. Para se tornar um sobrevivente, é preciso haver reconhecimento público; a experiência do indivíduo não pode permanecer inteiramente no espaço privado. Desta maneira, dar o testemunho é essencial para ser um sobrevivente (Orgad, 2009). Como o trauma é visto como algo que marca a vida dos indivíduos, ele se torna uma parte relevante da biografia de cada um. O trauma e o sobrevivente implicam em um dever de memória: a vida particular de cada indivíduo importa, e todos são convidados a contar suas histórias.

OS SENTIDOS DO SOFRIMENTO NO MUNDO DO INDIVÍDUO

Esta pesquisa parte da intuição de que as experiências de um indivíduo dependem, ao menos parcialmente, dos sentidos e descrições que este indivíduo atribui a elas. Não existe uma experiência “pura”, imediata: toda experiência seria em algum grau mediada pelos discursos disponíveis numa dada cultura. Convalescente e sobrevivente são figuras historicamente determinadas e que articulam sofrimento e tempo. Embora possamos traçar muitas semelhanças entre

as epidemias de 1918 e 2020, como alguns sintomas das doenças e a alta mortalidade de ambas, pensar-se como um convalescente e pensar-se como um sobrevivente são experiências fundamentalmente distintas. No contexto das pandemias, isso significa dizer que o sofrimento atrelado à experiência de contrair uma doença depende dos sentidos disponíveis na cultura. O sentido que se atribui ao sofrimento pode ser, inclusive, fonte de alívio ou de mais angústia.

Alguns autores apontaram como a emergência de novos conceitos da psiquiatria e da psicologia podem ser utilizados para “reescrever” o passado (Fassin; Rechtman, 2009; Hacking, 1995). Diagnósticos como o de trauma funcionam como quadros explicativos usados por indivíduos para explicar seus sofrimentos no presente através de uma reinterpretação de suas trajetórias. A pandemia foi momento de radicalização da narrativa do trauma. O recorte dado ao evento pela cobertura do jornal sinaliza um importante deslocamento: se as experiências do passado eram reinterpretadas a partir de um quadro explicativo baseado na classificação científica para um sofrimento, agora o conceito de trauma explica as experiências do presente, sendo aplicado ainda no decorrer do evento. A pandemia da Covid-19 é singular pelo próprio registro do trauma: nos imaginamos desde já traumatizados por um evento que sequer acabou. O futuro, que na Modernidade aparecia indeterminado e aberto como possibilidade, se revela na nossa contemporaneidade como já fechado, limitado pelo presente classificado como traumático: se a dor que vivemos agora é irreversível e insuperável, como seria possível vislumbrar o futuro como abertura?

Para entender melhor a diferença entre o convalescente e o sobrevivente, vamos comparar alguns de seus aspectos. A primeira diferença está no modo como se classificam essas figuras: no caso do convalescente, a classificação é externa, feita pelo médico/perito, e os critérios são objetivos, marcados por sintomas físicos. Já no sobrevivente, a classificação é dada pelo próprio indivíduo, já que os critérios são vagos e dependem da experiência subjetiva. O perito

aparece na mídia promovendo os conceitos que explicam o funcionamento da mente humana, conceitos esses que são apropriados pelos indivíduos em uma busca por sentido para suas experiências.

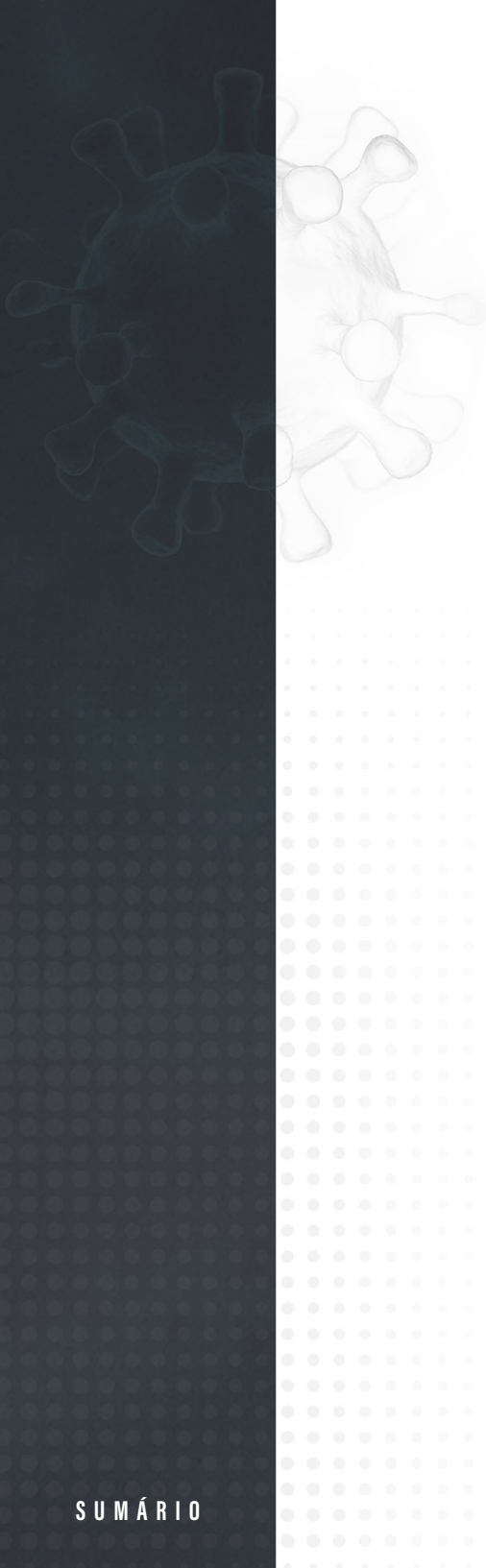
A segunda diferença é dada pela duração do sofrimento e produção de uma subjetividade. Na convalescença, a duração do sofrimento se restringe ao período da doença e da continuidade destes sintomas – alerta-se que é uma fase perigosa pelos riscos de recaída, mas passageira, transitória. O que se deseja é a volta à normalidade, a saída de um estado de doença/anormalidade para a vida habitual, marcada pelo retorno às atividades e funções sociais. Já no caso do sobrevivente, a duração do sofrimento é estendida indefinidamente, para além do fim dos sintomas físicos – o sobrevivente é um desdobramento do convalescente, como uma convalescença duradoura, sem horizonte de fim. Quando se altera a duração do sofrimento, muda-se também a relação com o sujeito: uma vez que o sofrimento não passa, ele pode agora constituir uma identidade. A doença produz subjetividade na medida em que sua temporalidade é alargada: trata-se de ensinar à audiência a se conceber como um sobrevivente, alguém que passou por um trauma e precisa de cuidados crônicos.

Por fim, pensemos no lugar da solidariedade em ambos os casos: a exigência de solidariedade depende de que haja uma separação entre aqueles que sofrem com o evento e os que não sofrem. Os que passaram ilesos devem solidariedade aos que ainda sofrem. A figura do convalescente surge quando a cidade se recupera da epidemia de gripe espanhola e passa a haver pessoas que podem ajudar. Ele dirige seu apelo à sociedade e às instâncias de autoridade, e reivindica que o retorno às obrigações da normalidade (e não do bem-estar) ainda deve aguardar mais um pouco: adiamento de aulas e de provas, alterações na jornada de trabalho ou mesmo na obrigação de trabalhar. Quem merece solidariedade são os que ainda se recuperam da doença, que ainda se encontram fracos e debilitados. O apelo tem a forma de uma reivindicação coletiva, feita por grupos

cujo marcador identitário é a função social exercida (como os trabalhadores, as alunas etc.).

Para Fassin e Rechtman (2009), o trauma viria definir o perímetro das vítimas legítimas; ele determina quem é digno de solidariedade: não apenas os que têm feridas visíveis, mas também aqueles que enfrentam dificuldades de voltar à vida normal devido ao sofrimento psíquico. Hoje, porém, todos nós podemos ser traumatizados pela pandemia, todos somos potenciais sobreviventes. Não há mais separação entre os felizes e os infelizes. Como fica a demanda por solidariedade? Encontramos em algumas narrativas na mídia reivindicações por ações do Estado, como auxílio emergencial, compra de vacinas e equipamentos médicos, além de medidas de contenção do vírus. Em muitas outras, no entanto, parece se tratar de uma demanda por reconhecimento do sofrimento mental dos indivíduos, de visibilidade desses sofrimentos particulares. O apelo do sobrevivente tem caráter testemunhal, fala da vida privada de indivíduos e tem como objetivo gerar identificação e demandar reconhecimento de uma subjetividade que sofre. A lacuna que restaria a responder é: a quem dirigimos esses apelos?

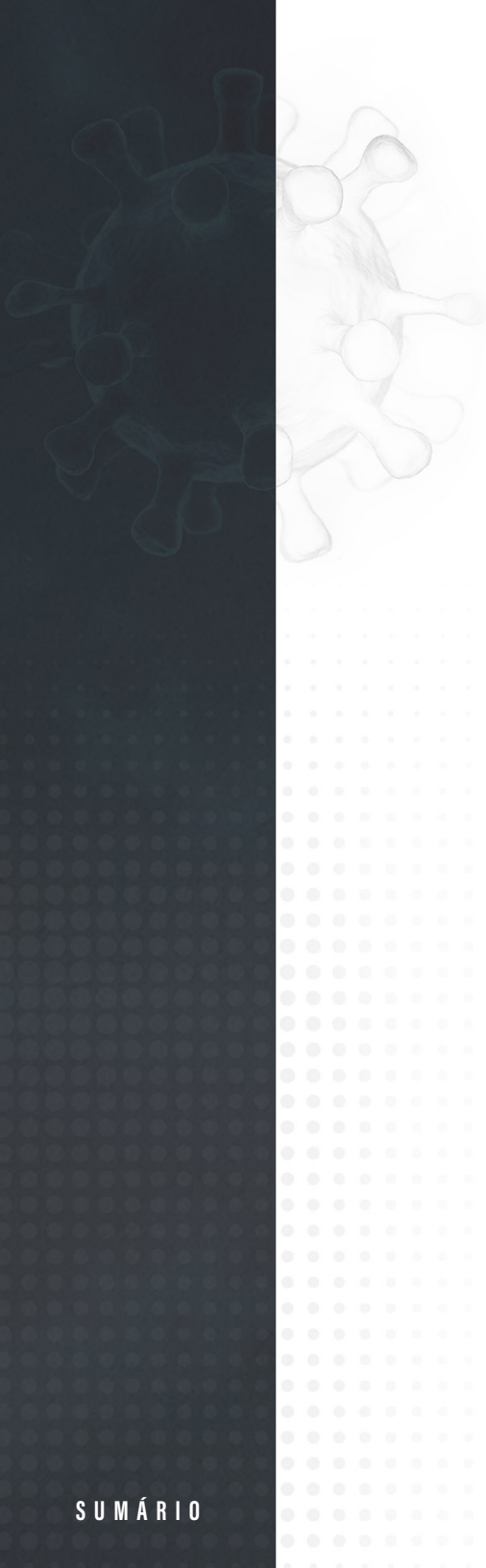
Quando a gripe espanhola chegava ao fim, os jornais celebravam a convalescença da cidade; não porque não houvesse mais sofrimento, mas porque havia um horizonte de fim da catástrofe e de dias melhores para a capital. Um retorno à vida normal era possível e começava a se desenhar. Lembremos outro caso: em 1995, alguns meses após um atentado terrorista ao Grand Véfour, em Paris, os jornais comemoraram a reabertura do tradicional restaurante, afirmando que o ataque havia causado “mais medo do que mal” (Fassin; Rechtman, 2009, p. 109). O que esses exemplos nos revelam é que já houve entidades maiores do que o indivíduo, algo que valia para os indivíduos daquela época o seu sacrifício. Fosse a nação, a família, a revolução ou mesmo um símbolo menor, como a cidade e seus célebres restaurantes, havia um *comum*, uma razão que tornava o sofrimento redimível.



Nos eventos descritos, incluindo a pandemia que vivemos, é evidente que há sofrimento, que são tragédias; e toda tragédia pode ser vista como uma possibilidade de elaborar nosso presente, de transformação, algo que nos força a buscar caminhos alternativos. A questão é imaginar que horizontes estão disponíveis para nós e que horizontes estavam disponíveis para as gerações anteriores. Ao longo dos meses de fevereiro e março de 2020, diversos pensadores viram na pandemia a possibilidade de questionar o capitalismo neoliberal (Agamben *et al.*, 2020). Naquele momento, a linha do possível parecia ser reescrita: mostrava-se necessário um retorno do político, da construção do futuro por meio da ação coletiva. Havia lá uma esperança inscrita.

Quando este texto começou a ser produzido, ainda estávamos em plena pandemia, o Brasil superava a marca de 4 mil óbitos diários por covid, e a vacinação estava apenas no início. Pouco menos de dois anos depois, sinais da passagem da pandemia já parecem menos evidentes: as máscaras, antes obrigatórias, se tornaram objetos raros nas ruas, eventos com aglomerações voltaram a acontecer com regularidade habitual, e mesmo os números de mortes por Covid deixaram de ocupar os noticiários, quando boa parte da população já recebeu ao menos duas doses dos imunizantes contra a doença. Passado esse tempo, já é possível ver com algum distanciamento se houve, e quais foram, os produtos deixados pelas gestões da crise sanitária. Qual é o legado da pandemia em nossa sociedade?

Poderíamos supor que a pandemia teria servido para renovar a crença na ciência e nas vacinas enquanto ferramenta de mobilização coletiva. Entretanto, este não parece ser o caso: os diversos negacionismos produzidos em torno das vacinas contra a Covid-19, incluindo aqueles articulados pelo então presidente do Brasil, tiveram impacto para além da pandemia – se até os anos 2010 as campanhas nacionais de vacinação eram enaltecidas dentro e fora do país, assistimos em 2022 uma queda nas taxas de vacinação mesmo em campanhas consolidadas há décadas, como a da poliomielite.



O Instituto Butantan aponta que “a procura pela vacina contra polio-mielite, o imunizante de gotinhas, caiu de 96,5% em 2012 para 67,6% no último ano” (Queda [...], 2022). A explicação para a redução da cobertura vacinal pode ser explicada, em parte, por mecanismos de desinformação, como a difusão de teorias conspiratórias e pela proliferação de *fake news* nas redes sociais sobre a segurança dos imunizantes. Mas também está relacionada ao individualismo que incute no indivíduo o direito de saber o que é melhor para si, sem preocupação com o coletivo. Nesse sentido, podemos dizer que a cultura terapêutica se alimenta desse mesmo *ethos* orientado pelo indivíduo e seu bem-estar. É sintoma, portanto, de uma cultura na qual a verdade do indivíduo está acima das instituições, dos sistemas peritos, da verdade científica e do comum.

Por outro lado, poderíamos imaginar também que a pandemia serviria para repensar certas relações de trabalho e exploração: lembremos, por exemplo, de que nos primeiros meses de confinamento os entregadores de aplicativo eram aplaudidos como verdadeiros heróis por aqueles que, impossibilitados de sair às ruas, recebiam na segurança de suas casas os seus pedidos. Talvez fosse este o momento de repensar a ausência de direitos básicos destes trabalhadores precarizados, de regulamentar a sua atividade, dando a eles garantias como licença e descanso remunerados, jornada de trabalho, proteção e prevenção de acidentes, entre outros. Novamente, é o discurso do indivíduo livre, agora sob a forma do empreendedorismo e do mérito individual, que mina a luta coletiva e permite que esses trabalhadores tenham seus direitos subtraídos.

Esses são exemplos de como as possibilidades de abertura e de melhorias estruturais por meio da ação coletiva rapidamente se esvaíram e, no seu lugar, só restou o terapêutico. Para além de criticar as formas de dar sentido ao sofrimento no contemporâneo, buscamos questionar essa cultura individualista na qual não parece haver tarefa coletiva de construção do futuro. Se a narrativa terapêutica do sobrevivente e de seu sofrimento foi importante para

sensibilizar a população sobre os riscos do vírus, é preciso reconhecer os seus limites em propor mudanças estruturais e soluções que visem o comum, para além do indivíduo. Ao invés de concebermos um futuro fechado, como um eterno ressoar do trauma, é preciso resgatar nossa capacidade de ação sobre o presente e de imaginar um futuro diferente, para além do sofrimento. Em última instância, esse texto é uma reflexão sobre uma cultura na qual prevalece o bem-estar individual como valor maior, uma cultura cuja inscrição temporal e modo de atribuir sentido se voltam apenas ao indivíduo, sua narrativa e sua experiência vivida. A atitude diante do catastrófico mudou, e o sobrevivente é símbolo dessa atitude. É a única atitude possível?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G.; ŽIŽEK, S.; NANCY, J. L.; BERARDI, F. B.; PETIT, S. L.; BUTLER, J.; BADIOU, A.; HARVEY, D. HAN, B.C.; ZIBECCHI, R.; GALINDO, M. GABRIEL, M.; GONZÁLEZ, G. Y.; MANRIQUE, P.; PRECIADO, P. B. **Sopa de Wuhan: pensamento contemporâneo en tiempos de pandemias**. Madri: ASPO, 2020.

CANGUILHEM, G. **La connaissance de la vie**. Paris: Vrin, 1998.

CONRAD, P. **The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Maryland: The John Hopkins University Press, 2007.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DICIO. Convalescença, [2023] Disponível em: <https://www.dicio.com.br/convalescenca/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

EHRENBERG, A. Les changements de la relation normal-pathologique. À propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. **Esprit**, n. 304, v. 5, 2004.

EHRENBERG, A. **The Weariness of the Self: Diagnosing the History of Depression and in the Contemporary Age**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2010.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The Empire of Trauma: an inquiry into the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOX, R. The Medicalization and Demedicalization of American Society. **Doing Better and Feeling Worse: Health in the United States**, v. 106, n. 1, 1977.
- HACKING, I. **Rewriting the soul: multiple personality and the sciences of memory**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- KOLATA, G. **Flu: the story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it**. New York: Touchstone, 2005.
- LEYS, R. **From guilt to shame: Auschwitz and After**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- ORGAD, S. The Survivor in Contemporary Culture and Public Discourse: A Genealogy. **The Communication Review**, v. 12, n. 2, 2009.
- PARSONS, T. The Sick Role and the Role of the Physician Reconsidered. **Health and Society**, v. 53, n. 3, 1975.
- QUEDA nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças. **Portal do Butantan**. 07 mar. 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em 01 nov. 2022.
- VAZ, P. A vida feliz das vítimas. *In*: FREIRE FILHO, J. (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- VAZ, P. Do normal ao consumidor: conceito de doença e medicamento na contemporaneidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XVIII, n. 1, 2015.

AGRADECIMENTOS

Paulo Vaz agradece ao CNPq o apoio ao projeto *Vítima, trauma e testemunho: narrativas midiáticas sobre corrupção, violência e preconceito* e à Faperj o apoio ao projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre a comunicação científica*.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Cristina Teixeira

Professora do Programa de pós-graduação em Comunicação da UFPE. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: cristina.melo@ufpe.br

Kátia Lerner

Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz). Doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: katia.lerner@icict.fiocruz.br

Paulo Vaz

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ, pesquisador 1-A do CNPq e bolsista Cientistas do Nosso Estado (CNE-FAPERJ). Coordenador da área de Comunicação e Informação da Capes desde dezembro de 2022.

E-mail: paulovaz.ufrj@gmail.com

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amanda Santos

Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ). Professora substituta da Escola de Comunicação da UFRJ.

E-mail: amandassantos94@gmail.com

Camila Calado

Pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ (PPGCom-UFRJ). Pós-doutora em Filosofia pela PUC-Rio. Mestre e doutora em Comunicação e Cultura pelo PPGCom-UFRJ.

E-mail: c.calado.lima@gmail.com

Isaltina Mello Gomes

Jornalista. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE (PPGCom/UFPE). Mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora PQ 1D do CNPq.

E-mail: isaltina.gomes@ufpe.br

Ivone Neiva Santos

Socióloga. Doutoranda em *mídia* digitais na Universidade do Porto, investigadora integrada no Laboratório de Comunicação em Saúde do ITR – Laboratório para a Investigação Integrativa e Translacional em Saúde Populacional.

E-mail: ivoneivasantos@gmail.com

Janine Cardoso

Cientista Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ).

E-mail: janinecardoso.fiocruz@gmail.com

José Manuel Azevedo

PhD em Psicologia pela Universidade de Cardiff e Universidade do Minho. Fulbright Scholar. University of Texas at Austin. Diretor do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade Letras da Universidade do Porto.

E-mail: jmpazevedo@gmail.com

Júlia dos Anjos

Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Professora substituta da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ).

E-mail: julianjos@gmail.com

Julia Salgado

Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ), onde também realizou seu pós-doutorado. Autora do livro *Entre solitários e solidários: o empreendedor como trabalhador ideal* pela editora Appris (2020).

E-mail: juliasalgado@gmail.com

Leandro Lage

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq.

E-mail: leandrolage@ufpa.br

Marianna Ferreira Jorge

Pesquisadora de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF), com bolsa Faperj Nota 10. Em 2020, realizou estágio de Pós-doutorado em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Mestre e Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Autora do livro *Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea*, pela Eduff (2021).

E-mail: mariannafereirajorge@gmail.com

Nicole Sanchotene

Mestre e doutora pelo PPGCom-UFRJ, com período de doutorado sanduíche na Universidade Paris 8. Pós-doutorado na UFRJ no projeto *Obstáculos à comunicação de risco na pandemia de Covid-19* entre 2022 e 2023, com bolsa Capes. Professora substituta na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

E-mail: freire.nicole@gmail.com

Pedro Barreto Pereira

Jornalista. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ). Autor do livro *Notícias da pacificação: outro olhar possível sobre uma realidade em conflito* pela Editora UFRJ (2020).

E-mail: ppbarreto@gmail.com.

Tatiana Clébicar

Jornalista. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz).

E-mail: tatiana.clebicar@gmail.com

Tatiane Leal

Professora da Escola de Comunicação (ECO) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCom-UFRJ). Mestre e doutora em Comunicação e Cultura pelo PPGCom-UFRJ, com pós-doutorado no Instituto de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

E-mail: tatianeclc@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agência Nacional de Vigilância Sanitária 122
 AIDS 70, 75, 97, 119, 143, 151, 158
 algoritmos 10, 119
 Anvisa 41, 42, 43, 51, 53, 54, 122, 138, 139, 147, 149, 160, 163, 164
 AstraZeneca 41, 43, 47, 137, 139
 atentado 98, 114, 166, 168, 192, 346

B

Bolsonaro 9, 11, 12, 17, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 61, 62, 67, 72, 86, 88, 89, 112, 122, 133, 138, 142, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 184, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 255, 270, 288, 294, 318

C

campanha 47, 50, 74, 87, 111, 130, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 177, 193, 216, 271, 293
 campanha eleitoral 166, 174, 175, 193
 Capes 9, 10, 351, 353
 científico 12, 23, 28, 29, 37, 55, 65, 67, 74, 82, 120, 121, 142, 143, 144, 146, 147, 153, 260
 comunicação de risco 10, 27, 62, 119, 246, 350, 353
 Conexão Política 11, 66, 67, 72, 74, 75, 81, 86, 87, 88, 89
 confiança 23, 27, 28, 33, 46, 48, 49, 94, 119, 131, 145, 147, 148, 151, 154, 157, 260, 310
 contágio 9, 13, 22, 24, 26, 32, 35, 36, 37, 40, 51, 55, 56, 70, 100, 221, 222, 243, 307, 324, 326, 338
 contingente 20, 21, 22, 179, 191, 201
 Coronovac 43

Covid-19 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 76, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 96, 98, 116, 119, 121, 123, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 141, 143, 144, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 175, 186, 198, 199, 208, 210, 216, 221, 223, 224, 225, 228, 230, 235, 236, 240, 248, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 263, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 277, 278, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 316, 322, 323, 324, 325, 327, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 347, 350, 353

crise 10, 14, 60, 61, 64, 70, 72, 88, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 108, 110, 119, 125, 151, 153, 156, 191, 215, 216, 222, 223, 226, 234, 247, 252, 261, 271, 278, 288, 293, 294, 315, 319, 323, 347

D

debate 41, 46, 50, 51, 54, 55, 64, 95, 123, 125, 130, 132, 138, 144, 146, 153, 170, 203, 226
 democracia 64, 92, 93, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 121, 136, 137, 155, 182
 desinformação 10, 64, 65, 85, 89, 119, 123, 236, 348
 discurso 11, 13, 28, 42, 45, 46, 65, 85, 87, 111, 125, 130, 132, 141, 143, 144, 150, 153, 167, 171, 172, 173, 186, 198, 200, 207, 210, 221, 223, 229, 243, 257, 260, 263, 265, 270, 294, 296, 301, 305, 307, 308, 311, 312, 316, 325, 335, 338, 348

distanciamento social 44, 45, 48, 53, 85, 110, 120, 143, 215, 219

E

economia 9, 35, 36, 37, 64, 66, 72, 84, 94, 97, 98, 103, 104, 168, 191, 193, 194, 203, 212, 216, 242, 263, 297, 302, 307
 eleição 47, 158, 175, 190, 203, 204
 eleições 47, 122, 174, 190, 196, 201, 203, 225

emoções 10, 14, 123, 124, 145, 146, 229, 245, 247, 261, 284, 294, 297, 301, 303, 308, 313, 315, 316, 317

epidemia 21, 22, 25, 26, 35, 70, 79, 91, 119, 187, 222, 230, 242, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 254, 261, 266, 305, 323, 326, 327, 330, 336, 345

esperança 11, 21, 30, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 44, 46, 52, 56, 57, 60, 78, 91, 123, 149, 160, 163, 260, 263, 347

estado 41, 51, 76, 83, 183, 226, 229, 239, 274, 276, 281, 282, 284, 286, 324, 329, 330, 331, 333, 335, 336, 345

Estados Unidos 21, 35, 38, 41, 52, 77, 78, 131, 168, 173, 257

estatísticas 14, 271, 272, 273, 275, 280, 286, 288

ética 171, 276

EUA 77, 78, 82, 86, 87, 103, 122, 126, 137, 145, 156, 163

F

feminicídio 14, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 289, 290

Fundação Oswaldo Cruz 10, 41, 119, 158, 267, 353

futuro 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 33, 52, 53, 56, 59, 67, 70, 71, 91, 94, 98, 101, 103, 106, 112, 114, 116, 117, 238, 239, 250, 254, 266, 306, 308, 310, 323, 329, 330, 337, 344, 347, 348, 349

G

gênero 14, 95, 108, 181, 202, 203, 270, 271, 272, 276, 277, 278, 281, 288, 294, 295, 297, 298, 302, 305, 312, 316, 317, 320, 321

governo 9, 26, 27, 28, 32, 35, 38, 39, 41, 42, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 60, 62, 67, 77, 78, 81, 91, 96, 99, 104, 110, 121, 134, 136, 138, 154, 166, 169, 171, 173, 178, 184, 189, 195, 204, 207, 215, 216, 218, 219, 225, 250, 251, 255, 257, 258, 259, 271, 278, 326, 328

governo federal 26, 32, 38, 39, 41, 42, 49, 51, 53, 54, 55, 60, 78, 81, 169, 173, 189, 215, 219

gripe 18, 24, 35, 36, 51, 97, 119, 129, 130, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 339, 343, 345, 346

I

igrejas 12, 13, 198, 199, 200, 201, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 226

indivíduo 11, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 36, 37, 58, 60, 67, 70, 71, 75, 85, 101, 103, 104, 155, 174, 180, 182, 219, 280, 299, 307, 312, 316, 324, 331, 332, 334, 336, 337, 339, 341, 342, 343, 344, 346, 348, 349

infodemia 10, 65, 89, 119

insegurança 125, 128, 132, 149, 205, 229, 230, 231, 316

instituto Butantan 41

investigação 167, 172, 199, 251, 260, 282, 285, 296

isolamento social 13, 14, 30, 102, 208, 212, 214, 221, 222, 235, 270, 286, 287, 289, 293, 294, 296, 297, 303, 304, 305, 306, 309, 314, 315, 316, 339

J

jornalismo 48, 52, 62, 65, 149, 150, 151, 153, 280, 284

L

letalidade 54, 119, 129

liberdade 12, 13, 60, 61, 65, 72, 94, 98, 99, 100, 105, 107, 110, 111, 112, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 149, 152, 153, 156, 199, 204, 209, 218, 219, 221, 222, 225, 252, 256, 302, 310, 319

M

máscaras 13, 27, 45, 55, 102, 120, 143, 164, 186, 191, 200, 212, 219, 221, 224, 236, 242, 320, 347

medicamentos 38, 55, 78, 80, 83, 120, 188, 218, 294, 323

medo 11, 14, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 69, 71, 81, 85, 86, 99, 118, 119, 127, 129, 153, 155, 211, 213, 217, 224, 229, 230, 231, 235, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 262, 266, 272, 276, 278, 287, 301, 304, 305, 314, 315, 316, 342, 346

mídia 25, 26, 27, 28, 46, 49, 82, 85, 93, 94, 95, 99, 149, 169, 172, 182, 192, 193, 196, 199, 200, 208, 209, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 243, 244, 247, 255, 256, 257, 259, 261, 263, 265, 266, 279, 288, 295, 297, 303, 338, 340, 345, 346

Ministério Público Federal 168

moderna 91, 101, 145, 156, 229, 291, 295, 299, 321

morte 9, 11, 16, 23, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 49, 50, 52, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 84, 85, 93, 99, 101, 106, 119, 134, 159, 162, 177, 178, 187, 199, 208, 212, 221, 222, 234, 262, 270, 279, 284, 286, 305, 323, 326, 339

movimento de aproximação 20, 21, 22, 25, 28, 33, 34, 36

N

narrativas 14, 17, 25, 29, 30, 42, 65, 88, 89, 104, 154, 263, 269, 271, 272, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 297, 316, 323, 337, 343, 346, 350

negacionismo 12, 55, 93, 215, 257, 260

neoliberalismo 9, 61, 92, 93, 103, 115, 116, 156, 205, 206, 207, 211, 302

neopentecostais 198, 206, 217, 219, 220, 222

O

OMS 35, 37, 51, 53, 56, 64, 65, 94, 98, 114, 119, 121, 122, 188, 199, 208, 212, 251, 255, 256, 277, 290, 293, 304

Organização Mundial de Saúde 64, 119, 208, 251

P

pandemia 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 105, 110, 112, 115, 119, 124, 125, 129, 133, 143, 144, 148, 149, 151, 152, 153, 159, 161, 168, 169, 175, 184, 186, 189, 198, 199, 200, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 296, 297, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 336, 339, 340, 341, 342, 344, 346, 347, 348, 350, 353

Pfizer 41, 122, 137, 138, 149

polarização 9, 10, 14, 119, 152, 214, 223, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 264, 265

política 10, 11, 16, 27, 46, 49, 54, 63, 65, 66, 84, 85, 92, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 119, 121, 123, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 151, 152, 153, 155, 156, 171, 172, 174, 178, 182, 188, 193, 194, 198, 200, 201, 203, 205, 207, 223, 226, 229, 231, 232, 234, 247, 254, 255, 256, 258, 270, 305, 311

presidente 11, 12, 42, 47, 67, 72, 73, 77, 83, 84, 97, 112, 122, 133, 136, 137, 138, 142, 147, 149, 160, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 179, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 198, 202, 203, 204, 210, 215, 217, 218, 219, 227, 255, 257, 270, 287, 288, 294, 347

R

redes digitais 12, 47, 49, 123, 124

risco 9, 10, 11, 12, 14, 16, 25, 26, 27, 31, 36, 37, 38, 42, 50, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 82, 85, 91, 93, 98, 99, 105, 107, 111, 114, 119, 122, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 135, 144, 153, 157, 164, 188, 219, 224, 229, 236, 246, 264, 276, 283, 287, 293, 297, 316, 317, 332, 333, 338, 342, 350, 353

S

SARS-CoV-2 24, 35, 57, 151, 216

saúde 9, 11, 14, 16, 35, 40, 43, 45, 50, 51, 52, 54, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 75, 80, 82, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 99, 102, 105, 109, 113, 114, 119, 121, 122, 126, 128, 131, 132, 133, 136, 148, 150, 151, 153, 187, 188, 191, 205, 206, 208, 214, 222, 236, 246, 249, 251, 264, 271, 278, 301, 304, 305, 306, 307, 314, 324, 327, 329, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 338, 339, 340, 350

saúde mental 56, 214, 306, 307, 314, 338, 339, 340

saúde pública 14, 45, 60, 64, 73, 74, 105, 136, 151, 187, 191, 271, 278, 301

século XX 65, 119, 120, 130, 131, 301, 335

Sinovac 41, 47, 122, 139, 140, 149, 160, 162, 163

sociedade 23, 39, 43, 44, 47, 48, 50, 55, 59, 68, 92, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 123, 136, 145, 153, 154, 171, 178, 180, 182, 184, 205, 229, 230, 242, 251, 254, 256, 262, 264, 277, 289, 302, 307, 312, 329, 332, 335, 345, 347, 353

solidariedade 10, 11, 16, 19, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 92, 106, 154, 155, 329, 345, 346

Sputnik 41, 137

subjetividade 9, 10, 14, 15, 17, 18, 89, 93, 113, 292, 296, 298, 299, 300, 309, 315, 317, 322, 325, 331, 345, 346

T

tecnologias médicas 119, 154

testes diagnósticos 52, 68, 120

transmissibilidade 51, 70, 119, 245

V

vacina 11, 12, 13, 16, 25, 27, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 53, 57, 76, 118, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 200, 209, 212, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 227, 250, 255, 259, 261, 263, 348

vacinação 12, 20, 26, 34, 41, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 89, 122, 124, 130, 131, 132, 133, 149, 150, 157, 159, 164, 199, 212, 254, 256, 262, 347, 350

violência 14, 23, 62, 87, 98, 183, 189, 193, 211, 212, 214, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 297, 302, 304, 314, 315, 316, 319, 326, 339, 350

violência doméstica 270, 273, 274, 275, 277, 281, 286, 290, 291, 293, 294, 297, 302, 304, 314, 316, 319

vírus 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 59, 60, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 81, 83, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 100, 102, 107, 114, 119, 129, 149, 151, 159, 162, 164, 168, 169, 186, 210, 211, 212, 215, 217, 218, 219, 223, 224, 233, 236, 239, 240, 242, 251, 256, 262, 263, 270, 287, 288, 293, 294, 304, 305, 307, 314, 315, 316, 323, 336, 337, 340, 346, 349

www.PIMENTACULTURAL.com

ENTRE MEDO E SOLIDARIEDADE

mídia, política e alteridade na covid-19

